

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA

**COOPERAÇÃO EM DEFESA E A REGIÃO SUL-AMERICANA: O PAPEL DO
CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO, DA UNASUL**

Porto Alegre

2015

TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA

**COOPERAÇÃO EM DEFESA E A REGIÃO SUL-AMERICANA: O PAPEL DO
CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO, DA UNASUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Souza, Tamires Aparecida Ferreira
Cooperação em defesa e a região sul-americana: o
papel do Conselho de Defesa Sul-americano, da UNASUL
/ Tamires Aparecida Ferreira Souza. -- 2015.
171 f.

Orientador: Marco Aurélio Chaves Cepik.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Cooperação. 2. Defesa. 3. CDS-UNASUL. I. Cepik,
Marco Aurélio Chaves, orient. II. Título.

TAMIRES APARECIDA FERREIRA SOUZA

**COOPERAÇÃO EM DEFESA E A REGIÃO SUL-AMERICANA: O PAPEL DO
CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO, DA UNASUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 05 de março de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. André Reis da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi
UFRGS

Prof. Dr. Eduardo Munhoz Svartman
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Prof. Dr. Marco Cepik, pela orientação e confiança.

Agradeço aos meus pais, pelo apoio incondicional.

Agradeço ao meu irmão, por me alegrar todos os dias, mesmo à distância.

Agradeço aos colegas do PPGEI por me acolherem e ajudarem.

Agradeço as amigas de vida acadêmica Lívia Boechat, Natália Schwether e Rafaella Apuzzo, pelo companheirismo e auxílio.

Agradeço aos amigos de trajetória de vida Caio Malusá, Caroline Perez, Cinthia Ogata e Paula Ogata, pela paciência, apoio e motivação.

Agradeço aos funcionários e autoridades do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS-UNASUL, do Ministério da Defesa da Argentina, e do Ministério da Defesa do Brasil, pela prestatividade, auxílio e contribuição para esta pesquisa.

“Cabe reconocer que, por muchos siglos, estuvimos de ‘espaldas los unos de los otros’, con los ojos vueltos a lazos antiguos con otras regiones o, aún, confundidos por la desconfianza. Hoy, la realidad de América del Sur es otra, caracterizada, en larga medida, por la conciencia y disposición de aprovechar las oportunidades que nuestra historia de paz y nuestra realidad geográfica y social nos ofrecen.”

(Nelson Jobim)

“Corresponde a los suramericanos cuidar de la defensa de América del Sur, la defensa no es delegable.”

(Celso Amorim)

RESUMO

Com o advento das teorias regionalista, de ameaças transnacionais, além de problemas e soluções estrategicamente sensíveis às constituições históricas, surge a necessidade de uma cooperação que una os Estados de uma determinada região, tornando-os fortes e coesos tanto internamente quanto perante o sistema internacional. Desta forma, objetivando-se enfrentar os desafios à política de segurança nos níveis regional e internacional, busca-se a cooperação em defesa. Com a complexidade das alianças estratégicas de segurança e defesa, nota-se um movimento de medidas interestatais, em que os Estados desejam consolidar novas vias para o progresso cooperativo, sendo o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), uma delas. A proposta de formação de um conselho sub-regional de defesa fez-se a partir da justificativa de enriquecimento dos mecanismos de cooperação militar e extensão do nível de confiança mútua a toda à região. Contudo, mesmo ponderando sua criação recente, em 2008, o CDS constitui um avanço relativamente baixo para os processos cooperativos na região sul-americana, especialmente quando analisadas suas vertentes: político-institucional, cooperação militar e Forças Armadas e indústria e tecnologia de defesa.

Palavras-chave: Cooperação. Defesa. CDS-UNASUL.

RESUMEN

Con el desarrollo de las teorías regionalistas, de las amenazas transnacionales y de problemas y soluciones estratégicamente sensibles a las constituciones históricas, existe la necesidad de una cooperación que junte los Estados de una región determinada, haciéndolos fuertes y cohesivos en el nivel interno y del sistema internacional. Por lo tanto, con el objetivo de afrontar los desafíos a la política de seguridad al nivel regional e internacional, se busca la cooperación en defensa. Con la complejidad de las alianzas estratégicas de seguridad y de defensa, hay un movimiento de medidas interestatales, en que los Estados desean consolidar nuevas vías para el progreso de la cooperación, y el Consejo de Defensa Suramericano (CDS), de la Unión Suramericana de Naciones (UNASUR), es una de esas. La propuesta de formación de un Consejo de Defensa subregional fue compuesta por medio de la justificativa de enriquecimiento de los mecanismos de cooperación militar y de extensión del nivel de confianza mutua a toda la región. Sin embargo, aún reflexionando sobre su reciente creación, en 2008, el CDS constituyó un relativo bajo avance en los procesos de cooperación en la región suramericana, especialmente cuando se analizan sus aspectos: político-institucional, cooperación militar y Fuerzas Armadas, y industria y tecnología de defensa.

Palabras clave: Cooperación. Defensa. CDS-UNASUR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos de Integração e Desenvolvimento – IIRSA.....	61
Figura 2 – Estrutura da UNASUL	64
Figura 3 – Gasto Militar Mundial.....	69
Figura 4 – Gasto Militar Américas	70
Figura 5 – Guerras entre Estados sul-americanos desde a independência	80
Figura 6 – América do Sul: litígios fronteiriços e territoriais pendentes (2012).....	82
Figura 7 – Ameaças e Riscos Regionais definidos pelo CDS	117
Figura 8 – Acordos e convênios de países latino-americanos com países do mundo	127
Figura 9 – Documentos de política.....	128
Figura 10 – Medidas de Transparência.....	129
Figura 11 – Evolução de mecanismo regional de segurança.....	130
Figura 12 – Legenda Figuras 13 e 14	134
Figura 13 – Exercícios multilaterais 2009-2010.....	135
Figura 15 – Exercícios multilaterais 2012-2014.....	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gastos de Defesa na região por objeto de gasto (Média 2006-2010).....	71
Gráfico 2 – Porcentagens de Gasto Acumulado por organismo na região (2006-2010).....	72
Gráfico 3 – TIV de Armas Exportadas (1) - 2012 (US\$ milhões)*	73
Gráfico 4 – TIV de Armas Exportadas (2) - 2012 (US\$ milhões)*	73
Gráfico 5 – TVI de Armas Exportadas (1) - 2013 (US\$ milhões)*	74
Gráfico 6 – TVI de Armas Exportadas (2) - 2013 (US\$ milhões)*	75

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – MERCOSUL: Países constituintes	59
Mapa 2 – Principais Inseguranças na América do Sul (2014).....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Parâmetro de análise do CDS	16
Quadro 2 – Conceitos de defesa e segurança	40
Quadro 3 – Região Sul-Americana.....	66
Quadro 4 – Gastos em Defesa América do Sul	70
Quadro 5 – Acordos bilaterais e sub-regionais de defesa.....	124
Quadro 6 – Eixo Político-Institucional	131
Quadro 7 – Exercício Bilaterais.....	132
Quadro 8 – Eixo Cooperação Militar e Forças Armadas.....	138
Quadro 9 – Eixo Indústria e Tecnologia de Defesa.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	– Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ALBA	– Aliança Bolivariana dos Povos da América
ALCA	– Área de Livre Comércio das Américas
ALADI	– Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	– Associação Latino-Americana de Livre Comércio
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	– Grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAD-SUL	– Curso Avançado de Defesa Sul-Americano
CAF	– Corporação Andina de Fomento
CAN	– Comunidade Andina
CDS	– Conselho de Defesa Sul-Americano
CEA	– Conferência dos Exércitos Americanos
CEED-CDS	– Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano
CMDAs	– Conferências Ministeriais de Defesa das Américas
ESUDE	– Escola Sul-Americana de Defesa
EU	– União Europeia
FARC	– <i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia</i>
FLAR	– Fundo Latino-Americano de Reservas
Fonplata	– Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FOSIM	– Formulário Sul-americano de Inventários Militares
GATT	– Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
IIRSA	– Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
Infoseg	– Rede de Informações de Segurança
ISI	– Instituições de Segurança Internacional
JID	– Junta Interamericana de Defesa
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
Minustah	– Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti
NAFTA	– Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OEA	– Organização dos Estados Americanos

ONU	– Organização das Nações Unidas
OSCE	– Organização para Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	– Organização de Tratado de Cooperação Amazônica
PEC	– Diretrizes da Política Exterior Comum da Comunidade Andina
P&D	– Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	– Produto Interno Bruto
PTA	– Acordo comercial preferencial
RESDAL	– <i>Red de Seguridad y Defensa de América Latina</i>
RSC	– Complexo Regional de Segurança
SADC	– Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento
SIPAM	– Sistema de Informação para Proteção da Amazônia
SIPRI	– <i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SISFRON	– Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira
SISME	– Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL
SIVAM	– Sistema de Vigilância da Amazônia
SMI	– Sistema Militar Interamericano
TIAR	– Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TIC	– Tecnologias da Informação e Comunicação
TIV	– <i>Trend-Indicator Valor</i>
UNASUL	– União de Nações Sul-Americanas Banco Central do Brasil
VANT	– Veículos aéreos não tripulados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	REGIONALISMO E COOPERAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS.....	19
2.1	REGIONALISMO E SEGURANÇA INTERNACIONAL	19
2.1.1	Ondas Regionalistas.....	22
2.1.2	Complexos Regionais de Segurança.....	28
2.1.3	Instituições de Segurança Internacional	35
2.2	COOPERAÇÃO E SUA ABORDAGEM EM SEGURANÇA E DEFESA.....	38
2.2.1	Conceituando Defesa e Segurança.....	39
2.2.2	Teorias de Cooperação	43
3	SEGURANÇA E DEFESA REGIONAL: ANÁLISE DA REGIÃO SUL-AMERICANA	53
3.1	PERSPECTIVAS DE DEFESA E SEGURANÇA REGIONAL	53
3.1.1	Arranjos Regionais: do Nível Hemisférico ao Sul-Americano	54
3.1.2	Panorama Militar da região	66
3.2	FONTES DE INSEGURANÇAS PARA A REGIÃO	76
3.2.1	Fronteiras e Interferências Extrarregionais.....	80
3.2.2	Segurança Pública e Atividades Ilícitas.....	84
3.2.3	Recursos Naturais e Energéticos	89
3.2.4	Cibernética e Ciberespaço	91
4	COOPERAÇÃO EM DEFESA: O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO DA UNASUL.....	94
4.1	UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS E O ADVENTO DO CDS.....	95
4.1.1	Fatores Sistêmicos: Reconhecimento Internacional do CDS e seu poder de influência sobre seus Estados membros	99
4.1.2	Fatores Institucionais: Estrutura organizacional do Conselho e Comprometimento de seus Estados membros	102
4.1.3	Fatores Orçamentários	105
4.1.4	Fatores Operacionais: Planos de Ação e o CEED-CDS	107
4.2	EIXOS DE DEFESA: A AMÉRICA DO SUL E O CDS	123
4.2.1	Eixo Político-Institucional	123
4.2.2	Eixo Cooperação Militar e Forças Armadas.....	132
4.2.3	Eixo Indústria e Tecnologia de Defesa	138

5	CONCLUSÃO.....	143
	REFERÊNCIAS.....	147
	APÊNDICE A – LISTA DE AUTORIDADES ENTREVISTADAS	167
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	168
	ANEXO A - ACORDOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL.....	169
	ANEXO B - DESENVOLVIMENTO DA UNASUL	170
	ANEXO C - FLUXOS DE COMÉRCIO INTRARREGIONAL DURANTE A ERA PÓS-II GUERRA	171

1 INTRODUÇÃO

A América do Sul constitui uma região marcada por complexidades e peculiaridades as quais nos levam a tentativa de compreensão de suas dinâmicas, que, em alguns casos, constituem iniciativas propriamente sul-americanas, com a busca pela ausência de interferências extrarregionais. Para analisarmos a sul-america, necessitamos construir uma visão efetivamente regional, que, ao mesmo tempo, não pode ser excluída do contexto que está inserida, o sistema internacional.

O comportamento dos Estados em uma determinada região se aproxima ao sistema internacional anárquico, onde se fazem presentes diferentes níveis de poder e interesses. Contudo, numa região, o sentimento de anarquia pode ser diminuído, se acordado a instauração de uma organização que una os interesses dos Estados ali presentes, de forma a possibilitar a construção de um cenário cooperativo. A América do Sul, durante os séculos XIX e XX, constituía-se de inseguranças e conflitos, apesar de em número baixo, suas intensidades afetavam toda a configuração regional. Todavia, com o advento do século XXI, verifica-se uma mudança de cenário, caracterizado pela busca da cooperação, envolvendo praticamente toda a região, especialmente com a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), dando-se os primeiros passos para uma cooperação em defesa. Vale ressaltar que, apesar dessa conjuntura relativamente pacífica, a presença de ameaças, em especial as não tradicionais, foi elevada, construindo-se assim um cenário de inseguranças ainda presentes e a necessidade de desenvolvimento de uma confiança mútua e transparência entre os Estados.

Nessa conjuntura, a presente dissertação buscará responder o seguinte questionamento: *Qual a importância/relevância do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL para a cooperação em defesa na América do Sul?* De forma sintética, compreendemos o termo cooperação em defesa, de acordo com o que será apresentado na seção 2.2.2, como um processo que abrange os âmbitos político, militar e de indústria de defesa, e que busca preservar a soberania dos Estados e impedir possíveis conflitos. Nesse sentido, consolidamos nossa hipótese, que se centra na relevância do Conselho de Defesa Sul-Americano para a construção da cooperação em defesa na região, o qual efetua uma contribuição mediana no viés político, porém baixa nos âmbitos de institucionalidade, de cooperação militar e Forças Armadas, e de indústria e tecnologia de defesa. Ressaltamos a constituição de um parâmetro para compreendermos os avanços do CDS em relação à cooperação em defesa na região, representado pelo quadro abaixo.

Quadro 1 - Parâmetro de análise do CDS

Baixo	Continuidade das iniciativas de defesa já existentes no âmbito bi e multilateral.
	Medidas cooperativas que abrangem os doze países membros da UNASUL.
Mediano	Continuidade das iniciativas de defesa já existentes no âmbito bi e multilateral, agora voltadas aos doze países membros da UNASUL.
	Inovações, na vertente cooperação em defesa, que ainda encontram-se em processo de consolidação.
Alto	Continuidade das iniciativas de defesa já existentes no âmbito bi e multilateral, agora voltadas aos doze países membros da UNASUL.
	Inovações na vertente cooperação em defesa consolidadas.

Fonte: Elaborado pela autora

Nosso objetivo geral se centra em compreender a importância do CDS para a cooperação em defesa na região sul-americana. Para tanto, nos utilizaremos de alguns objetivos específicos:

- a) verificar as teorias regionalistas, de complexos regionais de segurança, e de instituições de segurança internacional, e suas relações com a América do Sul;
- b) compreender as teorias cooperativas, especialmente cooperação em defesa, segurança cooperativa e medidas de confiança mútua;
- c) examinar a América do Sul, por meio de seus processos cooperativos, dados militares e fontes de inseguranças;
- d) analisar o CDS, a partir de seus fatores sistêmicos, institucionais, orçamentários e operacionais;
- e) averiguar e avaliar os eixos de defesa: político-institucional, cooperação militar e Forças Armadas, e indústria e tecnologia de defesa.

Com o projeto da UNASUL e a criação do CDS, primeiro órgão referente à defesa na região sul-americana, nota-se uma inovação, bem como um desafio para a consolidação de políticas de defesa nesse local. Destaca-se que tal Conselho, apesar de suas grandes aspirações e planos de ação, está em fase de consolidação, se inserido ainda em uma conjuntura cercada por incertezas. Contudo, verificamos a importância do CDS em uma América do Sul que passou a dar importância a questões de tal temática e a buscar um trabalho conjunto, protegendo a região tanto de suas inseguranças internas como internacionais, de forma a criar um cenário de confiança e transparência entre seus constituintes, deixando a região mais unida e com maior força e reconhecimento perante o sistema internacional.

Destacamos a revisão da literatura de acadêmicos, publicada por meio de dissertações e teses, para a construção deste trabalho, visto buscarmos, por meio do já publicado, uma

contribuição diferenciada para a área de estudo, especialmente no que tange nosso objeto, o Conselho de Defesa Sul-Americano, já que nossa vertente volta-se a avaliação do CDS, e não ao caráter recomendativo, como outros trabalhos acadêmicos.

Para tanto, nos propusemos a analisar a bibliografia produzida por especialista sobre a temática, os documentos fornecidos pela UNASUL e por seu Conselho, e, de forma complementar, efetuamos seis entrevistas com pessoal ativo no CDS e em seu Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED-CDS), para consolidarmos uma visão brasileira e argentina das perspectivas e dinâmicas que o nosso objeto está inserido, bem como suas medidas, ações e avanços constituídos. Assim, procuramos realizar uma análise que apresente as efetivas contribuições do organismo para a América do Sul e sua cooperação em defesa.

Desta forma, no primeiro capítulo executamos uma revisão bibliográfica sobre as perspectivas regionalistas, desde seus aspectos teóricos como a primeira e segunda onda regionalista, e sua importância para o entendimento de um subnível do sistema internacional, as regiões, que obtiveram grande relevância com o fim da Guerra Fria. Ademais, abordaremos a vertente dos complexos regionais de segurança, de Buzan e Weaver, nos inserindo na temática de defesa e segurança regional, e nos utilizando de uma abordagem mais crítica a respeito da teoria, associando, ao mesmo tempo, ao contexto sul-americano. A posterior, apresentamos o papel das instituições de segurança para o sistema internacional, tendo como autor base Duffield, por meio das principais correntes teóricas das Relações Internacionais, como neorrealismo, neoliberalismo e construtivismo. Como segunda parte do mesmo capítulo, nos voltamos às teorias cooperativas, para tanto, verificamos os conceitos de defesa e segurança, nos aprofundando à cooperação e seu viés de segurança e defesa. Abordamos também, para além da cooperação em defesa, a segurança cooperativa e as medidas de confiança mútua, visto serem ferramentas que nos permitem compreender com maior profundidade o cenário sul-americano.

No segundo capítulo efetuamos o exame, em uma primeira parte, dos principais arranjos hemisférios, sendo o Sistema Militar Interamericano (SMI) nosso grande foco, e regionais que os países sul-americanos se inserem, abrangendo desde a Comunidade Andina (CAN) ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Aliança Bolivariana dos Povos da América (ALBA) e Aliança do Pacífico; sendo tais elegidos por meio de sua relação e influência sobre o cenário de defesa e segurança regional e suas implicações sobre a UNASUL. Além disso, realizamos uma avaliação da situação sul-americana no que tangem suas iniciativas bi e multilaterais de cooperação militar e em seus gastos de defesa, em como são empregados e distribuídos. Em uma segunda etapa, buscamos analisar as principais

inseguranças que permeiam a América do Sul e como a cooperação tem permitido uma atenuação desta situação, voltando-nos as questões fronteiriças, interferências extrarregionais, instabilidades internas, atividades ilícitas, recursos naturais e energéticos, e cibernética e ciberespaço.

Com isso, desenvolvemos o último capítulo, relativo ao Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, em que abordamos seus fatores: sistêmicos, sobre o reconhecimento internacional do CDS e seu poder de influência sobre seus Estados-membros, com enfoque maior na visão brasileira e argentina; institucionais, referentes à estrutura organizacional e ao comprometimento de seus membros; orçamentários; e operacionais, com seus Planos de Ação e CEED-CDS. Ademais, complementamos esta abordagem com a avaliação dos eixos de defesa sul-americanos, tendo como parâmetros, apresentado no quadro 1, a situação anterior e posterior à criação do CDS, efetuando-se a análise das contribuições efetivas do Conselho, concentrando-nos nos campos político-institucional, de cooperação militar e Forças Armadas, e de indústria e tecnologia de defesa.

2 REGIONALISMO E COOPERAÇÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Para a consolidação de nosso propósito efetuamos a compreensão das bases teóricas que darão sustentação para a resolução do questionamento central que analisaremos nesta dissertação. Para tanto, o presente capítulo busca trabalhar os conceitos de regionalismo, em uma primeira parte, e cooperação, em sua segunda parte. Na primeira divisão destacam-se três seções, a primeira referente às teorias regionalistas, com enfoque na primeira e segunda onda do regionalismo, finalizando-se com uma análise da situação da América Latina, mais especificamente, da América do Sul. Na segunda seção, desenvolvemos a compreensão referente aos complexos regionais de segurança, marcando-se o momento de realce da vertente de defesa e segurança, por meio da abordagem de Buzan e Waever e seus críticos. Como última seção, verificam-se conceitos sobre as instituições de segurança internacional, destacando-se as correntes teóricas de Relações Internacionais que mais se relacionam com a temática, tendo como principal autor base Duffield. Já a segunda parte dividiu-se em duas seções, a primeira, refere-se aos conceitos de defesa e segurança tanto pelo viés teórico como os formalizados pelos Estados sul-americanos, realçando os autores Cepik e Saint-Pierre e os trabalhos da *Red de Seguridad y Defensa de América Latina* (RESDAL). Finalizando-se com as teorias de cooperação, com destaque às que vertem a segurança e defesa regional, a segurança cooperativa e as medidas de confiança mútua.

2.1 REGIONALISMO E SEGURANÇA INTERNACIONAL

O termo regionalismo proporciona o debate de outras expressões, como regionalização e região. Destaca-se que desde o final da década de 60 suas definições foram buscadas, chegando-se em alguns consensos. Primeiramente, segundo Wunderlich (2007, p.03), o regionalismo pode ser considerado como um fenômeno geral, sendo um processo político, de segurança ou de cooperação/coordenação econômica, podendo abranger, segundo Katzenstein (1996, p.05-06), fatores socioculturais internos e políticos externos para a região. Ademais, Fawcett (2004, p.433-434) complementa alegando que tal propicia a construção de uma política entre Estados e/ou atores não estatais dentro de uma determinada região, buscando objetivos comuns e consolidando grupos (sub) regionais, formalizados por meio de organizações.

O termo regionalização (processo “informal”) passa a ser um complemento empírico ao regionalismo (processo “mais formal”). Desta forma, a regionalização é um movimento

intrarregional de modificações dos níveis de interação social, político e econômico, sendo uma “unidade para os mecanismos de regulação mais formais e de governança regional” (tradução nossa)¹ (WUNDERLICH, 2007, p.03). Hurrell (1995, p.26) destaca que o vocábulo relaciona-se ao desenvolvimento da integração de uma sociedade regional, por meio de processos econômicos que proporcionam uma interdependência². Borja, González e Stevenson (1996, p.61-62) argumentam que a regionalização é uma resposta positiva a complexidade mundial, que por meio da fragmentação regional, possibilita uma nova forma de organizar as questões econômicas internacionais. Ao mesmo tempo, os autores ressaltam que o processo também pode ser visto como uma forma dos governos nacionais, que sozinhos são incapazes de enfrentar os problemas globais, intervirem no sistema internacional³, como em relação ao meio ambiente, narcotráfico e migrações, e coordenarem objetivos comuns. No campo da segurança, o termo é empregado como resposta a conflitos regionalizados (os quais serão discutidos no setor 3.2) (FAWCETT, 2004, p.433-434). Na terminologia econômica, a regionalização se refere à concentração regional de fluxos econômicos, com isso, o regionalismo comercial foi impulsionado pela formação e disseminação de acordos comerciais preferenciais (PTAs, sigla em inglês) (MANSFIELD; MILNER, 2003, p.590-592).

Grande parte dos processos regionalistas unem a negociação e a construção de “acordos ou regimes interestatais ou intergovernamentais”, sendo que “a cooperação regional pode envolver a criação de instituições formais, mas pode, com frequência, basear-se em estruturas bem mais frouxas, englobando padrões de reuniões regulares que obedecem a algumas regras” (a temática sobre instituições será aprofundada na seção 2.1.3). (HURRELL, 1995, p.28)

O conceito de região se torna cada vez mais complexo, principalmente com a globalização e o fim da Guerra Fria, pois, as regiões são formadas por vários fatores, desde econômicos, a políticos e culturais, os quais se transformam ao longo do tempo, e

¹ “[...] a drive for more formal regulatory mechanisms and regional governance”.

² De acordo com o viés institucionalista, a interdependência proporciona o aumento da cooperação internacional, sendo as instituições elementos importantes nesse cenário, onde os governos têm a possibilidade de conquistar seus interesses. (HURRELL, 1995, p.42-43) A interdependência refere-se a “situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países” (KEOHANE; NYE, 1987, p.730-731). Já para o neorealismo, a interdependência “encolheu o globo” e criou a necessidade de uma “gestão dos assuntos coletivos”. (WALTZ, 1979, p.210).

³ O sistema internacional é um conjunto formado por unidades políticas, sendo tais elementos que os governantes estatais utilizam para o cálculo de forças. A característica principal desse sistema é sua “configuração da relação de força” (unipolar, bipolar ou multipolar). O sistema pode ser homogêneo, em que existem Estados do mesmo tipo, dentro de uma mesma concepção política; e heterogêneo, onde os Estados são organizados de acordo com princípios diferentes. (ARON, 2002, p.153-160). De acordo com Waltz (1979, p.79-88) o sistema internacional é composto por uma estrutura e por unidades de interação, estando tais em uma relação de coordenação, sendo descentralizado e anárquico (ausência de governo central).

proporcionam, assim, grandes modificações no caráter e nas funções das regiões.⁴ Sendo as instituições regionais “marcadores para a existência de uma região”, visto o fornecimento de uma institucionalização e coesão regional, como nos casos, da União Europeia (UE), do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). (VÄYRYNEN, 2003, p.01-03; WUNDERLICH, 2007, p.137-138) Ademais, as regiões são classificadas de acordo com o nível de análise e pela distinção físico-funcional, em que, regiões físicas estão centradas na questão territorial, militar e econômica, controladas pelos Estados, em que constituem complexos regionais de segurança⁵; diferentemente das funcionais, definidas por fatores não territoriais, como a cultura (identidades) e o mercado com atores não estatais (redes de produção) (VÄYRYNEN, 2003, p.03-04). Fawcett, (2004, p.431-432) destaca que as regiões não estão delimitadas pelos limites estatais, tais podem abarcar unidades intra, super e trans estatais, proporcionando variadas formas de organizações, as quais podem incluir e excluir Estados, determinando o tamanho geográfico que será abrangido, como nos casos da Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento (SADC, sigla em inglês), com a exclusão da África do Sul durante o apartheid, e a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que abrange um grande número de Estados e reivindicações. Mansfield e Milner (2003, p.590-592) complementam alegando que os membros de uma região também partilham aspectos culturais, econômicos, linguísticos ou políticos, como no caso dos países francófonos.⁶

Katzenstein (1996, p.05-06) destaca em seu trabalho o papel da lista de 21 atributos de Thompson, que nota três fatores definidores do subsistema regional, “proximidade geográfica geral, a regularidade e a intensidade das interações, e percepções compartilhadas do subsistema regional como um distintivo teatro de operações” (tradução nossa)⁷. Nesse contexto, o autor formula sua definição de região, propondo um ponto de reflexão diferente

⁴ Durante a Guerra Fria, as regiões podiam ser vistas como aglomerados políticos ou econômicos dos grandes países do sistema internacional, sendo os motivos políticos e militares importantes para o desenvolvimento de “super-regiões” como com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a Organização da Unidade Africana (OUA). Contudo, ao início da década de 90, as organizações “sub-regionais e microrregionais” tiveram um papel mais ativo, como o Conselho de Ministros do Báltico, o Grupo de Xangai e MERCOSUL. (VÄYRYNEN, 2003, p.01-04)

⁵ Termo discutido na seção 2.1.2.

⁶ Wunderlich (2007, p.49-51) analisa a abordagem de Björn Hettne, que “identifica cinco graus de ‘regioness’ [“describe the situation in which the process of regionalization has advanced far enough for the region to attain some intrinsic regional features” (VÄYRYNEN, 2003, p.14-15)], na qual, uma região é uma unidade geográfica; um sistema social, com relações transnacionais entre atores e agentes, que compõe um complexo regional de segurança; uma cooperação organizada, em âmbitos econômicos, políticos, sociais ou militares; uma sociedade civil, que permite a comunicação social e os valores regional; atores coletivos ou internacionais (identidade diferenciada; legitimidade e estruturas de tomada de decisão)”.

⁷ “[...] general geographic proximity, regularity and intensity of interactions, and shared perceptions of the regional subsystem as a distinctive theater of operations”.

do abordado pelos autores apresentados acima, alegando que estas são produto da hegemonia estadunidense, e não de suas dinâmicas internas, sendo assim ferramentas do Estado dominante em nível global. (KELLY, 2007, p. 222)

Desta forma, observamos que as regiões detém uma complexidade de fatores, os quais variam de acordo com a fonte de análise dos autores apresentados, bem como com o problema que está sendo investigado. Assim, Kelly (2007, p.205) destaca que “o novo regionalismo pretende transcender a cartografia e construir regiões sobre uma característica compartilhada de acordo com a demanda funcional” (tradução nossa)⁸.

2.1.1 Ondas Regionalistas

Para compreendermos o desenvolvimento do regionalismo necessitamos iniciar os estudos a partir do entendimento do cenário econômico do pós Guerras Mundiais, contexto em que também se desenvolve a era da Guerra Fria, conhecida como o “constante confronto das duas superpotências [Estados Unidos e União Soviética] que emergiram da Segunda Guerra Mundial” (HOBSBAWM, 1995, p.223)⁹. A economia global nascida nesse cenário teve como características marcantes a adoção do “liberalismo incorporado” e do multilateralismo. O primeiro refere-se ao comprometimento governamental no que tange a manutenção da economia nacional; e o segundo pode ser considerado como definidor da ordem pós-1945, visto que a cooperação entre vários Estados gerou princípios de condutas apropriados para esse contexto, sem privilegiar interesses nacionais (RAVENHILL, 2008, p.15). Ademais, verificou-se um momento de expansão da economia internacional “com o aumento do comércio e dos investimentos diretos ultrapassando o ritmo de crescimento do produto global”, constituindo o cenário da globalização (ALMEIDA, 2001). O termo globalização pode ser explicitado como o crescimento acelerado das atividades econômicas, através das fronteiras nacionais e regionais, sendo um processo amplo, por abranger transformações políticas, econômicas e culturais; e limitado, visto sua incompletude, caracterizada pela mudança estrutural da economia global (LIMA; COUTINHO, 2005, p.02-03; MELLO, 1999, p.165-168).

⁸ “The new regionalism intends to transcend cartography and build regions on a shared characteristic according to a functional demand”.

⁹ Maiores informações sobre os eventos históricos desse período podem ser encontradas em HOBSBAWM, Eric. Capítulo 8: Guerra Fria. In: HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.223-252.

A globalização e a regionalização são processos opostos (o primeiro é centrífugo e impulsionado por fatores microeconômicos, e o segundo centrípeto e um fenômeno político), mas que se reforçam mutuamente (HURRELL, 1995, p.39; KATZENSTEIN, 1996, p.03; OMAN, 1996, p.31). Com a globalização e a desregulamentação dos mercados, tem-se um enfraquecimento do controle econômico nacional, o que acaba sendo compensado com a regionalização, proporcionando ainda um crescimento econômico regional, devido à proximidade geográfica e às interdependências (KATZENSTEIN, 1996, p.03-04). No campo político, a regionalização *de jure* (pela lei) proporciona uma resposta política aos desafios da globalização, com a formação de instituições, criando-se políticas comerciais comuns, bem como uniões aduaneiras, monetárias e políticas, proporcionando a redução de barreiras, o reforço à soberania e o crescimento econômico da região (OMAN, 1996, p.04-06).

A primeira fase do regionalismo nasce nesse contexto, que, segundo a perspectiva da economia política¹⁰, é uma resposta para o desenvolvimento regional e humano, onde o Estado está vinculado ao mercado e à sociedade. Katzenstein e Shiraishi (1997 apud MOON, 1998, p.341)¹¹ ressaltam que o regionalismo econômico não tem como objetivo único o crescimento econômico, mas também a conquista de controle político sobre os processos da globalização econômica. Vale-se destacar que dentro de uma região a cooperação econômica pressupõe um baixo nível de conflito, necessitando-se assim uma relação entre as instituições de defesa e as econômicas, onde uma exerce influência sobre a outra (NOLTE, 2010, p.900).

Os estudiosos do regionalismo dessa época identificaram dois motivos principais para se focarem no tópico regional. O primeiro deles tange a descolonização, que proporcionou a criação de novos Estados, incluídos no sistema internacional, o que perpetuou a fragmentação do sistema na década de 1970, com o advento do terceiro-mundismo. Como segundo elemento tem-se a União Europeia, que serviu como estímulo e modelo para os processos integracionistas, os quais propiciavam também a amenização dos conflitos da descolonização, com o advento de novas organizações regionais. (KELLY, 2007, p.203)

Verifica-se no período pós Guerras a proliferação de organizações regionais, como a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), a Liga Árabe, e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (FAWCETT, 2004, p.437). Além disso, a economia mundial tornou-se mais integrada, principalmente com a criação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês). Destaca-se que o regionalismo comercial estava

¹⁰ “A Economia Política considera os quadros historicamente constituídos e as estruturas dentro das quais as atividades econômicas se desenvolvem”. (MELLO, 1999, p.161)

¹¹ KATZENSTEIN, Peter J.; SHIRAISHI, Takashi. **Network Power: Japan and Asia**. London: Cornell University Press, 1997.

em um período de ascensão, principalmente devido à alta concentração de comércio regional entre Estados geograficamente próximos, que constituíam a mesma PTA (vide Anexo C) (MANSFIELD; MILNER, 2003, p.596-598). Os primeiros 30 anos após a II Guerra Mundial podem ser caracterizados por uma “integração superficial”, com a diminuição das barreiras de comércio de commodities, sendo aprofundada ao longo do tempo (BURFISHER; ROBINSON; THIERFELDER, 2004, p.01-04). O sistema internacional, assim, estava formado por Estados soberanos e instituições multilaterais, as quais proporcionavam segurança e estabilidade econômica, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e as instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), respectivamente (HURRELL, 2007, p.129).

Já com término da Guerra Fria, nota-se um cenário influenciado por pressões geográficas, principalmente com a relevância do regionalismo e pelas forças estruturais do equilíbrio de poder internacional. Essa conjuntura pode ser caracterizada por alguns pontos, como o colapso econômico e militar da União Soviética, criando “vácuos de poder” em sua esfera de influência e no sistema internacional, proporcionando ainda, com o fim da bipolaridade do sistema¹², a agressividade de alguns Estados, especialmente devido ao sentimento de insegurança com a menor probabilidade de intervenção de superpotências e a proliferação de armamentos. O fim da luta ideológica foi outro fator importante, que agravou o cenário de conflitos internos, unido à quebra do “império multinacional” soviético, em que os Estados tiveram que optar pela autossuficiência ou pela transformação econômica. (STEIN; LOBELL, 1997, p.103-118) A ameaça comunista era um dos elementos de ligação entre os fatores de segurança, que auxiliava na manutenção do sistema capitalista; com seu término, os sentimentos de instabilidade e incertezas foram elevados (OMAN, 1996, p.15).

Lake e Morgan (1997) argumentam que no mundo pós Guerra Fria o plano regional tornou-se mais claro, sendo o centro de conflito e cooperação entre Estados, bem como o nível de análise de assuntos de segurança contemporâneos. Segundo Buzan e Waeber (2003, p.10-11), essa abordagem pode ser estruturada a partir da concepção de que o declínio da rivalidade da superpotência reduz a sua interferência sobre o restante do mundo, além do fato de a maioria das grandes potências de antes serem *lite powers* agora, ou seja, suas dinâmicas domésticas as empurram para longe do envolvimento militar e da competição estratégica

¹² O sistema bipolar é caracterizado por uma configuração de forças agrupadas em duas, em que outras forças não superam o poder desses dois Estados. “Esse sistema pode não ser mais instável ou belicoso do que o pluripolar, porém está mais sujeito à guerra geral. De fato, se todas as unidades políticas pertencem a um dos dois campos, todo conflito local interessará o conjunto do sistema.” (ARON, 2002, p.203-207)

mundial, deixando aos Estados locais e às sociedades a resolução de suas relações políticas militares.

Nessa conjuntura, verifica-se que a Guerra Fria mostrou-se como uma “arena” para o crescimento regional, e seu fim proporcionou grandes oportunidades para este, principalmente no que tange ao número de organizações regionais e na adesão de outros Estados. O regionalismo da década de 1990 contribuiu para a descentralização do sistema internacional, sendo suas alterações de equilíbrio interno refletidas em formas institucionais e práticas. (FAWCETT, 2004, p.438-439) As décadas de 1970 e 1980 caracterizaram-se por uma fase de recessão, principalmente devido aos dois choques do Petróleo (1973 e 1979) e a crise da dívida externa da América Latina (ALMEIDA, 2001). Nasceu, nesse contexto, o Consenso de Washington¹³, que objetivava auxiliar a América Latina na redução de sua dívida externa. Entretanto, suas políticas resultaram em um prejuízo ao crescimento econômico de longo prazo, com um fraco sistema financeiro, e com a redução do papel do governo na economia. (MARANGOS, 2009, p.198-202) Além disso, teve-se a elevação da dependência à economia global, principalmente no que tange o capital externo, concomitante ao aumento das exportações de commodities e dos débitos internacionais (KOHLI, 2012, p.538-548).

O novo regionalismo passa então a estar associado ao término da Guerra Fria e a adoção da agenda neoliberal, especialmente com o Consenso de Washington. Ademais, com o advento das crises financeiras e dos processos de instabilidades regionais e nacionais, verifica-se uma agenda voltada também para as questões de desenvolvimento e segurança internacional, como referentes à pobreza, meio ambiente, saúde, dívida externa, bem como luta contra o terrorismo e a proliferação das armas nucleares.¹⁴ (LIMA; COUTINHO, 2005,

¹³ Os dez pontos do Consenso de Washington: (1) Disciplina fiscal: déficits orçamentários pequenos e sem auxílio do imposto inflacionário. (2) Prioridades na despesa pública: a despesa pública deve ser redirecionada a áreas politicamente sensíveis que recebem mais recursos, como educação primária, saúde e infraestrutura. (3) Reforma tributária: aumentar a base tributária e reduzir as taxas marginais de imposto. (4) Liberalização financeira. (5) Política de taxa de câmbio: taxa de câmbio a um nível suficientemente competitivo para induzir rápido crescimento das exportações não tradicionais. (6) Liberalização do comércio. (7) Investimento Estrangeiro Direto. (8) Privatização. (9) Desregulamentação: abolição de regulamentações que impedem a entrada de novas empresas ou que restrinjam a concorrência. (10) Direitos de propriedade. (MARANGOS, 2009, p.198-199)

¹⁴ Strange (1970, p. 305-307) mostrou o nascimento da interação entre economia e política internacionais, descrevendo como as mudanças com o desenvolvimento econômico internacional afetaram, diretamente, as relações internacionais. Primeiramente, verificou os “efeitos diretos” no envolvimento comum entre Estados, no que tange a expansão da rede econômica internacional, dentre tais: empregos, preços de mercadorias e reserva monetária. Ademais, existem os “efeitos de impedimento”, desenvolvidos “quando a sensibilidade mútua das economias nacionais diminui a efetividade das políticas econômicas nacionais”. Além disso, verificou-se a “competitividade”, pautada na barganha entre Estados e na busca pela manutenção do interesse econômico nacional, que pode levar a um possível cenário de conflito internacional. Como alternativas para tal contexto notou-se as vertentes ou da cooperação, a partir de organizações internacionais e relações bi e multilaterais, ou da defensiva, que se utiliza de armas para manter o bem-estar da população.

p.03-06) Nota-se a presença de novos elementos para a distinção do nível regional em relação ao sistema internacional. Primeiramente, as regiões são estruturalmente abertas à intervenção de cima, diferentemente do sistema global fechado. Ademais, a densidade geográfica qualifica o dilema de segurança, sendo as ameaças distribuídas de forma desigual, visto a baixa capacidade de projeção de poder¹⁵ pela maioria dos Estados, diversamente ao poder das grandes potências. Por fim, os Estados fracos transformam o dilema de segurança¹⁶ regional para dentro, visto seu mau funcionamento e as guerras interestaduais. Os regionalistas consideram que os subsistemas são formalmente abertos e a sobreposição é uma ameaça constante. Contudo, os custos de penetração têm aumentado no terceiro mundo, que se tornou populoso e politicamente mobilizado, pois, com a descolonização e o colapso da bipolaridade tais regiões tornaram-se livres, em que a autonomia regional em assuntos de segurança é a nova norma. (KELLY, 2007, p.197-200) Assim, com o colapso soviético, as regiões foram menos influenciadas pelos padrões de segurança internacional, em que nos arranjos regionais as inseguranças, tradicionais ou não (tema desenvolvido na parte 3.2), passaram a se destacar, sendo os Estados locais os responsáveis pela busca de suas soluções, diminuindo-se assim o “incentivo” da presença de poderes extrarregionais (HURRELL, 2007, p.131).

Desta forma, Hurrell (1995, p.24) caracteriza o “novo regionalismo” por quatro elementos: o “regionalismo Norte-Sul”, retratado pelo NAFTA; a variação institucional; o caráter multidimensional, abrangendo o econômico, político e securativo; e o aumento da consciência regional, relativo a identidade.¹⁷ Destaca-se que o tema sobre instituições será trabalhado mais especificamente na seção 2.1.3.

¹⁵ Rodriguez (2013, p.17-8) analisa que para Dahl poder relaciona-se com o controle e a influência sobre outros estados. Mearsheimer classifica o poder de um Estado em latente (tamanho da população e nível de riqueza) e militar (Forças Armadas, com destaque ao exército). Já, segundo Waltz, o poder é medido pela capacidade material do Estado: “tamanho da população e do território, dotação de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência”. No caso dos teóricos liberais, são considerados também os incentivos de comunicação e cooperação, os quais podem interferir na redefinição de interesses e estratégias. (NYE, 1988, p. 249-51)

¹⁶ Em uma sociedade anárquica verifica-se a presença do dilema de segurança, em que “groups or individuals living in such a constellation must be, and usually are, concerned about their security from being attacked, subjected, dominated, or annihilated by other groups and individuals. Striving to attain security from such attack, they are driven to acquire more and more power in order to escape the impact of the power of others. This, in turn, renders the others more insecure and compels them to prepare for the worst. Since none can ever feel entirely secure in such a World of competing units, power competition ensues, and the vicious circle of security and power accumulation is on.” (HERTZ, 1950, p.157)

¹⁷ Ethier (1998, p.1216-1218) apresenta algumas características das iniciativas regionais, apesar de não se aplicarem a todos os casos atuais. A primeira se refere à ligação de países pequenos com grandes, como no caso da NAFTA, UE e MERCOSUL; esses países pequenos, dentro das organizações buscam reformas unilaterais, que possibilitam a atração de maiores investimentos externos diretos. Ademais, os acordos passam a incluir não apenas questões sobre barreiras comerciais, mas também sobre uma integração mais estreita, sendo o grau de liberalização modesto. Com isso, a liberalização é alcançada com concessões dos pequenos países, através de acordo unilaterais.

Voltando-se ao estudo dos países da América Latina, verificamos duas situações, em que, com a primeira onda regionalista, a região atrela-se a liderança estadunidense e a estratégia de substituição de importações. Já com a nova onda nota-se uma região mais independente e com um mercado aberto.¹⁸ “Hoje, a América Latina oferece um amplo espectro de organizações regionais que abrange diferentes áreas temáticas, refletem diferentes tipos de integração e cooperação, e representam os diferentes projetos políticos ideológicos.” (tradução nossa)¹⁹ (NOLTE, 2013, p.09-10). Verifica-se assim, a importância dada à cooperação mais intensa por meio dos vieses políticos, econômicos e securativos, maior foco no desenvolvimento social, das infraestruturas e energético, bem como na busca pelo distanciamento das estratégias do Consenso de Washington (SANAHUJA, 2010, p.94-95).

Nota-se a presença de variadas organizações internacionais, que trariam “maior peso e melhor capacidade de pressão nas questões internacionais que eram, muitas vezes, compartilhadas entre estes atores”. Contudo, ressalta-se que, apesar da origem comum e dos arranjos regionais, não se efetivou a confiança e o fim dos conflitos. (PAGLIARI, 2009, p.69)

Não apenas em termos econômicos a concertação hemisférica mostrou mecanismos inoperantes, mas também em termos políticos e de segurança. O Consenso de Cartagena não logrou construir uma unidade na questão da dívida externa, assim também a OEA mostrou-se ineficaz quando da guerra das Malvinas, pois ficou clara a inviabilidade em utilizar-se o TIAR [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca] para os fins que se propunha, ou seja, como elemento da solidariedade continental, para ser empregado quando esta fosse colocada em risco por um inimigo externo comum. [...] os países da América Latina não conseguiram a convergência necessária para estabelecer respostas políticas que possibilitassem a construção de um projeto conjunto. (PAGLIARI, 2009, p.74).

No caso da América do Sul, observa-se, apesar de seu histórico de dinâmicas conflituosas, a inserção de um projeto cooperativo entre seus Estados, especialmente com o advento das teorias regionalistas pós Guerra Fria, sendo uma resposta tanto as pressões externas como as necessidades dos governos nacionais, que sofriam, nos anos 80, com a perda de suas autonomias (HURRELL, 1996, p.124-125). De início, o processo de regionalização teve seu enfoque em questões econômicas e na inserção competitiva, porém nos últimos anos tem-se manifestado próximo à globalização, onde sua articulação se baseia no Estado e sua vinculação com a região, o que permitiu a estruturação de um poder internacional, principalmente por meio das instituições regionais, derivadas de uma construção baseada nos

¹⁸ Faz-se importante destacar o termo regionalismo aberto, frequentemente utilizado, que é definido pela CEPAL como “[...] conjunto de mercados dinâmicos plenamente integrados a la economía internacional mediante la progresiva eliminación de las barreras al intercambio comercial en conjunción con medidas vigorosas encaminadas a incrementar el acceso social al mercado.” (REZA, 2003, p.309-310)

¹⁹ “Today, Latin America offers a broad spectrum of regional organizations that embrace different issue areas, reflect different types of integration and cooperation, and represent different political ideological projects.”

níveis estatal-regional-global. Destaca-se a modificação das prioridades, centradas, a partir do século XXI, no político e social, em debates estratégicos, no desenvolvimento da região como zona de paz e cooperação, em alternativas para o desenvolvimento dos recursos humanos e naturais, e em planos de defesa e segurança regional. Assim, a situação internacional facilitou a criação de novos organismos regionais, e ao mesmo tempo permitiu a constituição do espaço sul-americano, entretanto, com vários desafios ainda a serem enfrentados, principalmente relacionados ao modelo de governança e à participação dos Estados e sociedades. (BIZZOZERO, 2011, p.34-40)²⁰

2.1.2 Complexos Regionais de Segurança

A abordagem regional para a vertente de defesa e segurança se faz presente com o advento da nova onda regionalista, em que se verifica a crescente constituição de arranjos de segurança nesse âmbito, abrangendo tanto organizações regionais como estudos teóricos (MEDEIROS FILHO, 2010, p.50-51). A regionalização da segurança internacional pode ser vinculada ao fim da Guerra Fria, como já apresentado, em que seu término proporcionou grandes mudanças nas dinâmicas do sistema internacional, especialmente com a ampliação da agenda de segurança, devido à elevação das inseguranças (PAGLIARI, 2009, p.66).

Assim, as questões de segurança foram particularizadas por regiões, contudo, não podemos excluir o papel e a influência do sistema global sobre tais. Segundo Kolodziej (1995, p.313-314) “cada região vai precisar de uma combinação diferente de incentivos materiais, principalmente econômicos e militares, bem como de lideranças e recursos diplomáticos, para induzir à progressiva aceitação de soluções menos coercitivas e mais consensuais”. Hoogensen (2005, p.269) analisa que, essa nova conjuntura de segurança nos mostra que importantes articulações são originadas de fontes para além do Estado e do sistema internacional, abrangendo desde segurança humana²¹ a aspectos de segurança social e regional. Buzan verifica que a segurança individual não pode ser desconectada da estatal, com isso, os Estados devem buscar evitar a securitização de todos os temas, visto a subjetividade do termo, já que a segurança é “determinada pelos atores”.²² (PAGLIARI, 2009, p.26-7)

²⁰ A temática introduzida sobre os arranjos regionais da América Latina, mais especificamente da América do Sul, será desenvolvida no capítulo três desta dissertação.

²¹ “Human Security, in this sense, is not a ‘post-military’ strand of security but a handful of phenomena that takes place in the borders of the remaining security conceptions”. (GAMA, 2013, p.37-38).

²² Pagliari (2009, p.35-37) verifica que “Wæver enfatiza que os problemas de segurança minam a ordem política, à medida que ameaçam a soberania ou a independência dos Estados de forma rápida, fazendo com que este perca a capacidade de administração. Para contrapor-se a essa ameaça o Estado mobilizar-se-á com o

Nesse contexto, Buzan e Waever (2003, p.43-50) desenvolvem a teoria de complexos de segurança. Para isso, os autores definem uma região como local em que os Estados ou outras unidades estão próximos, em que seus elementos de segurança não podem ser considerados separados um dos outros, ainda nesse nível, os extremos de segurança nacional e global interagem. Ademais, determinam a presença da sub-região, “uma parte daquela região onde não estão considerados todos os Estados ou parte deles que a compõe”, apresentando-se dois padrões “os complexos regionais, nos casos em que existe continuidade geográfica, e os subsistemas não regionais, nos casos em que não se configura a coerência territorial”. O primeiro ainda pode conter subcomplexos, com padrões distintos, mas interdependentes. No que tange ao segundo, destaca-se que está pautado, especialmente, por questões não militares ou políticas, visto a distância geográfica. (PAGLIARI, 2009, p.47-48)

Questiona-se esta definição de complexos regionais, por pautar-se na consideração neorrealista e estrutural, em que os autores classificam uma região por meio da delimitação de proximidades geográficas, somado aos discursos dominantes de segurança. (HOOGENSEN, 2005, p.271). Ressaltamos a necessidade de uma maior interligação entre os autores regionalistas, apresentados na seção 2.1.1, com a visão de complexos de Buzan e Waever, o que permitiria a construção de uma concepção mais abrangente, visto o sistema internacional estar envolto de questões políticas, econômicas, militares e socioculturais, muitas vezes inseparáveis, e que refletem o contexto regional, especialmente com o término do conflito bipolar e a intensificação do regionalismo.

O complexo regional de segurança (RSC – sigla em inglês), tendo como foco o Estado e o âmbito político-militar, pode ser definido como: “um conjunto de unidades, em que os principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados um do outro” (tradução nossa)²³, sendo manifestados dentro de conglomerados regionais. Assim, os RSCs são regiões vistas a partir da lente de segurança, definidas por padrões de amizade e inimizade, tomando a forma de subglobal, sendo geograficamente coerentes em relação à interdependência de segurança e afetados por fatores históricos, como longas inimizades ou

máximo de seu esforço possível. Dessa forma, a segurança coloca a política além das regras do jogo estabelecidas e enquadra o assunto como um tipo especial de política ou acima dela. Esse processo denomina-se securitização (*securitization*), que pode ser entendido como uma versão mais extrema da politização, na medida em que qualquer assunto ou questão pública pode se localizar no espectro.” Assim, “a securitização, a seu turno, é uma prática performativa – um ato de fala através da qual o ator securitizador (*securitizing actor*) identifica uma ameaça existencial (*existential threat*) a um objeto referencial (*referential object*).” (XAVIER; FERREIRA, 2011, p.265).

²³ “[...] a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another.”

cultura comum. Sua formação deriva da interação entre: a estrutura anárquica e sua balança de poder, e as pressões da proximidade geográfica, as quais podem gerar mais interações de segurança entre os vizinhos, como no caso de ameaças, sendo seu impacto sentindo principalmente nos setores ambiental, militar, político e social. Ademais, a estrutura característica dos RSCs, além de anárquica, está baseada na relação de poder, com a definição de sua polaridade como no sistema internacional, e nos discursos de amizade e inimizade. Além disso, os complexos não são estáticos, podendo ser modificados de duas formas, por “transformação interna”, ocorrendo dentro de seu contexto externo existente; e “transformação externa”, em que o âmbito externo se expande ou contrai, modificando o complexo em sua estrutura essencial e em seus membros constituintes. (BUZAN; WAEVER, 2003, p.43-53)

A teoria dos complexos regionais proporciona o estudo da segurança considerando quatro níveis e sua interação. O primeiro seria composto pela esfera doméstica dos Estados que compõem a região, observando-se, especialmente, as vulnerabilidades dos Estados, pois são estas que definirão os temores de segurança dos mesmos. O segundo seria constituído pelas ações recíprocas que geram a região como tal, ou seja, as relações entre Estados. A seguir, deve-se atentar para as relações da região desenvolvidas com as demais regiões próximas, mesmo que este nível supostamente tenha interações relativamente limitadas. Por fim, estaria a interação entre o sistema global e as estruturas de segurança regionais, mediante o papel que desempenham as potências globais na região. (PAGLIARI, 2009, p.44)

Os autores Lake e Morgan (1997, p. 48-49), discutem os aspectos regionais pela visão de segurança, como realizado por Buzan e Waever, em que, o sistema regional é um conjunto de Estados afetados por elementos transfronteiriços e por externalidades locais²⁴ de uma determinada área geográfica. Se tais externalidades constituem alguma ameaça a segurança dos indivíduos ou governos, tem-se a formação do sistema de segurança regional. Assim, de acordo com a interpretação de Kelly (2007, p.210-211), para Lake o mais importante refere-se à interação entre a região e as ameaças. Pagliari (2009, p.63) verifica que na concepção dos autores, os complexos regionais de segurança não consideram a questão geográfica como condição para que um Estado seja membro do complexo. Com isso, as potências externas tornam-se parte desses complexos, não efetuando assim, diferentemente do caso de Buzan e Waever, a diferenciação entre os níveis global e regional, visto que “ao incluir a potência externa na região, desconsidera-se a opção de a mesma poder afastar-se ou mesmo de ser excluída da situação”.

²⁴ As externalidades de segurança são diferentes em magnitude, definidas nos termos de custos impostos por outros Estados, e diferem em como os seus efeitos são distribuídos sobre os Estados relevantes. (LAKE, MORGAN, 1997, p.52-53)

Verifica-se que Buzan e Waever buscam entender as relações de segurança por meio da estrutura completa que os complexos se inserem, analisando os fatores externos que também os afetam (PAGLIARI, 2009, p.44-45). Usualmente, o nível global é distinguido do regional pela penetração de outras potências, que não ocorre no primeiro, mas que no segundo é um padrão dos RSCs.²⁵ Contudo, existe um esquecimento da situação em que a potência já está inserida em uma região, como o caso da China, que opera tanto em sua região, como influencia outras dinâmicas regionais. Assim, para efetuar-se uma diferenciação entre os níveis, tem-se a necessidade de distinção entre *standard* (padrão) e *centred* (centrado) dos RSCs. O primeiro é uma estrutura anárquica, formada por dois ou mais poderes e uma agenda política-militar, sendo sua polaridade definida pelas potências regionais, variando de unipolar a multipolar. Destaca-se que mesmo em um ambiente de unipolaridade, sua potência não exerce um papel global, podendo se efetuar uma clara distinção entre o nível regional e o nível global. Ademais, seus termos de amizade e inimizade podem variar desde conflituosos, a regimes de segurança e comunidades. Já o segundo RSC podem ser constituídos de três formas:

- a) quando unipolar, e sua potência é um grande poder e uma superpotência, em que o nível global de poder irá dominar a região e suas potências regionais não terão peso suficiente para definir outro polo regional;
- b) é possível que um RSC padrão unipolar torne-se central, quando o Estado poder é elevado à potência global, como no caso dos Estados Unidos;
- c) quando uma região é integrada por instituições, ao invés de um único poder, como no caso da UE, abrangendo o status de instituição de segurança e ator em nível global. (BUZAN; WAEVER, 2003, p.55-56)

Buzan e Waever (2003, p.61-62) destacam que em duas condições os RSCs não se formam, em *overlay* ou *unstructured*. *Overlay* ocorre quando os interesses da potência mundial transcendem a simples penetração, dominando a região de forma que o padrão das relações locais de segurança deixa de existir, consequência de um possível alinhamento dos Estados ou presença de Forças Armadas de grande poder. Ressalta-se que esse termo é

²⁵ “Os Estados que possuem a mais elevada capacidade política e militar, além das condições econômicas para suportá-las em todo o sistema internacional, se caracterizariam como superpotências. [...] A superpotência atua como *player* global, agindo de forma ativa nos processos de securitização e dessecuritização – seja como ameaça, garantidora, aliada ou interventora – se não em todas as regiões do sistema, pelo menos na maior parte delas. As grandes potências, por sua vez, ultrapassam a escala regional de influência, porém, não necessariamente, desempenham o papel de global *players* em todos os setores, assim, não estão presentes em todos os processos de securitização. [...] De outro lado, os líderes regionais são atores importantes nos complexos regionais do qual fazem parte, contudo, as suas capacidades não ultrapassam notadamente tais complexos.” (PAGLIARI, 2009, p.58)

inaplicável a dinâmicas internas da região, mesmo com um grande poder dominando, visto que o local não se submete às dinâmicas extrarregionais. Já *unstructured* efetiva-se quando os Estados locais têm baixa capacidade e poder de projeção, e/ou onde o isolamento geográfico interfere nas relações, como em ilhas separadas pelo oceano.

O teórico Lemke (2002, p.49-97) efetua uma complementação do RSC, com a teoria de hierarquias locais, em que “a capacidade dos Estados em interagirem militarmente com o outro auxilia a identificar quando existem complexos de segurança” (tradução nossa)²⁶. No que se refere a conflitos e paz, a teoria se assemelha a hierarquia do sistema internacional, pois, quando um poder local é dominante, existe uma maior probabilidade de paz no local, diferentemente quando existe uma transição de poder, em que a probabilidade de guerra é maior. Assim, Lemke desenvolve um modelo baseado nas ideias de Buzan, em relação à geografia e às relações de amizade e inimizade, e nas de Lake, referente às ameaças e à projeção de poder (por meio de capacidade militar).

Nesse sentido, observa-se a fragilidade das teorias de Lemke e Buzan e Waever em relação aos Estados “fracos”, necessitando-se assim, uma complementação de Ayoob (1995 apud KELLY, 2007, p.211-218)²⁷ e Job (1992 apud KELLY, 2007, p.211-218)²⁸ com o dilema de segurança interno. A fraqueza de alguns Estados muda o foco da segurança, de uma pressão interestatal para uma intraestatal, visto que, a falta de legitimidade popular leva estes Estados a um contínuo desafio a sua soberania interna. Assim, a preocupação dos Estados em relação à segurança evidencia-se não estar atrelada apenas ao âmbito externo, mas também a segurança interna de um país (AYOOB, 2002, p.35). Com isso, as organizações regionais servem, nesse cenário, como elementos para a construção do Estado e um reforço às suas soberanias (assunto complementado na seção 2.1.3).

O espaço sul-americano, atualmente, encontra-se formado por uma rede regional de organizações, fóruns e instâncias multilaterais, sendo alguns desses elementos reafirmações de soberania nacional, fontes de questionamentos e conflitos desde a independência (SERBIN, 2010, p.01-02). Assim, a regionalização e os movimentos cooperativos desenvolvem, na América Latina, uma alternativa à “marginalização” e ao desequilíbrio em relação ao “Estado hegemônico” regional (PAGLIARI, 2009, p.54).

²⁶ “[...] ability of states to interact militarily with each other helps identify when security complexes exist”.

²⁷ AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1995.

²⁸ JOB, Brian. **The Insecurity Dilemma: National Security of Third World States.** Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

O RSC da América do Sul iniciou sua constituição com os processos de independência, que originaram a instabilidade de muitas fronteiras e, conseqüentemente, guerras.²⁹ O cenário de conflito interestadual sul-americano recente pode ser organizado em três categorias, de acordo com a posição regional dos Estados, segundo teorizado por Buzan e Waever (2003, p.315-316). Primeiramente, o caso Brasil–Argentina, referente ao status de liderança regional e a busca por equilíbrio de influências, situação que teve sua maior intensidade durante o século XX. O segundo elemento compõe os outros Estados significativos, como Chile, Colômbia, Peru e Venezuela, que se envolveram em conflitos durante os séculos XX e XXI, como apresentaremos na seção 3.2.1. Como último ponto, são os *buffer states* (Estados tampão), marcados por suas perdas territoriais consideráveis e por serem elementos capazes de impedir a escalação de conflitos entre os Estados da região por se situarem entre polos de poder, Estados estes como Equador, Bolívia, Uruguai e Paraguai, Guiana e Suriname (apesar de seu conflito referente a demarcação de fronteiras na região do Triângulo do Novo Rio). Contudo, em oposição a esta última definição, ressaltamos a necessidade de consideração da situação dos denominados *buffer states* de forma não definitiva, primeiramente devido à desconsideração pelos autores de seus fatores históricos e sociais, concomitante aos grandes avanços internos destes Estados, especialmente ocorridos no atual século XXI na Bolívia e no Uruguai, podendo ser considerados atualmente como peças importantes para a dinâmica regional.

Vale-se destacar o papel dos Estados Unidos, potência com poder de penetração sobre a América do Sul. Durante o século XX, a intervenção militar dos EUA focou-se na América Central e no Caribe, com intervenções claras, diferentemente do caso sul-americano, em que tais ocorriam de forma secreta, a exemplo do Chile em 1972. (BUZAN; WAEVER, 2003, p.309-310) Atualmente, a busca do controle estadunidense sobre a região está marcada pela reativação do *Southern Command* e da Quarta Frota³⁰, bem como a permanência de bases

²⁹ Alguns dos mais relevantes conflitos interestaduais nessa região foram: a Guerra da Cisplatina (1825-28); a Guerra do Paraguai (1865-70); a Guerra do Pacífico (1879-83); a Guerra do Chaco (1932-5); a Guerra Colômbia-Peru (1932-33); a Guerra de Zarumilla (1981 e 1995); e a Guerra das Malvinas (1982). Destaca-se que, em alguns casos as guerras civis obtiveram maior intensidade do que as apresentadas acima, em especial, *La Violencia* da Colômbia (1949-62); a repressão dos dissidentes no Chile (1973-77); a *Guerra Sucia* na Argentina (1976-80); a luta contra Sendero Luminoso no Peru (1982-2000); e o atual conflito armado colombiano. (BUZAN; WAEVER, 2003, p.305)

³⁰ Em 1947 foi criado pelos EUA um Comando Unificado (*Caribbean Command*) voltado para a América Central e do Sul, sendo que em 1963, o nome foi modificado para *United States Southern Command*, tendo como objetivos “conduzir operações militares e promover estabilidade regional para atingir os objetivos estratégicos dos EUA”, com um foco para “combate ao tráfico de drogas; ações humanitárias (incluindo auxílio em caso de desastres naturais); cooperação regional e condução de exercícios militares com Forças Armadas de países amigos.” Nesse contexto, cria-se a Quarta Frota, com o objetivo de estreitar laços com as Marinhas da região,

militares avançadas em alguns países da região e a constância de acordos bilaterais de cooperação. (SILVA, 2012, p.12)

Desta forma, o padrão do RSC sul-americano está marcado por tensões sociais internas e instabilidade política, conjugados com rivalidades regionais e penetrações extrarregionais, principalmente pelos EUA. Concomitante ao fato de que, apesar de suas questões ainda em fase de resolução, suas instabilidades não chegam a serem efetivadas em grandes conflitos, buscando-se a solução por meio diplomático, principalmente devido ao incentivo do Brasil (BUZAN; WAEVER, 2003, p.310-313). Ademais, outro fator importante é a inconstância da política externa, presente em democracias jovens. “Essa inconstância implica em predomínio de políticas de governo em detrimento de objetivos de Estado, voltadas para o longo prazo”, observadas a partir dos questionamentos sobre acordos existentes³¹.

Nesta conjuntura, Buzan e Waever (2003, p.322-334) diferenciam o RSC sul-americano em dois subcomplexos, em Cone Sul e Andino do Norte. No primeiro caso, observa-se uma transformação de área de conflito em um local cooperativo, visto a cooperação econômica entre Argentina e Brasil, com a criação do MERCOSUL e o programa de não proliferação nuclear. Já no segundo prevalece à formação de conflitos, principalmente no que se refere ao narcotráfico e o maior envolvimento estadunidense, especialmente na Colômbia, bem como as instabilidades internas. Neste contexto, o Brasil passa a ser a ponte entre esses dois subcomplexos, proporcionando desde políticas cooperativas, a programas contra o narcotráfico, busca da diminuição da presença dos EUA, e a proteção ambiental da Amazônia.

Cepik (2005, p.07) demonstra que esta diferenciação apresentada pelos autores acima não pode ser aceita, pois, ao final de 1995, a grande diferenciação é apenas da guerra civil colombiana, o que não poderia ser considerada como elemento decisivo visto sua amenização no que tange seu *spill-over* (transbordamento) regional, principalmente com o advento do governo de Santos, bem como com o “colapso argentino em 2001, a crise política no Brasil, e da dificuldade de classificação do Paraguai neste contexto”, concomitante a existência de instituições que unem, com objetivo cooperativo, os dois supostos subcomplexos. Entretanto,

sendo nesta época formada por “cruzadores e contratorpedeiros, auxiliados por algumas unidades menores e navios de apoio”. (POGGIO; SILVA, 2014).

³¹ Como nos casos, da Bolívia, sobre o Pacto de Trégua (1884); do Equador, a respeito do Protocolo do Rio (1942); da Venezuela, referente ao Acordo de Genebra (1966); e da Argentina e a disputa pela soberania das Ilhas Malvinas com a Grã-Bretanha, com a aderência para uma “causa nacional”. (SILVA, 2012, p.17-21).

as dificuldades persistentes na capacidade dos países sul-americanos coordenarem posicionamentos internacionais na área de segurança têm implicações para uma análise das possíveis direções da mudança. As fontes de mudança, neste momento, são tanto internas à região (polarização entre as opções da Colômbia e da Venezuela, crise política no Brasil, ritmo e forma da integração econômica e política *etc.*), quanto externas (pressão dos Estados Unidos sobre países específicos e para que a região como um todo venha a ‘internalizar’ sua agenda de segurança). (CEPIK, 2005, p.07).

Desta forma, “a região não tem estabelecido mecanismos multilaterais que sejam efetivos e suficientes para responder aos seus conflitos, além de fragmentar-se quanto a possíveis respostas comuns às fontes de insegurança e ameaças”, especialmente devido à baixa institucionalidade. Todavia, observa-se uma conjuntura de mudança em relação aos aspectos da segurança e defesa, por apresentarem uma maior relevância no atual século XXI, “conformando movimentos de aproximação e de ruptura entre estes países”³². (PAGLIARI, 2009, p.14-17) Tais pontos serão abordados nas próximas seções da dissertação.

2.1.3 Instituições de Segurança Internacional

Para desenvolver uma análise sobre as instituições de segurança internacional (ISI) que permeiam o sistema internacional, necessitamos compreender seu papel que, de acordo com Duffield (2006, p.634-638), tais buscam, em sua maioria, resolver ou regular: a produção e posse de armas; a ameaça ou utilização de armas para fins políticos, que causam lesões ou mortes humanas e físicas; e a preparação de atividades, em tempos de paz, das forças militares com armamentos. Ainda segundo o autor, podemos diferencia-las por meio de categorias. Destaca-se, primeiramente, o conjunto baseado nos seus fundamentos analíticos, que podem ser inclusivos ou exclusivos. No primeiro caso, busca-se melhorar a segurança de seus participantes, com o respeito entre eles, reduzindo-se a probabilidade de conflito, abrangendo desde sistemas de segurança coletiva à proibição do uso da força. Já o segundo, refere-se a garantir a segurança de seus participantes em relação ao restante do sistema internacional (Estados considerados como ameaças reais ou potenciais), ao mesmo tempo, influencia o comportamento, intenções e capacidades dos seus membros. Ademais, a segunda categoria de classificação tange as regras operativas e as contingentes. As primeiras se limitam as atividades em curso dos Estados, na maioria dos casos abrangem os acordos de controle de armas e proibição do uso da força (inclusivos), e acordos de controle de exportações

³² Algumas iniciativas para a cooperação militar foram desenvolvidas, como: operações conjuntas nas regiões de fronteira, treinamentos e simulações entre Forças Armadas; e a presença de países sul-americanos em operações de paz da ONU. (SILVA, 2011, p.132-133).

(exclusivo). Já as contingentes marcam as atividades dos Estados em circunstâncias hipotéticas, geralmente prescritivas, destinadas a prevenção, tendo como vertentes: os sistemas inclusivos de segurança coletiva (regras operativas que proíbem atos, e regras contingentes com respostas informais e desenvolvidas independentemente), a exemplo das Nações Unidas; e as alianças exclusivas (assistência ao membro em caso de ataque), como a OTAN.

Vale-se ressaltar o papel das fontes teóricas como elementos fortalecedores da importância de tais instituições, bem como desencorajadores. Como primeiro marco teórico apresentamos o neorrealismo, que se refere ao uso da força pelos Estados, à anarquia internacional e a incerteza em relação a intenções, capacidades e ações estatais, em que compreende as instituições como ferramentas que influenciam minimamente o comportamento dos Estados e os resultados internacionais. Nesse conjunto, os Estados serão relutantes em criar instituições e obedecer às regras estabelecidas por tais, visto as incertezas de comportamento e o temor de alguns Estados obterem maiores ganhos que os outros, aumentando assim sua capacidade. Critica-se, contudo, a grande preocupação desta corrente com os ganhos relativos, já que, em alguns casos, estes não se fazem presentes nos negócios de segurança e podem ser insuficientes para inibir a cooperação, além disso, essas apreensões tendem a ser diminuídas entre Estados aliados. Porém, mesmo quando se fazem presentes, tal receio pode ser ultrapassado quando trabalhado em conjunto contra um inimigo comum. Já quando referente à relação com adversários, as instituições têm o papel de sanar as preocupações, pois são incapazes de distribuir consequências. Além disso, as ISIs podem ter o papel de elevar a segurança de seus membros sem afetar seus poderes relativos, como nos casos de operações de paz, ou mesmo quando as instituições possuem consequências distributivas, um Estado pode não ter oportunidade de explorar os ganhos relativos, a exemplo da relação entre Estados com armamento nuclear. (DUFFIELD, 2006, p.639-641; PEDERSEN, 2002, p.679).

Outro viés neorrealista destaca que mesmo se os Estados optarem por criar instituições, estas serão apenas reflexos dos interesses de seus Estados-membros mais poderosos, sendo assim “epifenômenos”, visto seus requerimentos de mudanças de comportamentos. Quanto a esse argumento, discutir-se que até mesmo os Estados mais poderosos têm incentivos para cumprir as regras das instituições, por conveniência ou incentivo propriamente dito. Além disso, as instituições podem servir como mediadores entre a distribuição de poder e interesses, e as formas de comportamentos. Ainda podem apresentar considerável resiliência em relação às mudanças estruturais, especialmente devido aos custos

de serem criadas, as incertezas sobre seu uso, sua capacidade de adaptação a novos fins, e seu histórico formado por regras e recursos (DUFFIELD, 2006, p.640-642).

A corrente com estudos mais desenvolvidos no referente aos impactos das instituições é o institucionalismo neoliberal. Apesar de algumas proposições próximas ao neorealismo³³, os teóricos se utilizam do funcionalismo, alegando que os Estados criarão regras que servirão aos seus interesses, sendo as instituições elementos que proporcionam opções aos Estados e diferentes incentivos. Podem ser identificados alguns mecanismos que as regras institucionais podem agir. Primeiramente, podem atuar como “pontos focais” que ajudam os Estados a resolverem os problemas de coordenação, como por meio de normas comuns da OTAN para as forças militares e doutrinas. Ademais, Estados-Membros podem obter benéficos mútuos ajustando seu comportamento, especialmente para a conquista de vantagem militar temporária (em tempo de paz ou de guerra), e para o esclarecimento de intenções. Outro impacto é a redução de incertezas, por meio de regras de transparência ou inspeções. Além disso, as instituições podem reduzir os custos de transação, com a resolução de disputas, criação de regras e reação efetiva a instâncias, como no caso do Conselho de Segurança da ONU, que se baseia na carta das Nações Unidas para interpretar e organizar respostas às violações. (DUFFIELD, 2006, p.642-644) Devemos também ressaltar que instituições são locais de poder, já que podem fornecer um papel relevante para Estados mais fracos, como no caso do NAFTA, os quais sofrem com os custos da exclusão caso não se afilem a uma determinada organização; proporcionando ainda ações internas, com o desenvolvimento de reuniões e trabalhos normativos, além de espaço para novas coalizões (HURRELL, 2005, p.195-198).

Uma terceira abordagem teórica (instituições como ferramentas organizacionais) enfatiza as características organizacionais das instituições. Nesta perspectiva, tais são elementos com “dimensão física ou material” que Estados-Membros se utilizam para a conquista de seus interesses. Nessa corrente, subdividem-se as instituições em: atores coletivos, que dão voz aos seus membros, criando uma legitimação coletiva, que pode conquistar apoio internacional e centralizar atividades e recursos, sendo uma fonte de alavancagem; e em atores autônomos, já que os Estados criam corpos para a realização de funções executivas. Sua autonomia, apesar de não violar os interesses dos Estados que as criaram, permite a execução de funções tanto individuais como de grupos de Estados-

³³ Os Estados são egoístas e racionais, preocupados com seus próprios interesses, sendo os principais atores na política internacional. Interação em um sistema anárquico, sem uma autoridade que os proteja ou os obrigue a cumprir acordos (DUFFIELD, 2006, p.642).

membros. Ademais, podem servir como monitores ou árbitros, em situações de recusa de acesso de outras organizações, devido sua natureza neutra (DUFFIELD, 2006, p.645-646).

Outra fonte teórica é construtivismo social, em que os atores e as estruturas sociais são “mutuamente constituídas”, nesse sentido, a natureza dos atores torna-se sujeita a modificações por meio das interações, e as instituições são “efetivas escolas” onde tais aprendem novas compreensões, e, ao mesmo tempo, persuadem um ao outro, já que as instituições também constituem locais para discussão (DUFFIELD, 2006, p.646-648).

Nesse contexto, vale-se ressaltar o papel das instituições em Estados mais fracos, os quais apresentam problemas internos, como brevemente discutidos na seção anterior, em que são ferramentas para reforçar a soberania. Assim, se os problemas de segurança são internos, os esforços para a segurança regional estarão voltados à gestão das instabilidades internas, e não dos conflitos interestaduais. Nesse contexto, a internalização do dilema de segurança faz com que as elites cooperem para promover a “segurança interna coletiva”. Com isso, as externalidades, presentes usualmente nas fronteiras, tornam-se internalidades, compartilhadas com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento (KELLY, 2007, p.218-219).

A era atual apresenta algumas particularidades que devem ser consideradas nesse contexto de instituições de segurança internacional, visto que o sistema internacional está marcado por um número considerável de instituições, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos têm emergido como uma potência global, e as questões de segurança têm abrangido outros grandes Estados, especialmente com o advento as ameaças transnacionais (DUFFIELD, 2006, p.649-650). A demanda por cooperação internacional continua crescente, especialmente com a interdependência econômica, a presença de inseguranças, e as mudanças tecnológicas. Contudo, mesmo com o estabelecimento de normas comuns nas instituições, existe a ausência de um poder real capaz de efetivar o cumprimento das decisões coletivas. Nota-se assim, a presença de instituições com variados níveis de institucionalização que perpassam o cenário atual e que ainda apresentam dificuldades perante a complexidade do sistema internacional e as conjunturas de segurança (PATRICK, 2014. p.58-59).

2.2 COOPERAÇÃO E SUA ABORDAGEM EM SEGURANÇA E DEFESA

Como já apresentado na seção 2.1.1, o fim da Guerra Fria criou um cenário de regionalização de conflitos e de suas soluções, proporcionando a busca do entendimento das condições que moldam os sistemas regionais (SOLINGEN, 1998, p.05). Nesse contexto, os Estados necessitam buscar formas coletivas, já que as ameaças atuais perpassam as fronteiras

nacionais e regionais (como será discutido na seção 3.2), concomitante ao fato de que nenhum Estado é completamente “poderoso” a ponto de não estar vulnerável a nenhuma ameaça, o que requer a cooperação com outros Estados, para que assim as inseguranças sejam discutidas e resolvidas, e o entorno, bem como os Estados, tornem-se mais seguros (UN, 2004, p.01-16). Com isso, verifica-se a importância da discussão sobre as questões referentes à defesa e segurança nacional e regional, como também, a cooperação em defesa.

2.2.1 Conceituando Defesa e Segurança

Os conceitos de defesa e segurança perpassam alguns caminhos de interpretação, especialmente quando sua orientação volta-se para a reflexão pragmática, efetuada por governantes estatais e estrategistas de Forças Armadas; ou quando a reflexão está marcada pela abordagem da guerra e da defesa pelo viés epistemológico, por meio do conceito e da teoria (SAINT-PIERRE, [2014], p.138-139). Desta forma, o conceito de segurança, de acordo com Saint-Pierre (2008, p.59), “indica um estado ou sensação que produz a percepção de ausência de ameaças que coloque em risco a existência, a propriedade, os interesses, os valores ou o particular modo de ser de quem percebe.” (tradução nossa)³⁴. Assim, a segurança pauta-se na “negação”, ou seja, na ausência da ameaça. Já a atividade em si, é denominada defesa.

Se por um lado nos sentimos seguros quando nada nos ameaça, nos sentimos “defendidos” quando sabemos que fizemos tudo que o estava ao nosso alcance para manter alerta nossa atenção à emergência de ameaças, quando sabemos que aproveitamos da melhor maneira possível os meios ao nosso alcance, e as circunstâncias. (SAINT-PIERRE, 2008, p.59, tradução nossa)³⁵

O conceito de segurança permeia o “objeto referente (quem e o que está sendo ameaçado) da segurança internacional e [...] as ameaças (por quem e o que está sendo ameaçado) a ela” (OLIVEIRA, 2009, p.15). Com o fim da Guerra Fria as ameaças transnacionais passaram a se fazerem presentes e constituírem um desafio aos Estados, visto a implicação de uma difícil separação entre questões de segurança nacional e regional/internacional (MEDEIROS FILHO, 2010, p.41-42). Com isso, ocorreu a ampliação do conceito, incluindo outros objetos para além do Estado, como indivíduos e instituições, e

³⁴ “[...] indica un estado o sensación que produce la percepción de ausencia de amenazas que coloque en riesgo la existencia, la propiedad, los intereses, los valores o el particular modo de ser de quien percibe.”

³⁵ “Si por un lado nos sentimos seguros cuando nada nos amenaza, nos sentimos “defendidos” cuando sabemos que hemos hecho todo lo que estaba a nuestro alcance para mantener alerta nuestra atención a la emergencia de amenazas, cuando sabemos que aprovechamos de la mejor manera posible los medios a nuestro alcance, y las circunstancias.”

tipos de ameaças ademais das fronteiriças, como econômica, política e social; nascendo a denominação segurança multidimensional (DEWITT, [2014], p. 02; OLIVEIRA, 2009, p.15; SAINT-PIERRE, 2008, p.60).

Tal conceito, utilizado em cúpulas hemisféricas, especialmente as latino-americanas, especifica os elementos que interagem sobre a segurança de um Estado, sociedade e indivíduos. De acordo com o que foi apresentado na declaração de Quito, de 2004, a segurança abrange o campo multidimensional para permitir o progresso das nações, em que a vertente humana é “promovida”, por meio do respeito aos direitos e liberdades, bem como pelo desenvolvimento econômico, social e educacional (SAINT-PIERRE, 2013, p.135).

Nesse sentido Saint-Pierre (2013, p.135-138) realiza uma crítica à utilização deste conceito, visto que, essa ampla abordagem não deve se tornar parte dos objetivos específicos da política de defesa de um Estado (do Ministério da Defesa), principalmente devido a sua incapacidade de ação e decisão sobre tais temática, como de saúde, migrações e reconstrução após desastres naturais. Ademais, critica-se a ideia de ameaça comum a todo o hemisfério, visto o conceito de ameaça ser “perceptivo” (conceito especificado na seção 3.2). Com isso, as ameaças nacionais estão condicionadas ao cenário geopolítico específico e ao contexto político de cada país, e assim, uma única ameaça para toda a América Latina é inviável, bem como a aplicação de uma única doutrina de segurança ao continente.

Assim, verifica-se a definição de conceitos próprios de defesa e segurança por cada país, como apresentado no quadro abaixo para a região de estudo desta dissertação, a América do Sul, com a ausência de apenas três países da região, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Nesse contexto, Cepik (2001 apud MORAES 2010, p.37) define segurança nacional como meio de “proteção coletiva e individual” da sociedade “contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia”, destacando, com isso, o papel relativo da condição de segurança.

Quadro 2 - Conceitos de defesa e segurança

País	O que é defesa?	O que é segurança?
Argentina	Defesa nacional é a integração e ação coordenada de todas as forças para a solução de conflitos que exigem o emprego das Forças Armadas, com a finalidade de garantir a soberania e independência da Nação, integridade territorial e capacidade de autodeterminação, e proteger a vida e liberdade de seus habitantes. (Lei de defesa nacional, Nº 23.554 - 05/05/1988, Art. 2).	Segurança interior é definida no direito de liberdade, vida e patrimônio dos habitantes, direito e garantias, e plena vigência das instituições do sistema representativo, republicano e federal que estabelece a Constituição Nacional. (Lei de segurança interior, Nº 24.059 - 17/01/1992, Art. 2).
Bolívia	A defesa é uma responsabilidade do Estado, integral, multifacetada, dinâmica, permanente e articulada com segurança e desenvolvimento, baseada na união entre sociedade civil e militar, para a proteção do Estado, da sociedade e de seus	Segurança Integral é uma condição política, econômica, cultural, social, ambiental e militar; um processo contínuo e perdurável, com dinâmica própria; nascida com a organização do Estado; relaciona-se com a soberania e independência dos

País	O que é defesa?	O que é segurança?
	interesses, bem como na participação das Forças Armadas em operacionalizar as políticas sociais do Estado. Assim, a defesa está conceituada como conjunto de medidas que o Estado utiliza para fazer frente à agressão interna ou externa para garantir adequada segurança, sendo responsabilidade de todas as organizações e pessoas naturais ou jurídicas. (Bases para Discussão da Doutrina de Segurança e Defesa do Estado Plurinacional da Bolívia, 2010).	Estados; tem caráter fundamentado nos objetivos e interesses do Estado; é condição para o desenvolvimento. (Bases para Discussão da Doutrina de Segurança e Defesa do Estado Plurinacional da Bolívia, 2010). A segurança do cidadão é um bem comum, de prioridade nacional para o desenvolvimento do livre exercício dos direitos e garantias individuais e coletivas, e uma condição fundamental para a convivência pacífica e o desenvolvimento da sociedade. (Lei do Sistema Nacional de Segurança Cidadã “Para uma vida segura”, Nº 264 – 01/08/2012, Art. 3).
Brasil	Defesa nacional é um conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. (Política de Defesa Nacional, 2012). A estratégia nacional de defesa é inseparável da estratégia nacional de desenvolvimento, sendo um vínculo entre conceito e política de independência nacional e Forças Armadas, que resguarda essa independência. A base para isso é a identificação da Nação com as Forças Armadas e das mesmas com a Nação. (Estratégia Nacional de Defesa, 2012).	A segurança é uma condição que permite ao país a preservação de sua soberania e integridade territorial, realização de seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantia aos cidadãos de exercício de direitos e deveres constitucionais. (Política de Defesa Nacional, 2012).
Chile	Defesa nacional é o conjunto de meios materiais, humanos e morais que uma nação pode opor-se as ameaças de um adversário contra os seus interesses, principalmente sua soberania e integridade territorial. Seu objetivo é alcançar uma condição de segurança externa, para que o país pode alcançar seus objetivos sem interferência externa. É uma função intransferível do Estado. Contribui para a segurança do país através do uso legítimo da força, a dissuasão e a cooperação internacional. (Livro da Defesa Nacional de Chile, 2010).	A segurança consiste em uma condição para o alcance dos fins do Estado e da Nação, particularmente de desenvolvimento social e econômico. (Livro da Defesa Nacional de Chile, 2010).
Colômbia	A política Integral de Segurança e Defesa para Prosperidade (PISDP) enfrenta desafios de segurança que ameaçam o país no início da segunda década do século XXI. Para o Governo Nacional, consolidar a paz significa garantir a prevalência do Estado de Direito, da segurança, da plena observância dos direitos humanos e do eficaz funcionamento da justiça em todo território nacional. O PISDP definiu seis objetivos estratégicos, que visam neutralizar qualquer ameaça vinda de quatro principais fatores de risco: os grupos armados à margem da lei, crimes contra cidadãos, ameaças externas e desastres naturais: (1) Levantar a um mínimo a produção nacional de narcóticos; (2) Desarticular os grupos a margem da lei e criar condições suficientes de segurança; (3) Criar condições de segurança para os cidadãos; (4) Avançar a um sistema dissuasivo crível, integrado e interoperante; (5) Contribuir com atenção a desastres naturais e catástrofes; (6) Fortalecer a institucionalidade e o bem-estar do setor de segurança e defesa nacional. (Política Integral de Segurança e Defesa para a Prosperidade, 2011).	
Equador	A defesa é um dever do Estado e direito e dever do cidadão. Componente da segurança integral e garante a soberania e integridade territorial, bem como preserva os direitos, garantias e liberdades dos cidadãos e tem participação ativa na integração regional. É um bem público, com condução exclusivamente civil. (Agenda Política da Defesa 2014-2017)	Segurança pública será parte integrante de todos os habitantes do Equador, sociedade como um todo, instituições públicas e privadas, envolvendo ações combinadas de prevenção, proteção, defesa e sanção, sendo impedidos os riscos e ameaças que atentem contra a convivência, a segurança dos habitantes e do Estado e o desenvolvimento do país; proteger a segurança de coexistência e cidadão, eles defenderão a soberania e integridade territorial (Lei de segurança pública e do Estado, Nº 35 - 28/09/2009, Art. 4) A abordagem integral da segurança é a condição que visa garantir e

País	O que é defesa?	O que é segurança?
		proteger os direitos humanos e as liberdades dos cidadãos, governança, a aplicação da justiça, o exercício da democracia, a solidariedade, a redução da vulnerabilidade, a prevenção, proteção e resposta a riscos e ameaças. (Plano Nacional de Segurança Integral, 2011).
Paraguai	A defesa nacional é um sistema de políticas, procedimentos e ações desenvolvidas exclusivamente pelo Estado para enfrentar qualquer forma de agressão externa que ponha em perigo da soberania, a independência e a integridade territorial ou o ordenamento constitucional democrático vigente. (Lei de defesa nacional e de segurança interna, Nº 1.337 - 14/04/1999, Art. 2).	Segurança interna é a situação em que a ordem pública está resguardada, assim como a vida, liberdade e direitos das pessoas e entidades, em marco da plena vigência das instituições estabelecidas na Constituição Nacional. (Lei de defesa nacional e de segurança interna, Nº 1.337 - 14/04/1999, Art. 37).
Peru*	Defesa Nacional como um conjunto de medidas, previsões e ações que o Estado gera, adota e executa em forma integral e permanente, tanto no âmbito interno como externo. (Livro Branco de Defesa Nacional, 2005).	A segurança é a situação que o Estado garante sua independência, soberania e integridade, e para o povo, os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição. (Livro Branco de Defesa Nacional, 2005).
Uruguai	Defesa nacional abrange todas as atividades civis e militares destinadas a preservar a soberania e a independência do país, para preservar a integridade do território e de seus recursos estratégicos, bem como a paz da República, ajudando a criar as condições para o bem-estar social da população. Defesa nacional é um direito e um dever de toda a população. É um bem público, um papel essencial, permanente, não delegável e integral do Estado. (Lei marco da defesa nacional, Nº 18.650 - 08/03/2010, Arts. 1 e 2).	Segurança é a situação necessária para que haja uma ordem jurídica institucional dentro do território nacional. Compreende todos os atos para garantir a preservação da ordem, abrangendo a manutenção da paz interior, paz social, nível cultural, as condições necessárias para o normal desenvolvimento das atividades econômicas e a manutenção da soberania e independência do estado. (Base para Política de Defesa Nacional, 1999).
Venezuela	Defesa é o conjunto de sistemas, métodos, medidas e ações, qualquer que sejam sua natureza e intensidade, que ativamente formule, coordene e execute o Estado com a participação de instituições públicas e privadas, e pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, a fim de salvaguardar a independência, liberdade, democracia, soberania, integridade territorial e o desenvolvimento da Nação. (Lei orgânica de segurança da Nação, GO Nº 37.594 - 18/12/2002, Art. 3).	Segurança é baseada no desenvolvimento integral e é a condição, estado ou situação que garante o gozo e exercício dos direitos e garantias nas áreas econômicas, sociais, políticas, culturais, geográficas, ambientais e militares dos princípios e valores constitucionais pela população, instituições e cada uma das pessoas que compõem o estado e a sociedade, com projeção geracional, dentro de um sistema de democracia, participativo e protagonista, livre de ameaças à sua sobrevivência, à sua soberania e à integridade do seu território e dos demais espaços geográficos. (Lei orgânica de segurança da Nação, GO Nº 37.594 - 18/12/2002, Art. 2).

Fonte: Adaptado de Donadio e Tibiletti (2012, p. 40-42 e Donadio e Tibiletti (2014, p. 38).

Nota: *O sistema de segurança e defesa nacional do Peru é um conjunto inter-relacionado de elementos do Estado, com funções orientadas para garantir a segurança nacional mediante a concepção, planejamento, direção, preparação, execução e supervisão da defesa nacional. (Lei do sistema de segurança e defesa nacional, Nº 28.478 - 27/03/2005, Art. 3) (DONADIO; TIBILETTI, 2012, p.41).

Nesse conjunto de definições e conceitos, podemos verificar a existência de divergências explícitas entre os Estados. Como analisado por Saint-Pierre e Silva (2014, p.284-290), observa-se que os atores regionais não possuem a mesma compreensão dos conceitos de defesa e segurança, especialmente, devido suas “diferenças históricas, geopolíticas, culturais, idiossincráticas, institucionais, de percepções de ameaças e suas

capacidades defensivas”. Os autores destacam três fatores influentes para a formação destes conceitos próprios de cada país da América do Sul. O primeiro relaciona-se com a “territorialidade”, visto ser um elemento de conflitos seculares, causando corridas armamentistas e medidas para garantir o interesse e a soberania nacionais. Como segundo fator tem-se a “percepção de ameaças” que influencia a compra de armamentos, a exemplo da corrida naval entre Argentina e Brasil, no século XX, voltada à compra de encouraçados *dreadnought*. Já como último elemento verifica-se o papel das Forças Armadas, que podem empregar funções variadas (de proteção da soberania à manutenção da estabilidade interna) de acordo com a política de defesa de cada país. “Isso se dá majoritariamente por duas razões: 1) as deficiências institucionais para combater eficazmente o crime organizado nacional/transnacional; 2) resquícios de prerrogativas desfrutadas pelas FA [Forças Armadas] nos períodos dos regimes militares”.

Contudo, para o estabelecimento de um processo cooperativo entre esses países no âmbito da defesa e segurança exige-se uma “univocidade conceitual”, algo que tem sido desenvolvido pelo órgão Conselho de Defesa Sul-Americano, por meio de seu Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, objetivando-se desenvolver uma visão particular da região sobre a temática (SAINT-PIERRE; SILVA, 2014, p.295-301).³⁶

2.2.2 Teorias de Cooperação

A política internacional, fora do estado de natureza, apresentam três grandes dificuldades. A primeira relaciona-se aos incentivos, questionando até que ponto um determinado Estado buscará seu *status quo*. O segundo problema refere-se à busca por recursos e terras por Estados não autossuficientes, especialmente por não existir uma autoridade que detenha o controle. Por fim, tem-se o dilema de segurança, em que, muitas vezes, o ganho de segurança por parte de um Estado cria uma ameaça para outro. (JERVIS, 1978, p.168-170)

Nesse contexto, a noção sobre o dilema do prisioneiro torna-se importante visto compor a compreensão de cooperação mútua. Nesse dilema, dois jogadores podem cooperar ou desertar, sem saber a escolha que o outro fará. (AXELROD; HAMILTON, 1981, p.1391; BETTS; EAGLETON-PIERCE, 2005, p.06) Com isso, as decisões serão tomadas por meio da reciprocidade de suas ações, excluindo-se no caso de cooperação qualquer necessidade de

³⁶ O assunto vertente á UNASUL, em mais específico, ao CDS, será desenvolvido no capítulo 4 desta dissertação.

confiança, troca de mensagens, altruísmo ou autoridade central (AXELROD, 1984, p. 04). No decorrer do jogo, os participantes começam a perceber que tentativas unilaterais, para aumentar sua segurança, podem fracassar, já que as ações levam à reações correspondentes, o que acaba por degradar a segurança de ambos os jogadores (Estados). Com isso, vale-se destacar o papel da segurança cooperativa, a qual será discutida mais a frente, por ser uma ferramenta para promover a segurança nacional, tomando o lugar da dependência estatal, como apresentada no dilema de segurança regulado pela balança de poder³⁷ e *self-help*³⁸. (MIHALKA, 2001, p.29-66)

Nesse cenário Jervis (1985, p.61-79) apresenta quatro fatores que levam a “melhora” do dilema de segurança, e assim a cooperação entre Estados. Como primeiro elemento têm-se as mudanças de estratégias ofensivas e defensivas, em que, usualmente, a elevação da segurança por parte de um Estado faz com que seus vizinhos se sintam ameaçados, contudo, por meio da segurança mútua esta situação pode ser alterada. O segundo fator são as mudanças de retorno, em que a cooperação é provável quando a “exploração do outro” é menos atrativa. Como terceiro ponto é a mudança na transparência, em que a cooperação se faz provável quando não só se tem o aumento da recompensa em cooperar, mas também quando é possível elevar a transparência de um Estado em relação as suas ações. Por fim, a mudança em previsões, sendo possível estimar as ações do Estado, especialmente se haverá cooperação, o que acaba influenciando outros Estados a cooperarem também. Desta forma, a comunicação e a previsibilidade são elementos que elevam a possibilidade de cooperação, porém não significando que esta será facilmente alcançada.

De acordo com a corrente liderada por Waltz, o neorealismo, discuti-se que as oportunidades e dificuldades tanto na cooperação como em conflitos são criados pelo sistema internacional, voltando-se ao dilema de segurança. Na vertente militar, a cooperação torna-se rara, pois, normalmente, “qualquer vantagem é extremamente valiosa”, sendo a principal forma de cooperar por meio de alianças³⁹ ou controle de armamentos. (ABDUL-HAK, 2013,

³⁷ O termo balança de poder pode ser retirado da definição de Hans Morgenthau, que se relaciona a “- uma política direcionada para um determinado Estado de coisas; - um determinado Estado concreto de coisas; - uma distribuição de poder aproximadamente igual; - qualquer distribuição de poder” (DINIZ, 2007 apud REZENDE, 2013, p. 26). Maiores informações em: DINIZ, Eugenio. **Política Internacional**. Guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.

³⁸ *Self-Help* ou Autoajuda é um princípio de ação em um sistema internacional anárquico para a manutenção da sobrevivência do Estado, em que cada Estado procura a melhor maneira para obter os seus interesses e conquistar ganhos, seguindo a lógica do dilema do prisioneiro para a escolha entre o uso da força ou cooperar (WALTZ, 1979, p.111-113).

³⁹ As alianças são criadas com a finalidade de união de forças para se enfrentar ou se defender de um inimigo comum, presentes tanto em momentos de guerra como de paz (inibindo possíveis agressões de outros Estados) (MORAES 2010, p.30-32).

p.29-30) Já Mearsheimer, teórico do realismo ofensivo, alega a possibilidade de cooperação (como balança de poder), apesar de suas dificuldades de concretização, especialmente devido à preocupação com os ganhos relativos e a “trapaça”, ressaltando que mesmo com a existência da cooperação, a competição por segurança ainda existirá, já que a segurança mútua pode não ser buscada ou efetivada, visto um Estado poder se utilizar da guerra, ou ter seus requisitos de segurança incompatíveis com outros Estados (REZENDE, 2013, p.40).

Contudo, para os neoliberais o conceito de cooperação pode abranger desde aspectos econômicos, a políticos e militares, e de acordo com Keohane (1984, p.51-52) a cooperação ocorre quando os atores passam a acordar seus comportamentos e ações (voltados a um objetivo), que não estavam em harmonia⁴⁰, por meio de negociações, como com uma coordenação política (decisões ajustadas em conjunto), obtendo-se com isso, ganhos absolutos⁴¹. Assim, “cooperação intergovernamental ocorre quando as políticas realmente seguidas por um governo são consideradas pelos seus parceiros como facilitadoras para a realização dos seus próprios objetivos, como o resultado de um processo de coordenação das políticas.” (tradução nossa)⁴² (LAMASHEVA, 2004, p.80). Ressalta-se que a cooperação não implica na ausência de conflito, sendo assim considerada como uma reação ao conflito ou ameaça (KEOHANE, 1984, p.53-54). Assim, a cooperação cria condições institucionais para efetuar a convergência de interesses, sendo os regimes (normas e princípios), meios para garantir a estabilidade e união dos objetivos dos Estados membros (BETTS; EAGLETON-PIERCE, 2005, p.06).

Desta forma, de acordo com Cepik,

As razões que levam o governo de um país a cooperar com outros governos nacionais são três: (i) a maximização dos ganhos absolutos de desenvolvimento, (ii) a minimização dos riscos relativos de segurança e (iii) o objetivo comum e solidário rumo à expansão da fronteira do conhecimento humano. Constrangimentos sistêmicos, interações estratégicas repetidas com n participantes e incompletude informacional endêmica tornam o balanceamento entre os três objetivos difícil e os resultados de cada esforço cooperativo sempre incerto (CEPIK, 2011, p.81).

⁴⁰ A situação de harmonia pode ser considerada quando as políticas dos atores permitem a conquista dos objetivos um dos outros, de forma automática (KEOHANE, 1984, p.51).

⁴¹ Critica-se, contudo, a impossibilidade de emprego desta concepção de ganhos absolutos no caso de países ainda em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, já que estes ganhos exigem uma interdependência e identificação entre os Estados envolvidos, bem como uma fluência econômica e coesão social. Assim, tais fatores negligenciam estes outros países que são economicamente e militarmente dependentes, e mesmo quando benefícios são obtidos em curto prazo, como se associando ao Fundo Monetário Internacional (FMI) ou ao Banco Mundial, os custos são elevados (AYOOB, 2002, p.36-38).

⁴² “[...] intergovernmental cooperation takes place when the policies actually followed by one government are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination.”

Com o fim da Guerra Fria, as alianças militares, “fundamentadas nos imperativos do uso ou ameaça de uso da força, seja para a defesa, dissuasão⁴³ ou intervenção”, foram substituídas por um novo padrão de cooperação, como a cooperação em segurança. (REZENDE, 2013, p. 26) De acordo com a definição de Muthanna (2006 apud REZENDE, 2013, p.26-27)⁴⁴, cooperação em segurança está relacionada com “relações bilaterais e multilaterais” tanto entre civis como militares, “cooperação político-militar, cooperação civil de segurança, e cooperação de defesa, que inclui os ministérios de defesa e as FFAA [Forças Armadas] dos países envolvidos, cobrindo, diretamente, a questão da cooperação militar”. Destacando-se que, os “agrupamentos cooperativos” podem abranger desde o cenário global como regional, contribuindo para níveis cooperativos além do militar, visto sua característica multidimensional. Nesse contexto, os arranjos militares e de defesa devem seguir algumas demandas como,

- que ele garanta e aumente a segurança nacional externa e internamente.
- que ele aumente os recursos próprios de defesa e militares.
- que não prejudique os próprios interesses de segurança nacional ou a capacidade dos militares de agirem sozinhos, se necessário.
- que seja relacionado aos recursos que são demandados para a realização dos objetivos e iniciativas de qualquer aliança/arranjo/acordo que a nação seja membro/signatária.
- que seja compatível com vínculos de outros arranjos cooperativos ou alianças, se houver, e que não ameace tais vínculos. (MUTHANNA, 2006 apud REZENDE, 2013, p.28).

De acordo com Soares (2008, p.166-167) a cooperação em defesa volta-se a duas vertentes relevantes: “a vigilância e controle de fronteiras, fortalecida pelo impacto das novas ameaças, somadas a ações de intercâmbio na área de inteligência”; e a “estratégia de ocupação de espaços no cenário internacional, enquanto ator integrado em bloco”. Nesse sentido, o autor verifica que esse tipo de cooperação pode proporcionar uma aproximação entre os Estados conduzindo a constituição de interesses comuns, mesmo que anteriormente percepções de desconfiança tenham se desenvolvido. De forma complementar, segundo o

⁴³ “Ser dissuadido quer dizer: preferir a situação resultante da inação à que resultaria da ação, na hipótese de que esta acarretasse as conseqüências previstas (isto é, no plano das relações internacionais, a execução de uma ameaça implícita ou explícita. Um Estado será tanto mais sensível à dissuasão quanto mais acreditar na execução da ameaça pelo adversário; quanto maiores forem os danos causados por essa execução e quanto mais aceitável lhe parecer a alternativa da inação. O êxito da dissuasão depende, portanto, de três fatores: um psicológico (quem dissuade poderá convencer o agressor potencial de que sua ameaça é séria?), um técnico (que ocorrerá, na hipótese de que a ameaça seja executada?), o outro político (que vantagens e desvantagens resultariam, para o Estado objeto da dissuasão, da sua ação ou abstenção?).” (ARON, 2002, p.519-520).

⁴⁴ MUTHANNA, Colonel KA. **Enabling Military-to-Military Cooperation as a Foreign Policy Tool: Options for India**. New Delhi: Knowledge World & United Service Institution of India Centre for Research, 2006.

General Rocha Paiva (2011 apud TEIXEIRA, 2013, p.28)⁴⁵ a cooperação em defesa (militar) pode ser efetiva por meio de auxílios e intercâmbios em defesa e em ciência e tecnologia; exercícios e missões conjuntas; desenvolvimento de indústria de defesa; construção de confiança mútua; e controle de armamentos, realizando-se assim um compartilhamento de “conhecimentos militares”, desde “doutrinários, operacionais, de armamento e industriais”⁴⁶ (TEIXEIRA, 2013, p.28). Desta forma, a cooperação em defesa volta-se para a preservação da soberania dos Estados nacionais, bem como para o impedimento de possíveis conflitos, internacionais e regionais. (REZENDE, 2013, p.90)⁴⁷

No referente aos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, de acordo com Acharya (1992, p.09-10), notam-se algumas características da cooperação militar-segurança. Primeiramente, esse tipo de cooperação necessita de um subgrupo que promova a resolução de conflitos internos do grupo, para a manutenção de sua estabilidade. Tais Estados estão susceptíveis de enfrentar problemas durante a constituição de instituições formais para operacionalizarem a cooperação, notável durante a Guerra Fria, com a Liga Árabe, que estabeleceu uma única estrutura integrativa nominal, e com a Organização da Unidade Africana, que obteve problemas para a geração de recursos voltados a missões de paz. Ademais, uma agenda de cooperação militar-segurança dentro dos grupos regionais deve abordar ameaças internas, regionais e externas. Por fim, mesmo que esses Estados sejam incapazes de configurar uma cooperação militar-segurança eficaz, principalmente devido sua ausência de poder, a dependência em relação a uma potência estatal, apesar de garantir a

⁴⁵ PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. Principais Áreas de Fricção no Mundo Atual: Reflexos para a Defesa Nacional. In: ACIOLY, L; MORAES, R. F. **Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia**. Brasília: IPEA, 2011.

⁴⁶ Esclarece-se que os “exercícios militares combinados, do ponto de vista técnico, possuem como objetivo primordial o incremento da interoperabilidade”. Ademais, operações combinadas envolvem as Forças Armadas de mais de um país, enquanto operações conjuntas unem mais de uma Força Singular “(Marinha, Exército, Aeronáutica) de um mesmo país.” (MORAES, 2010, p.32-34).

⁴⁷ Como elaborado por Rezende (2013, p.106-7), o modelo teórico, realista ofensivo, de cooperação em segurança, na unipolaridade, apresenta algumas variáveis: “(1) *A distribuição de recursos entre as unidades do sistema*”, em que a cooperação em segurança está atrelada ao contexto político, dependente dos interesses da potência unipolar. “(2) *O tipo de cooperação*”, variando de rasa ou profunda, porém sem limitar as “opções externas dos Estados”, para não diminuir a “maximização de poder - a não ser que a balança de poder regional demande alinhamentos clássicos nos moldes das alianças militares”, sendo orientada pelo “Dilema da Segurança: deve ter arranjos distributivos que não propiciem o desequilíbrio da balança de poder regional – que pode levar a um balanceamento local ou global, pelo envolvimento da potência unipolar”. “(3) *Efeito da cooperação na capacidade estatal*”, esse tipo de cooperação deve ter como objetivo a maximização do poder estatal, por meio do “incremento da capacidade estatal”. “(4) *O desenho das instituições geradas*”, sendo as instituições elementos para maximizar o poder do Estado. “(5) *Emulação de casos bem-sucedidos*”, desde que as variáveis anteriores sejam análogas ao caso em questão, a cópia dos casos bem-sucedidos é uma forma dos Estados maximizarem o seu poder, aumentando sua “capacidade de sobrevivência”. Maiores informações e detalhes sobre o modelo podem ser encontrados em: REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e Desce! Explicando a Cooperação em Defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva**. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

segurança dentro do grupo, não é o ideal para obter-se segurança, visto sua geração de dependência e manipulação dos Estados mais vulneráveis, bem como o dilema da potência para a manutenção dos interesses globais e regionais.⁴⁸

O teórico Deutsch (1978) argumenta que países vizinhos com experiências históricas comuns e compreensão mútua e favorável a uma combinação pacífica dos interesses nacionais têm uma ascendente capacidade de cooperação e integração. “A chave para a solução da problemática colocada pelas divergências de objetivos e pelos déficits de institucionalização encontra-se no diálogo aprofundado sobre segurança entre os países do Sul da América Latina.” (FLEMES, 2004, p.185).

Com o fim da Guerra Fria e o advento do livre mercado e da globalização, a segurança cooperativa foi desenvolvida, objetivando-se uma redefinição das estratégias relacionadas à segurança, em que novos fatores de instabilidade foram reconhecidos como riscos e ameaças para a obtenção do desenvolvimento e bem estar dos povos. Desta forma, verifica-se a necessidade de uma abordagem diferente da estratégia tradicional (baseada na confrontação). (TAKAHASHI, 2000, p.106-108; VIDELA, 2003, p.02)

Em 1993 criou-se o primeiro conceito de segurança cooperativa, em que se busca o “consenso institucionalizado”, estabelecendo-se interações cooperativas e seguranças compatíveis entre os Estados, ao invés do uso de coerção física/material e confrontação militar. Em 1995, a definição apresentada foi complementada, em que a segurança cooperativa permite “a criação de um ambiente de segurança estável e previsível por meio da ‘regulação mútua’ das capacidades militares e dos exercícios operativos que geram ou podem gerar desconfiança e incerteza”. Destaca-se que, a segurança cooperativa tem como papel central a prevenção de conflitos e ameaças que possam interferir na dinâmica de determinada região, antecipando assim a necessidade de uma possível dissuasão. Ao mesmo tempo, ressalta-se que, para a constituição da cooperação interestatal, se faz necessário o “reconhecimento, a aceitação e o apoio, em referencia ao uso legítimo da força”, em dois casos específicos, na defesa do próprio território e na projeção de poder nacional (subordinada as restrições do consenso internacional). Ademais, outro fator importante a ser considerado é a ainda existência de guerras e conflitos, mesmo com a segurança cooperativa, por serem inevitáveis, porém, cercados por normas e procedimentos acordados. Assim, deduz-se que, os Estados marcados por tais princípios conjuntos alcançam um determinado “grau de

⁴⁸ Alguns grupos, como Associação de Nações do Sudeste Asiático, Conselho de Cooperação do Golfo, e Organização dos Estados do Caribe Oriental, puderam desenvolver um papel de segurança relativamente forte, incluindo uma cooperação militar-segurança com base em ações bi e multilaterais entre seus membros. (ACHARYA, 1992, p.10)

estabilidade e confiança que excluem a possibilidade de um conflito militar entre eles”. (VIDELA, 2003, p.03-09)

Desta forma, a noção de segurança cooperativa compreende os conceitos de *comprehensive security*⁴⁹ e *common security*⁵⁰, envolvendo a superação da dissuasão, a presença de elementos não militares, bem como o desenvolvimento de instituições multilaterais, e seu papel como elemento para o equilíbrio de poder para a segurança regional, facilitando o avanço na segurança positiva e reduzindo os temores do dilema de segurança. (DEWITT, 2007, p. 23, 422-424) Ademais, o conceito também é complementado pela segurança coletiva⁵¹, visto ambos estarem voltados para dentro da organização, mantendo a segurança entre seus membros, porém, tendo como principal diferenciador, a prevenção de conflitos por parte da segurança cooperativa (VETSCHERA, 2007, p.33-34; VIDELA, 2003, p.05-06).

Assim, de acordo com Mihalka (2001, p.29-33, 62-66) verifica-se a importância de segurança cooperativa como um elemento capaz de promover soluções aos atuais desafios tanto de conflito como de instabilidade global e regional. Nota-se a presença de três organizações que estão envolvidas na nesse tipo de cooperação, a OTAN, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a Associação das Nações do Sudeste Asiático. O sucesso da segurança cooperativa requer a partilha de um futuro comum entre os Estados e a busca da conquista dos interesses nacionais por meio da cooperação, sendo a ameaça comum uma forma histórica de efetivo estabelecimento de um sistema de segurança. Já que, as elites nacionais unem-se perante esta ameaça, desenvolvendo uma identidade e objetivo comum, e sendo capaz assim de desenvolverem algumas ações securativas e manterem a sobrevivência perante as inseguranças.

Buscando um modelo pragmático de segurança cooperativa, Cohen (2001, p.01-02) determinou que,

A **Segurança Cooperativa** é um sistema estratégico que se forma em torno de um núcleo de Estados democráticos liberais ligados entre si em uma rede formal ou informais de alianças e instituições caracterizadas por compartilhar valores e prática

⁴⁹ *Comprehensive security* ou segurança abrangente pode ser considerada com um quadro político, abrangendo desde áreas funcionais de segurança (econômico, militar e político), como de política de segurança (determinada em níveis nacional, bilateral, regional e global) (DEWITT, 2007, p.410).

⁵⁰ *Common security* ou segurança comum tem como base a organização de esforços com o objetivo de reduzir riscos de conflitos militares, por meio do desarmamento dos membros. “The Palme Commission report laid down six principles of common security: all nations have a legitimate right to security; military force is not a legitimate instrument for resolving disputes between nations; restraint is necessary in expression of national policy; security cannot be attained through military superiority; reduction and qualitative limitations of armaments are necessary for common security; 'linkages' between arms negotiations and political events should be avoided.”(DEWITT, 2007, p.413).

⁵¹ A segurança coletiva tem como papel neutralizar um conflito.

e transparência econômica, política e cooperação em defesa. (COHEN, 2001, p.10, tradução nossa).⁵²

Desenvolvendo sua concepção por meio de quatro “anéis de segurança”, que mutuamente se reforçam. Assim, o primeiro anel volta-se para a “segurança individual”, com a proteção e promoção dos direitos humanos; o segundo anel é a “segurança coletiva”, em que objetiva-se a manutenção da paz e estabilidade; o anel número três é a “defesa coletiva”, para a proteção conjunta contra agressões externas; como último anel tem-se a “promoção da estabilidade”, por meios “político, informativo, econômico, e, se necessário, militares” (COHEN, 2001, p.10).

Complementando o modelo acima apresentado, Videla (2003, p.123) destaca que, no âmbito militar, para a consolidação de uma “estrutura de segurança cooperativa”, algumas características devem ser seguidas:

- Conversão de estruturas militares, redefinindo papéis e funções e desenvolvendo a interoperabilidade entre os parceiros. [...]
- Conversão de estruturas militar-industrial, regulando as capacidades e os desenvolvimentos futuros para empreendimentos comunitários e comércio internacional de armas.
- Discussão, análise e acordos de atividades militares incomuns.
- Intercâmbio de informações em sistemas militares.
- A formação entre membros de um componente de comando e controle permanente para operações militares combinadas.
- Centralização e coordenação de todas as atividades vinculadas ao controle de armamento, desarmamento e medidas geradoras de confiança.
- Esforços em matéria de não proliferação (proibição do desenvolvimento, produção, armazenagem e uso) de armas proibidas.
- Incremento da cooperação militar entre Estados, particularmente no que se refere à estruturação de um possível de órgão permanente para o sistema de Defesa/Segurança Coletiva entre os associados.
- Compromisso com a Segurança Coletiva Global. (VIDELA, 2003, p.123, tradução nossa)⁵³

Nesse contexto, Aguilar (2013, p.29) confronta a concepção da segurança cooperativa como um sistema, alegando que esta seria uma situação, “em que medidas de confiança mútua

⁵² “**Cooperative Security** is a strategic system which forms around a nucleus of liberal democratic states linked together in a network of formal or informal alliances and institutions characterized by shared values and practical and transparent economic, political, and defense cooperation.”

⁵³ “• Reconversión de las estructuras militares, redefiniendo roles y funciones, y desarrollando interoperabilidad entre los asociados. [...] • Reconversión de las estructuras militar-industrial, regulando las capacidades y futuros desarrollos hacia los emprendimientos comunitarios y el comercio internacional de armas. • Discusión, análisis y acuerdos de las actividades militares inusuales. • El intercambio de información sobre sistemas militares. • La conformación entre los asociados de un componente de Mando y Control permanente para operaciones militares combinadas. • Centralización y coordinación de todas las actividades vinculadas a control de armamento, desarme y medidas de construcción de confianza. • Esfuerzos coordinados en materias de no proliferación (prohibición de desarrollo, producción, almacenamiento y uso) de armas prohibidas. • Incremento de la cooperación militar entre los Estados, particularmente en lo que se refiere a la estructuración de un posible órgano permanente para el sistema de Defensa/Seguridad Colectiva entre los asociados. • Compromiso con la Seguridad Colectiva Global.”

são aplicadas gradualmente, de comum acordo, até chegar a uma relação de cooperação, bilateral ou multilateral”. Afirma-se, contudo, segundo Tubino (2008, p.180), que as medidas de confiança mutuam são instrumentos, que quando aplicados e desenvolvidos, podem levar a construção de um sistema de segurança cooperativa. As medidas de confiança mútua são utilizadas para proporcionar uma maior transparência e reciprocidade nas relações entre os Estados, em que previnem conflitos ou crises e permitem a comunicação entre as ações dos atores envolvidos, e com isso, um maior sentimento de segurança dos Estados. (AGUILAR, 2013, p.29; ARAVENA, 2012, p.45; CARO, 1994, p.01; TUBINO, 2008, p.180)

No contexto latino-americano, as medidas de confiança mútua estão voltadas para a regulação da atividade militar, que abrange:

medidas de informação (intercâmbio de dados sobre forças e atividades militares), de anúncio de exercícios e manobras militares, de comunicação entre potenciais adversários (para uma maior compreensão das intenções mútuas), de acesso (com o fim de derrubar as barreiras que impõem os segredo), de notificação de atividades militares e principais programas de armas, de verificação (através de intercâmbio de observadores), de restrição (proibindo atividades militares concretas). (CARO, 1994, p.01-02, tradução nossa).⁵⁴

No contexto sul-americano, segundo Caro (1994, 04-06), os objetivos das medidas de confiança mútua perpassam a redução de conflitos militares fronteiriços (que serão abordados na seção 3.2); o controle de armas convencionais e de destruição em massa e de gastos em defesa; e a elevação de níveis de cooperação, que proporcione o desenvolvimento de uma possível integração regional. Algumas das medidas apresentadas tangem o Encontro de Armadas de Chile e Argentina, que compôs um tratado de paz e amizade, com a solução do conflito do Canal do Beagle e a cooperação entre as Forças Armadas dos países; os Encontros de Forças Armadas de Chile e Peru, voltados à limitação de gastos militares e desenvolvimento de segurança comum, posteriormente firmado no Acordo de Cooperação para a Consolidação da Paz e Amizade, entre as Forças de Bolívia, Chile e Peru; a Cooperação nuclear entre Argentina e Brasil, com o desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos, inspeções as instalações e confiança mútua nuclear; a Área Marítima do Atlântico Sul, com a criação de uma zona de paz e cooperação na região; as Reuniões de Estados Maiores das Forças Armadas, entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, para uma

⁵⁴ “[...] medidas de información (intercambio de datos sobre fuerzas y actividades militares), de anuncio de ejercicios y maniobras militares, de comunicación entre potenciales adversarios (para una mayor comprensión de las intenciones mutuas), de acceso (con el fin de derribar las barreras que impone el secreto), de notificación de actividades militares y principales programas de armas, de verificación (a través de intercambio de observadores), de restricción (prohibiendo actividades militares concretas).”

cooperação pacífica e intercâmbio de informação e pessoal.⁵⁵ Como também, vale-se destacar a publicação dos Livros Brancos de Defesa Nacional, constituídos de políticas de defesa dos Estados e prospecções futuras; a medição de gastos de defesa entre os países sul-americanos; e as operações de paz conjuntas, como o caso do Haiti (TUBINO, 2008, p.179).

Assim, os êxitos obtidos no campo da segurança cooperativa são consideráveis, visto que, a dissipação de tensões e a diminuição da percepção de ameaça mútua, como efeito das medidas de constituição de confiança e de controle de armamento, previnem o ressurgimento da suspeita e de uma retórica dissuasiva (FLEMES, 2005, p.228). Em uma conjuntura caracterizada por incertezas políticas na estrutura de instabilidade sul-americana, devido, por exemplo, ao deslocamento fronteiriço de tropas venezuelanas em retaliação à Colômbia e em apoio ao Equador, em 2008, e a percepção de fragilidade dos organismos hemisféricos, que tange a resolução dos problemas sul-americanos, houve uma visão compartilhada pelos países da região sobre a necessidade de contar com mecanismos sub-regionais sem a participação de atores extrarregionais, para que a América do Sul pudesse, assim, assumir um papel relevante, unido a uma responsabilidade sob a prevenção e resolução dos problemas da região (SAINT-PIERRE; CASTRO, 2008, p. 19). Desta forma, a constituição de um organismo multilateral na região referente às questões de defesa se torna relevante, já que, como apresentado por Saint-Pierre (2009, p.19), a segurança das Nações da América do Sul só será bem desenvolvida se for de controle dos próprios sul-americanos, abarcando confiança mútua e transparência.

⁵⁵ Maiores informações sobre as medidas apresentadas em: CARO, Isaac. Medidas de Confianza Mutua en Sudamerica. **FASOC**, v. IX, n.2, p.04-6, 1994.

3 SEGURANÇA E DEFESA REGIONAL: ANÁLISE DA REGIÃO SUL-AMERICANA

Com o objetivo de compreendermos a região sul-americana em suas especificidades de iniciativas cooperativas e mecanismos de defesa e segurança, iniciamos este capítulo com uma primeira parte voltada à análise destes elementos, perpassando os principais arranjos hemisféricos e regionais que tangem a defesa e afetam, direta ou indiretamente, a União de Nações Sul-Americanas. Em sua segunda divisão, apresentamos alguns processos cooperativos bi e multilaterais que englobam a cooperação militar, especialmente entre Forças Armadas. Como complemento, verificamos os principais gastos em defesa dos países de região, bem como estes são aplicados, nos utilizando de informações disponíveis nos Atlas da RESDAL, nos dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), e no Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa do CDS. Ademais, em uma última parte, apresentamos as inseguranças que perpassam a região sul-americana e as medidas cooperativas empregadas para seu combate, tangendo os âmbitos: fronteiras e interferências extrarregionais; segurança pública e atividades ilícitas; recursos naturais e energéticos; e cibernética e ciberespaço.

3.1 PERSPECTIVAS DE DEFESA E SEGURANÇA REGIONAL

A regionalização, como já apresentado no segundo capítulo desta dissertação, se faz vinculada a um conjunto de aspectos econômicos, políticos e sociais, permitindo a interligação dos processos regionais aos internacionais, e nesse contexto, as instituições tornam-se ferramentas para a concretização do espaço regional. O regionalismo pode ser dividido em duas grandes fases, sendo a segunda onda, período de destaque deste capítulo, voltada ao viés econômico e político, abrangendo, ao mesmo tempo, questões de defesa, sociais e culturais. O novo regionalismo marca também o cenário de interdependência mais expressiva, somando sua relação com a globalização. A América do Sul, nesse período, pode ser retradada pela consolidação de iniciativas político-sociais, de cooperação e construção de uma zona de paz, de preservação de sua autonomia⁵⁶, e de busca pelo desenvolvimento econômico e energético. Com isso, a temática de segurança e a defesa ganha um espaço relevante para a consolidação das estruturas regionais (BIZZOZERO, 2011, p.34-37).

⁵⁶ O conceito de autonomia expressa a “capacidade que um Estado tem de fazer relações internacionais a partir de decisões nacionais.” (COSTA, 2010, p.36).

América Latina se destaca por uma peculiaridade que perpassa os países constituintes da região. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, o conceito de soberania⁵⁷ foi reforçado, marcado, especialmente, pelo direito a autodeterminação dos povos. Assim, a região detém uma tradição jurídica relevante no direito internacional e, neste quadro, seus países buscam a promoção da resolução pacífica de disputas entre Estados, bem como a não utilização da força, o respeito à soberania nacional e a não intervenção em assuntos internos (SERBIN, 2010, p. 02-09).

O regionalismo latino-americano, apesar de seu envolvimento em crises, ainda está constituído de crescentes iniciativas, especialmente sub-regionais, as quais serão apresentadas no decorrer deste capítulo, porém com enfoque na América do Sul. Nesta região, se faz passível de observação a “complexidade” de seus arranjos regionais (BRICEÑO-RUIZ, 2013, p.217-219), os quais, algumas vezes, tornam-se concorrentes ou contraditórias, especialmente quando ligadas aos Estados Unidos.

3.1.1 Arranjos Regionais: do Nível Hemisférico ao Sul-Americano

Iniciamos a análise dos arranjos regionais presentes na América Latina, em que no Anexo A encontra-se um mapa com algumas principais iniciativas de cooperação nesta região. Nosso objetivo, porém, tange destacar as iniciativas regionais que vertem questões relativas à defesa e segurança, as quais se relacionam ao objeto de estudo desta dissertação, o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL.

No âmbito hemisférico, os Estados Unidos podem ser considerados como um grande ator presente nos principais arranjos e com expressivo papel de decisão e influência. Em 1889 criou-se a Conferência Pan-Americana, com o objetivo de cooperação econômica e securativa. Contudo, seus anseios não obtiveram grande sucesso, visto a América Latina não partilhar das perspectivas estadunidenses de alinhamento diplomático e de ser uma “reserva de espaço” para a importação de seus produtos (PAGLIARI, 2009, p.89). Concomitante a esse cenário, os EUA iniciam a intensificação de sua projeção militar sobre a América Central e o Caribe, devido à busca de proteção de seu território e investimentos, bem como “acesso a

⁵⁷ O conceito de soberania nasce com a instauração do Sistema Westfaliano, em que esta passa a constituir “um dos pilares para a ação externa de um Estado, é a base das relações recíprocas que se estabelecem no Sistema e está no centro de um dos principais debates dos processos de integração, ou seja, a possibilidade de compartilhamento desta soberania com instituições comuns entre os Estados integracionistas”. Ademais, o conceito de soberania pode ser apresentado pelo viés do direito internacional, no qual apresenta-se em duas vertentes, interna, em relação aos poderes do Estado e seu direito a autodeterminação, e externa, com o direito a independência, “que se manifesta no: a) direito de convenção; b) direito à igualdade jurídica; c) direito de legação; d) direito ao respeito mútuo.” (COSTA, 2010, p.34-36).

mercados hemisféricos”, desenvolvendo assim o Corolário Roosevelt, em que os EUA voltaram-se à proteção da ordem e da paz nas Américas, por meio de intervenções, como em Cuba, Haiti, Nicarágua e República Dominicana (ABDUL-HAK, 2013, p.38-40).

A partir de 1935, com a crescente instabilidade mundial, os EUA buscaram a cooperação militar nas Américas, desenvolvendo assim o Sistema Militar Interamericano (SMI), constituído pela Junta Interamericana de Defesa (JID), Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, Organização dos Estados Americanos e Pacto de Bogotá. A primeira, instaurada em 1942, corresponde a um “órgão consultivo e essencialmente político”, que uni as estruturas militares regionais, fornecendo aos Estados membros “um espaço de participação formal na defesa continental”. Critica-se, contudo, a Junta por sua permissividade ao controle estadunidense sobre a autonomia militar dos países latinos, bem como a subordinação dos mesmos à visão dos EUA (ABDUL-HAK, 2013, p.38-41). Como órgão da JID, o Colégio Interamericano de Defesa foi criado em 1962, voltado à educação de militares e civis para a ocupação de cargos no hemisfério (PAGLIARI, 2004, p.51).

Já em 1947, quando os Estados Unidos percebem que União Soviética buscava expansão, sendo assim uma ameaça crescente, foi assinado, com os países americanos, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o qual firmava um “pacto de segurança e defesa coletiva”, constituindo um “acordo de assistência militar mútua multilateral contra ameaças externas”, primando à resolução dos conflitos de forma pacífica (PAGLIARI, 2004, p.38-48). No ano seguinte, como forma de intensificação do compromisso hemisférico em defesa, criou-se a Organização dos Estados Americanos, objetivando, “como estipula o Artigo 1º da Carta [da mesma], ‘uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência.’” (OEA, 2014); e o Pacto de Bogotá, em que se buscou um comprometimento à resolução pacífica dos conflitos (ABDUL-HAK, 2013, p.42-43).

Assim, o SMI constituiu uma relativa cooperação militar, que marcava, ao final de 1950,

- 1) missões militares americanas em dezoito países, com quinhentos e cinquenta e oito assessores das três forças; 2) cerca de oitocentos oficiais americanos na América Latina (sem contar militares no Panamá); 3) intenso treinamento de oficiais do Sul em bases no Panamá e nos EUA; 4) amplas vendas de material militar, a vista ou a crédito; 5) visitas regulares aos EUA por parte de oficiais latino-americanos; e 6) um comando unificado americano para a América Latina, estabelecido na Zona do Canal: o SOUTHCOM. (ABDUL-HAK, 2013, p.43).

Contudo, de forma crescente, o Sistema Interamericano iniciou a perda de sua importância, devido especialmente, a fraqueza da OEA em impedir o uso da força pelos

Estado Unidos, como “na invasão da República Dominicana em 1965, na desestabilização da América Central na década de 80 e as intervenções armadas na Granada (1983) e no Panamá (1989)”; e ao posicionamento dos EUA em favor do Reino Unido durante da Guerra das Malvinas de 1982, com a justificativa de ataque iniciado pela Argentina, desprovendo assim o TIAR de qualquer validade⁵⁸. Com isso, nota-se que o Sistema privou-se em constituir uma organização estável para buscar o estabelecimento de uma política de influência norte-americana (PAGLIARI, 2004, p. 27-28, 51-52).

Já na década de 1960 desenvolveu-se a Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), formada por comandantes das Forças Armadas das América, com a finalidade de “discutir a situação da segurança regional e coordenar as atividades dos serviços de inteligência militares”, compondo ainda a realização de exercícios militares conjuntos. A partir de 1990, iniciou-se uma modificação das estruturas hemisféricas no que verte ao fim da União Soviética e as mudanças de ameaças mundiais. Sendo assim, em 1994 foi instaurada a Conferências Ministeriais de Defesa das Américas (CMDAs), sob o escopo da OEA, como “mais uma forma de garantir, defender e solidificar os princípios democráticos na região.” (OLIVEIRA, 2009, p.21). Nesse contexto, foi desenvolvido um conjunto único de ameaças para todo o hemisfério, constituindo, como já apresentado na seção 2.2.1, as ameaças multidimensionais. Com isso, tem-se um cenário de busca de interpretações diferenciadas por pelos países sul-americanos, bem como um desengajamento dos EUA nesses foros hemisféricos (especialmente devido aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001), dando-se, assim, margem para a constituição de frentes independentes, como a UNASUL (FUCCILLE; REZENDE, 2013, p.86; SAINT-PIERRE, 2012, p.243-244).

Dado o cenário hemisférico, iniciamos a análise dos arranjos regionais atrelados à região sul-americana, nos voltando a Comunidade Andina (CAN), criada em 1969; a Organização de Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), de 1978; ao MERCOSUL, de 1985; a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), desenvolvida em 2000; a Aliança Bolivariana dos Povos da América (ALBA), de 2004; a Comunidade Sul-Americana de Nações, de 2004, e sua posterior mudança para UNASUL, estabelecida 2008; e a Aliança do Pacífico, de 2012.

⁵⁸ Outros acontecimentos marcaram o enfraquecimento e a perda de legitimidade do TIAR, como sua evocação, por parte do Brasil, na situação de ataques na data de 11 de setembro de 2001, voltado ao apoio da Guerra ao Terror norte-americana por parte dos países latinos, porém sem sucesso; e em 2002 com a denúncia do México referente ao TIAR sobre a Guerra das Malvinas e a possível Guerra no Iraque (GALERANI, 2011, p.47-48).

Baseado no escopo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)⁵⁹, desenvolve-se o projeto da Comunidade Andina, concretizado em 1969 por meio do Acordo de Cartagena, motivado por insatisfações na ALALC referentes aos mecanismos reguladores e a ausência de políticas compensatórias a países menos desenvolvidos (TIZÓN, 2005, p.157). Com isso, a proposta verte a integração regional, com o reconhecimento da “vulnerabilidade das economias menores”. O bloco estava composto por Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Peru, porém em 1974 foi alterado com a associação da Venezuela, e dois anos após, com a saída do Chile, ocorrida, essencialmente, pela “múltipla complexidade da negociação proposta” e a situação de golpe de Estado do país, limitando assim o cumprimento das metas do Acordo (PINTO; BRAGA, [2006?], p.06-11).

Na área comercial, a CAN voltou-se para negociação com o MERCOSUL, Estados Unidos e União Europeia. Ademais, com as “Diretrizes da Política Exterior Comum da Comunidade Andina (PEC)”, teve-se uma efetivação da influência internacional da Comunidade, a qual coordenou com seus membros “posições concertadas” em foros e negociações internacionais. Na vertente política, foram desenvolvidas ações referentes: ao combate à ilícitos, com cooperação entre forças policiais e armadas, órgãos de inteligência e segurança dos Estados, bem como intercâmbio de informações; à democracia e direitos humanos; à segurança e a confiança mútua, com o “Compromisso de Lima – Carta Andina para a Paz e a Segurança – Limitação e Controle dos Gastos destinados à Defesa Externa”, com luta ao tráfico de armas e terrorismo; e à migrações, com o “Mecanismo Andino de Cooperação em matéria de Assistência e Proteção Consular e Assuntos Migratórios” e o passaporte andino (TIZÓN, 2005, p.163-165; UGARTE, 2009, p.151-153).

A Comunidade percorreu três fases distintas desde sua criação, segundo Ayuso (2010, p.155-157). A primeira tange a época de 1969 a 1989, voltada ao tratamento diferenciado de seus membros, com a promoção da economia nacional e turismo da Bolívia e do Equador. Como segunda etapa, de 1990-2000, criou-se uma Zona de Livre Comércio e de órgãos de financiamento, como a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR). E como etapa mais recente, desde 2000, notam-se políticas sociais para suprir assimetrias entre os membros, como com o Plano Integrado de Desenvolvimento Social, o Programa de ações de convergência macro econômica e os programas de desenvolvimento das fronteiras. Ao mesmo tempo, inicia-se uma fase de incertezas de

⁵⁹ A ALALC nasce por meio do Tratado de Montevidéu, de 1960, objetivando a consolidação do comércio regional, sem a presença dos EUA, contemplando a eliminação gradual de tarifas alfandegárias e demais restrições comerciais (FAJARDO, 2007, p.72).

aprofundamento da integração, marcada pela saída da Venezuela, em 2006, e pelos desentendimentos entre seus membros, especialmente entre Bolívia, Equador e Colômbia.

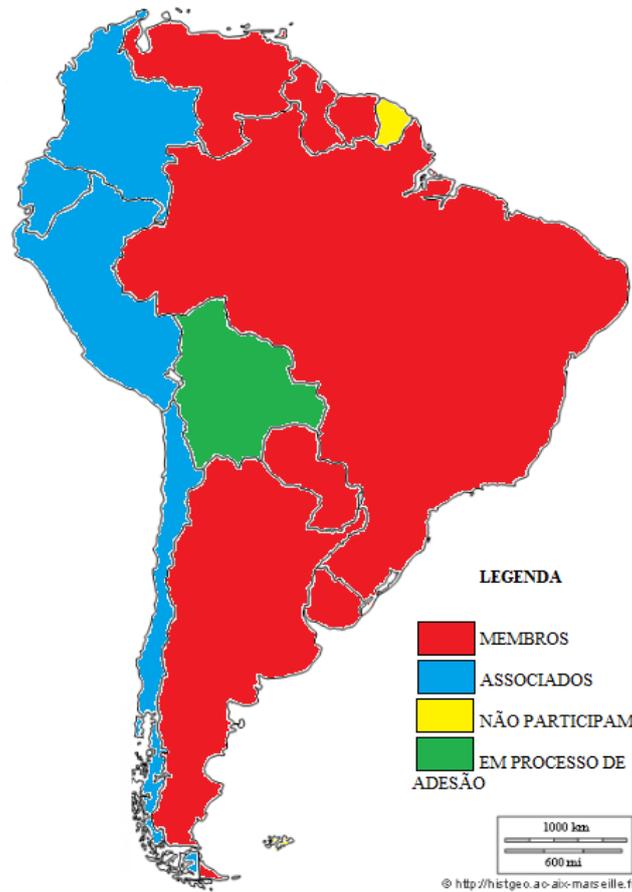
Como forma de cooperação e inserção do Brasil no cenário andino, bem como resposta aos problemas que a CAN estava enfrentando, teve-se a criação do Pacto Amazônico (TEIXEIRA, 2013, p.86-87). Assim, em 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado, de caráter trans fronteiriço, com os objetivos de reforçar a soberania da região, buscar o desenvolvimento sustentável, e promover a cooperação sul-sul. Em 1998, foi decidido transformar o Tratado em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, composto por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. (COSTA, 2014, p.34) Ademais, tem sido um instrumento importante para a luta transnacional contra o tráfico de drogas, visto suas ações conjuntas para a proteção das fronteiras, especialmente com a intenção brasileira de compartilhamento de informações resultantes do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)⁶⁰ (PAGLIARI, 2004, p.110-111).

Partindo da mesma origem institucional da CAN, porém não mais da denominada ALALC e sim da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)⁶¹, desenvolve-se o MERCOSUL, por meio do Tratado de Assunção, sendo originário da busca pela eliminação de “estranhamentos” entre Brasil e Argentina. “Pensava-se em construir um espaço regional democrático e cooperativo, mesmo na ausência de maior interdependência econômica e na periferia do capitalismo” (LIMA; COUTINHO, 2006, P.08-09). Como objetivo central tem-se a institucionalização econômica por meio de um mercado comum (PEÑA, 2010, p.39).

⁶⁰ O SIVAM constitui uma “rede de coleta e processamento de informações”, obtidas por órgãos governamentais da Amazônia, que permite o compartilhamento de tais informações (PROJETO SIVAM, 2014).

⁶¹ Em 1980, com o mesmo tratado da ALALC, o Tratado de Montevideu, constitui-se a ALADI, que objetiva o estabelecimento de um mercado comum na região, por meio de uma “área de preferências econômicas”. Diferencialmente de sua primeira forma, a ALADI possibilita a constituição de acordos bi e multilaterais entre seus membros (FAJARDO, 2007, p.73).

Mapa 1 - MERCOSUL: Países constituintes



Fonte: Elaborado pela autora.

Desta forma, o Tratado de Assunção estrutura o mercado comum⁶² e a progressiva diminuição das tarifas alfandegárias, determinando que todas as decisões devem ser consensuais, e cria dois instrumentos intergovernamentais, o Conselho do Mercado Comum (com função política, sendo formado por Ministros de Relações Exteriores) e o Grupo do Mercado Comum (órgão executivo, constituído por Ministros de Relações Exteriores, de Economia e dos Bancos Centrais) (PHILLIPS, 2004, p.86-92). Ademais, devido insatisfações de alguns membros, como Paraguai e Uruguai, criou-se um Fundo de Convergência Econômica (FOCEM) (GARDINI, 2010, p.14), voltado para o financiamento de projetos de desenvolvimento socioeconômico e de infraestrutura nos países membros.

⁶² Segundo o acordo estabelecido perante o MERCOSUL, a constituição de um mercado comum implica: “A livre circular de bens serviços e fatores produtivos entre os países entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente; O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições me foros econômico-comerciais regionais e internacionais; A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.” (STF, 2014).

No âmbito da segurança pública, o MERCOSUL desenvolveu a Reunião de Ministros do Interior, com a criação de um Comando Tripartite (Argentina, Brasil e Paraguai) voltado para cooperação entre polícias e intercâmbio de informações na Tríplice fronteira, especialmente com a formação do “Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do MERCOSUL” (SISME)⁶³. Outro avanço tangendo a defesa regional por meio desta organização é a “Declaração do MERCOSUL, Bolívia e Chile como zona de paz (Declaração de Ushuaia)”, comprometendo a constituição de uma zona de paz e livre de armas nucleares⁶⁴ (UGARTE, 2009, p.144-151).

Verifica-se, assim, com a constituição do MERCOSUL foram conquistados avanços para a diminuição das inimizades entres os países do Cone Sul, bem como políticas educativas (com validação de títulos e diplomas), culturais e comerciais (SAINT-PIERRE, 2012, p.243-245). Contudo, destaca-se a dependência de tais avanços em relação à política dos Estados membros, em que, no caso brasileiro, buscam-se ganhos, porém com a manutenção da autonomia, evitando, desta forma, uma institucionalização profunda (VIGEVANI; RAMANZINI; FAVARON, 2009, p.166-177) Assim,

[...] sua política [brasileira] privilegia o aprofundamento dos acordos ou da institucionalização em mecanismos nos quais detém uma parcela relativa menor de poder, ao passo que em acordos ou mecanismos nos quais a sua parcela de poder é maior, a indicação é de resguardar o exercício do seu poder, mediante um comprometimento menor. (PAGLIARI. 2004, p.102).

Em 2000, durante uma reunião conjunta de Chefes de Estado dos países sul-americanos, com exceção da Guiana Francesa, criou-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, em que objetivava-se a construção de projetos de infraestrutura (viés telecomunicação, energia e transporte), voltado para um integração física na região, inserindo empresas e países na economia global, por meio de uma integração comercial associada ao MERCOSUL e a CAN. A Iniciativa estrutura-se em “um formato estratégico para repensar as bases cooperativas de sustentação dos interesses nacionais da

⁶³ Maiores informações sobre o SISME em: PORTAL MJ. **Acordo Sobre Implantação do Sistema de Intercâmbio de Informação Sobre Segurança do Mercosul (Sisme), Entre os Estados Partes do Mercosul.**

Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BD2626926-114F-459C-80CA-00AF202EC0F1%7D&ServiceInstUID=%7BD4906592-A493-4930-B247-738AF43D4931%7D>>; e PORTAL MJ. **Acordo Sobre o Regulamento de Organização e Funcionamento do Sistema de Intercâmbio de Informação de Segurança do Mercosul.** Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BBF6BC795-44BC-4EB9-BD65-A7994CF344F6%7D&ServiceInstUID=%7BD4906592-A493-4930-B247-738AF43D4931%7D>>.

⁶⁴ Maiores detalhes em: OAS. **Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz.** Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/doccon&tramercosul99.asp>>.

América do Sul” (SENHORAS; VITTE, 2006, p.04-12), sendo constituída por eixos de integração e desenvolvimento, como apresentado na figura abaixo.



Fonte: BRASIL (2010).

A IIRSA está financiada pelos: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que leva a uma possível presença e influência dos Estados Unidos sobre a Iniciativa; CAF; Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata); e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Porém, os custos do projeto não foram essencialmente planejados, visto que dos 31 projetos de 2005-2010, apenas um está finalizado (ponte Acre, entre Brasil-Peru) e dez em execução. Sendo assim, o grande desafio tange a capacidade dos países em coordenarem os projetos e elevarem os recursos para sua efetivação, nesse sentido, o Brasil destaca-se por seu efetivo esforço. Ademais, nota-se que são as empresas as grandes beneficiárias da Iniciativa, tanto transnacionais de commodities, como as brasileiras de serviços, produtos primários e construção (SERBIN, 2010, p.14-15; COSTA, 2010, p.189-190).

Neste momento, cabe realizar uma breve análise sobre o conjunto de arranjos apresentado até agora. Tais iniciativas se destacam por seus importantes avanços, que perpassam o âmbito comercial, institucional e de coordenação política, contudo, o cenário que ainda persiste sobre o MERCOSUL e a CAN é de crise. No primeiro caso, verificam-se

poucos avanços no que tange o fortalecimento da união aduaneira proposta, especialmente devido aos interesses nacionais, aos problemas financeiros internos de cada país, bem como as incertezas em relação à liderança brasileira nesse projeto. Ao mesmo tempo, a segunda está marca por baixa eficácia e compromisso de seus Estados membros. Destaca-se que ambos partilham da concepção de autonomia e soberania nacional, em que estes elementos são colocados em primeiro plano, como já apresentado, impedindo assim grandes atribuições e uma institucionalização aprofundada dentro das organizações, fazendo com que essas percam sua força. Desta forma, os países sul-americanos persistem na manutenção de uma “margem de manobra” na política e nos seus interesses nacionais em relação aos países vizinhos, especialmente quando se fazem presentes assimetrias. “Assim, os países pequenos e medianos se escudam no princípio de soberania e de poder de veto perante o Brasil, e o colosso regional [Brasil] também recorre a este argumento para não aceitar que os menores possam reduzir sua margem de autonomia.” (SANAHUJA, 2009, p.12-20, tradução nossa).⁶⁵

No cenário marcado pelo novo regionalismo e sua abordagem diferenciada, como apresentado anteriormente, com destaque a iniciativas pelo viés político, desenvolveu-se a ALBA, considerada como uma alternativa bolivariana as propostas estadunidenses, especialmente a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), estando voltada ao desenvolvimento social e a luta contra pobreza. Assim, em 2004, com a liderança de Hugo Chávez, ex-presidente da Venezuela, associado à Fidel Castro, líder cubano, e à Evo Morales, presidente da Bolívia, instaurou-se a Aliança Bolivariana dos Povos da América. Atualmente, a Aliança está composta por Antígua e Barbuda, Bolívia, Cuba, Equador, Honduras, Nicarágua, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, e Venezuela (BRICEÑO-RUIZ, 2013, p.201-202; GARDINI, 2010, p.17-18).

Segundo Sanahuja (2009, p.29-30), podem ser notados alguns eixos base para essa cooperação. Dentre eles, o energético e de infraestrutura, por meio de acordos bilaterais e da Petrocaribe; o social, com médicos cubanos, iniciativas de alfabetização, culturais e esportivas; o econômico, com o Tratado Comercial dos Povos, baseado em “vantagens comparativas de cada economia”, e empresas mistas e “*grannacionales*”; o de comunicações, por meio da TeleSur; e o financeiro, com o Fundo ALBA e o Banco da ALBA.

No mesmo ano, por iniciativa brasileira, desenvolve-se a Comunidade Sul-Americana de Nações, sendo uma iniciativa excepcional devido à associação entre os doze países sul-

⁶⁵ “Así, los países pequeños y medianos se escudan en el principio de soberanía y el poder de veto ante Brasil, y el coloso regional también recurre a este argumento para no aceptar que los más pequeños puedan reducir su margen de autonomía.”

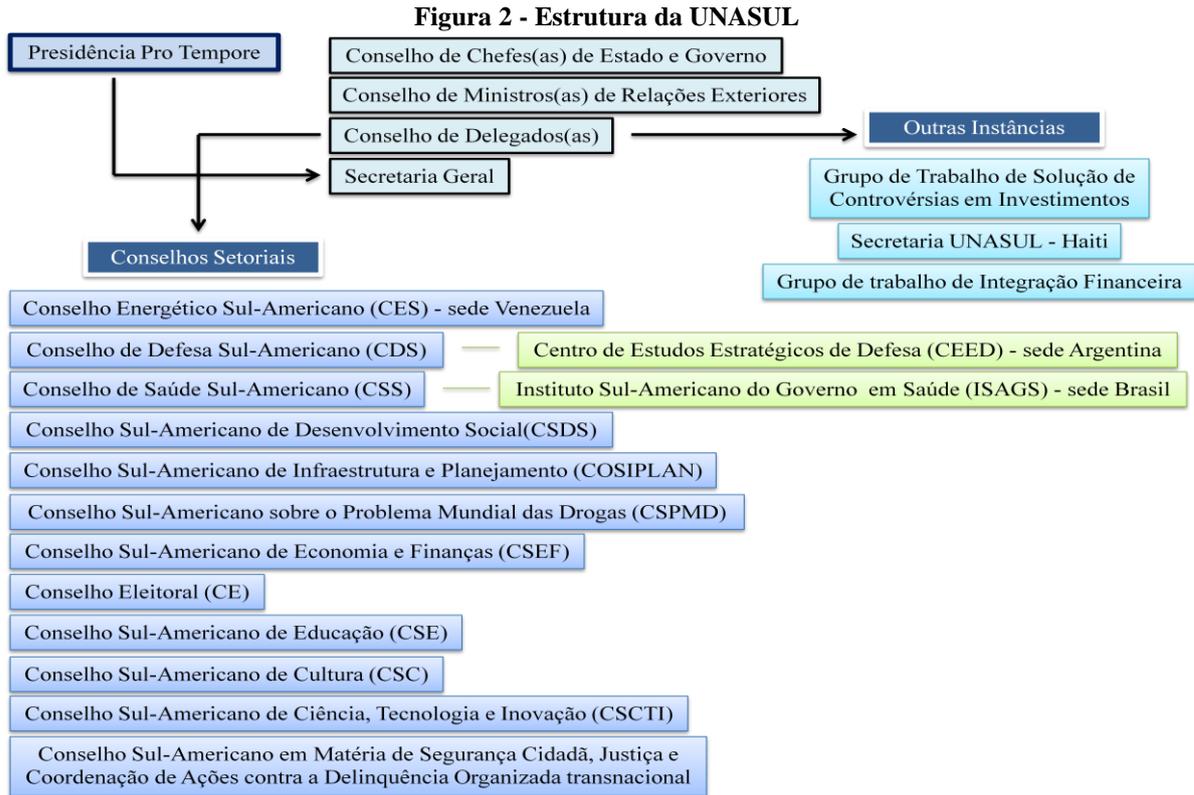
americanos⁶⁶, voltados a uma cooperação inicialmente política, baseada na coordenação de suas políticas exteriores, na convergência entre CAN, MERCOSUL, Chile, Guiana e Suriname para uma área de livre comércio, e em uma integração física, enérgica e de comunicações, por meio da IIRSA (GARDINI, 2010, p.22; SANAHUJA, 2009, p.31). Já em 2008, tal Comunidade passa por uma transformação, em que os mesmo representantes se reuniram em Brasília (Brasil) para firmarem o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas, objetivando promover na região uma personalidade jurídica internacional para dialogar com outros blocos, com o status de organização internacional (vide Anexo B). Para o ex-presidente do Brasil, Lula da Silva, com a criação da UNASUL, “nossa América do Sul não será mais um mero conceito geográfico. A partir de hoje é uma realidade política, econômica e social, com funcionalidade própria”. Reiterando ainda que, “uma América do Sul unida mexerá com o tabuleiro de poder no mundo.” (UNIÃO..., 2008). Assim, a UNASUL tem como objetivo desenvolver, de forma consensual, uma integração voltada ao social, econômico, político e cultural, buscando eliminar as assimetrias socioeconômicas e fortalecendo a democracia, a independência e a soberania dos Estados membros (UNASUR, 2008c).

Fortalecer a América do Sul como região pacífica foi uma das importantes decisões realizadas pelos presidentes da União das Nações Sul-Americanas, em 2009, em San Carlos de Bariloche (Argentina), onde assinaram um documento no qual se comprometeram a:

[...] estabelecer um mecanismo de confiança mútua em matéria de defesa e segurança, sustentando a decisão de abster de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial de outro Estado da UNASUL. Além disso, reafirmam o compromisso de fortalecer a luta e cooperação contra o terrorismo e a delinquência transnacional organizada e seus delitos conexos: o narcotráfico, o tráfico de armas pequenas e leves, assim como a rejeição à presença ou ação de grupos armados à margem da lei. [...] A presença das forças militares estrangeiras não pode, com seus meios e recursos vinculados a objetivos próprios, ameaçar a soberania e integridade de qualquer nação sul-americana e, em consequência, a paz e segurança na região. (GUIMARÃES, 2009).

Abaixo podemos verificar a estrutura da organização, composta essencialmente pela Presidência Pro Tempore e pelos Conselhos Setoriais, dentre eles o CDS.

⁶⁶ Países estes: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.



Fonte: Adaptado de UNASUR (2008d).

Em 2011, no que verte o comércio regional, foi acordado a “desdolarização” das trocas comerciais entre os países membros, a consolidação do Banco do Sul, e a criação de um fundo de reserva para os bancos centrais dos Estados. Destaca-se o tratamento diferenciado das assimetrias entre os membros, promovendo políticas de desenvolvimento e inserção. No âmbito político, a UNASUL tem um papel ativo na resolução de crises estatais, como será apresentado no próximo capítulo (TORRE, 2012, p.293-294; COSTA, 2014, p.35).

Com isso, notam-se iniciativas multidimensionais na América do Sul, tanto com a ALBA e a UNASUL, as quais partem de uma abordagem política que transborda para os vieses econômico, social, securativo e cultural (DIAMINT, 2013, p.60-64). Porém, verifica-se que a ALBA parte de uma base ideológica e com grandes dificuldades de sustentação, devido sua dependência à iniciativa e ao esforço venezuelano para sua concretização, especialmente com a morte de Hugo Chávez, personalidade líder da organização; diferindo da UNASUL, a qual aparenta maior viabilidade e sustentação com suas metas e objetivos bases, contudo, devido sua clausula consensual, muitos acordos não são alcançados, visto: a perpetuação da crise na Argentina e a intensificação de um olhar interno como prioridade; o Peru e seu interesse dado a Aliança do Pacífico e aos seus problemas econômicos e políticos; a Colômbia e sua priorização a agenda norte-americana; o Chile com uma “posição periférica” de menor inserção nos debates (SANAHUJA, 2010, p.120-123); e a Brasil, que busca um papel de

liderança regional e inserção internacional por meio de seus blocos sul-sul, porém sem elevado comprometimento institucional e financeiro.

A Aliança do Pacífico criada em 2011, porém formalmente constituída em 2012 por meio do Acordo Marco, está formada por Chile, Colômbia, México e Peru, bem como, com Costa Rica e o Panamá como Estados observadores candidatos a membros, e vinte oito países observadores⁶⁷. Pautada nos objetivos de,

Construir, de maneira participativa e consensual, uma área de integração profunda para avançar progressivamente a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas; Impulsionar um maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias das Partes, para atingir maior bem-estar, superar a desigualdade socioeconômica e impulsionar a inclusão social de seus habitantes; e Converter-se em uma plataforma de articulação política, integração econômica e comercial, e projeção ao mundo, com ênfase na região Ásia-Pacífico. (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2013, tradução nossa).⁶⁸

Todavia, a constituição de tal bloco na região latino-americana cria dificuldades para outros arranjos regionais, visto o poder econômico dos países da Ásia-Pacífico, diminuindo assim a possibilidade de “diversificação das economias latinas”, voltadas aos produtos primários. Com isso, a iniciativa, que busca uma abertura comercial e aproximação com grandes economias, choca-se com o MERCOSUL, o qual se enquadra em um eixo de regionalismo mais aprofundado (SERRANO; GALARRETA, 2013, p.23-25).

Analisando-se as iniciativas apresentadas nesta seção, podemos verificar um momento de rompimento informal dos arranjos hemisféricos por parte dos países sul-americanos e a busca por conjuntos diferenciados na região, pautados na constituição de uma visão interliga de economia, política, social e defesa, firmada em compromissos consensuais e na autonomia e soberania dos Estados (TORRE, 2012, p.299-300). Nesse cenário, Serbin (2010, p.16-17) identifica tendências e problemas comuns a estes arranjos regionais, que abrangem a América Latina e do Sul. Como primeiro elemento, nota-se a politização das agendas, concomitante a abordagens sociais voltadas a atenuação de assimetrias. Ademais, tem-se a intensificação da importância do Estado e de sua soberania nacional, somados a um distanciamento aos EUA.

⁶⁷ Os Estados observadores são: Alemanha, Austrália, Canadá, Cingapura, China, Coréia do Sul, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Finlândia, Guatemala, Holanda, Honduras, Índia, Israel, Itália, Japão, Marrocos, Nova Zelândia, Paraguai, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Suíça, Turquia e Uruguai.

⁶⁸ “Construir, de manera participativa y consensuada, un área de integración profunda para avanzar progresivamente hacia la libre circulación de bienes, servicios, capitales y personas; Impulsar un mayor crecimiento, desarrollo y competitividad de las economías de las Partes, con miras a lograr mayor bienestar, superar la desigualdad socioeconómica e impulsar la inclusión social de sus habitantes; e Convertirse en una plataforma de articulación política, integración económica y comercial, y proyección al mundo, con énfasis en la región Asia-Pacífico.”

Porém tais elementos, muitas vezes, tornam-se impedimentos para a efetivação do poder de determinada organização, especialmente com os princípios de soberania, autonomia e consensos em decisões. No âmbito militar, destacamos a crescente iniciativa para a instituição de medidas de confiança mútua, já apresentadas na seção 2.2.2, e de promoção da paz e cooperação militar, as quais serão detalhadas na seção 3.1.2 (SILVA, 2011, p.133-136). Essa nova abordagem cria, em 2008, como elemento da UNASUL, o Conselho de Defesa Sul-Americano, o qual será discutido no quarto capítulo desta dissertação.

3.1.2 Panorama Militar da região

A região sul-americana apresenta-se de forma expressiva como detentora de 12% da superfície terrestre, sendo o Brasil o país com os maiores índices de população, território, Produto Interno Bruto (PIB) e efetivos militares, estando seguido pela Argentina em termos de território e PIB, e pela Colômbia referente à população e efetivos das Forças Armadas, como apresentado no quadro abaixo.

Quadro 3- Região Sul-Americana

Países	População	Extensão Territorial (Km ²)	PIB (US\$)	Efetivos Forças Armadas
Argentina	41.775.000	2.780.400	404.483.000.000	77.066
Bolívia	10.598.000	1.098.580	33.616.000.000	34.078
Brasil	201.497.000	8.514.880	2.215.953.000.000	333.973
Chile	17.748.000	756.100	263.115.000.000	59.031
Colômbia	49.007.000	1.141.750	387.692.000.000	268.160
Equador	16.020.000	256.370	101.322.000.000	40.242
Guiana	799.613*	214.970	2.990.128.821*	280.958**
Paraguai	6.888.000	406.750	29.550.000.000	14.284
Peru	30.647.000	1.285.220	216.674.000.000	78.296
Suriname	544.000*	163.821	5.298.787.879*	221.983**
Uruguai	3.418.000	176.220	58.283.000.000	22.563
Venezuela	30.831.000	912.050	342.067.000.000	194.744

Fonte: Adaptado de Donadio e Tibiletti (2014, p.08-09); The World Bank (2015a, 2015b); CIA (2014a, 2014b).

Notas: * Dados correspondentes à fonte The World Bank (2015a, 2015b).

** Dados correspondentes ao número de homens e mulheres que se encontram em idade militar, entre 16 e 49 anos, e são aptos no referente à saúde, disponíveis em CIA (2014a, 2014b).

Realizando-se um comparativo entre o modelo de defesa durante as ditaduras militares na América do Sul com o modelo a partir da ascensão do processo democrático, podemos verificar que no primeiro período aplicava-se a concepção tradicional de defesa, estabelecendo-se hipóteses de conflitos internas e externas, que cerceavam a doutrina e a organização das Forças Armadas, voltadas a defesa da pátria e da soberania do Estado. Porém,

com a instauração da democracia, desenvolvem-se os primeiros processos cooperativos regionais, fazendo com que as estruturas de defesa pré-existentes fossem repensadas, concepções estas apresentadas brevemente na seção 2.2.1 (MEDEIROS FILHO, 2010, p.87-88). Assim, com a harmonização das relações entre os principais atores do continente americano a cooperação passou a ganhar seu espaço, buscando o fortalecimento dos países sul-americanos perante o sistema internacional, tanto em seus papéis na reformulação de regimes internacionais, como em maior poder em relações com grandes centros, concomitante a construção de zona de paz na região, após anos de conflitos locais. Nesse contexto, ações de diplomacia militar constituíram um importante instrumento para a redução de conflitos, por meio de intercâmbios regulares e cooperação. Em 2006, em uma pesquisa desenvolvida pelo Coronel do Exército Miguel Rabello, verificou-se que “a elevada confiança adquirida no meio militar da América do Sul tem sido interpretada, pelos próprios militares, como base para uma futura integração militar regional.” (SILVA, 2012, p.9-10).

Na América do Sul, a situação de insegurança e conflitos bélicos foi relativamente ultrapassada por movimentos cooperativos em matéria de defesa. Assim, para além das dinâmicas de cooperação já apresentas na seção anterior, verificamos também os exercícios militares conjuntos, iniciados desde 1990, programados entre Argentina, Brasil, Chile, Peru e Venezuela, e observados por Bolívia, Paraguai e Uruguai, motivados, sobretudo, por compartilhamento técnico-operacional. A cooperação entre Forças Armadas dos três primeiros países se faz intensa e abrange desde intercâmbio de oficiais, como exercícios militares, controle de armamentos e formulação de estratégias de defesa no Atlântico Sul. No caso da Argentina e Chile, seu grau de cooperação cerceia até mesmo o nível operacional, como com a criação, em 2005, das Forças de Paz Combinadas (SILVA, 2012, p.22).

O Brasil possui por volta de setenta acordos bilaterais em defesa com os Estados sul-americanos, abarcando desde a cooperação em combate ao tráfego de aeronaves envolvidas com atividades ilícitas (com Colômbia e Venezuela), até a declaração de intenções no projeto de desenvolvimento de uma nova aeronave militar da Embraer, KC-390. No que verte sua relação com a Argentina tem-se uma cooperação institucionalizada, voltada à área convencional e nuclear, com o Mecanismo de Entendimento sobre Consulta e Coordenação em matéria de Defesa e Segurança⁶⁹, o Mecanismo Permanente de Análise Estratégico, Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa, e Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle

⁶⁹ O Mecanismo está voltado à confiança mútua entre as Forças Armadas dos dois países (MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008, p.76-78).

de Materiais Nucleares (ABACC)⁷⁰. Outro ponto de destaque é a cooperação em missões de paz entre os países da região, sendo a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (Minustah)⁷¹ um importante exemplo⁷² (ABDUL-HAK, 2013, p.73-76; MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008, p.76-78; SILVA, 2012, p.22).

Nesse contexto proposto faz-se importante apresentar a situação da região sul-americana e de seus países constituintes por meio de dados de seus gastos militares. Para tanto, algumas ressalvas devem preceder tais informações, já que, de acordo com Silva Filho e Moraes (2012, p.84-86) “os gastos militares de um país são citados frequentemente como uma medida para se aferir o poder militar das nações”, porém deve-se verificar que “gasto militar é uma medida de *input* e não de *output*”, ou seja, não existe uma relação direta entre o volume de gastos e a capacidade bélica, já que “a alocação de recursos no setor de defesa para cada nação se dá de forma distinta nas seguintes dimensões: *i*) intertemporal; *ii*) geopolítica; e *iii*) da eficiência”. No primeiro ponto nota-se que a diminuição dos gastos em determinado período não se relaciona, efetivamente, com a diminuição da capacidade militar do país, já que previamente pode ter ocorrido um reaparelhamento e expansão de investimentos, os quais permitiriam a manutenção do poder militar deste Estado. Na segunda dimensão são analisadas as características geográficas e institucionais do Estado, as quais abrangem as peculiaridades nos gastos de cada país, variando, por exemplo, se é costeiro ou sem acesso ao mar, se existem conflitos iminentes em seu entorno ou uma situação pacífica. Como último elemento deve-se observar a presença de problemas que diminuem a eficiência, como: “corrupção; falta de qualificação dos recursos humanos; planejamento equivocado; e ausência ou ineficiência de instituições de controle dos gastos públicos”, concomitante a relativa falta de transparência na especificação dos gastos.

Com as ressalvas apresentadas, iniciamos nossa análise por meio de um parâmetro internacional de gastos em defesa separados por regiões do mundo, observando que no mundo houve um decréscimo de gasto de -0,4% comparado com o ano de 2011, devido à crise financeira mundial, de 2008, que assolou, principalmente, os Estados Unidos e a Europa. Ademais, as Américas apresentam o maior gasto militar do mundo de 782 bilhões de dólares em 2012, porém com uma variação negativa compara com 2011, de -4,7%, diferentemente da

⁷⁰ Maiores informações sobre a ABACC em: ABACC. **A ABACC**. Disponível em: <http://www.abacc.org.br/?page_id=9>.

⁷¹ Informações detalhadas sobre a situação da Missão em: CARTA CAPITAL. **Haiti – 10 ano de Minustah**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/haiti/>>.

⁷² Destacamos que, a nível regional, com a UNASUL e seu Conselho de Defesa Sul-Americano os processos cooperativos serão apresentados e analisados no próximo capítulo desta dissertação.

América do Sul, que apresenta um gasto total de 65,9 bilhões de dólares, com uma variação positiva de 3,8%.

Figura 3- Gasto Militar Mundial

WORLD MILITARY SPENDING, 2012		
Region	Spending (\$ b.)	Change (%)
Africa	39.2	1.2
North Africa	16.4	7.8
Sub-Saharan Africa	22.7	-3.2
Americas	782	-4.7
Central America and the Caribbean	8.6	8.1
North America	708	-5.5
South America	65.9	3.8
Asia and Oceania	390	3.3
Central and South Asia	59.8	-1.6
East Asia	268	5.0
Oceania	28.2	-3.7
South East Asia	33.7	6.0
Europe	407	2.0
Eastern Europe	100	15
Western and Central	307	-1.6
Middle East	138	8.3
World total	1 756	-0.4

Spending figures are in current (2012) US\$.

Fonte: SIPRI (2013, p.06).

Já no ano de 2013, nota-se uma mudança nos gastos militares nas Américas, com uma diminuição de -6,8% comparado ao ano de 2012, porém a América do Sul manteve sua alta em 1,6%. Nesse contexto destaca-se, entre os anos de 2012-2013, a elevação dos gastos da Colômbia e do Paraguai, em 13% e 33%, respectivamente, e a baixa do Brasil, de -3,9%.

Figura 4 - Gasto Militar Américas

	Spending, 2013 (\$ b.)	Change (%)	
		2012-13	2004-13
<i>Americas</i>	736	-6.8	16
Central America and Caribbean	9.6	6.0	94
North America	657	-7.8	12
South America	67.4	1.6	58

Major changes, 2012-13

Major increases		Major decreases	
	%		%
Paraguay	33	Jamaica	-9.0
Honduras	22	United States	-7.8
Nicaragua	18	El Salvador	-4.5
Colombia	13	Brazil	-3.9

Fonte: Perlo-Freeman e Solmirano (2014, p.04).

Com o advento do século XXI nota-se uma busca de modernização dos instrumentos militares pelos países sul-americanos, os quais, em sua grande maioria, encontram-se defasados tecnologicamente devido à baixa incidência de conflitos na região, bem com a baixa quantidade de recursos despendidos para a defesa. Durante o período de 2008-2012 verifica-se um crescimento dos gastos em 25,06%, passando de U\$S 50.133 milhões para U\$S 62.694 milhões, em compasso com a variação global. (RESUMEN..., 2013). Faz-se importante também destacar que de 2008-2012 apenas Equador e Paraguai tiveram aumento de investimento em defesa na porcentagem de seu PIB, e Suriname que manteve o mesmo nível, sendo ainda o Equador o país com maior gasto, de 3,29%, seguido pelo Chile, com 2,27%, em comparação com seus PIB. Já em 2013-2014, houve um crescimento de gastos apenas no Equador, Peru e Venezuela, sendo que, em relação ao PIB, os países com maiores investimento em 2014 foram Equador, Colômbia e Chile, respectivamente.

Quadro 4 - Gastos em Defesa América do Sul

País	Gasto em Defesa (milhões de dólares)				% do PIB		
	Ano 2008*	Ano 2012*	Ano 2013**	Ano 2014**	Ano 2008*	Ano 2012*	Ano 2014**
Argentina	2.830.467	4.003.190	4.947.769,486	4.219.130,969	0,87	0,84	1,04
Bolívia	258.672	335.951	453.385,115	490.559,378	1,52	1,22	1,46
Brasil	27.540.831	33.665.870	31.677.477,434	31.629.440,741	1,67	1,41	1,43
Chile	5.019.714	6.095.264	5.975.561,311	5.511.299,093	2,8	2,27	2,09
Colômbia	6.764.721	7.529.000	8.419.264,316	8.416.388,574	2,88	2,06	2,17
Equador	1.914.732	2.662.277	2.396.048,031	2.773.004,221	3,15	3,29	2,74
Guiana	19.700	22.304	-	-	1,02	0,8	-
Paraguai	186.854	423.040	470.599,579	440.752,612	1,0	1,63	1,49
Peru	1.622.473	2.047.510	2.528.561,934	2.819.591,821	1,28	1,03	1,3

País	Gasto em Defesa (milhões de dólares)				% do PIB		
	Ano 2008*	Ano 2012*	Ano 2013**	Ano 2014**	Ano 2008*	Ano 2012*	Ano 2014**
Suriname	24.000	33.166	-	-	0,7	0,7	-
Uruguai	629.429	912.551	676.792,188	650.718,647	2,07	1,84	1,12
Venezuela	3.321.487	4.964.807	5.247.976,766	5.567.765,086	1,05	1,3	1,63

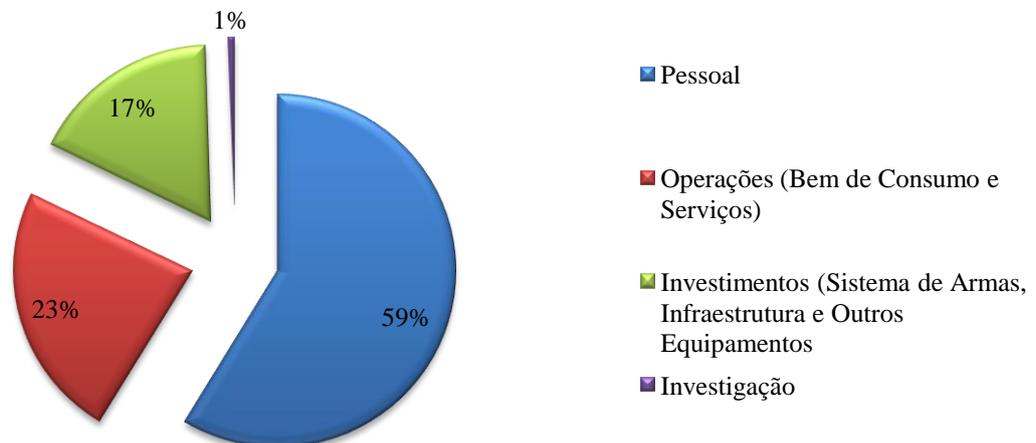
Fonte: Adaptado de Resumen... (2013); Donadio e Tibiletti (2014, p.08-09).

Notas: * Dados correspondentes à Resumen... (2013).

** Dados correspondentes à Donadio e Tibiletti (2014, p.08-09).

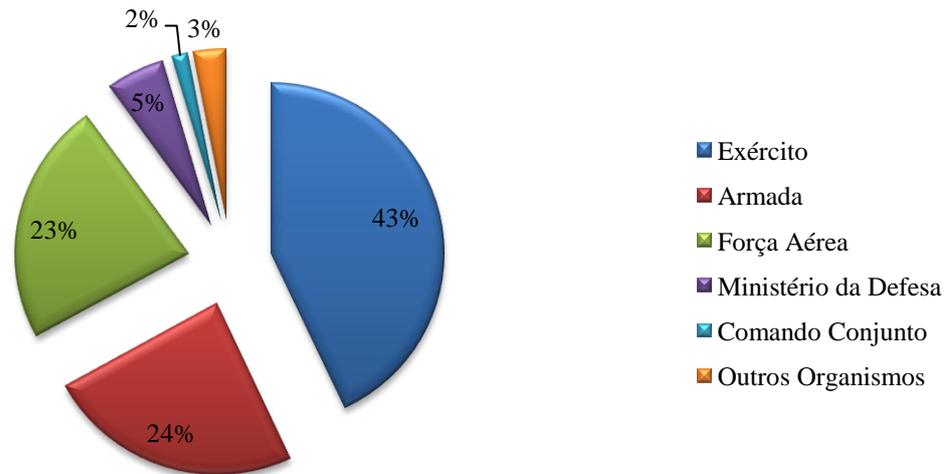
Por meio do Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, publicado em 2012, com dados que abrangem 2006-2010, elaborado pelo Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do CDS, podemos efetuar uma análise mais específica sobre o emprego destes gastos na região, em que se verifica um gasto de 59% em despesas com pessoal, sendo apenas 17% e 1% destinados, respectivamente, a investimentos e investigação. Nota-se assim a necessidade de uma mudança no destino dos gastos, visto que, apesar de um desprendimento financeiro considerável para a defesa, sua utilização volta-se ao pagamento e manutenção de pessoal e não ao aprimoramento dos recursos de defesa do país. Já no que tange a distribuição pelos órgãos de defesa, nota-se que 90% dos gastos estão concentrados nas Forças Armadas, sendo assim apenas 10% voltado para as outras instituições.

Gráfico 1 - Gastos de Defesa na região por objeto de gasto (Média 2006-2010)



Fonte: Adaptado de CEED (2012a, p.11).

Gráfico 2 - Porcentagens de Gasto Acumulado por organismo na região (2006-2010)



Fonte: Adaptado de CEED (2012b, p.13).

Desta forma,

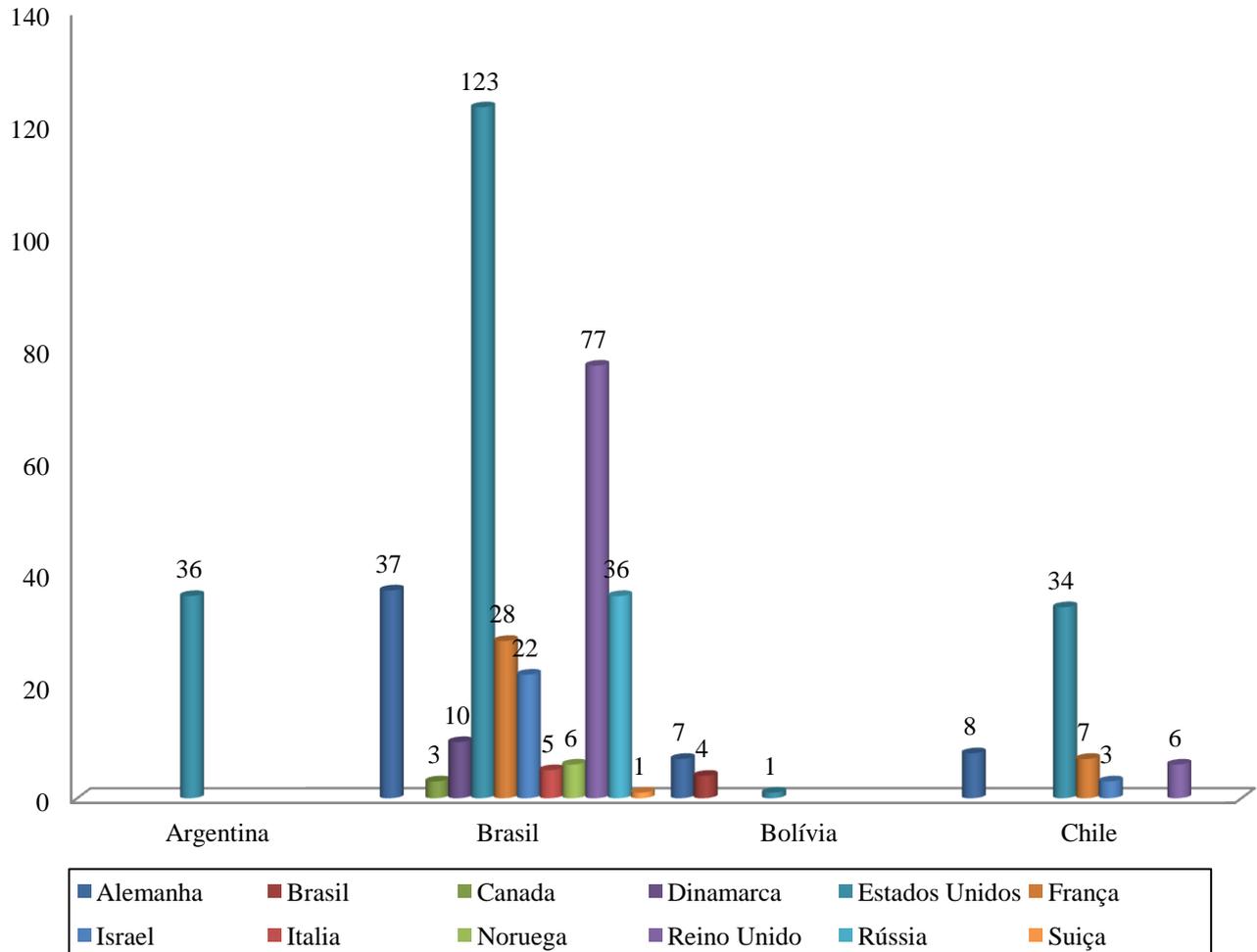
A modo de conclusão, as variáveis analisadas no Registro Sul-Americano de Gasto de Defesa indicam que a evolução dos orçamentos de defesa na UNASUL, não registra variações por valores significativos durante o período, nem elementos que permitam estabelecer uma tendência armamentista ou refletem uma militarização da região. (CEED, 2012c, p. 14, tradução nossa).⁷³

Como último elemento de análise, apresentamos os *Trend-Indicator Valor* (TIV) de armas exportadas para países da América do Sul. O TIV é um sistema de análise do *Stockholm International Peace Research Institute* para medir o volume de transferências internacionais da grande maioria das armas convencionais (SIPRI, 2014a).⁷⁴

⁷³ “A modo de conclusión, las variables analizadas en el Registro Suramericano de Gasto de Defensa indican que la evolución de los presupuestos de defensa en la UNASUR, no registra variaciones por valores significativos durante el periodo, ni elementos que permitan establecer una tendencia armamentista o reflejen una militarización de la región.”

⁷⁴ O TIV está fundamentado em um conhecido custo unitário de produção de um conjunto de armas e representa a transferência de recursos militares, e não seu valor financeiro. Para se analisar a tendência de fluxos de armas para determinados países ao longo do tempo, o SIPRI efetua o cálculo do volume de transferência por meio do TIV e o número de sistemas ou subsistemas das armas entregues no determinado ano (SIPRI, 2014b).

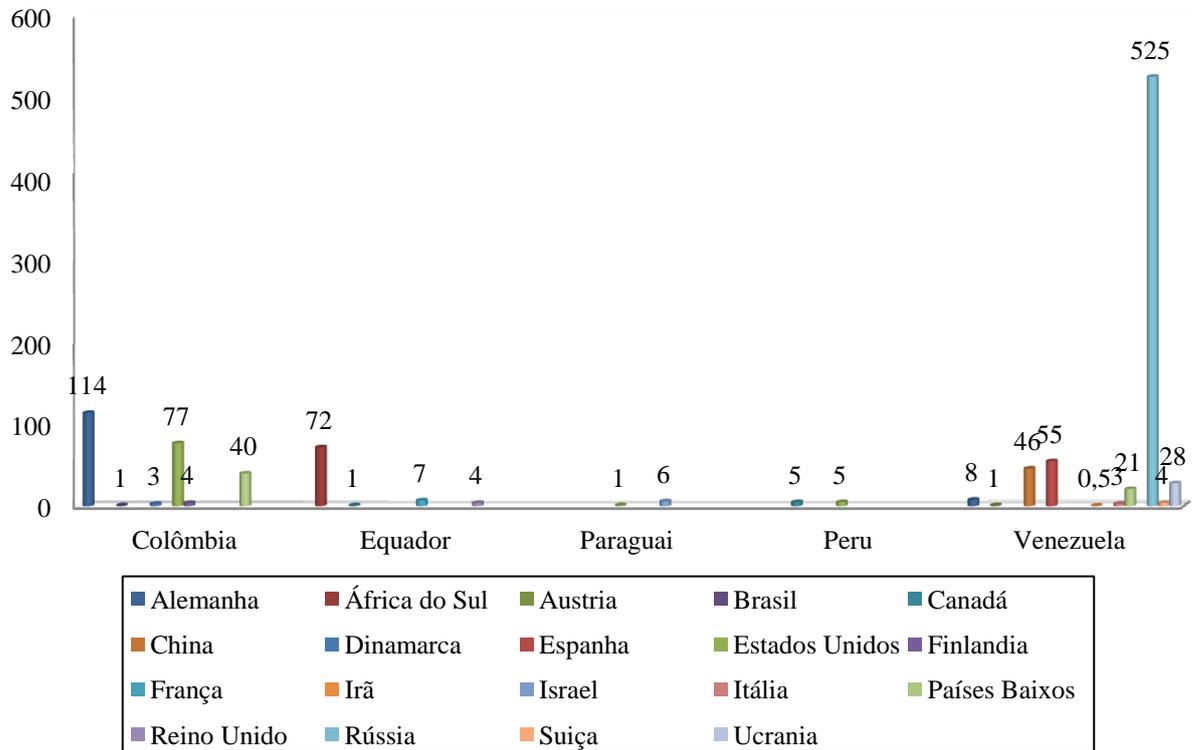
Gráfico 3 - TIV de Armas Exportadas (1) - 2012 (US\$ milhões)*



Fonte: Elaborado pela autora com base em: SIPRI (2014a).

Nota: * Os valores de 0,5 milhões de dólares correspondem à variação menor que 0,5 milhões de dólares.

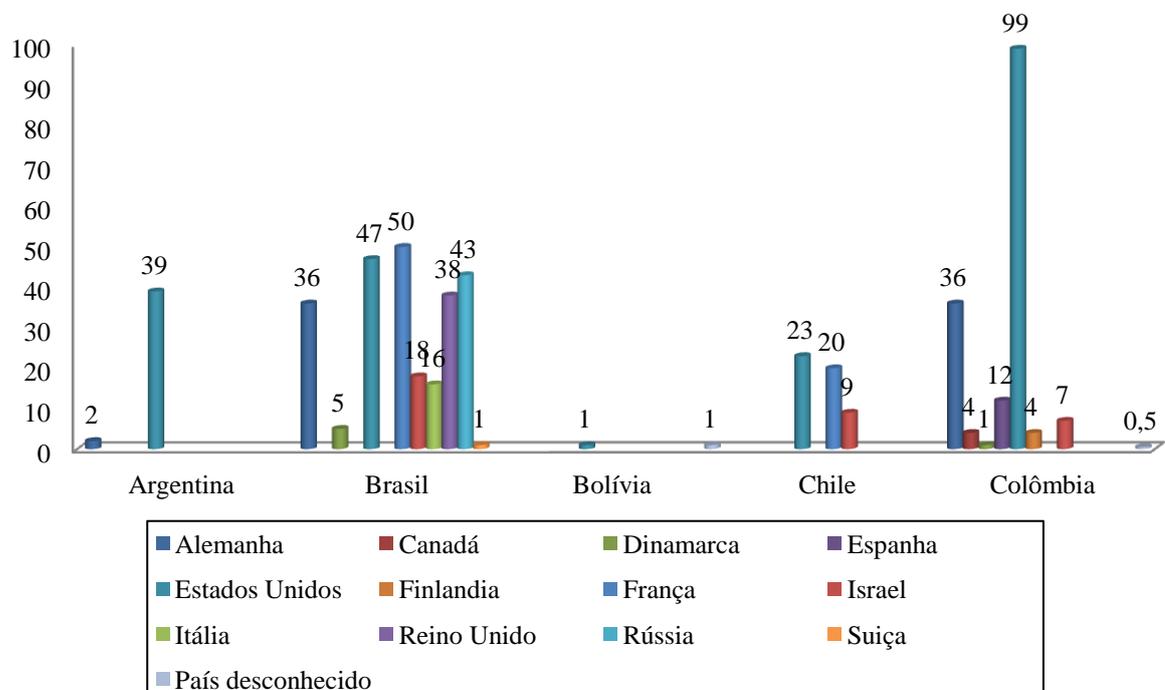
Gráfico 4 - TIV de Armas Exportadas (2) - 2012 (US\$ milhões)*



Fonte: Elaborado pela autora com base em: SIPRI, (2014a).

Nota: * Os valores de 0,5 milhões de dólares correspondem à variação menor que 0,5 milhões de dólares.

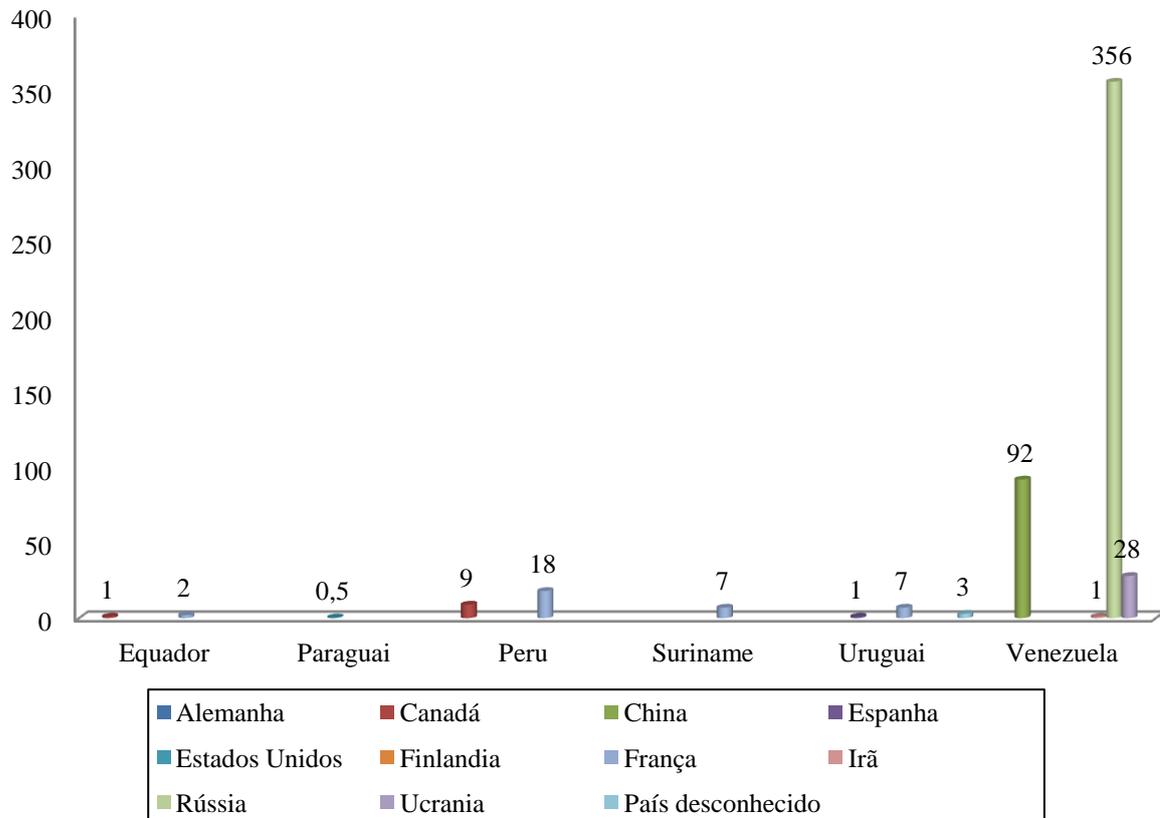
Gráfico 5 - TVI de Armas Exportadas (1) - 2013 (US\$ milhões)*



Fonte: Elaborado pela autora com base em: SIPRI (2014a).

Nota: * Os valores de 0,5 milhões de dólares correspondem à variação menor que 0,5 milhões de dólares.

Gráfico 6 - TVI de Armas Exportadas (2) - 2013 (US\$ milhões)*



Fonte: Elaborado pela autora com base em: SIPRI (2014a).

Nota: * Os valores de 0,5 milhões de dólares correspondem à variação menor que 0,5 milhões de dólares.

Nos gráficos apresentados, nota-se uma expressiva compra de armamentos originários dos EUA pelos países sul-americanos, bem como uma grande quantidade de armamentos russos por parte da Venezuela, principalmente devido aos elevados preços do petróleo, apesar de seu atual decréscimo, e as linhas de créditos da Rússia. Destaca-se que a crise global na economia tem afetado, de forma mais amena, os países da região, verificando-se uma diminuição de compras de armamentos entre 2012-2013. O Brasil, atualmente, busca um reaparelhamento das suas Forças Armadas, com o desenvolvimento da indústria de defesa nacional. Diferentemente do caso argentino, que está sofrendo com uma crise crescente, a qual tem sido a prioridade do governo. No Chile, observa-se um cenário equilibrado de sua economia, sem, contudo, aquisições de equipamentos militares. A Colômbia, por sua vez, mantém a iniciativa de modernização de seus armamentos, especialmente devido a sua crise de instabilidade interna, a qual está mais amenizada (ponto que será discutido na seção 3.2.2). No Peru, não foram efetivadas expressivas aquisições para a substituição de seus equipamentos, os quais se encontram em situação de obsolescência. Já na Venezuela, tem-se um investimento contínuo na compra de material militar, como apresentado nos dados acima.

O Equador, o qual se encontra em um momento de prosperidade política (democratização) e econômica (preços do petróleo), teve o início do reaparelhamento de suas Forças. No caso do Suriname suas compras de armamentos são quase inexpressivas, e já em relação a Guiana, não estão disponibilizadas informações sobre suas aquisições. Assim, nota-se um processo de investimento em equipamentos militares, em boa parte da região, para, sobretudo, a substituição do material bélico obsoleto, bem como para a manutenção de um grau de dissuasão (RANKING..., 2012).

3.2 FONTES DE INSEGURANÇAS PARA A REGIÃO

Como abordagem inicial, destacaremos o conceito de “ameaça”, anunciante de temor, que se associa a uma “concepção estratégica autônoma”, sendo assim, “a ameaça só se constitui e opera na percepção daquele que é ameaçado”. (SAINT-PIERRE, 2007, p.03) Como introduzido na seção 2.2.1,

[...] a ameaça é uma representação, um sinal, uma certa disposição, gesto ou manifestação percebida como o anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem percebe. Portanto, a ameaça não é estritamente um *objeto* que possamos analisar em si mesmo, mas uma *relação* que deve ser avaliada em todos seus componentes. (SAINT-PIERRE, 2007, p.03).

Com o término da Guerra Fria, a percepção de ameaças comuns a todo o hemisfério foi alterada, em que os países passaram a entrar em seu próprio compasso, se diferenciando desde seu grau econômico, até mesmo em sua governabilidade, instabilidade e insegurança. Nota-se nesse cenário, com a consolidação da globalização e das relações de interdependência, a fortificação de ameaças na vertente transnacional⁷⁵, abrangendo atividades ilícitas e terrorismo (MACHADO, 2007, p.45-46), sendo tais “difusas” e originárias de “atores não-estatais”. Devido estas características, são necessários instrumentos conjuntos para responder a essas ameaças, como “diplomacia, a inteligência e o aparato militar”, além de cooperação entre Estados e instituições internacionais (PAGLIARI, 2009, p.29-92).

Nesse contexto, destaca-se a tendência para a “securitização” das ameaças de forma generalizada, abrangendo “quase todos os âmbitos da vida”, o problema que se constitui é a possibilidade de militarização para a resolução de todas estas ameaças (SAINT-PIERRE,

⁷⁵ Tais também são denominadas “novas ameaças”, porém não nos utilizaremos deste termo visto não ser condizente com a realidade, já que tanto o terrorismo como as atividades ilícitas se fazem presentes no cenário internacional há muito tempo.

2007, p.17), como no caso sul-americano em que as Forças Armadas se apresentam como um importante elemento para a manutenção da segurança do Estado e sua soberania, porém, também passam a exercer atividades tanto perante ameaças externas como internas (tema mais aprofundado na seção 3.2.2), dentre as quais a “manutenção da paz e do aparato governamental, e da integridade territorial”. Ressalta-se que, diferentemente do que ocorre na região, em situações de manutenção da segurança pública, os responsáveis são as polícias civis e militares (PAGLIARI, 2009, p.32-34). Sendo assim, como já apresentamos na seção 2.2.1, existe uma variação no emprego das Forças Armadas de cada país.

Quando analisamos a questão de guerras na América Latina, verificamos que os maiores conflitos bélicos se deram durante o século XIX. As guerras de independência tiveram grandes consequências, pois os Estados foram criados, confederações de Estados se extinguíram, além da alteração da posição regional hierárquica de tais, sendo a Guerra da Confederação Peru-Bolívia (1836-1839) e a Guerra do Paraguai (1864-1870) as com maiores responsabilidades nessa mudança. Centeno (2002, p.272) ressalta que os Estados da América Latina se originaram de destroços dos impérios das metrópoles, com a presença da hierarquia colonial, e esse elemento, mais do que os problemas de fronteira, foi um empecilho para a formação pós-colonial do Estado-nação.

Construção do Estado será marcada por contínuas tentativas de controlar a violência interna, defender-se contra ameaças de violência externa, e fornecer bens públicos para os cidadãos através de todos os meios disponíveis. Sangue, dívida e impostos são aspectos recorrentes do longo e doloroso processo de construção do Estado moderno. (THIES, 2005, p.463, tradução nossa).⁷⁶

De acordo com Senhoras (2010, p.03-10), a conjuntura recente da América Latina, baseia-se em diferenciações entre iniciativas regionais, e suas fragilidades quanto suas institucionalidade e de cooperação pelo viés militar entre Forças Armadas, concomitante a diferentes graus de influência de potências internacionais, especialmente a estadunidense. O autor apresenta a região em dois períodos distintos, em seu primeiro marcado por desconfianças e conflitos não resolvidos, inserido em um contexto regional, de governos militares, e internacional, de conflito bipolar. Sendo o segundo momento, delimitado pelo viés cooperativo, buscando a ausência de interferências norte-americanas.

Desta forma, segundo o Livro Branco de Defesa Nacional do Brasil (2012, p.27-8), o sistema internacional que nos inserimos atualmente constitui uma ordem multipolar, composta

⁷⁶ “State building will be marked by continued attempts to control internal violence, defend against threats of external violence, and provide public goods for the citizenry through whatever means are available. Blood, debt, and taxes are dependably recurrent aspects of the long and painful process of building the modern state.”

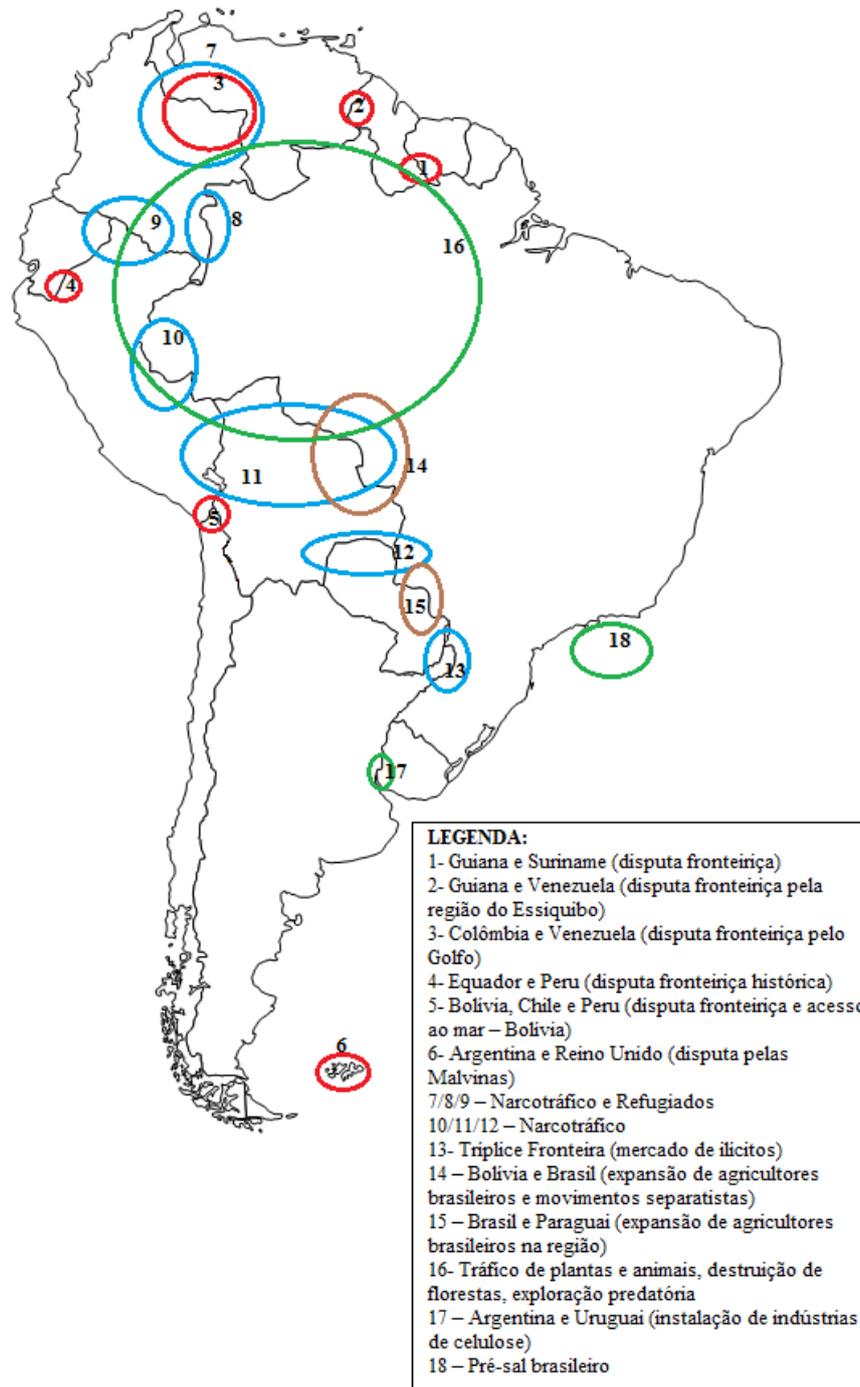
por potências tradicionais e emergentes, e “traz consigo novas oportunidades e novos desafios às nações no plano da defesa”, já que, mesmo com a influência do direito internacional, não existe uma garantia de ausência de conflitos, e por isso, o Brasil volta-se a política de defesa nacional e a busca por uma “inserção afirmativa e cooperativa no plano internacional”. Na mesma linha, o Estado da Argentina define a necessidade de uma defesa que, de um lado, seja “autônoma”, e de outro, seja cooperativa, tendo a UNASUL e o CDS como marcos para esse processo (ARGENTINA, 2010, p.44).

Segundo o Livro Branco de Defesa da Argentina (2010, p.29), verifica-se uma melhora nas relações interestatais na América do Sul, resultante de diálogo, cooperação e concertação, constituindo uma região estável. Ao mesmo tempo, têm-se como crescentes as ameaças transnacionais e a insegurança interna. De forma complementar, para o Brasil,

Novos temas — ou novas formas de abordar temas tradicionais — passaram a influir no ambiente internacional deste século. As implicações para a proteção da soberania, ligadas ao problema mundial das drogas e delitos conexos, a proteção da biodiversidade, a biopirataria, a defesa cibernética, as tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, os desastres naturais, ilícitos transnacionais, atos terroristas e grupos armados à margem da lei explicitam a crescente transversalidade dos temas de segurança e de defesa. [...] Outros desafios que se apresentam ao País dizem respeito à sua capacidade de fazer face aos chamados “conflitos do futuro”, quais sejam, as guerras de informação e os conflitos de pequena escala caracterizados por origem imprecisa e estruturas de comando e controle difusas. (BRASIL, 2012, p.27-28).

Com isso, apresentamos abaixo um mapa com as principais inseguranças na região sul-americana, que discutiremos com maior profundidade no decorrer desta seção.

Mapa 2 - Principais Inseguranças na América do Sul (2014)



Fonte: Elaborado pela autora.

Com isso, analisaremos nas próximas seções quatro vertentes de inseguranças que se destacam na região sul-americana e que necessitamos dar atenção para compreendermos a importância das medidas cooperativas para prevenção de tais ameaças, bem como para o fortalecimento dos países frente as já existentes, sendo o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, como apresentaremos no próximo capítulo, um instrumento com relativa importância nesse cenário.

3.2.1 Fronteiras e Interferências Extrarregionais

A América Latina apresenta uma mudança geopolítica com a virada do século XIX para o XX, constituindo um cenário mais estável e pacífico. Contudo, isto não significa que está ausente de qualquer tipo de conflitos bélico, ou possíveis inseguranças e desconfianças com seus vizinhos e potências, abrangendo um cenário em que as fronteiras são elementos capazes de potencializar problemas de segurança, mesmo quando resolvidos de forma pacífica, e a cooperação pode permitir a atenuação das desconfianças e estimular a integração, apesar de sua dificuldade de concretização com a existência de conflitos ainda inacabados. (DESIDERÁ, 2010, p.09; MEDEIROS FILHO, 2010, p.69; PINZÓN, 2014, p.01-02)

O século XIX, como já apresentado, foi constituído de extensos conflitos fronteiriços, bem como instabilidade internas⁷⁷. Verificamos que nesta época configurou-se um cenário com, principalmente, guerras de independência e demarcação de limites. (MORAES, 2010, p.61-62; PINZÓN, 2014, p. 04-06) Abaixo, apresentamos os principais conflitos que marcaram a região sul-americana.

Figura 5 - Guerras entre Estados sul-americanos desde a independência

PERÍODO	NOME	PARTICIPANTES
1825-28	Guerra da Cisplatina	Argentina <i>versus</i> Brasil
1836-39	Guerra da Confederação Peruano-Boliviana	Chile (Argentina) <i>versus</i> Bolívia, Peru
1841	Peru <i>versus</i> Bolívia	Peru <i>versus</i> Bolívia
1851-52	Guerra contra Oribe e Rosas	Brasil <i>versus</i> Argentina
1864-70	Guerra do Paraguai	Paraguai <i>versus</i> Argentina, Brasil, Uruguai
1863	Guerra Civil	Equador <i>versus</i> Colômbia
1879-84	Guerra do Pacífico	Chile <i>versus</i> Peru, Bolívia
1932-35	Guerra do Chaco	Bolívia <i>versus</i> Paraguai
1932	Conflito de Leticia	Peru <i>versus</i> Colômbia
1939-41	Guerra Peruano-Equatoriana	Peru <i>versus</i> Equador
1995	Guerra do Cenepa	Peru <i>versus</i> Equador

Fonte: Sebben (2011, p.88).

⁷⁷ Como conflitos internos de maior proporção na América do Sul no século XIX foram, na Argentina, Primeira e Segunda Guerras entre Unitários e Federalistas no Interior (1825-27 e 1829-31), Revolução dos Restauradores (1833), Revolução dos Colorados (1866-67) e Rebelião Jordanista (1870-76); no Brasil, a Guerra dos Farrapos (1835-45), a Revolução Federalista (1893-95) e a Guerra de Canudos (1896-97); no Chile, a Revolução de 1851, a Revolução de 1859 e a Guerra Civil de 1891; na Colômbia, a Guerra dos Mil Dias (1899-1902); no Peru, a Insurreição de 1854 e a Guerra Civil de 1856-58; no Uruguai, a Guerra Civil entre os Partidos Colorado e Nacional (1839-51); e na Venezuela, a Guerra Federal (1859-1863) e a Revolução Azul (1868-71) (MORAES, 2010, p.61-62).

Já o século XX, como introduzimos, pautou-se por uma relativa estabilidade e relações pacíficas entre os Estados latino-americanos. Segundo Dominguez (2004, p.367-370), essa situação pode ser explicada por três motivos, o primeiro centra-se na estrutura do sistema internacional na América Central, visto desde o século XIX os Estados Unidos efetuarem ocupações na região, começando pelo caso da Nicarágua; e na América do Sul, já que a partir de 1880 passa a compor um equilíbrio de poder, que mantém a paz no local, com entendimentos entre Brasil e Chile, e Argentina, Bolívia e Peru. Como segundo ponto tem-se o relativo isolamento da região perante o sistema internacional, especialmente com o posicionamento do Reino Unido, em 1820, para impedir qualquer potência de intervir na região, somada as ações hemisféricas dos Estados Unidos, apresentadas na seção 3.1.1, apesar de alguns processos de dominação da França (sob o México) e do Reino Unido (sob Argentina, Guatemala e Venezuela), contudo, não houve o retorno do processo de colonização ou perdas imensas de território. Por fim, as características institucionais da região, com o direito de posse do que era anteriormente colônia, e ideológicas, com elites que não consideravam os vizinhos “realmente” inimigos.

As principais Guerras deste período foram a do Chaco, com a conquista de uma extensa parte do Chaco Boreal boliviano pelo Paraguai; e a Guerra das Malvinas, de 1982, com a invasão argentina sobre as Ilhas e a reação por parte da Grã Bretanha, controladora do local. O conflito bélico constitui um momento de inflexão do TIAR, visto o posicionamento estadunidense de apoio a Grã Bretanha, ocorrendo um processo de “reorganização dos padrões de confiança regionais”. Algumas disputas tiveram sua resolução apenas recentemente, como o conflito entre Argentina e Chile sobre o Canal de Beagle, iniciado há 37 anos, sendo resolvido apenas em 1995, resultando em tratados cooperativos, como apresentado na seção 3.1.2. (ABDUL-HAK, 2013, p.73-76) Ademais, o conflito fronteiriço entre Chile e Peru, por uma faixa marítima, advindo desde 1930, sendo resolvido em 2014, pela Corte Internacional de Justiça de Haia.

Porém, existem instabilidades que ainda não foram solucionadas, como a demanda da Venezuela pela área a leste do Rio Essequibo da Guiana, com a justificativa de o local ter sido parte do Vice-Reinado da Nova Granada, na época colonial. (MORAES, 2010, p.61-62; TEIXEIRA, 2013, p.102). Além, do caso da Bolívia e a busca por sua saída ao Oceano Pacífico; a relação Peru e o Equador, com conflitos históricos desde suas independências; e a fronteira Colômbia e Venezuela, referente ao Golfo da Venezuela/Golfo da Colômbia (MORAES, 2010, p.69-70; PAGLIARI, 2004, p.83-87; SAINT-PIERRE, 2007, p.17-19). A

figura abaixo descreve, com maiores detalhes, os principais conflitos que perduram até a atualidade na região.

Figura 6 - América do Sul: litígios fronteiriços e territoriais pendentes (2012)

Paises envolvidos	Resumo da disputa
Guiana e Venezuela	Desde 1962, a Venezuela demanda toda a área do território guianense situada a oeste do rio Essequibo, alegando ter sido injustiçada em decisão arbitral sobre a posse desta região no século XIX, quando a Guiana ainda era colônia inglesa. O caso tem sido tratado com os bons ofícios do secretário geral da ONU desde 1987.
Argentina e Reino Unido	Em 1982, a ditadura militar da Argentina promoveu a ocupação das Ilhas Malvinas (ou <i>Falklands</i> , em inglês), de posseção inglesa no Atlântico Sul, alegando ser a detentora da soberania sobre aquele território, herança da colonização espanhola. A invasão foi o estopim para a Guerra das Malvinas, com duração de pouco mais de dois meses e derrota argentina. O resultado do conflito, de toda forma, não colocou um ponto final na disputa. Em 2012, por ocasião do aniversário de trinta anos da guerra, a presidenta Cristina Kirchner voltou a evocar a temática (com apoio dos demais países sul-americanos), propondo nova solução, desta vez pacífica e com intermediação da ONU.
Guiana e Suriname	Com origem anterior à independência dos dois países, o litígio fronteiriço envolvia uma parcela referente ao mar territorial (resolvida em 2007 por meio de arbitragem da ONU) e outra terrestre, sobre duas regiões: o rio Courantyne, que separa os dois países, e o Triângulo do Novo Rio, na extremidade austral da fronteira, onde há jazidas de ouro. A disputa tem sido tratada por meio de negociações bilaterais diretas.
Bolívia, Chile e Peru	No século XIX, a disputa sobre o direito de exploração de recursos naturais entre Bolívia e Chile, na região do atual extremo norte chileno e extremo sul peruano, onde se situa o porto de Arica, provocou a chamada Guerra do Pacífico (1879-1883). A derrota boliviana significou a perda de sua saída para o mar. Desde os anos 1970, de toda forma, as partes têm negociado maneiras para que a Bolívia recupere o acesso ao Oceano Pacífico – objetivo constitucional do país desde 2008.
Colômbia e Venezuela	Com a resolução da maior parte das disputas pela definição das linhas fronteiriças entre os dois países tendo ocorrido somente em meados no século XX, ainda resta, entre outros, o diferendo a respeito da soberania sobre as águas do Golfo da Venezuela, onde há importantes reservas de petróleo. O litígio tem sido tratado por meio de negociações bilaterais diretas, as quais contam com uma Comissão Permanente de Conciliação.

Fonte: Desiderá (2010, p.10).

Ademais, verificamos instabilidades mais recentes, mas que não foram levadas a conflitos bélicos, como na fronteira Brasil-Paraguai, sobre a presença de agricultores brasileiros dedicados a produção de soja; e a região Brasil-Bolívia, em que na zona norte, tem-se a tríplice fronteira (Bolívia, Brasil e Peru) com a expansão de agricultores e pecuaristas brasileiros, e ao sul encontram-se fazendeiros brasileiros de soja engajados em movimentos separatistas (COSTA, 2009, p.12-13).

Paralelo a essa situação existe a relação entre América do Sul e Estados Unidos, sendo a potência de maior influência histórica na região. Suas relações se iniciaram com a independência, marcadas por grandes assimetrias, visto o protagonismo estadunidense no sistema internacional, se fazendo presente na região americana de diversas formas, como nas vertentes política, econômica, militar e cultural (LORENZO, 2011, p.150-151). A política exterior dos Estados Unidos, usualmente, apresenta grande estabilidade, principalmente nas regiões de interesses vitais. No caso da América Latina com a presidência de George W. Bush ocorreu um distanciamento e inconsistência em sua política externa, visto que, segundo Díaz (2011, p.107), a região era considerada como segura, e por isso foi colocada marginal a sua

política externa. Assim, nota-se, nos últimos anos, uma diminuição da influência direta estadunidense, marcada segundo Guarnizo (2011, p.XIX) pelas dificuldades perante as guerras do Afeganistão e Iraque, o unilateralismo pregado na doutrina Bush de 2001-2009, e a crise financeira de 2008 somada aos problemas domésticos enfrentados pelo governo Obama.

A separação entre as políticas voltadas para as regiões das Américas passam a ser evidentes, no caso do hemisfério norte, os interesses estadunidenses cerceiam a integração e estabilidade do sistema internacional; em contra partida, o hemisfério sul tem suas políticas voltadas ao curto prazo e uma importância mais reduzida, apesar da presença de parceiros regionais relevantes como Colômbia, México e a América Central, com enfoque ao combate ao narcotráfico e fluxo de armas. A região andina, na concepção dos EUA, forma um arco de instabilidade e interesse, especialmente no que tange a aplicação de um alinhamento estadunidense na região, a partir de organizações multilaterais; diversificação a partir dos recursos energéticos, que os façam menos dependente da eurásia; controle das rotas de acesso do Panamá; e combate ao tráfico e crime transnacional (DÍAZ, 2011, p.107-139). Destaca-se ainda a presença de bases militares estadunidenses na América do Sul, com destaque a Colômbia e Peru que somam por volta de dezessete “centros e núcleos de apoio para operações militares”, bem como o volume de recursos monetário providos aos países, como a Colômbia e Equador no âmbito militar, e Peru referente ao apoio econômico e social (COSTA, 2009, p.19-20).

Desde 1992, com o atentado a embaixada israelense em Buenos Aires e o pós 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos alegam a presença de grupos fundamentalistas islâmicos na região da Tríplice Fronteira, “alegando que o local serve como ponto de recrutamento e financiamento dessas organizações”. Esta zona constitui-se de algumas peculiaridades, como sua relevância econômica e demográfica, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e grande quantidade de imigrantes de origem árabe, da região de atuação do Hezbollah, o Vale do Bekaa, e que enviam grandes remessas de dinheiro ao seu local de origem. Assim, estes elementos contribuem para a “hipótese de que a região apoiaria grupos considerados terroristas pelos EUA.” (CEPIK; ARTURI, 2011, p.658-659). Ademais, essa zona caracteriza-se por uma debilidade estatal e por mercados de ilícitos (PINZÓN, 2014, p.07-10). Para a melhoria desta situação, desde 1995, Argentina, Brasil e Paraguai iniciaram acordos cooperativos para controle das fronteiras e combate ao terrorismo (PION-BERLIN, 2005, p.216-222).

Em paralelo a presença estadunidense, notamos atores extrarregionais que também se apresentam na região, porém com baixa influência. No caso da Rússia tem-se uma presença

na região, sobretudo através de acordos com a Venezuela, no âmbito de compra de armamentos e exercícios entre suas Forças Armadas, e no Caribe (BARTOLOMÉ, 2009, p.49-50), que se deve, especialmente, pela busca de mercado consumidor e extensão de sua influência, principalmente por ser uma região próxima aos EUA. Como também, temos a China, que de 2001-2002 impulsionou o crescimento econômico dos países sul-americanos, atrelando-se ao Brasil como parceiro desde 2009 (VADELL, 2011, p.59). O país busca, essencialmente, acesso a recursos minerais e energéticos, e alimentos, para suprir sua “base manufatureira” e sua população, respectivamente; mercado consumidor, principalmente com a crise econômica de 2008; isolar e incorporar Taiwan; e constituir alianças estratégicas e obter apoio em foros e instituições (CINTRA, 2013, p.30-31). Nesse contexto, o grupo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)⁷⁸ eleva-se de importância no cenário internacional, marcando a presença de países emergentes que buscam mudanças nas perspectivas tradicionais do sistema internacional, das instituições e dos processos cooperativos norte-sul.

3.2.2 Segurança Pública e Atividades Ilícitas

Para compreendermos essa seção, nos utilizaremos da definição de John Bailey (2003, p.12) de segurança pública, em que esta volta-se para a segurança e a proteção das pessoas de ameaças internas e externas, bem como das instituições democráticas, estando associada às leis dos Estados e os meios para a efetivação de tais. A fonte de ameaças para a segurança pública pauta-se no crime, violência, instituições nacionais corruptas, e terrorismo. Somada a essas inseguranças, a região sul-americana ainda está marcada por instabilidades políticas, decorrentes desde o fim das ditaduras militares; por situações antidemocráticas, como na Bolívia (2008), no Equador (2010) e no Paraguai (2012), caracterizando uma ameaça a estabilidade dos países vizinhos; e pela continuação de processos cooperativos regionais (DESIDERÁ, 2010, p.10-11).

Nesse cenário, observamos ao papel das Forças Armadas, as quais têm sido empregadas no contexto internos dos países, como na Bolívia, em que as Forças estão associadas a polícia para o combate à máfias de contrabando, crime organizado e tráfico ilegal; no Brasil, atuam na Tríplice Fronteira contra tráfico de ilícitos, e em áreas urbanas, com destaque ao Rio de Janeiro e a luta contra a criminalidade; no Chile exercem

⁷⁸ Maiores informações sobre o BRICS em: PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.) **O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional**. Brasília: FUNAG, 2012. p.187-204.

interceptação de drogas via marítima, auxiliados pela polícia; no Paraguai, associadas a polícia para o combate de um grupo insurgente, o *Ejército Popular Paraguayo*; e no Peru, como apoio as polícias para a manutenção da ordem pública, bem como contra Sendero Luminoso e grupos terroristas (BARTOLOMÉ, 2009, p.57-59). Essa situação, segundo Saint-Pierre (2011, p.431) tem levado a “desprofissionalização das Forças Armadas, dado o desvio de função, e, em muitos casos, à corrupção destas ante o poder econômico do crime”, além de os resultados de sua atuação não permitirem a solução dos conflitos, apenas os ocultando. Desta forma, faz-se essencial a adequação da polícia para a ação contra os desafios que estão presentes no contexto nacional.

Como apresentado, o crime organizado compõe um dos elementos de ameaça à segurança pública, estando presente de forma generalizada na região sul-americana. Tal crime pauta-se em uma motivação econômica, associado a mercado ilegal ou de produtos controlados. Devemos destacar que tal, ao mesmo tempo em que prove violência a sociedade, também a fornece bens e serviços, reconhecendo-se que “há sociedade e Estado dentro do crime organizado tanto quanto há crime organizado na sociedade e no Estado”. Sendo assim, apresentam-se “três planos de análise” para a compreensão desta ameaça, o âmbito do “grupo criminoso”, formado pela organização em si; o “*cluster* regional”, marcado pela interação entre organizações e indivíduos; e o “mercado ilegal”, com “demandantes e ofertantes”. Neste segundo plano, nota-se uma internacionalização do crime somada a uma transferência de *clusters* dos países do norte aos do sul, “substituindo espaços na Europa e nos Estados Unidos por regiões como a África Ocidental, a Ásia Central e a América Central.” (CEPIK; BORBA, 2011, p.377-382).

Para a efetivação da segurança pública nesse cenário de crime organizado, são necessárias informações e o controle do território e de armamentos, sendo a polícia o instrumento efetivo para a obtenção de tais, porém com uma especialização, “apegada às atividades prévias de monitoramento e inteligência”. E por isso, tanto no viés externo ou interno, o “crime organizado é parte de uma política abrangente de segurança pública, que depende da integração entre agências no governo, mas também da participação cidadã e da cooperação internacional.” (CEPIK; BORBA, 2011, p.394-400).

Delimitada a compreensão de crime organizado, tal pode ser composto pelo narcotráfico; roubo e contrabando; e tráfico de pessoas, de órgãos e de armas. Nota-se uma estreita relação entre o narcotráfico e o tráfico de armas, como evidenciado no Rio de Janeiro, em que se “retroalimentam”, implicando em uma violência urbana. Ademais, outra ameaça associada ao tráfico de armas é a sua utilização por grupos paramilitares, os quais, muitas

vezes, relacionam-se com o narcotráfico (NASCIMENTO, 2011, p.23-25), como no caso das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC)*⁷⁹, que devido à insuficiência de renda e armamentos para sua expansão numérica e geográfica, que era obtida por meio de sequestros e extorsões, a Força se utilizou, a partir de 1980, de uma “postura mais ofensiva”, envolvendo-se com o narcotráfico (TAKUSHI, 2012, p.24).

No caso latino-americano, a produção de cocaína mundial está localizada na região andina, principalmente na Colômbia, onde os narcotraficantes transformam a pasta base, produzida no Peru e na Bolívia, em cocaína, exportando-a. Ressalta-se que tal droga vincula-se diretamente com a economia dos países; na Bolívia, os lucros com o narcotráfico chegam a US\$ 1,5 bilhão contra US\$ 2,5 bilhões das exportações legais, sendo 65% de sua economia voltada ao setor informal; na Colômbia, gera-se US\$ 2 a 4 bilhões, enquanto as exportações oficiais atingem US\$ 5,25 bilhões. O Peru é o maior produtor mundial de coca, contudo apenas 5% da produção é utilizada para fins legais, com o restante voltado ao tráfico, que abastece 60% do mercado mundial (COGGIOLA, [1997?]). Desde 2000, o cultivo da folha de coca caiu 65% na Colômbia, sendo no mesmo período elevado em 40% no Peru, e dobrado na Bolívia. Já a produção de cocaína, entre 2009 e 2010, cresceu 44% no Peru. Esta situação tem se dado devido, especialmente, ao Plano Colômbia⁸⁰, que está “empurrando o cultivo de coca de volta para o Peru e a Bolívia.” (LYONS, 2012).

Os casos peruano e boliviano se diferenciam com a situação vivenciada na Colômbia, pois, parte da produção de coca desses países é legal, voltada ao consumo tradicional, à indústria e à exportação. Além disso, suas comunidades indígenas são as principais cultivadoras e consumidoras da droga, sendo ainda mais estruturados que as colombianas. Ademais, o papel dos Estados Unidos é outro diferencial, em que nas décadas de setenta e oitenta, principalmente, foram promovidas políticas para a erradicação da coca no Peru e na Bolívia, bem como legislações para controle dos cultivos ilícitos; já na Colômbia, esses processos ocorreram depois, acentuados com o Plano Colômbia, ao final da década de noventa (NAVARRETE-FRÍAS; THOUMI, 2005, p.15-16).

O caso da Colômbia reflete as inseguranças internas e internacionais da região, visto a fragilidade deste Estado, o que auxiliou na constituição de grupos organizados que se utilizam

⁷⁹ As FARC tiveram sua luta iniciada a partir da organização de camponeses comunistas, principalmente devido a grave situação econômica e social da Colômbia, em 1964, sofrendo uma transformação para guerrilheiros a partir da “operação do exército colombiano, com pleno apoio dos Estados Unidos, na região de Marquetalia, sul de Tolima.” (TAKUSHI, 2012, p.24).

⁸⁰ Ação em conjunto entre os governos dos Estados Unidos e da Colômbia para o combate ao tráfico de drogas no território colombiano, em que os EUA se utilizam do plano para a execução de sua política externa, e a Colômbia obtém auxílio e treinamento de suas tropas (TAKUSHI, 2012, p.39-62).

da violência como meio (TAKUSHI, 2012, p.18). Com o governo Álvaro Uribe, a política externa focou-se na questão de segurança nacional, em especial o terrorismo e o narcotráfico, que possibilitou uma articulação e alinhamento de sua posição, no sistema internacional, a dos Estados Unidos, sustentado pelo Plano Colômbia. Esse Plano permite a interferência militar estadunidense na região, consagrada pela aceitação colombiana da ideia de “narcoterror” (ligação entre narcotráfico e terrorismo) (PAGLIARI, 2004, p.79-80). Ademais, devido esta situação, somada as políticas unilaterais da Colômbia, teve-se um esquecimento da vertente sul-americana, criando um cenário de desconfianças com Argentina, Brasil e Bolívia, bem como rupturas de relações com Equador e Venezuela.

Tal conflito tem como característica seu “transbordamento”, expandindo-se para além das fronteiras e repercutindo nos processos de integração econômica, política e de segurança, abarcando questões de refugiados, narcotráfico, problemas ambientais, e violação da soberania, principalmente por parte de insurgentes (FERNÁNDEZ, 2008, p.117-118), notável em 2008, com a invasão do Equador pelo exército colombiano. Verifica-se que o Equador foi afetado para além desta situação, com o deslocamento de pessoas para o seu território, refugiados da violência e das fumigações de plantações de coca, decorrentes do Plano Colômbia, abrangendo também as fronteiras da Venezuela e do Brasil (no Amazonas) (TAKUSHI, 2012, p.54-55).

Em 2010, Juan Manuel Santos ganhou as eleições e indicou uma perspectiva de mudanças na política externa, voltando-a a processos cooperativos e à reaproximação com os países da América do Sul (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.23).

Para o governo Santos, a segurança na Colômbia ainda é ameaçada por três atores principais. Em primeiro lugar, pelas FARC, que se encontra em um ponto de inflexão após ter sofrido fortes ataques ao seu comando central, disposta a assumir nova estratégia recorrendo ao uso da propaganda e procurando a inferência na política do país por vias que não são nem armada nem diretas. Em segundo lugar, pelo *Ejército de Liberación Nacional* (ELN)⁸¹, quase dizimado pela política de Segurança Democrática e que agora se conserva sob uma estratégia que mistura o comportamento parasitário, o relaxamento do comando central sobre as unidades e a depredação econômica. Finalmente, o terceiro elemento seriam os bandos criminosos (BACRIM), derivados dos antigos paramilitares, carentes de qualquer plataforma política, com fins de controle sobre negócios ilícitos e responsáveis pelo aumento dos casos de homicídios e crimes nos últimos anos. (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.21-22).

No que se refere às relações com seus países fronteiriços, Venezuela e Equador, Santos foi capaz de resolver as principais divergências. Reaproximando-se da Venezuela com

⁸¹ O ELN, formado em 1960, objetivava uma luta revolucionária, por influência da Revolução Cubana, com a instauração de um governo “comandado pelo povo”, estando composto por “estudantes e clérigos que provinham de uma classe média educada.” (TAKUSHI, 2012, p.24-25).

o estabelecimento de canais diplomáticos, a partir do pagamento da dívida do país aos empresários colombianos, bem como a retomada de mecanismos de complemento econômico, na infraestrutura, em energia e na fronteira. Com o sucesso de retomada de suas relações, esses dois países, em conjunto, obtiveram uma grande importância para a condução da política latino-americana. Já no que tange o Equador, teve-se a efetuação de uma transparência em relação à operação realizada pelo exército colombiano no território equatoriano, com a morte de Raul Reyes, um dos líderes das FARC. Além disso, Santos e Rafael Correa, presidente do Equador, reataram suas relações bilaterais, suas medidas referentes aos refugiados colombianos e seus projetos conjuntos nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento da fronteira (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.24).

A aproximação com o Brasil também tem ocorrido principalmente devido à questão das FARC, em operações conjuntas e a luta contra o crime transnacional, por intermédio da UNASUL. Todavia, vale-se ressaltar que mesmo com a retomada das relações com Venezuela e Equador e sua interação com a UNASUL, o governo colombiano ainda persiste na articulação de projetos de integração para além ALBA e do Mercado Comum do Sul, como com a Aliança do Pacífico, discutida na seção 3.1.1 (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.24-27).

A relação entre o presidente norte-americano, Barack Obama, e Santos marcou-se por uma transformação “com um corte de 50% da ajuda militar direta” estadunidense, entre 2007-2012. Além disso, verifica-se o abandono do acordo sobre o uso de bases militares estadunidenses no território colombiano, visto a “declaração de inconstitucionalidade do projeto pela Corte Constitucional colombiana e as repercussões negativas que tal acordo teria para as relações da Colômbia com os países sul-americanos.” (CEPIK; BRANCHER; GRANDA, 2012, p.26).

Em 2013, Juan Carlos Pinzón, ministro de defesa colombiano, e Anders Fogh Rasmussen, secretário geral da OTAN, firmaram um acordo de cooperação e defesa, principalmente no que se refere à luta contra o terrorismo, sendo um acordo de benefício mútuo, onde a Organização ganhará conhecimento sobre as formas de combate ao narcotráfico, terrorismo e crimes transnacionais; e a Colômbia obterá experiências internacionais de alguns países membros para serem aplicadas em suas Forças Armadas. Concomitante a isso, os países integrantes da ALBA, denunciam que tal acordo poderá prover uma possibilidade de intervenção militar extrarregional (COLOMBIA, 2013). Ademais, os ministros da Defesa do Brasil, Celso Amorim, e do Equador, María Fernanda Espinosa, na

época, expressaram sua preocupação e a necessidade de uma discussão sobre a situação em nível regional, visto os processos cooperativos sul-americanos (BRASIL..., 2013).

Nesse contexto, observa-se a importância dos meios de inteligência para o controle e combate das atividades ilícitas, exigindo-se um enfoque para a área de fronteira. Para tanto, a cooperação entre agências torna-se um meio para sua concretização, bem como as iniciativas da desenvolvidas pela União das Nações Sul-Americanas e pela OTCA. Assim, o aprimoramento das tecnologias de monitoramento, como veículos aéreos não tripulados (VANT), torna-se essencial. O Brasil, já em 1985, desenvolveu o Programa Calha Norte, que além de voltar-se a infraestrutura da região amazônica, também buscou o reforço das fronteiras e a luta contra o tráfico. Ademais, o Programa Amazônia Protegida compõe esse leque de iniciativas, voltado ao “fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia”; como também o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON)⁸², que se utiliza de “meios eletrônicos e radares” (PAIVA, 2013, p.71-73).

3.2.3 Recursos Naturais e Energéticos

A América do Sul constitui 25% da água doce do mundo e 40% da biodiversidade (AMORIM, 2013b, p.161), sendo ainda a segunda maior reserva de petróleo e fonte de energia primária. Nesse cenário os recursos naturais e energéticos ganham atenção por sua importância e possível escassez. As mudanças climáticas, a degradação dos solos, de florestas e do ar, apontam como grande preocupação para a manutenção da vida humana e de suas atividades (MACHADO, 2007, p.47), especialmente na sul-america, com a presença de terremotos, furações, enchentes e incêndios. Saint-Pierre (2007, p.17-19) destaca a importância de emprego das Forças Armadas para situações deste tipo, visto seu preparo e conhecimento para a resolução de tais problemas, sendo capaz de “organizar grandes mobilizações sociais”.

A Amazônia constitui umas das regiões do mundo com maior riqueza em reserva de florestas, biodiversidade e água doce (SIMÕES, 2012, p.37). A região sul-america compõe uma rica reserva hídrica com a Bacia Amazônica e no Aquífero Guarani, sendo a necessidade de tais recursos cada vez mais crucial para o mundo, especialmente com o advento de disputas político-econômicas sobre tal; somada a abundancia de recursos como petróleo e gás natural,

⁸² O SISFRON, concebido em 2008, “é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de fronteira.” (EPEX, 2014).

base de comércio e matriz energética de grandes potências, gerando a percepção de possíveis ameaças futuras a região (PROJETO DIÁLOGO ENTRE POVOS, 2006, p.22-25). Ademais, delitos como o “tráfico de plantas e animais, destruição de florestas, exploração predatória ou ilegal de recursos naturais” constituem outras ameaças ao meio ambiente (PAIVA, 2013, p.60).

A Tríplice Fronteira Amazônica, formada por Brasil, Colômbia e Peru, constitui um local de importante destaque, visto a necessidade de desenvolvimento sustentável, pautado no crescimento populacional, na infraestrutura e no combate às ameaças transnacionais, como tráfico de ilícitos e biopirataria, posse de terras, e atividades extrativas. A fragilidade estatal nesta região contribui para a intensificação da situação (PINZÓN, 2014, p.15-16), somada a presença de potências extrarregionais no Oceano Pacífico e na América Central, contribuindo para uma maior insegurança em relação a estes recursos. Como resposta, o Brasil criou o SIVAM e o Sistema de Informação para Proteção da Amazônia (SIPAM)⁸³, reativando o controle das fronteiras da tríplice, sendo a busca pela participação da Colômbia e do Peru essenciais para o fortalecimento desse sistema. Ademais, tem-se o anseio de consolidação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o incremento do Plano Amazônia Sustentável, que associa política ambiental e desenvolvimento (BECKER, 2005, p.78-83).

Na fronteira entre Argentina e Uruguai constituiu um local de crise diplomática devido a “instalação de duas grandes plantas industriais de celulose e papel nas margens do Rio Uruguai”, sendo que, em 2013, a primeira elevou sua produção em mais de 100 mil toneladas. Devido sua localização, os danos ambientais podem ser expressivos e prejudicar ambos os países (COSTA, 2009, p.13).

No relativo ao petróleo⁸⁴ e ao gás natural, com a descoberta de reservas de gás na Bolívia e de petróleo e gás no Brasil (pré-sal), somado aos preços do petróleo (apesar de seu decréscimo atual), beneficiando a Venezuela, grande produtor e exportador destes recursos, possibilitou-se a constituição de iniciativas cooperativas tanto em infraestrutura para a região, como em políticas sociais para os respectivos Estados (PROJETO DIÁLOGO ENTRE POVOS, 2006, p.23-24).

⁸³ O SIPAM “é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregado de integrar e gerar informações atualizadas para articulação e planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando à proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região.” (PAIVA, 2013, p.96-97).

⁸⁴ Para maiores informações sobre a temática: OLIVEIRA, Lucas Kerr. **Energia como recurso de poder na política internacional:** geopolítica, estratégia e o papel do Centro de Decisão Energética. 2012. 400 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

No caso do pré-sal, verifica-se que nos últimos anos, o Oceano Atlântico, que sempre teve um papel estratégico importante para o Brasil, “tornou-se ainda mais crucial para o país devido aos recursos naturais que estão localizados na Zona Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental”⁸⁵, regiões em que se encontram suas jazidas de petróleo e gás. E, por isso, faz-se indispensável o alerta, tanto do governo, quanto do público e, em especial, da Marinha, sobre a importância desse patrimônio brasileiro e a necessidade de preparo para possíveis desafios e ameaças que possam daí advir (WIESEBRON, 2013, p.102-103), mas não apenas para o Brasil, mas também para todos os países da região que possuem tais riquezas, sendo a cooperação uma forma de manutenção da segurança.

3.2.4 Cibernética e Ciberespaço

A constituição de um ambiente internacional inter-relacionado pelo ciberespaço e formado por uma sociedade de informação resulta em uma conjuntura estratégica. Pode ser definido ciberespaço como “um conjunto de redes e sistemas de comunicação que estão interligados, entre si de forma direta ou indireta”, abrangendo o viés tecnológico e humano (IDN, 2013, p.08-10). Verifica-se nessa conjuntura, a “construção de redes globais”, que permitem maior segurança nas comunicações; “a criação, a alimentação e a manutenção de bases de dados”, possibilitando rapidez de acesso e obtenção de novas informações; a internet torna-se um canal para usuários em geral; “ferramentas de colaboração” exercem o papel de conectores entre “ambientes e pessoas”; e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com “maior automação de processos rotineiros.” (CEPIK; ARTURI, 2011, p.663-666).

Efetuando-se a análise de possíveis riscos às infraestruturas de informação nacionais, devem-se levar em conta “três fatores importantes: dos recursos a proteger (alvos potenciais), da detecção das vulnerabilidades da infraestrutura de informação e das ameaças que, explorando essas vulnerabilidades, podem afetar os recursos que pretendemos proteger”. O gerenciamento desses riscos pode compor “sua redução (adoção de contramedidas), manutenção (aceitação do risco) ou transferência para terceiros”, variando a escolha de acordo com o valor do recurso que se busca proteger. As ameaças que podem afetar o sistema de

⁸⁵ Zona Econômica Exclusiva (ZEE) é uma faixa de mar adjacente ao mar territorial, que não deve exceder o limite de 200 milhas, exercendo-se soberania sobre todo o local. Já, a Plataforma Continental (PC) é o prolongamento natural do continente sob o oceano, podendo atingir até 350 milhas marítimas, exercendo-se o direito de exploração e utilização de recursos naturais. Informações em: POGGIO, Guilherme. **A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar**. Disponível em: <<http://www.multimar.com.br/zee/>>.

informações variam em desastres naturais; inseguranças de origem industrial; erros não intencionais; e ataques deliberados, agrupados em cibercrime (provem benefícios econômicos), ciberespionagem (para obtenção de informações), ciberterrorismo (efeito social e político), ciberguerra (conflito entre nações ou facções no ciberespaço), e ciberativismo (IDN, 2013, p.16-24).

Para o Estado argentino, o comando e controle, o funcionamento da rede, e a ação contra ameaças externas são afetadas pelo ciberespaço (ARGENTINA, 2010, p.48). De forma complementar, para o Brasil, suas infraestruturas também estão sujeitas a ameaças cibernéticas, e desta forma, a proteção desse espaço abrange “a capacitação, inteligência, pesquisa científica, doutrina, preparo e emprego operacional e gestão de pessoal”, somadas ao amparo de “seus próprios ativos e a capacidade de atuação em rede.” (BRASIL, 2012, p.69). Assim, o “desenvolvimento e o aprimoramento” na utilização das TICs permitem uma efetiva resposta estatal perante os desafios que possam surgir, sendo a cooperação, por meio da digitalização, um grande benefício frente os gastos administrativos e de transação. A América do Sul reconhece a necessidade de voltar-se para uma cooperação em infraestrutura, por meio da elaboração de “políticas, regras e regulamentos no sentido de gerenciar os serviços de comunicação e de internet”. Contudo, observa-se uma fragilidade na instauração das TICs, as quais são empregadas de acordo com as necessidades de cada Estado ou dos processos cooperativos (CEPIK; ARTURI, 2011, p.662-672).

Atualmente, são evidenciadas ações cooperativas em defesa e segurança que se utilizam das TICs, sendo pautadas em uma “arquitetura institucional e base tecnológica bastante desenvolvida e funcional”. Como exemplos temos o SIVAM, que por meio de uma “rede comum e integrada” realiza “difusão de imagens, sensoriamento remoto, e monitoração ambiental”; de forma complementar, o SIPAM monitora o meio ambiente, para o combate às atividades ilícitas e a promoção do desenvolvimento sustentável. Além destes, tem-se o primeiro Satélite Geoestacionário Brasileiro, que será lançado em 2016, e fornecerá, inicialmente, acesso a internet em locais isoladas e protegerá “informações estratégicas do país” (BRASIL, 2014b), sendo sua construção e lançamento oportunidades de expressivos avanços no âmbito cooperativo na sul-américa. Ademais, existe o “programa de reforço da segurança de fronteiras”, que busca a integração do “policimento dos 11 estados brasileiros limítrofes (mais Brasília) ao sistema de policimento dos países vizinhos”, sendo um elemento complementar a Operação Sentinela, “que efetua o combate ao tráfico de ilícitos, roubo de gado, evasão de divisas, imigração ilegal e exportação irregular de veículos”. Como

ferramenta de reforço das fronteiras utilizada por essas duas iniciativas tem-se a rede de Informações de Segurança (Infoseg)⁸⁶ (CEPIK; ARTURI, 2011, p.669-672).

Em resumo, o presente capítulo constitui um nível intermediário entre o primeiro, o qual analisa a base teórica que dá sustentação a presente pesquisa, e o terceiro, que se volta ao nosso objeto de estudo. Para tanto, efetuou-se a contextualização das teorias cooperativas, inserindo a região sul-americana, concomitante a uma avaliação de suas iniciativas e gastos nacionais em defesa, os quais se focam, essencialmente, na manutenção de seu pessoal e não no almejado reaparelhamento de suas Forças Armadas. Por fim, relacionamos a principais inseguranças que perpassam a América do Sul, com os processos cooperativos que se fazem presentes, especialmente no âmbito de defesa e segurança do local. Desta forma, verificamos a importância de tais processos para o combate e, ao mesmo tempo, o preparo frente situações que ameacem a segurança interna e externa dos Estados, que delimitamos como fronteiriças e extrarregionais, de segurança pública e atividades ilícitas nacionais e transnacionais, bem como de recursos naturais e cibernética. Nasce aí, a necessidade de compreendermos o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, em suas ações e desdobramento sobre os seus membros.

⁸⁶ A rede Infoseg efetua a integração de dados de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização. Maiores informações em: INFOSEG. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.infoseg.gov.br/paginas/rede-infoseg/historico>>.

4 COOPERAÇÃO EM DEFESA: O CONSELHO DE DEFESA SUL-AMERICANO DA UNASUL

O presente capítulo reunirá todas as reflexões apresentadas nos capítulos anteriores aplicadas ao contexto da América do Sul, mas, mais especialmente, à situação da região com o advento do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. Para tanto, o capítulo está dividido em duas grandes partes. A primeira volta-se ao CDS e a compreensão do mesmo por meio de seus fatores sistêmicos, que abrangem o reconhecimento internacional do CDS e seu poder de influência sobre seus Estados membros; institucionais, referentes à estrutura organizacional e ao comprometimento dos Estados membros; orçamentários; e operacionais, voltados aos Planos de Ação e as medidas e ações tomadas pelo CEED-CDS. Já segunda tange uma vertente mais reflexiva para a compreensão da região sul-americana antes e após a criação do CDS, efetuando-se uma avaliação, já à guisa de conclusão.

Destacamos a utilização da técnica de entrevistas nesse capítulo, com o objetivo de compreender a opinião dos entrevistados no que tangem as questões centrais referentes ao Conselho de Defesa Sul-Americano e ao processo de cooperação em defesa na região, tendo como base as dinâmicas e os posicionamentos da Argentina e do Brasil. Em três ocasiões (21 e 22 de julho de 2014 e 09 de setembro de 2014) foram realizadas as entrevistas com seis autoridades, tanto em Buenos Aires - Argentina como em Brasília – Brasil (vide apêndice A) com apoio de um roteiro semiestruturado (vide apêndice B), gerando, aproximadamente, três horas de gravação de áudio no total. Objetivando-se uma análise sobre o CDS, procurou-se ouvir os entrevistados a respeito: da compreensão do conceito de cooperação em defesa e sua aplicação à região sul-americana; análise do CDS por meio de seus fatores institucionais (estrutura organizacional e comprometimento dos Estados membros), operacionais (Planos de Ação e o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa), e orçamentários; avaliação do poder de ação do Conselho na região e nos Estados membros, especialmente nos casos da República Argentina e da República Federativa do Brasil; sugestões de aprimoramento do CDS; e compreensão da forma como o CDS tem interferido no processo de cooperação em defesa na América do Sul. Assim, o material coletado ilustra a diversidade do avanço do Conselho e da cooperação em defesa na região sul-americana, observando-se avanços consideráveis, bem como situações iniciais, dificuldades e a necessidade de aprimoramentos. Devido a isto, optou-se por suprimir a autoria dos trechos reproduzidos durante o capítulo.

4.1 UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS E O ADVENTO DO CDS

Com já apresentado na seção 3.1.1, a UNASUL é uma instituição voltada à cooperação regional, partindo do viés político, porém abrangendo as vertentes econômica, de infraestrutura, social e de defesa, e nesse sentido, destacamos sua inclusão nos parâmetros do novo regionalismo (SANAHUJA, 2013, p.56-57), como uma ferramenta estratégica de inserção internacional de seus países membros, com o efetivo fortalecimento da região como “sujeito político” (GARCÍA, 2010, p.30). Faz-se importante destacar que sua criação teve como incentivo à busca por uma organização própria sul-americana, pautada em interesses históricos, políticos e culturais, desvinculada das influências estadunidenses (RIBEIRO, [2014], p. 25). A UNASUL “deve progressivamente ser um dos centros políticos do mundo. Temos que cuidar da plena soberania e da integridade territorial dos nossos países. Mas também é um desejo da UNASUL promover o respeito às normas internacionais e o fortalecimento do multilateralismo”, segundo o ex-Ministro de Defesa do Brasil, Celso Amorim (2013b, p.159, tradução nossa).⁸⁷

Desde sua consolidação, a UNASUL vem desempenhando um papel de mediador para a solução de conflitos regionais, como no caso Colômbia e Equador e Venezuela, de 2008, originado pelo ataque colombiano ao acampamento das FARC, estabelecido em território equatoriano, próximo à fronteira, tendo como resposta imediata à declaração do Equador, apoiada pelo governo venezuelano, de que a Colômbia havia violado sua soberania. O acontecimento foi levado à primeira instância da OEA, efetuando apoio à posição do Equador, posteriormente ao Grupo do Rio⁸⁸ com efeito de reconciliação momentânea, e com intervenção da UNASUL, para a retomada das relações entre os países. Outro conflito foi referente às reivindicações de autonomia nas províncias bolivianas, com o ataque ao gasoduto de Tarija e aos campesinos favoráveis ao governo de Evo Morales. Assim, a instituição desenvolveu, em reunião, a Declaração da Moeda⁸⁹, voltada ao respaldo do governo, cessar de ações violentas e o início de diálogo entre as partes. Nos próximos eventos que passam a surgir, a UNASUL articulou-se com o seu Conselho de Defesa Sul-Americano para a

⁸⁷ “[...] debe progresivamente ser uno de los centros políticos del mundo. Nos toca cuidar la plena soberanía y la integridad territorial de nuestros países. Pero también es deseo de la UNASUR promover el respeto a las normas internacionales y el fortalecimiento del multilateralismo”.

⁸⁸ O Grupo do Rio, ou chamado também de Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe, foi criado em 1986 e exerce papel de grupo de consulta internacional pelos seus Estados membros latinos e caribenhos.

⁸⁹ Texto da Declaração da Moeda pode ser encontrado em: MERCOCIUDADES. UNASUL: "Declaração da Moeda" em apoio ao governo de Evo Morales. Disponível em: <<http://portal.mercociudades.net/pt-br/node/1569>>.

resolução dos conflitos. Em 2010, no Equador, teve-se a tentativa de golpe policial ao governo de Rafael Correa, a União efetuou apoio ao presidente e, meses depois, aprovou o “Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL de compromisso com a Democracia”⁹⁰. Ademais, outro conflito interno foi o golpe de Estado do parlamento ao presidente do Paraguai, Fernando Lugo, em 2012; como reação da organização, foram enviados observadores à capital e suspendeu-se o país, o qual retornou ao bloco após suas eleições presidenciais, em 2013. Outro momento de instabilidade foi a crise política na Venezuela, com a crescente violência perpetuada mesmo com a eleição de Nicolás Maduro como presidente. A UNASUL designou uma comissão de chanceleres para facilitar o diálogo no país (BATALLA, 2014, p.10-14). Apesar da capacidade intrarregional da UNASUL, sua presença em foros internacionais ainda não constitui um “mecanismo de projeção da região” (SANAHUJA, 2013, p.58-60), estando em processo de consolidação.

Verificamos assim que UNASUL volta-se a um diálogo político “intrinsecamente ligado à necessidade de concertação, autonomia e estabilidade para o avanço da integração” (DREGER, 2009, p.47). Suas decisões são tomadas por consenso, não efetuando obrigatoriedade na aplicação de suas medidas pelos Estados, podendo tais serem implementadas de forma gradual. “Esta fórmula permite uma aplicação flexível no marco de um procedimento de aprovação por consenso”. O financiamento da instituição se dá por meio de “cotas diferenciadas dos Estados Membros, levando em conta a capacidade econômica dos Estados, a responsabilidade comum e o princípio da equidade.” (RIBEIRO, [2014], p.10-19).

Em um cenário pós Guerra Fria, os países sul-americanos buscam, por meio da UNASUL, uma via alternativa às propostas da OEA e do TIAR, estabelecendo-se, assim, um “sistema paralelo” com capacidade para resolução de conflitos e que atue em conjunto com a OEA, quando necessário (DREGER, 2009, p.64). A partir de março de 2008, o ex-Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, iniciou suas visitas aos países sul-americanos para obtenção de apoio na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL, sendo uma de suas reuniões realizada na JID, nos Estados Unidos, ressaltando que tal não seria uma aliança militar como a OTAN (GALERANI, 2011, p.57).

Em 16 de dezembro do mesmo ano, os países constituintes da UNASUL se reuniram em uma Cúpula Extraordinária, no Brasil, determinando a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. O documento assinado na oportunidade designa que o Conselho é um órgão de

⁹⁰ O Protocolo na íntegra pode ser encontrado em: ISAGS-UNASUL. **Protocolo adicional Tratado Constitutivo UNASUL compromisso democracia.** Disponível em: <[http://www.isags-unasul.org/uploads/biblioteca/1/bb\[166\]ling\[1\]anx\[525\].pdf](http://www.isags-unasul.org/uploads/biblioteca/1/bb[166]ling[1]anx[525].pdf)>.

consulta, cooperação e coordenação dos assuntos de defesa regidos pelos princípios da Carta das Nações Unidas, da Carta da Organização dos Estados Americanos e das decisões e mandados do Conselho de Chefes de Estado e do Conselho de Governo da UNASUL. Enfatiza-se também o respeito à soberania, à autodeterminação, à integridade territorial dos Estados e a não intervenção em assuntos internos. Também garante o respeito às instituições democráticas, aos direitos humanos e não discriminação, no âmbito da defesa, com o fim de reforçar e garantir o Estado de Direito (UNASUR, 2008a).

A estrutura do CDS, como instância executiva, está composta por Ministros e Vice Ministros de Defesa dos países membros da UNASUL, com participação dos representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, em delegações nacionais. A presidência fica a cargo do Ministro de Defesa do país que ocupa, de forma temporária, o mesmo cargo na UNASUL (MOREIRA, 2009, p.13).

Os objetivos gerais do Conselho, expressados no artigo 4º do documento de sua criação, são:

- a) consolidar a América do Sul como zona de paz;
- b) construir uma identidade de defesa sul-americana, respeitando as características sub-regionais e nacionais, visando fortalecer a unidade da América Latina e Caribe;
- c) criar consensos para o fortalecimento da cooperação regional na vertente de defesa (UNASUR, 2008b).

Após reuniões com representantes dos doze países sul-americanos para decidir sobre a natureza e funções do Conselho, foram estabelecidos seus objetivos específicos:

- a) analisar os elementos comuns para uma visão conjunta sobre a defesa;
- b) promover o intercâmbio de informação e análises regionais e internacionais com o objetivo de identificar fatores de risco que interfiram em um ambiente de paz;
- c) organizar posições conjuntas dos países da região em foros multilaterais sobre defesa;
- d) proporcionar a construção de visões compartilhadas a respeito da defesa, que auxiliem em diálogo e cooperação com outros países de América Latina e Caribe;
- e) fortalecer a adoção de medidas de confiança entre os países;
- f) promover o intercâmbio e a cooperação no que se refere à indústria de defesa;
- g) fomentar o intercâmbio de formação e capacitação militar, e promover a cooperação acadêmica entre os centros de estudo de defesa;
- h) estimular e apoiar ações humanitárias;

- i) compartilhar experiências sobre operações de manutenção da paz das Nações Unidas;
- j) trocar experiências sobre os processos de modernização dos Ministérios de Defesa e das Forças Armadas;
- k) promover a incorporação da vertente gênero no campo da defesa. (UNASUR, 2008b).

Nesse cenário, verificamos a relação do CDS com os processos cooperativos em matéria de defesa na região sul-americana, de forma geral, sintetizado por um dos entrevistados, sendo uma opinião partilhada por todos, “o principal veículo, o mecanismo de promoção da cooperação em defesa está dado no marco multilateral através de UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-Americano”. Apesar disso, quando analisamos especificamente o caso do Estado brasileiro observamos que ao lado dos processos cooperativos está a dissuasão, como apresentado por um entrevistado,

Os objetivos básicos da defesa são delineados pela Política Nacional de Defesa: garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial, entre outros. Para isso, a política de defesa combinada duas estratégias: a dissuasão e a cooperação. A dissuasão visa a evitar que eventuais forças hostis agridam nossos interesses. A cooperação, que tem especial intensidade no entorno estratégico, da América do Sul à orla ocidental da África, visa assegurar que o Brasil viva em um ambiente de paz com seus vizinhos. Essas diretrizes estão alinhadas com os princípios que regem nossas relações internacionais, como a defesa da paz, o universalismo, a não intervenção e a integração da América do Sul. Mais do que uma intenção, essa combinação de estratégias é hoje uma realidade. A segurança de um país é afetada pelo grau de instabilidade da região onde ele está inserido.

Contudo, como explicado por Amorim (2013b, p.161, tradução nossa), “[...] a coordenação entre nossos países é importante para aumentar a eficácia das medidas de dissuasão e também para aprofundar a confiança que já existe entre países da América do Sul. Entre nós, a cooperação é a melhor dissuasão.”⁹¹

Dado este panorama geral, iniciaremos a análise do Conselho por meio de quatro fatores delimitados (sistêmicos, institucionais, orçamentários e operacionais), que permitirão caracterizar e compreender o mesmo por seus diferentes níveis e aspectos de maior relevância que o compõe. Apresentando, ao final desta análise, conclusões gerais efetuadas por nossos entrevistados.

⁹¹ “la coordinación entre nuestros países es importante para aumentar la eficacia de las medidas de disuasión y también para profundizar la confianza que ya existe entre países de la América del Sur. Entre nosotros, la cooperación es la mejor disuasión”.

4.1.1 Fatores Sistêmicos: Reconhecimento Internacional do CDS e seu poder de influência sobre seus Estados membros

De acordo com Saint-Pierre e Palacios Junior (2014, p.29), dois eventos tiveram efetiva influência sobre o projeto de criação do CDS, sendo esses, “o bombardeio colombiano ao Equador” e “os acordos sobre as bases militares Colômbia-EUA”, já apresentados anteriormente. Assim, tais acontecimentos permitiram qualificar o Conselho como um órgão capaz de solucionar os conflitos da região, sem interferências extrarregionais, e efetuar, de forma complementar, a construção de medidas de confiança mútua. Além disso, a proposta brasileira pautou-se na constituição de um Conselho voltado à região, diferenciando-se da arquitetura hemisférica da OEA ou do TIAR, que ainda contam com a presença dos Estados Unidos (SANAHUJA, 2010, p.117-120), especialmente por buscar promover uma “concertação regional” ampliada no âmbito estratégico, com membros que partilham semelhanças culturais e geográficas, promovendo a construção de consensos e a solução de dificuldades compartilhadas (ABDUL-HAK, 2013, p.147-148).

Todavia, o processo para a consolidação deste Conselho não esteve ausente de discordâncias, como a realizada por Uribe, ex-presidente colombiano, em 2008, que ressaltou as diferentes concepções entre os países da região a respeito das FARC, bem como a importância de preservação da OEA, para a resolução de crises regionais. De forma paralela, o Uruguai também se mostrou relutante, especialmente com o papel predominante que seria dado ao Brasil no que verte a segurança da região. Após visita realizada pelo ex-presidente brasileiro, Lula da Silva, à Colômbia, Uribe anunciou a inclusão do país ao Conselho, delimitando o “rechaço de grupos violentos, sem importar qual sua origem” (LEÃO; MORINI, 2013, p.220-221) Assim, de acordo com um dos nossos entrevistados,

O CDS tem sido, antes de tudo, um foro de consenso e de boa vontade política, formado por 12 países que acreditam que a integração regional é, sem sombra de dúvida, fator de estabilidade e prosperidade da América do Sul. Nenhum país pode ficar indiferente à sorte da democracia e da estabilidade social nos seus vizinhos. Toda região tem o interesse legítimo em buscar soluções democráticas para situações de instabilidade, assim como buscar soluções pacíficas para situações de conflito.

Nesse cenário, faz-se essencial a compreensão da percepção de como os países sul-americanos veem o Conselho, para tanto, nos utilizaremos da visão brasileira e argentina.⁹²

Assim, segundo um entrevistado,

Vejo a UNASUL como uma ideia que partiu do Brasil [...] eu vejo que na época de Fernando Henrique, e até antes, a parte de defesa foi muito renegada para um segundo plano [...] Com a chegada do Lula no poder, de uma certa forma, teve-se a ideia de perpetuação no poder que envolvia a predominância brasileira no âmbito sul-americano, e essa predominância não poderia ser de maneira “imperialista”. [...] A parte diplomática brasileira sempre foi muito forte, e nosso atual Ministro da Defesa, na época era o Ministro das Relações Exteriores, ele tinha uma visão de que nada adiantaria você se fortalecer tendo sua vizinhança empobrecida, porque você cairia nesta retórica do imperialismo [...] Então, parte do que se pensou foi justamente a criação da UNASUL nesta questão de *soft power*, ou seja, você ajuda os outros a crescerem junto com você e de certa forma você se torna líder por eleição.

De forma complementar outro entrevistado alega que,

Vejo na verdade que alguns países têm essa visão realmente, de que nós somos imperialistas [...] mas, por outro lado, eles também nos veem como irmão maior, em certas atitudes ou atividades eles olham para onde o Brasil está indo para se guiarem, porque eles não têm a capacidade de tomarem certas decisões isoladamente [...] Então é isso que o Brasil tem que vencer, esse preconceito [...] ou seja, é justamente cooperar e buscar esse entendimento de que nós não queremos extrair nada de ninguém, que queremos que todos cresçam, porque obviamente você ter um vizinho forte, você se torna mais forte.

Com isso, um entrevistado sintetiza que “no caso do Brasil, na sua política externa é atribuída prioridade às atividades do CDS. Isso pode ser mensurado pelo número de iniciativas desenvolvidas pelo País nos últimos Planos de Ação”.

No caso da Argentina, verificamos que, segundo um entrevistado,

O Ministro de Defesa Agustin Rossi [...] desde que assumiu as funções um de seus objetivos principais é fomentar a cooperação em matéria de defesa, e o âmbito de ação prioritário é a América Latina e Sul-américa. Estamos trabalhando de forma conjunta com a chancelaria argentina no relacionamento internacional em matéria de defesa com nosso Centro [CEED-CDS] e UNASUL. Então seria uma especial prioridade o relacionamento sub-regional com participação da Argentina no Conselho Sul-Americano, tendo em conta que consideramos a sul-america com uma zona de paz.

Ademais, por ser um órgão que tem permitido a elevação de níveis de confiança, concomitante ao limitado orçamento da Argentina para a defesa, o Conselho pode se tornar uma plataforma de projeção política, sem a necessidade de desprendimento de grandes

⁹² Restringimos-nos a estes dois países devido à impossibilidade de realização de entrevistas com pessoal de outros Estados membros do CDS-UNASUL.

investimentos monetários para os projetos (COMINI, 2010, p.19-21). Desta forma, segundo um entrevistado,

Temos aprofundado a inserção da Argentina no Conselho de Defesa. O Conselho tem sido uma das melhores criações da UNASUL, e que nos permite articular uma doutrina comum, para o qual se vai criar a Escola Sul-americana de Defesa, que estamos de acordo para sua criação; uma investigação em comum, que se realiza no Centro de Estudos Estratégicos; e como âmbito da reunião de Ministros, Vice-ministro e especialistas, nos tem servido para que abordemos, de maneira particularizada, temáticas de meio ambiente, recursos naturais, [...] ciberdefesa.

Outro entrevistado ressalta que,

[...] todas as esperanças são postas no Conselho de Defesa, não somente porque tem sido o mais ativo desde a criação da UNASUL, mas porque estão os Ministérios de Defesa, nos parece o melhor modo de avançar em uma política de cooperação na sul-américa, com os países centro-americanos, no Atlântico Sul, e nos parece um instrumento que temos que avançar desde investigação, doutrina, a complementaridade econômica na produção de bem militares, digamos de produção para a defesa, esse que é um passo que nos falta, um desafio.

Já no que se refere à influência do CDS em suas políticas e decisões nacionais, foi ressaltado que “o poder de ação do Conselho é relativo, a partir do momento que não possui um caráter intervencionista e respeita estritamente a soberania de cada membro”. De forma complementar, para outro entrevistado, “[...] o Conselho está subordinado a UNASUL, ele por si só não vai extrapolar a esfera da América do Sul. Pode ser que os presidentes unidos tomem atitudes internacionais, mas o Conselho por si só não”. Assim, nota-se que,

[...] os países não consultam o Conselho antes de assinarem acordos extrarregionais, porque nenhum país vê o Conselho como uma autoridade supranacional [...] que se encontram em um caminho de institucionalização do esquema de cooperação e no marco de respeito à soberania de cada um dos países. [...] Nesse sentido é muito comum receber notificações de diferentes países que assinam acordos de cooperação com terceiros extrarregionais.

Nesse contexto de acordos de cooperação intra e extrarregionais, para um entrevistado,

[...] a cooperação sul-americana e extrarregional são como duas linhas paralelas porque tudo o que é cooperação intra região, sobre o marco do Conselho, é algo que estamos todos ao menos nível, contudo, eu diria que em termos gerais os países ao nível individual temos [sic] acordos de cooperação extrarregionais, mas, em sua maior quantidade, são acordos de caráter bilateral, exemplo, quase todos os países temos [sic] acordos de cooperação com Estados Unidos [...] isso sim é seu curso paralelo que define cada país soberanamente.

Mesmo assim, destaca-se que, como apresentado por um entrevistado, “certamente o Brasil pensa na importância da UNASUL antes de fazer uma relação extrarregional”. Por conseguinte, como resumido por outro entrevistado, “na prática, o que observamos é que o

Conselho vem atuando de forma efetiva nos países, como um instrumento de resolução de controvérsias, buscando fatores de convergência de interesses para a região”.

4.1.2 Fatores Institucionais: Estrutura organizacional do Conselho e Comprometimento de seus Estados membros

Como já apresentamos, o CDS está composto por uma Instância Executiva que realiza duas reuniões anuais, o que, de acordo com um entrevistado, “para o cenário dinâmico, como o que temos hoje, precisamos de um instrumento mais ágil para responder aos anseios da região no trato com os assuntos de Defesa”. Com isso, originou-se uma proposta de criação de uma Comissão, sendo que “na V Reunião Ordinária de Ministros do CDS, ocorrida no Suriname, em fevereiro de 2014, o Brasil apresentou e foi aprovada proposta no Plano de Ação corrente, para estudar a criação desta comissão permanente”. Esta, de acordo com o mesmo, “seria um complemento para as instâncias já existentes, como o CEED e a Escola Sul-americana de Defesa (ESUDE), voltadas mais para a área acadêmica e de formação em Defesa”, especialmente devido “a falta de uma instância que proporcione o debate político mais frequência”.

Ao lado desta proposta, Amorim relata que,

É necessário fortalecer o CDS não somente com instituições como a Escola de Defesa Sul-Americana [...] mas também por meio de mecanismos que permitam um contato mais constante de nossas Forças Armadas e entre nossos estabelecimentos de defesa, sobretudo entre nossos oficiais do Estado Maior. Nesse sentido, creio que é hora de pensar em uma criação de Comissão de Assessoria Militar que funcione permanentemente junto a Secretaria Geral da UNASUL. Tal comissão, evidentemente subordinada aos Ministros e as autoridades civis, serviria como foro de análise, de intercâmbio de ideias, e de formação de uma visão conjunta. (AMORIM, 2013b, p.162, tradução nossa).⁹³

Destaca-se que, para um entrevistado, “todas as deliberações são em prol de tentar chegar a um acordo comum”, e que, como ressaltado por outro entrevistado, “pelo que eu observo, o CDS é uma organização de destaque no âmbito da UNASUL”. Entretanto, existem dificuldades e contradições no processo cooperativo do CDS, que influenciam o comprometimento dos Estados na organização como o funcionamento da mesma. Como

⁹³ “Es necesario fortalecer al CDS no solo con instituciones como la Escuela de Defensa Suramericana [...] sino también por medio de mecanismos que permitan un contacto más constante de nuestras Fuerzas Armadas y entre nuestros establecimientos de defensa, sobre todo entre nuestros oficiales de Estado Mayor. En ese sentido, creo que es hora de pensar en una creación de Comisión de Asesoría Militar que funcione permanentemente junto a la Secretaría General de UNASUR. Dicha comisión, evidentemente subordinada a los Ministros y a las autoridades civiles, serviría como foro de análisis, de intercambio de ideas, y de formación de una visión conjunta.”

primeiro elemento apresentado tem-se a contraposição aos Estados Unidos, que segundo um entrevistado, “nem todos os países têm essa contraposição. O que não acho que é de todo mal [...] mas destas discussões eu vejo que emperram certas decisões e atividades que o CDS poderia avançar e a UNASUL como um todo”. Ademais, de acordo com outro entrevistado,

Há uma diversidade e varia muito os níveis de compromissos dos países da UNASUL com os Estados Unidos, temos uma profunda e forte relação com cooperação com Estados Unidos, como por exemplo, Colômbia, até outros que não têm absolutamente quase nenhum tipo de cooperação, como Venezuela.

Outro elemento inserido nesta discussão verte a presença de inúmeros organismos regionais, alguns já apresentados na seção 3.1.1, que influencia as dinâmicas cooperativas. Para um entrevistado,

[...] no âmbito da cooperação existem outros organismos de caráter regional, sobretudo aqueles que compõem o sistema interamericano de defesa, como estão instituições como o Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, a Junta Interamericana de Defesa e as Conferências Anuais de Exércitos, Marinhas e Forças Aéreas, esse que está muito mais no âmbito do sistema interamericano relacionado à OEA é muito diferente a posição de cada um dos nossos países, têm países como Brasil, Chile e Paraguai que participam muito desses foros, e têm países como Argentina que questionam mais a vigência e a validade desses organismos que são produtos desde antes inclusive da Guerra Fria [...] Então aí também há inferências nos níveis de participação nos países da UNASUL. E por último, outro foro extrarregional que participamos todos os países da UNASUL é a Conferência de Ministros de Defesa das Américas.

Ademais, como apresentado por Rezende (2013, p.207), uma grande dificuldade também abrange a questão conceitual, como será apresentado no tópico 4.1.4, especialmente no que se refere ao caráter dado as Forças Armadas e sua doutrina. Um entrevistado complementa alegando que,

[...] outra dificuldade no campo do Conselho é que tem havido algumas atividades onde os países são requeridos de brindar informações sobre seu sistema de defesa, seu orçamento, sua composições, número, etc., e existem alguns países que tendem a demorar mais nesse traslado de informações, e provavelmente em alguns países isso se deve aos menores níveis de compromisso, mas também muitas vezes se deve a que dentro dos Ministérios de Defesa de cada país não estão no mesmo nível de desenvolvimento institucional em matéria de cooperação internacional, por tanto os custa mais, devido suas estruturas, responder aos requerimentos e as solicitudes do Conselho.

Em resumo,

Eu creio que em todas organizações e instituições sempre é muito normal e comum que haja resistências as mudanças, de alguma maneira tudo o que estamos falando constituem mudanças nos nossos países e em nossas instituições associadas a defesa, provavelmente essa resistência as mudanças seja o que determina o maior ou menor compromisso que assumem alguns países em matéria de cooperação através do

Conselho de Defesa. Contudo, creio que o balanço final entre muito e pouco compromisso é que todos os países participam no Conselho, assistem as reuniões, todos os países contribuem ao orçamento, que é parte de uma mostra de compromisso em colocar fundo para financiar o orçamento de toda a atividade do Centro [CEED-CDS] e da UNASUL. E creio que o balanço é positivo entre os problemas e os obstáculos/dificuldades. [...] [já que] ao fazer algo novo e entre tanto países – doze – não sempre tudo vai ser fácil.

Em especial para a Argentina, a importância do CDS volta-se a declaração do entrevistado de que a América do Sul

[...] é o lugar onde nascemos e onde queremos crescer, onde cremos que a possibilidade de nosso crescimento e de uma futura defesa regional está na UNASUL, não quer dizer que não podemos ter, como já estamos tendo, relações agora com os BRICS, ou olhemos ao Atlântico Sul, ou tenhamos uma mirada sul-sul [...] Mas nossa casa, nosso lar, é Sul-américa, nosso primeiro destino, voltado a inserção de defesa e como política exterior. Por isso te digo que é o lugar de nascimento, no fundo Kirchner, Lula e Chávez recuperam o que era o marco do que era o império espanhol e o sonho de San Martín e Bolívar, pátria grande latino-americana, que não incluía Brasil.

Não obstante, verificamos uma desaceleração do processo cooperativo dentro do CDS, como será melhor apresentado a frente por meio da análise operacional do mesmo, devido algumas mudanças no cenário sul-americano, especialmente com trocas presidenciais, já que a figura personalista foi um elemento essencial para a concretização do projeto do Conselho. Assim, de acordo com um entrevistado,

Eu diria que mais a troca do governo do Brasil, a saída do presidente Lula influenciou mais. O Chávez, apesar de ser uma liderança, ele também é muito rejeitado por alguns países, que tem visões diferentes [...] o Lula quem fazia política na região, que liderava os países. A presidente Dilma tem outra maneira de trabalhar, que não dá tanta importância/ênfase as relações internacionais ao meu ver, com isso a UNASUL realmente perdeu um pouco.

Nota-se uma mudança política do Brasil governado pelo ex-presidente Lula da Silva, associado ao Ministro de Defesa Nelson Jobim, e pela atual presidente Dilma Rousseff, com o Ministro de Defesa Celso Amorim. “Desse modo, a prioridade da construção da liderança regional abre espaço para uma liderança mais ampla, voltada para a atuação do país no eixo sul-sul.” (LEÃO, MORINI, 2013, p.225-226). Um entrevistado declara, tendo em vista o apresentado, que o Conselho “perdeu um pouco essa liderança brasileira”, sendo que outro rebate dizendo que o CDS “não tem liderança nenhuma na verdade, hoje em dia a coisa está meio solta. Mas como já tem toda uma regulamentação que foi feita naquela época a coisa continua, mas sem tanta ênfase”.

Nesse contexto, um entrevistado apresenta que o Brasil

[...] como um conjunto da UNASUL, ou seja, um conjunto sul-americano, ele teria mais força internacional do que ele teria sozinho, e aí que vem as questões da confiança mútua que se tenta fomentar, através destes mecanismos [...] Eu vejo que o Brasil, de um tempo para cá, decaiu um pouco nessa questão do Itamaraty, parece que a coisa se tornou muito política, e quando se torna muito política ela puxa para lados que nem sempre são os melhores.

Outro complementa alegando que “Argentina e Brasil são chaves, e que se houvesse mudado o governo no Brasil e Argentina esta ideia de UNASUL, isso de que predomina Sul-américa, sobretudo entorno regional, se vai perder [sic]”. Desta forma, “a diplomacia assim como as Forças Armadas e outros setores de governo tem que ser [políticas] de Estado, não pode ser de governo”, pois

[...] à medida que você toma isso como de governo, alguma coisa não vai bem. Eu acho que [...] talvez seja interessante voltar aos primórdios de 2008, que eu vi com a criação da Estratégia Nacional de Defesa [...] que é teórico e ao mesmo tempo prático, de como deveria ser no melhor dos mundos, mas aí, depois, a execução, cada vez mais política, meio que estraga a utopia que foi criada anteriormente. A gente cresceu naquele momento, e de certa forma agora está se rastejando, mas é por uma questão da influência política em cima de uma questão que era uma ideia boa.

Ressalta-se, contudo, a contradição do que discutimos acima com as declarações do ex-Ministro da Defesa brasileiro Amorim, alegando que

[...] estou convencido de que a América do Sul caminha para ser uma comunidade de segurança, no sentido que o cientista político Karl Deutsch conferiu a esta expressão: uma comunidade de estados soberanos entre os quais a guerra é impensável como método de solução de controvérsias. O diálogo e a negociação – e não o conflito armado – devem ser o instrumento para equacionar as eventuais disputas na América do Sul. A integração contribui estruturalmente para esse objetivo, ao diminuir ou relativizar divergências e, sobretudo, ao internalizar a negociação como um imperativo nas relações entre os estados. (AMORIM, 2012, p.08).

Com isso, conclui-se que, para um entrevistado, “no final das contas temos uma região que faz cócegas no âmbito mundial. Hoje a América do Sul não está muito nos planos do mundo como um todo. Toda essa questão dos BRICS e UNASUL é uma tentativa da região tentar aparecer internacionalmente.”

4.1.3 Fatores Orçamentários

Em relação ao orçamento despendido para os trabalhos do CDS, um entrevistado destaca que,

[...] o CDS não possui uma contribuição exclusiva dos países, ele atua sob o arcabouço da UNASUL. O Brasil participa com cerca de 40% do valor total das

contribuições dos Estados-Membros. A responsabilidade pela execução desta contribuição é do MRE [Ministério das Relações Exteriores] via MPOG [Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão].

Apesar desse dado, Rezende (2013, p.207) apresenta que “a falta de recursos é o maior entrave à cooperação em defesa”, opinião compartilhada tanto pelo General De Nardi, como por Rodrigo Baena e Celso Amorim. Assim, questiona-se o porquê do Brasil não realizar maiores investimentos no Conselho, sendo justificado por um entrevistado de que

[...] a sociedade e a nossa mídia não estão dispostas a pagar. Então fica difícil para o poder político ficar injetando dinheiro. E ao mesmo tempo tem as questões políticas que o Brasil tem investido bastante em Cuba, por exemplo, que não é da UNASUL. Então existem outras prioridades que não só são América do Sul. E ao mesmo tempo o Brasil não pode bancar todo mundo, cada país tem que buscar seu desenvolvimento e suas soluções, e a gente dá uma forcinha, porque no aspecto de defesa se vê muito isso, eles querem uma aliança militar para eles não precisem mais se preocupar com defesa e o Brasil bancar. [...] e obviamente ao Brasil isso não interessa, nós não temos essa capacidade de defender toda a América do Sul sozinhos. Então é uma questão muito complicada, que devemos ir devagar, e por isso as coisas não andam tão rápido.

Outro ponto referente ao tema, ressaltado por um entrevistado tange que,

[...] creio que com o tempo a cooperação intrarregional através do Conselho de Defesa se está consolidando cada vez mais, e provavelmente a diferença que existe para alguns países é que a cooperação com terceiros extrarregionais inclui a ajuda financeira ou o subsídio de compras de armamento, equipamento e bolsas para estudo, e essas modalidades ainda não se desenvolveram muito entre nosso âmbito da UNASUL, provavelmente ao futuro se gerem mais programas de cooperação que incluíam assistência financeira e técnico militar.

Nota-se assim um problema expressivo no que tange a questão orçamentária, muitas vezes porque o desprendimento monetário para a cooperação em defesa não é uma prioridade nacional. Como salientado por um entrevistado, “os países têm passado por crises sérias, como Argentina, o próprio Brasil não anda muito bem, então isso tira um pouco o foco do todo, para cada um resolver seu problema”.

Para o ex-presidente uruguaio, José Mujica, “existe um sentimento de exigir do Brasil que assuma a responsabilidade que significa conduzir a integração latino-americana. Porque será com o Brasil ou não será. Nossa sensação é de que o Brasil se fecha muito em seus problemas e não olha para fora” (CHALA, 2014, p.05). Com isso, os países colocam suas dificuldades internas como primeira importância, deixando a defesa em segundo plano, especialmente quando se trata de um processo cooperativo que ainda não está constituído e que apresenta crescentes dificuldades e resistências.

4.1.4 Fatores Operacionais: Planos de Ação e o CEED-CDS

Em 2009, na primeira reunião do Conselho, em Santiago de Chile, aprovou-se o Plano de Ação 2009-2010, objetivando a implementação dos desígnios formadores do Conselho em quatro eixos: 1) Política de Defesa; 2) Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; 3) Indústrias e Tecnologia de Defesa; 4) Formação e Capacitação. Ademais, foi acordado o reconhecimento dos avanços dos Planos de Ação, como marcos institucional da UNASUL, sendo eficientes ferramentas de planificação e mecanismos de transcendência histórica, que permitem a unidade de critérios e perspectiva estratégica no Conselho. (UNASUR, 2012a). Assim, para um entrevistado,

[...] o Plano de Ação consiste em atividades que promovem os países em essas quatro áreas que constituem verdadeiros exemplos concretos de cooperação. Um exemplo, na área de formação e educação, Brasil leva a frente anualmente o curso CAD-SUR [Curso Avançado de Defesa Sul-americano] [...] e participam representantes civis e militares dos doze países, isso constitui um excelente exemplo porque aí é um programa de formação de civis e militares em tudo o que é UNASUL, Conselho de Defesa e doutrinas militares. Outro curso que está no Plano de Ação, que leva a frente Argentina, também anualmente, é o curso de formação de civis em defesa, sobretudo de funcionários do Ministério [...] outros projetos referem à coordenação entre as doze Forças Armadas a respeito ao treinamento e a capacitação para a atenção em situações de desastres naturais, que coordena Peru, e assim sucessivamente todas essas atividades do Plano de Ação constituem verdadeiros projetos e exemplos concretos de cooperação entre os doze países.

Como dado complementar ao eixo que se refere a formação educacional, apresentado por um entrevistado, é que a “Argentina, dado sua presença na Antártica, tendo bases militares, realiza aos países da UNASUL o que é a Capacitação Técnica Polar”. Concomitante a este curso verificamos a realização do Curso Sul-americano de Formação de Civis em Defesa, já em sua terceira edição; o Curso Avançado de Defesa Sul-americana para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios de Defesa, também em seu terceiro ano; o primeiro Curso Sul-americano de Defesa e Pensamento Estratégico, sob responsabilidade do Equador; e o primeiro Curso Sul-americano de Direito Internacional e Direitos Humanos das Forças Armadas, coordenado pelo Peru (UNASUR, 2014d). Assim, para Amorim (2013b, p.160, tradução nossa) “todos esses cursos e seminários promovem a compreensão mútua, facilitam o diálogo e fomentam a formação de uma visão comum”⁹⁴.

Já voltando-nos às Operações de Paz, nota-se que posterior ao terremoto no Haiti, em 2010, a UNASUL passou a participar de forma mais direta neste âmbito, investindo 100

⁹⁴ “todos esos cursos y seminarios promueven la comprensión mutua, facilitan el diálogo y fomentan la formación de una visión común”.

milhões de dólares para a reconstrução do local, sendo 70 milhões voltados à implementação de 144 projetos (montante originado por meio de organismos multilaterais e pela secretaria da UNASUL). Em maio de 2010, foi enviada uma missão ao local, e logo após, em agosto, estabeleceu-se uma Secretaria Técnica UNASUL-Haiti, voltada ao cumprimento dos compromissos e para tarefas que tangem alimentação, infraestrutura e assistência legal. Ademais, foram enviados 6000 efetivos pela região, como amostra de trabalho conjunto entre os países da UNASUL (BORDA, 2012, p.21-22). Porém, Celso Amorim ressaltou a necessidade de retirada das tropas do local, visto que sua manutenção não traria benefícios ao país haitiano. Com isso, a UNASUL criou um grupo de trabalho que está planejando uma estratégia para a redução do contingente militar da Minustah (PITTS, 2012).

Podemos ressaltar alguns pontos tangíveis de análise sobre os Planos de Ação (de 2009-2014) desenvolvidos pelo Conselho. No que se refere à presença de assimetrias de responsabilidades assumidas nos eixos de cooperação do CDS, especialmente no terceiro, de Indústrias e Tecnologia de Defesa, os países mais ativos são Argentina, Brasil e Venezuela, em que o segundo tem assumido quase um terço das atividades promovidas (SANAHUJA; ESCÁNEZ, 2014, p.515-516). Já em relação à estrutura e organização, tais planos tiveram grande evolução, sendo o Plano de Ação 2013 um bom exemplo, visto que, diferentemente dos anteriores, está marcado por uma divisão entre: país responsável pela ação, corresponsáveis, e lugar e período de realização. De acordo com um entrevistado,

O Plano de Ação 2013 contou com 27 iniciativas, distribuídas dentro dos quatro (04) eixos mencionados. Foi obtido um bom índice de conclusão alcançando, praticamente, 93%, tendo somente ocorrido a postergação duas (02) atividades para o ano de 2014. O Plano deste ano contempla 25 iniciativas, que estão em pleno desenvolvimento pelos países e com a expectativa de alcançar a totalidade no seu cumprimento. Acredito que esse índice de efetividade das ações estabelecidas pelo Plano de Ação reflita o comprometimento dos países com Conselho.

Além disso, destacamos a presença de um maior pragmatismo nos Planos de Ação, em especial os de 2012-2014, marcados ainda por uma maior objetividade. Isto, pois os Planos anteriores estavam formulados por grandes metas e desafios, o que resultou em ações incompletas para o tempo determinado do Plano, a exemplo, o de 2010-2011 que contou com 21 atividades, porém com apenas quatro finalizadas no prazo estabelecido, estando 17 em execução. De forma complementar um entrevistado relata que,

[...] talvez seja conveniente melhorar é que no Plano de Ação anual se levam a cabo muitas atividades e não necessariamente todas vão com um sentido de direção estratégica, e sim, às vezes, há uma tendência a dispersão. Isso penso que pode ser melhorado na medida em que os países possam se colocar de acordo em trabalhar com maior precisão, quais são as direções estratégicas, as temáticas que queremos

consolidar e evitar assim a tendência, às vezes, a dispersão nas direções para onde queremos ir.

Ainda é destacado por um entrevistado que “até hoje o Plano de Ação é espinha dorsal das atividades do Conselho”. Contudo, faz-se importante notar que, como apresentado por um entrevistado,

Eu diria que paralelo a isso existem muitos acordos de caráter bilateral entre os doze países de cooperação em matéria de defesa, por exemplo, Argentina e Brasil têm um acordo de cooperação entre o qual se reúnem anualmente os dois Ministérios e as Forças Armadas, e levam a frente projetos de cooperação mas já de caráter mais bilateral, um exemplo desse projeto é um trabalho de cooperação em matéria de ciberdefesa, que está sendo conduzido nesses momentos.

Mais especificamente sobre a área de ciberdefesa, porém no âmbito do CDS, é exposto por um entrevistado,

Outro tema que é os desafios que se impõem os tempos modernos na ciberdefesa. Dentro do que é o Plano de Ação 2014, a Argentina se propôs a realizar um seminário regional de ciberdefesa com objetivo de defender capacidades para afrontar os desafios e as ameaças cibernéticas em toda a região. Em março foi feita uma reunião de ciberdefesa onde especialistas dissertaram nessa temática, e também se gerou um grupo de trabalho, onde a Argentina participa, para o tema de ciberdefesa. Por isso [...] é muito importante [...] a relação com Brasil, porque Brasil já tem muita experiência, ou mais conhecimento, em ciberdefesa que Argentina.

Assim, Celso Amorim destaca que,

América do Sul aparece como uma região sujeita a operações de espionagem massiva. Temos que refletir sobre como cooperar para fazer frente a estas novas formas de ataque e intrusão a nossa soberania. Tenho o prazer de ver que há uma disposição de cooperação já entre Brasil e Argentina. Contamos também com um novo mandato dos Presidentes, a nível regional, a Declaração de Paramaribo, na qual estabelece que junto com o COSIPLAN [Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento], os países do CDS devem aprofundar 'seus projetos respectivos em matéria de defesa cibernética e a interconexão de suas redes de fibra ótica em nossos países [diz a declaração] com o fim de fazer mais seguras nossas telecomunicações, promover o desenvolvimento de tecnologia regional e também da inclusão digital'. (AMORIM, 2013b, p.160-161, tradução nossa).⁹⁵

A América do Sul, como já apresentado na seção 3.2, está marcada pela persistência de algumas tensões e a presença de algumas ameaças, que levam a necessidade do diálogo,

⁹⁵ “América de Sur aparece como una región sujeta a operaciones de espionaje masivo. Tenemos que reflexionar sobre cómo cooperar para hacer frente a estas nuevas formas de ataque e intrusión a nuestra soberanía. Me complace ver que hay una disposición de cooperación ya entre Brasil y Argentina. Contamos también con un nuevo mandato de los Presidentes, a nivel regional, la Declaración de Paramaribo, la cual establece que junto con El COSIPLAN [Consejo Suramericano de Infraestructura y Planeamiento], los países de la CDS deben profundizar ‘sus proyectos respectivos en materia de defensa cibernética y la interconexión de sus redes de fibra óptica en nuestros países [dice la declaración] con el fin de hacer más seguras nuestras telecomunicaciones, promover al desarrollo de tecnología regional y también la inclusión digital’.

cooperação e transparência. Tais elementos tornam-se essenciais para o aprimoramento das percepções mútuas sobre situações de incertezas, como o incremento dos gastos em defesa e a cooperação militar com países alheios a região. Desta forma, verifica-se que para que as medidas de confiança tornem-se eficientes devem proceder de uma vontade política governamental, concomitante ao comprometimento em sua aplicação (CDS-UNASUR, 2010, p.07-08). A constituição de uma agenda de medidas de confiança mútua instituiu um grande “dinamizador político e institucional para os processos de integração”. Ademais, o desenvolvimento de marcos institucionais a partir de medidas dessa tipologia, e destinado ao fortalecimento da segurança e defesa dentro do contexto que a América do Sul tem vivenciado, faz com que se configure um sistema de prevenção de conflitos, concomitante ao aprofundamento da confiança. Estes que se utilizam de esforços nacionais dos Estados, mediante o desenvolvimento de mecanismos institucionais em aspectos de segurança e defesa regional, estímulo à inter-relação entre os ministérios de Defesa, buscando a instauração de políticas e mecanismos de confiança, fortalecimento da participação civil nos ministérios, além de desenvolvimento de responsabilidades do poder legislativo no que tange a defesa nacional (CELI, 2010, p.53-56).

E, nesse sentido, tem-se o primeiro conjunto de medidas de confiança, único na sul-américa, estando composto por: intercâmbios de informação – conformação e organização dos sistemas nacionais de defesa; gastos implicados; atividades militares intra e extrarregionais a ser realizada por cada Forças Armadas; mecanismos de verificação dos compromissos assumidos anteriormente (situação nas zonas de fronteira, visitas a instalações militares e cooperação militar); além de conjunto de garantias relativas a políticas e cursos de ação, no que tange a proscricção do uso da força, conservação da região como zona livre de armas nucleares e não realização de acordos cooperativos que interfiram na “soberania, segurança, estabilidade ou integridade territorial” dos Estados membros⁹⁶ (GARRÉ, 2010, p.13-14).

Destaca-se assim, segundo um entrevistado,

[...] outra forma de cooperação em nível regional constituem os exercícios militares, que podem ser tanto entre dois países como mais [...] e existem alguns que são combinados e conjuntos. [...] Nesse sentido existem vários exercícios que envolvem Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, existem outros exercícios que fazemos Argentina, Peru e Bolívia, outro com Chile, e isso também é outra amostra de atividades de cooperação no âmbito sub-regional.

⁹⁶ Os *Procedimientos de Aplicación para las Medidas de Fomento de la Confianza y Seguridad* podem ser encontrados em: CEEDCDS. **Procedimiento de medidas de confianza y seguridad**. Disponível em: <http://www.ceedcgs.org.ar/Espanol/09-Downloads/PROCEDIMIENTOS_MEDIDAS_DE_CONFIANZA_Y_SEGURIDAD.pdf>.

Em 2011, foi desenvolvido pelo CDS o primeiro exercício combinado regional, UNASUL I, voltado a construção de modelos de “interoperabilidade militar combinada em matéria de planejamento e condução” (tradução nossa)⁹⁷, em que participaram em seu “desenho, planejamento e implementação” praticamente todos os países membros, com exceção de Guiana e Suriname (TORRE, 2012, p.296-297). Em 2013, foi realizado, sob coordenação da Argentina, o terceiro exercício combinado – UNASUL III, sob a carta de Operações de Manutenção da Paz e ajuda humanitária, que segundo um entrevistado “incluiu nos exercícios, entre outros elementos, a inclusão da mulher e a proteção de civis em operações de paz”. Em 2014, a Argentina é ainda a responsável pela coordenação e planejamento do exercício.

Em outubro de 2011, a Secretaria Pro Tempore destacou a necessidade de um aprimoramento no que tange a desagregação de informações requeridas e os tratados de defesa regionais e extrarregionais. Assim, a mesma apresentou a necessidade de uma interação mais ativa, em longo prazo, das medidas de confiança, especialmente no que se refere ao cumprimento do “Mecanismo Voluntário de Visitas a Instalações Militares” e do intercâmbio de informações (UNASUR, 2011a).

Em 2009, desenvolveu-se o primeiro Caderno de Defesa, fruto do Plano de Ação de 2009-2010. Para o ex-Ministro de Defesa do Equador, Javier Cevallos, os países da América do Sul devem empreender políticas capazes de fortalecer a institucionalidade da defesa, por meio de cooperação, promovendo uma “agenda regional de gestão de defesa que permita afiançar a governabilidade e consolidação da democracia e da paz na região” (UNASUR, 2009b, p.5, tradução nossa).⁹⁸

A América do Sul está marcada por uma fraca institucionalidade de defesa, o que leva a necessidade de criação de uma “massa crítica” capaz de discutir com autoridades, Forças Armadas, e sociedade civil, para que se possa avançar na consolidação de uma democracia, estabilidade na região (ARAVENA, 2009, p.15). Saint-Pierre (2009, p.51) ressalta que, a condução política e democrática da Defesa regional só será possível com a preparação adequada das Forças Armadas, constituídas de armamentos e funções específicas, concomitante ao controle civil sobre os militares e assuntos de defesa.

Outra temática abordada neste primeiro Caderno de Defesa, e extremamente relevante, é a questão de transparência, em especial em relação aos gastos com defesa. Em grande parte

⁹⁷ “Interoperabilidad militar combinada en materia de planeamiento y conducción”.

⁹⁸ “una agenda regional de gestión de Defensa que permita afianzar la gobernabilidad y consolidación de la democracia y la paz en la Región”.

da América Latina a execução de tais gastos ocorre de forma secreta, sendo os dados publicados, em sua maioria poucos, de qualidade e confiabilidade duvidosas, o que origina uma gestão de defesa com baixa transparência e desperdício de verbas. Nesse sentido, surge a necessidade de uma maior adequação aos princípios da gestão pública e da democracia vigente. Outro ponto de análise é a debilidade parlamentar em defesa, visto que, os Poderes Legislativos da América Latina ainda estão longe de exercerem uma atuação decisiva nesse âmbito, marcados por uma ausência de “políticas explícitas” de defesa, definidas por mecanismos democráticos e visão ampla de segurança e defesa (ALMEIDA, 2009, p.101-103).

A necessidade de construção de uma confiança regional tem sido instrumento para a consolidação da integração estimada. Desta forma, a iniciativa da geração de uma transparência regional, principalmente no que tange gastos em defesa, empreendida pelo CDS, faz com que se acredite em um desejo unânime de suas nações constituintes. Contudo, vale-se ressaltar que, a defesa de um país constitui um dos indicadores mais relevantes em sua política, tanto ao setor que o financia, como aos países que podem se sentir ameaçados. E por isso, concretizar as medidas de transparência constitui um elemento importantíssimo, bem como ações de confiança e cooperação (SIBILLA, 2009, p.118).

O segundo Caderno de Defesa foi desenvolvido em 2010, e de acordo com Cevallos, esse Caderno compila o processo de adoção das Medidas de Fomento a Confiança e Segurança, bem como a visão política e acadêmica sobre sua instauração e institucionalização na UNASUL. O emprego de tais Medidas, pautadas em um procedimento com intercâmbio de informações, comunicação sobre atividades militares e verificação da situação das fronteiras, pode ser considerado como um grande avanço. O Conselho está comprometido em efetivar o seguimento e implantação de tais Medidas, as mesmas que foram desenhadas a partir da realidade sul-americana, além de ter levado em consideração os trabalhos em fórum regionais e mundiais, como da Organização dos Estados Americanos, Organização das Nações Unidas e OSCE (CDS-UNASUR, 2010, p.07-08).

No Plano de Ação 2009-2010 foi aprovada a criação de um Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho, com sede fixa em Buenos Aires (Argentina) (UNASUR, 2009a). O Centro busca trabalhar de forma compartilhada com os Centros de Estudos Estratégicos Nacionais (SAINT-PIERRE; PALACIOS JUNIOR, 2014, p.30-31), funcionando como, segundo um entrevistado, uma “instância de produção de estudos estratégicos para o assessoramento do CDS. Sua missão é gerar conhecimento e difusão do pensamento

estratégico sul-americano em matéria de defesa e segurança regional e internacional, sempre por iniciativa e requerimento do Conselho”. De acordo com outro entrevistado, o

Centro [...] ainda engatinha, mas [...] eu tive a perfeita noção no passado da [sua] importância [...], veja a OEA é, por exemplo, um órgão [...] de muitos anos já, onde você tem uma Junta Interamericana de Defesa ligada a ela e que não consegue seguir muito adiante pelo simples fato dos países envolvidos serem tantos que têm tantas diversidades de opinião que eles não conseguem entrar em um consenso.

No que tange a presença e o trabalho dos Estados-Membros no Centro, nota-se, como declarado por um entrevistado,

no Centro [...] nem todos os países participam, existem alguns como o Brasil que têm dois delegados em tempo integral, alguns só um, alguns se utilizando do Adido Militar, que dobra a função, o que é complicado porque os Adidos aqui tem bastantes encargos, outros, como Uruguai, devido a proximidade, ele fica indo e vindo, não fica integralmente [...], e ainda tem outros que não participam do Centro, então o Centro tem que buscar as informações necessárias diretamente com o Ministério da Defesa [MD] do país, o que é complicado, já que [os delegados] funcionam como um elo com o MD [...] Então isso aí também prejudica um pouco [...] o trabalho, se precisa de um dado de um determinado país a coisa não anda. Mas no geral [...] acho que tem andado bem, várias conquistas tem sido feitas, mas é aquilo a busca pelo consenso de doze é difícil.

Contudo, verifica-se, como relatado por outro entrevistado,

Assim, em princípio, você tem, como possível de ver na página do Centro, quatro trabalhos básicos que o Centro faz, que justamente foram criados para aumentar/fomentar as medidas de confiança destes países: o registro de gastos em defesa é um deles [...]; o FOSIM - inventário militar⁹⁹ [...]; a institucionalidade, que é simplesmente pegar tudo que há de defesa nos países da América do Sul e tentar descobrir, em todos estes regulamentos e normas, coisas em comum, para que você possa no final das contas dizer o que é defesa para a América do Sul, basicamente isso, não vai tentar mudar/sugerir, nada disso, cada uma faz do jeito que quer a defesa, mas a ideia é encontrar pontos em comum entre os países da América do Sul; e o quarto, o gênero. São quatro mecanismos básicos em que você gera estas medidas de confiança mútua e [...] de certa forma conseguiu em pouco tempo, em três anos de criação do Centro, já tem alguns desses trabalhos em tão pouco você conseguiu uma unanimidade entre doze países das América do Sul em prol do andamento destes trabalhos, isso é um avanço enorme, que o JID e a OEA não conseguem.

Um expressivo avanço referente aos trabalhos do Centro é apresentado pelo seguinte entrevistado, em que

Há países, como Argentina, onde a temática de segurança compete exclusivamente à força de segurança [...] já a defesa é um âmbito exclusivo das Forças Armadas [...] Há outros países que têm outras modalidades, em que a diferença de defesa e segurança está muito menos separada [...] Um dos primeiros debates que se criou

⁹⁹ Em 2014, foi apresentado pela delegação chilena um informe com metodologia de transparência dos inventários militares, com a aprovação, assim, do Formulário Sul-americano de Inventários Militares (FOSIM), estando o CEED-CDS responsável pela organização técnica do registro. (DONADIO; TIBILETTI, 2014, p.52)

dentro do Conselho de Defesa foi que existem países que queriam tratar a temática de segurança dentro do Conselho, e países como Argentina disseram que eu não posso intrometer-me nisso porque no meu país, por lei, as Forças Armadas não interferem em temas de segurança. Então, foi pedido que o Centro de Estudos Estratégicos elaborasse um estudo para resolver esse problema. Assim, o que fez o Centro foi investigar os doze países e suas legislações nacionais de como funciona a defesa em cada um dos países, e concluir [...] no informe de que existem diferentes formas de contemplar a temática de defesa e segurança nos diferentes países; em segundo lugar concluímos que não existe um modelo perfeito ao qual todos têm que adotar, cada país tem suas diferentes modalidades devido as situações de caráter interno e devido a decisões soberanas desses países. Então o que sim concluímos é que em efeito o Conselho poderia tratar toda a temática sobre defesa nacional, e vimos que UNASUL, como estrutura, não tinha um âmbito onde discutir e buscar cooperação em matéria de segurança, e [a] [...] recomendação foi a criação de um novo conselho que seja de segurança e da temática criminalidade e delitos.

Assim, diante desta situação de ausência de um Conselho capaz de voltar-se a questões referentes à segurança nacional, crime organizado e delitos transnacionais, criou-se o Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transacional¹⁰⁰. De forma auxiliar aos trabalhos de tal Conselho, o CEED-CDS realizou o avanço em alguns conceitos, como a compreensão da definição de segurança pública (CEED, 2012d), em que,

A **segurança pública** [...] está relacionada com a paz social, a estabilidade institucional do Estado, o controle da ordem pública e as garantias de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, que variam de acordo com o enfoque político e os objetivos de desenvolvimento de cada Estado, em relação com os quais se formulam seus objetivos e percepções de risco e ameaças. [...] Para o desempenho desta função de Estado, em suas missões e responsabilidades particulares, se estabelecem sistemas de segurança pública ou interior, com organismos políticos e de coordenação técnica, cujo elemento operativo principal são [sic] as polícias ou outros corpos de controle da ordem interna. [...] Com caráter de exceção, se contempla a participação das Forças Armadas, em condição subsidiária em ações de segurança pública, autorizadas por autoridades políticas responsáveis e delimitadas por leis de contingência. (CEED, 2012d, tradução nossa).¹⁰¹

¹⁰⁰ O *Estatuto del Consejo Suramericano en Materia de Seguridad Ciudadana, Justicia y Coordinación de Acciones Contra la Delincuencia Organizada Transnacional* está disponível em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/5e977f95-96da-4c79-9bcf-da34ab511705/UNASUR-CS-DOT-EST-12-0001.pdf>>.

¹⁰¹ “La **seguridad pública** [...] está relacionada con la paz social, la estabilidad institucional del Estado, el control del orden público y las garantías de derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, que varían de acuerdo al enfoque político y los objetivos de desarrollo de cada Estado, en relación con los cuales se formulan sus objetivos y percepciones de riesgos y amenazas. [...] Para el desempeño de esta función de Estado, en sus misiones y responsabilidades particulares, se establecen sistemas de seguridad pública o interior, con organismos políticos y de coordinación técnica, cuyo elemento operativo principal son las policías u otros cuerpos de control del orden interno. [...] Con carácter de excepción, se contempla la participación de las Fuerzas Armadas, en condición subsidiaria en acciones de seguridad pública, autorizadas por autoridades políticas responsables y delimitadas por leyes de contingencia; sin que ésta modifique la naturaleza del ámbito ni sus instrumentos institucionales, que son distintos y diferenciados de los que corresponden a la defensa nacional”.

Ainda como exemplo de outras atividades desenvolvidas pelo Centro, um entrevistado destaca,

Outro projeto é o trabalho em matéria da temática da mulher e as Forças Armadas, já elaboramos o primeiro informe que dá conta da presença da mulher em todas as Forças Armadas, nos países, de diferentes níveis, das diferentes políticas de gênero dos países para aceitar as mulheres na carreira militar [...] e agora estamos trabalhando em um segundo informe final sobre a temática de gêneros nas Forças Armadas na UNASUL, a ideia é que estes projetos e estudos sirvam para que os países pouco a pouco homologuem políticas em matéria de gênero e da mulher nas Forças Armadas.

Nessa temática, um entrevistado apresenta que,

[...] no ano passado e neste ano, Argentina realizou um seminário sul-americano referido a mulher no âmbito da defesa, na UNASUL [...] vem trabalhando no âmbito do que é o gênero e o que é evitar a problemática de violência dentro das Forças Armadas [...] Esta participação argentina no tema de gênero tem haver com seu conhecimento na matéria, por exemplo as Forças Armadas argentinas tem crescido de maneira notável, incrementando nos últimos anos, há mulheres agora que estão nas armas, até os últimos anos não havia brigados militares mulheres.

Ademais, segundo outro entrevistado,

Também temos outros estudos que levamos a cabo, um que já está avançado, que é um informe de Institucionalidade na Defesa, que é um informe muito grande que dá conta e explica a política de defesa de cada um dos países, a organização (estrutura) dos sistemas de defesa nacionais - como estão constituídos os Ministérios e as Forças Armadas -, e também tudo o que é a política de cooperação internacional que tem os países de UNASUL. [...] E também o Centro está trabalhando bastante na temática da relação da defesa e dos recursos naturais estratégicos que temos na Sul-américa [...] e estamos fazendo um estudo que se chama Sul-américa 2020-2025, que é um estudo prospectivo para possibilitar analisar [...] qual vai ser a demanda internacional dos recursos que temos, quais são os riscos e ameaças que convergem na exploração destes recursos, e se há ou não um rol para a defesa a nível sul-americano para cumprir na proteção dos recursos estratégicos.

De forma complementar, de acordo com Amorim,

Infelizmente, a história nos ensina que a possibilidade de que os ativos de nossa região se tornem objeto de competição e cobiça internacional não pode ser descartada, por mais pacíficas que sejam nossas orientações políticas e por mais voltados que estejamos para o diálogo e a negociação como métodos de solução de conflitos. Não podemos excluir que conflitos entre terceiros países afetem adversamente nossos interesses. O patrimônio de nossos países exige defesa. (AMORIM, 2012, p.17-18).

Verificamos em um Comunicado dos Vice-Ministros e Chefes de Delegação dos Ministérios de Defesa, de 2014, o reconhecimento dos recursos naturais como “ativos estratégicos de interesse comum”, bem como a necessidade de garantir a soberania e proteção dos mesmos, sendo efetivado por meio do aprofundamento cooperativo, utilizando-se de

medidas para a proteção dos recursos, de marcos jurídicos, doutrinas e conceitos comuns, bem como a formação e educação desta temática por meio do CEED-CDS e da ESUDE (UNASUR, 2014c). Além disso, destaca-se a elaboração de um “Atlas de Mapas de Riscos de Desastres Naturais na Sul-América” e um “Sistema de Informação para a Gestão do Risco de Desastres” (UNASUR, 2014a).

Em 2014, no seminário de “Estudo sobre a Disponibilidade e Potencialidades dos Recursos Naturais Estratégicos da Região”, foram determinados recursos estratégicos como sendo os minerais combustíveis e não combustíveis; os recursos hídricos; a fauna e a flora; recursos marinhos; e alimentos, por meio da agricultura e pecuária. Complementando-se com linhas de possível cooperação para a defesa destes recursos, no que verte o desenvolvimento tecnológico e aproveitamento sustentável, proteção, defesa, conservação e consolidação de um inventário, somado a educação por meio do CEED-CDS e ESUDE (UNASUR, 2014e). Em setembro de 2014 foi sancionada pelo CDS a criação de um “protocolo de cooperação entre Ministérios da Defesa” da região, voltado a ações conjuntas frente desastres naturais, estabelecendo um sistema *online* que pode ser acessado pelo país afetado para a verificação das “capacidades oferecidas pelas Forças Armadas” dos Estados sul-americanos, podendo solicitar auxílio (BRASIL, 2014a). Além disso, como apresentado por Amorim, está sendo desenvolvido o “Sistema Sul-americano de Monitoramento de Áreas Especiais”, o qual associa “capacidades nas áreas de meteorologia, preservação ambiental, combate a ilícitos, amparo a reservas indígenas, proteção de minerais estratégicos e a defesa de áreas fronteiriças.” (AMORIM, 2013a, p.07).

Outro ponto de grande relevância, e já introduzido anteriormente, é o referente aos conceitos. Nesse sentido, notamos um avanço na definição de ameaças e riscos presentes na região, mesmo assim, ainda persistem dificuldades para o consenso, como apresentado na figura abaixo.

Figura 7 - Ameaças e Riscos Regionais definidos pelo CDS

AMENAZAS REGIONALES (el país subrayado es el autor de cada amenaza sugerida)	
Amenaza	Posición de cada país
Crimen organizado transnacional y delitos conexos (narcotráfico, tráfico ilícito de armas, trata de personas, sicariato, lavado de activos, contrabando de recursos naturales).	<i>Apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, <u>Ecuador</u> , Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. <i>No apoya:</i> Brasil.
Preposicionamiento y proyección de poderes militares extraregionales en la región.	<i>Apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Chile, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, <u>Venezuela</u> . <i>No apoyan:</i> Brasil, Colombia.
Grupos Armados al margen de la Ley.	<i>Apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, <u>Ecuador</u> , Paraguay, Perú, Suriname. <i>No apoyan:</i> Brasil, Venezuela.
Intención manifiesta de expansión, dominio o conquista por parte de cualquier tipo de actores.	<i>Apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Chile, <u>Colombia</u> , Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. <i>No apoya:</i> Brasil.
Guerra cibernética o informática en el ámbito de la defensa regional.	<i>Apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, <u>Venezuela</u> . <i>No apoya:</i> Brasil.
Afectación de la estabilidad y el crecimiento económico de la región por impacto de la crisis en países extraregionales.	<i>Apoya:</i> <u>Venezuela</u> <i>No apoyan:</i> Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname.
Limitada identidad regional y sentido de pertenencia.	<i>Apoya:</i> <u>Venezuela</u> <i>No apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname.
Tránsito ilegal de medios aéreos, marítimos y terrestres.	<i>Apoyan:</i> <u>Argentina</u> , Bolivia, Chile, Colombia, Paraguay, Perú, Suriname. <i>No apoyan:</i> Brasil, Ecuador, Venezuela.
Presión e intereses extraregionales para el control de los recursos naturales de la región.	<i>Apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Ecuador, Paraguay, Perú, Suriname, <u>Venezuela</u> . <i>No apoyan:</i> Brasil, Chile, Colombia.

RIESGOS REGIONALES
(el país subrayado es el autor de cada riesgo sugerido)

Riesgo	Posición de cada país
Desastres naturales y antrópicos.	<i>Apoyan:</i> <u>Argentina</u> , Bolivia, Chile, Colombia, <u>Ecuador</u> , Paraguay, Perú, Suriname, Venezuela. <i>No apoya:</i> Brasil.
Limitada capacidad tecnológica militar de los países de la región.	<i>Apoyan:</i> Argentina, Bolivia, Paraguay, Suriname, <u>Venezuela</u> . <i>No apoyan:</i> Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Perú.

Fonte: UNASUR (2011b).

Ademais, com a realização do “I Foro Sul-Americano ‘Políticas e Estratégias de Defesa da região’ e IV Seminário Sul-Americano de ‘Enfoque Conceptuais, riscos e ameaças a região’”, foi possível definir os conceitos de **defesa regional**, como um conjunto de “medidas, ações, métodos ou sistemas, que os Estados Nacionais [...] assumem e coordenam em uma lógica cooperativa para alcançar e manter as condições de segurança para a região”

(tradução nossa);¹⁰² **ameaça regional**, considerada como “possíveis feitos de tal natureza que afetem negativamente os interesses e a segurança regional” (tradução nossa);¹⁰³ **risco regional**, estabelecido como “todos os fatores prováveis com capacidade e pontencialidade manifesta de afetar a segurança regional” (tradução nossa);¹⁰⁴ e **segurança regional**, como a “condição que permite aos países sul-americanos alcançar os interesses regionais, livres de pressões e ameaças de qualquer natureza” (tradução nossa).¹⁰⁵ (UNASUR, 2013a).

No que se refere às atividades desenvolvidas pelo Centro no ano de 2014, um entrevistado relata que,

[...] até o ano passado, tinha ido muito bem, esse ano estamos tendo alguma certa dificuldade, por uma questão, primeiro consolidação do Centro como órgão internacional, isso eles conseguiram em 2013, a partir disso, começamos a receber orçamento, ou seja, dinheiro dos países alocado para o Centro, então foi resolvido fazer uma reforma geral [...] e pela ausência do vice-diretor, a gente está simplesmente dando andamento nas coisas. Mas [...] isso não tira o mérito que o Centro é um órgão novo e que conseguiu avançar em pouco tempo em questões que em teoria seriam muito difíceis de conseguir por consenso.

Como alerta outro entrevistado,

[...] julgo que vai ser necessário que o Centro se mobilize, ou mesmo os países se mobilizem, de forma a voltar a aquela questão inicial sobre o fomento da confiança mútua, porque hoje já existem algumas rugas pequenas entre alguns países que fazem com que essa unanimidade esteja sendo arranhada, de forma que trabalhos já consensuados anteriormente, como o registro de gastos que teve que ser cortado algumas coisas do trabalho que já tinha sido feito.

Assim, como previamente destacado, foi adotado um conjunto de medidas de transparência de informações sobre gastos e indicadores econômicos de defesa (CEED, 2012c), motivado pela construção de uma metodologia que permitira um aprimoramento na “transparência” e na “responsabilidade fiscal, não apenas entre os Estados e Governos da região, mas também entre estes e suas sociedades”, tendo assim um efeito transnacional de divulgação de informações, “aguçando as percepções de segurança e defesa e mitigando os efeitos dos dilemas de segurança.” (SAINT-PIERRE; PALACIOS JUNIOR, 2014, p.24-25). Desta forma, segundo um entrevistado,

[...] estamos desenvolvendo todas as tarefas entre os doze países para levar a frente um informe [...] que é o registro de gastos em defesa de todos os países. Para fazer esse registro, o primeiro que tivemos que fazer foi colocar-nos de acordo na

¹⁰² “Medidas, acciones, métodos o sistemas, que los Estados Naciones [...] asumen y coordinan en una lógica cooperativa para alcanzar y mantener las condiciones de seguridad para la región”.

¹⁰³ “Posibles hechos de tal naturaleza que afecten negativamente los intereses y la seguridad regional”.

¹⁰⁴ “Todos los factores probables con capacidad y potencialidad manifiesta de afectar la seguridad regional”.

¹⁰⁵ “Condición que permite a los países suramericanos alcanzar los intereses regionales, libres de presiones y amenazas de cualquier naturaleza”.

definição de que é gasto em defesa, então se acordou um conceito comum de gastos e se acordou também medir quais são as instâncias de instituições que vamos dar seguimento a respeito ao gasto - os Ministérios, as três Forças Armadas, e todo o relativo a instituições que intervém na defesa. [...] o Centro está trabalhando em outro projeto que é a elaboração de um inventário de capacidades militares de todo os países.

O grupo técnico apresentou o Informe Final do Grupo de Trabalho com a Metodologia Comum de Medição dos Gastos de Defesa ao CDS, que concedeu a aprovação na II Declaração de Lima. Ainda assim, os Ministros decidiram que a informação fosse remetida ao Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, que ficou responsável por realizar a recepção, consolidação, análise, publicação e arquivo, estabelecendo em seu plano de trabalho uma linha permanente de estudos e investigação em matéria de gastos de defesa. Com isso, instituiu-se o primeiro Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, em 2012, como um instrumento comum de medição dos gastos de defesa que realizam os países membros da UNASUL (CEED, 2012c).

O Registro está dividido em aspectos técnicos e metodológicos. No que se refere ao primeiro, esse constitui uma avanço sobre outras iniciativas e metodologias, principalmente no que concerne a apresentação de informação, que é oficial e elaborada pelos doze ministros de Defesa da UNASUL. Já no que tange seus aspectos metodológicos, o Registro se baseia em três elementos. O primeiro refere-se à definição comum de gasto de defesa, sendo compreendido como recursos designados por um Estado para o financiamento da “segurança exterior”, bem como “assistência externa recebida para este fim”. Incluindo gastos dos Ministérios de Defesa, seus organismos dependentes, as Forças Armadas e todas outras agências do setor público cuja função prioritária seja a Defesa do país frente a desafios externos. O segundo elemento tange a metodologia estandardizada para a apresentação da informação, de acordo com os eixos:

- a) classificação por objeto de gasto e por instituição executora;
- b) pautas de formato para apresentação: periodicidade anual (ano fiscal) do gasto executado/recebidos, fontes de financiamento orçamentos e extraorçamentos, moeda local e dólares correntes (média anual tipo de câmbio), e indicadores de referência, sendo gastos em defesa como porcentagem do PIB (nominal) e como porcentagem do gasto fiscal. E, como último elemento tem-se o mecanismo anual para sua remissão, em que se estabelece que os Ministérios de Defesa reitam anualmente a informação correspondente ao gasto de defesa executado no ano fiscal imediato ao anterior (CEED, 2012c).

Em maio de 2012, em Quito, foi apresentado o resumo do Registro, pelo diretor do CEED-CDS, Alfredo Forti. O Centro utilizou-se da informação remetida pelos doze membros da UNASUL, correspondente ao período de 2006-2010. Relembramos que, na seção 3.1.2 foram apresentados os resultados mais significados obtidos por este documento, com a atualização de alguns dados. Faz-se importante destacar que, este Registro pode ser considerado como um exercício de transparência inédito em qualquer outra região. Forti destacou que este é um instrumento, produto de uma decisão política dos Ministros da Defesa da UNASUL, e que constitui uma verdadeira medida de fomento a confiança mútua (UNASUR, 2012b).

Neste contexto, porém sobre a importância ao incentivo à indústria de defesa nacional, de acordo com um entrevistado,

Leva-se tempo todo o processo de integração mais quando se entra em um terreno de interesses econômicos. [...] [Argentina] temos alguns projetos em comum com o Brasil, que tem mudado os provedores da indústria para a defesa; uma mirada sul-americana não se faz da noite para o dia, mas me parece que iniciamos o caminho.

Para o Rodrigo Baena a fomentação da indústria de defesa não apenas do Brasil, mas também dos países constituintes da UNASUL é essencial (REZENDE, 2013, p.197-198). Como ressaltado pelo ex-Ministro Amorim,

O fortalecimento da indústria brasileira de material de defesa é um dos eixos de nossa estratégia nacional e condiz com a diretriz, nela inscrita, de estímulo à integração da América do Sul: [cito] 'essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. Afastará a sombra de conflitos dentro da região. Com todos os países, avança-se rumo à construção da unidade sul-americana.' [fim da citação] (AMORIM, 2012, p.12).

Um importante exemplo é o desenho, desenvolvimento e construção de um avião de treinamento básico – UNASUL I. Tal projeto já apresenta alguns avanços como observado na “Primeira Reunião Presencial do Comitê Consultivo e Comitê Técnico Assessor 2014 do Programa UNASUL I”, voltada para a seleção do motor, da certificação da aeronave, e dos custos para seu desenvolvimento (UNASUR, 2014f). Como exposto por um entrevistado, o projeto UNASUR I, "que [...] na Argentina que está sendo estudado, e é aberto a todos os países que queiram participar, [...] e mesmo os que não participam já fizeram encomendas desse avião, então como priorizar a indústria sul-americana que é importante."

Durante a IV Reunião Ordinária do CDS, em novembro de 2012, onde ocorreu a elaboração do Plano de Ação 2013, também se aprovou um projeto para a produção conjunta de um sistema de aviões não tripulados na América do Sul (UNASUR..., 2012), liderado por Brasil e Equador. Em 2014, efetuou-se a terceira reunião do grupo de trabalho, em que General de Divisão Mattioli ressaltou que “seguramente, o novo VANT não será o melhor do mundo, mas será aquele que poderemos construir, como resultado da interação entre os países e de seus distintos meios” (UNASUR, 2014d, tradução nossa).¹⁰⁶

Outro relevante avanço é o planejamento da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), que objetiva o desenvolvimento do pensamento unificado em defesa na América do Sul, bem como o fortalecimento da confiança mútua e de operações conjuntas (PLAVETZ, 2013). A Escola efetuará a capacitação tanto de civis como militares nas vertentes de defesa e segurança regional, em nível de pós-graduação, promovendo intercâmbio de especialistas da região e convênios (ISAPE, 2014), estando situada na cidade de Quito (Equador). Assim, como sintetizado por um entrevistado,

A ESUDE consideramos que é importante porque [...] para lograr o que é a integração e a cooperação de uma maneira mais fluída no que é o Conselho de Defesa é necessário contribuir a criação de uma entidade em matéria de defesa. O que seria muito difícil devido as assimetrias e dissimilitudes dos países da UNASUL, tanto por os sistemas legais, sistemas burocráticos, [...] diferentes interesses internacionais que têm cada país, [...] e também o lugar que ocupa as Forças Armadas dentro da sociedade de cada um destes Estados, até mesmo o rol das Forças [...] E esta constituição identitária estratégica regional é muito importante a geração da doutrina, por isso é muito importante a proposta, digamos já mais que proposta, que inicie a funcionar e a ter vida esta escola sul-americana.

O entrevistado ressalta ainda que “não se pretende que se crie uma doutrina que anule os pensamentos dos Estados quanto matéria de defesa, e sim tratar de encontrar aqueles pontos em comum que ajudem a reforçar esta identidade, uma aproximação”. Como apresentado na “IV Reunião de Trabalho para Consolidar a Proposta de Criação da Escola Sul-Americana de Defesa”, em 2013, a Escola se volta à formação e capacitação, contribuindo para o avanço gradual de uma visão compartilhada em defesa e segurança regional, tendo como outros objetivos, promover o fortalecimento e a compreensão da UNASUL e do CDS; o intercâmbio entre especialistas; a reflexão de temas estratégicos para uma visão sul-americana; e a difusão de debate entre a Escola, o CEED-CDS e os Centros de Defesa Nacional. (UNASUR, 2013b) Como relatado por um entrevistado, “esses são todos os

¹⁰⁶ “seguramente, el nuevo VANT no será el mejor del mundo, pero será aquel que podremos construir, como resultado de la interacción entre los países y de sus distintos medios”.

objetivos ideais, também como dizemos temos em conta que estamos em uma etapa embrionária, primária, da escola, onde ainda nunca se foi colocada em funcionamento”.

Nesse contexto, de trabalho conjunto liderado por Argentina, Brasil e Equador, verifica-se que, segundo um entrevistado,

É difícil o trabalho em conjunto porque cada país tem certas prioridades e certos interesses que muitas vezes não são compatíveis. Mas no caso específico do projeto da ESUDE se trabalhou de maneira muito articulada entre os três países, houve momentos de discussões compridas sobre certos objetivos da Escola.

Assim, nota-se que, como apresentado por um entrevistado,

Parece-me que é um projeto muito bom, excelente, onde se trabalha de uma maneira cooperativa com os países, com um grande impulso dos três países responsáveis Argentina, de Brasil e Equador. Contudo, é um processo que necessita tempo, como todos os processos de criação de instituições [...] Um dos obstáculos que se manifestou tem que ver com o tema orçamentário. Como sabemos uma institucionalidade muito grande, e pode ser que não tenhamos os recursos para que possa funcionar de uma maneira adequada [...] ainda não chegamos a estabelecer o que é o tema orçamentário.

Desta forma, à guisa de conclusão, para um entrevistado,

A cooperação regional é fator relevante para o fortalecimento da presença sul-americana no mundo. Sem articulação de interesses no plano regional se torna menor a capacidade de influência do Brasil e da América do Sul no mundo. O estabelecimento do CDS não foi um processo fácil. Não interessa ao Brasil crescer sozinho, em detrimento de seus vizinhos. A América do Sul só será um polo de poder se toda a região atingir o desenvolvimento econômico e social almejado por seus povos. [...] Em síntese, pode-se afirmar que o CDS, ao harmonizar percepções e promover ações que fortalecem a confiança mútua, tem sido um ator destacado no processo de cooperação entre os países da América do Sul.

O ex-Ministro Amorim (2012, p.10) efetua um complemento ao que foi apresentado, em que, “no plano regional, o CDS é o principal foro pelo qual nossos países poderão articular uma coordenação dissuasória”. Podemos expressar os impactos realizados pelo Conselho com sua criação, como apresentado pelo entrevistado,

Eu creio que o papel do Conselho de Defesa é muito positivo neste cenário porque possibilita avançar em uma série de princípios que se estão estabelecendo, um dos principais aportes do Conselho está no fomento das medidas de confiança, que significam todas estas atividades, e transparência, por exemplo outro projeto, que te posso mencionar, é que [...] no Centro de Estudos Estratégicos por pedido do Conselho temos elaborado o primeiro registro sul-americano de gastos em defesa, no qual todos os países dizemos [sic] o que gastamos exatamente em nossos sistemas nacionais de defesa, e isso é uma contribuição do Conselho no que refere-se a medidas de confiança. [...] E, por último, outra contribuição muito importante do Conselho de Defesa é que permite que os doze países possamos [...] discutir juntos e tomar posições consensuais a respeito de temas de segurança e defesa internacional, e assim que muitas vezes vamos a foros multilaterais, fora da UNASUL, mais ou menos com posições consensuais entre os doze países.

Todavia, faz-se importante ressaltar que, “a atividade do CDS pautou-se em base do voluntarismo presidencial e se caracterizou pela baixa institucionalidade, que o deixa à mercê do humor dos governos da região” (SAINT-PIERRE; SILVA, [2014], p.221). Para um entrevistado, “sim obviamente necessita primeiro fortalecer a institucionalidade, UNASUL é uma entidade jovem, não cumprimos ainda 10 anos, [...] estamos crianças no processo de integração da região”. Assim, para Amorim,

O Conselho de Defesa é uma iniciativa inovadora de criação de paz e de segurança na América do Sul não pelas via das armas, mas pelo caminho da cooperação, da confiança e da concertação permanente [...] Os resultados do CDS se evidenciam em campos tão diversos quanto o do cenário de paz e estabilidade, o da indústria militar e o da capacitação e treinamento militar. Esse processo não seria possível sem o engajamento tanto dos militares quanto dos civis que têm contribuído para transformar as visões e orientações dos Ministros e Vice-Ministros em tão densa agenda de atividades. (AMORIM, 2014, p.01).

4.2 EIXOS DE DEFESA: A AMÉRICA DO SUL E O CDS

Esta seção apresentará um compilado de informações, já introduzidas e discutidas neste capítulo e em anteriores, para a avaliação final da importância do CDS para a região, no que tange a cooperação em defesa. Desta forma, nos utilizaremos de quadros e análises sobre a situação atual da região, com base nos acontecimentos anteriores ao Conselho, descritos essencialmente no segundo capítulo, porém que serão complementados nesta seção, e nas atividades desenvolvidas com o advento do Conselho. Os elementos utilizados como marcadores de mudanças ou continuidade foram delimitados por meio da verificação dos Planos de Ação do CDS e de seus principais focos de trabalho.

Ademais, empregaremos um parâmetro para classificar a situação de cooperação em defesa que se encontra a região já com o advento do Conselho, para tanto, serão descritos como **baixo** avanço em cooperação em defesa quando ocorrer a continuidade das iniciativas existentes antes do advento do CDS, porém voltadas ao âmbito multilateral; como **mediado**, compreendemos a continuidade dos acordos, agora com viés multilateral, somado a inovações cooperativas, porém que ainda não se concretizaram; e como **alto**, a presença da continuidade em nível multilateral, inovações efetivadas e mudanças concretas no cenário de cooperação em defesa na região.

4.2.1 Eixo Político-Institucional

As iniciativas políticas e institucionais pautadas em processos cooperativos na região sul-americana apresentam como aspectos unânimes a persistência do foco nacional em primeiro plano, tendo sempre em vista, mesmo dentro de uma instituição, a preservação da soberania e da autonomia de seu Estado, bem como a não intervenção em assuntos internos de outros países. Com isso, as organizações cerceiam o âmbito intergovernamental, não sendo elevadas ao nível supranacional, como já discutido na seção 3.1.1. Ademais, alguns países da região, como Brasil, se utilizam de tais instituições para seu fortalecimento internacional, e assim buscam por meio de tais sua projeção no cenário mundial.

Partindo do reconhecimento de acordos e instituições que efetuam cooperação abrangendo aspectos de defesa e segurança, em que os países sul-americanos se fazem presentes, verifica-se a existência de relevantes iniciativas a partir de 1935, com o desenvolvimento do Sistema Militar Interamericano, abrangendo o contexto hemisférico. Já com o advento de 1966 algumas iniciativas predominaram no âmbito estritamente sul-americano, como com a assinatura da Ata de Iguazu, entre Brasil e Paraguai, no que verte o estreitamento dos laços de amizade, questões energéticas, econômicas e de navegação; a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares; a Declaração de Mendoza, com a proibição completa de armas químicas e biológicas; a Declaração de Ushuaia, onde MERCOSUL, Bolívia e Chile constituem uma Zona de Paz, livre de armas de destruição em massa (ABDUL-HAK, 2013, p.198); e em 2004 teve-se a declaração da região andina como uma zona de paz. Ainda, nesse cenário, destaca-se a criação de importantes instituições, já apresentadas na seção 3.1.1, como a CAN, a OTCA e o MERCOSUL. O quadro abaixo apresenta um compilado dos principais acordos de defesa na região da América do Sul, abrangendo alguns países latino-americanos¹⁰⁷.

Quadro 5 - Acordos bilaterais e sub-regionais de defesa

Acordo	Países	Ano
Convenio Básico e Acordo Complementário de Cooperação Técnica	Bolívia – Venezuela	1973-2006
Fortalecimento da Cooperação em Segurança	Argentina – Chile	1995
Acordo de Cooperação Militar	Brasil – Paraguai	1995
Comissão Binacional Fronteiriça	Colômbia – Equador	1996
Colaboração para Fabricação Militar	Argentina – Brasil	1997
Comissão Binacional sobre Medidas de Confiança Mútua e Segurança	Equador – Peru	1998
Acordos de Cooperação Tecnológica	Argentina – Brasil	1999
Comissão Mista e Permanente de Fronteiras	Equador – Peru	2000
Cooperação Técnica, Científica e de Desenvolvimento Logístico	Argentina – Chile	2001

¹⁰⁷ Apresentaremos de forma sucinta os principais acordos, convênios e iniciativas em defesa e segurança realizados pelos países sul-americanos. Informações detalhadas sobre tais estão disponíveis nos Atlas Comparativos de Defesa na América Latina e Caribe da RESDAL de 2010 e 2012.

Acordo	Países	Ano
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Desastres	Chile – Peru	2002
Acordo para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços Comuns	Colombia – Peru	2002
Carta Andina para a Paz e a Segurança, e limitação e controle dos Gastos Destinados a Defesa Externa	CAN	2002
Memorando para a Vigilância e Cooperação da Amazônia	Brasil – Peru	2003
Memorando de Entendimento sobre o Comitê Permanente de Segurança	Argentina – Bolívia	2004
Acordo em matéria de Desastres	Argentina – Peru	2004
Comissão Tripartite	Brasil – Colombia – Peru	2004
Cooperação Técnico-Militar	Colombia – Bolívia	2004
Forças de Paz Combinada	Argentina – Chile	2005
Cooperação Técnico-Militar	Colombia – Guatemala	2005
Acordo Marco e Protocolo sobre Cooperação	Argentina – Brasil	2005-2008
Acordo Marco de Cooperação em Matéria de Defesa	Brasil – Peru	2006
Mecanismo de Consulta e Cooperação entre Ministérios	Brasil – Peru	2006
Cooperação em matéria de Vigilância do Amazonas	Brasil – Peru	2006
Acordo Marco sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre MERCOSUR e Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela	MERCOSUL	2006
I Reunião de Ministros de Defesa da OTCA sobre Segurança e Defesa Integral da Amazônia	OTCA	2006
Acordo de Cooperação Interinstitucional (Ministérios de Defesa)	Argentina – Equador	2007
Mecanismos de Consulta e Coordenação Política	Colombia – Peru	2007
Coordenação e Consulta Política	Equador – Peru	2007
Convênio para o Fortalecimento da Cooperação em defesa e segurança	Argentina – Paraguai	2007
Acordo sobre Cooperação em Defesa	Brasil – Chile	2007
Mecanismo Binacional de Consulta Estratégica	Brasil – Paraguai	2007
Acordo sobre Cooperação no âmbito de Defesa e Novas Ameaças a Segurança	El Salvador – Peru	2008
Força de Paz Combinada	Argentina – Peru	2008
Convênio de Cooperação Militar	Bolívia – Equador	2008
Memorando de Entendimento em matéria de Segurança e Defesa	Bolívia – Venezuela	2008
Acordo de Associação Estratégica	Chile – Uruguai	2008
Cooperação e Intercâmbio de Experiências	Uruguai – Venezuela	2010
Mecanismo de Consulta e Coordenação	Bolívia – Peru	2010
Declaração de Princípios e Mecanismo de Cooperação	Colômbia – Venezuela	2010
Apoio Mútuo em Casos de Desastres Naturais e Ação Cívica Binacional	Equador – Peru	2010
Política de Seguridad Externa Común Andina Acuerdo de Ilo	Bolívia – Peru	2010
Acordo para o Fortalecimento da Cooperação em defesa	Argentina – Uruguai	2010
Acordo sobre Cooperação em Defesa (materiais e efetivos)	Brasil – Uruguai	2010
Acordo de cooperação em marco da defesa	Paraguai – Uruguai	2010
Memorando sobre Força de Paz combinada “Cruz do Sul”	Argentina – Chile	2010
Acordo de cooperação em defesa	Equador – Uruguai	2010 e 2012
Memorando sobre cooperação em defesa	Chile – Colômbia	2011
Acordo de cooperação para a luta contra narcotráfico	Colômbia – Venezuela	2011
Acordo de cooperação em matéria de defesa	Bolívia – Uruguai	2011
Protocolo Adicional ao Tratado de Paz, Amizade e Limites	Bolívia – Paraguai	2011
Acordo de cooperação em defesa	Brasil – Equador	2011

Acordo	Países	Ano
Memorando de entendimento sobre regime fronteiriço	Brasil – Venezuela	2011
Memorando sobre cooperação em defesa	Chile – Paraguai	2011
Acordo de cooperação interinstitucional sobre segurança cidadã e prevenção de desastres naturais	Chile – Equador	2011
Acordo de cooperação para combater narcotráfico no mar Caribe	Colômbia – Honduras	2011
Acordo de cooperação Técnico - Militar	Equador – Venezuela	2011
Acordo sobre cooperação no âmbito de defesa	Paraguai – Peru	2011
Acordo sobre cooperação no âmbito de defesa	Peru – Uruguai	2011
Acordo de cooperação em segurança, defesa e luta contra as drogas	Bolívia – Colombia	2012
Memorando para estabelecer e desenvolver a cooperação em matéria de segurança e defesa	Peru – Venezuela	2012
Acordo sobre cooperação em matéria de defesa	Argentina – Venezuela	2012
Acordo para regulamentar o funcionamento da Comissão Binacional Fronteiriça (Combifron)	Brasil – Colômbia	2012
Memorando de entendimento no campo aeroespacial	Brasil – Peru	2012
Acordo de cooperação mútua para a vigilância e controle do espaço aéreo	Argentina – Uruguai	2012

Fonte: Elaborado pela autora com base em Donadio e Tibiletti (2010, p.79) e Donadio e Tibiletti (2012, p.66).

Por meio dos dados apresentados acima, bem como dos discutidos durante o segundo capítulo desta dissertação, podemos notar importantes acordos e medidas para o fomento da confiança mútua entre os países sul-americanos quando tratamos dos aspectos referentes à defesa e segurança. De formas variadas, os acordos cerceiam desde aspectos técnicos militares a intercâmbios de informações e medidas conjuntas para a defesa frente ameaças e desastres naturais. Ademais, destacamos a criação, de forma exponencial, de acordos a partir de 2008, especialmente entre os anos de 2010-2012.

Faz-se importante apresentar também os acordos realizados entre os Estados sul-americanos e países fora da região, que marcam relevantes avanços em defesa nas vertentes técnicas, tecnológicas e educacionais. A figura abaixo¹⁰⁸ delimita o número de acordos e convênios realizados até o ano de 2010, em que notamos, de forma expressiva, o papel dos Estados Unidos, Espanha, Rússia e China, respectivamente, em medidas cooperativas em defesa e segurança com os países latino-americanos.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Os acordos e convênios realizados foram entre: “Espanña (Argentina, Bolivia, Chile, Colombia, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Perú, República Dominicana, Uruguay y Venezuela). Rusia (Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Nicaragua, Perú, Uruguay y Venezuela). Canadá (Argentina, Bolivia, El Salvador, Guatemala, Honduras, México y Perú). China (Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Ecuador, Perú, Uruguay y Venezuela). Francia (Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Nicaragua Perú y Venezuela). Alemania (Argentina, Brasil, Chile, Ecuador y Perú). Italia (Argentina, Brasil, Chile, Colombia y Perú), Reino Unido (Argentina, Brasil, Colombia y Chile). India (Brasil, Chile y Colombia). Corea del Sur (Brasil, Colombia y Ecuador). Polonia (Chile, Colombia y Perú). Sudáfrica (Brasil, Chile y Uruguay). Holanda (Chile y Colombia). Israel (Colombia y Perú). Turquía (Brasil y Chile). Ucrania (Argentina y Brasil).” (DONADIO; TIBILETTI, 2010, p.80).

¹⁰⁹ Destacamos a impossibilidade de análise de cada acordo realizado, tanto por questões referentes ao tempo como de dispersão do foco da presente dissertação.

Figura 8 - Acordos e convênios de países latino-americanos com países do mundo

Acuerdos y convenios de países latinoamericanos con otros países del mundo		
Estados Unidos	17	1 de cada 1 país tiene un acuerdo o convenio con los Estados Unidos.
España	15	7 de cada 8 países tienen un acuerdo o convenio con España.
Rusia	9	1 de cada 2 países tiene un acuerdo o convenio con Rusia.
China	8	1 de cada 2 países tienen un acuerdo o convenio con China.
Canadá	7	2 de cada 5 países tienen un acuerdo o convenio con Canadá.
Francia	7	2 de cada 5 países tienen un acuerdo o convenio con Francia.
Alemania	5	2 de cada 7 países tienen un acuerdo o convenio con Alemania.
Italia	5	2 de cada 7 países tienen un acuerdo o convenio con Italia.
Reino Unido	4	1 de cada 4 países tiene un acuerdo o convenio con el Reino Unido.
India	3	1 de cada 6 países tiene un acuerdo o convenio con India.
Corea del Sur	3	1 de cada 6 países tiene un acuerdo o convenio con Corea del Sur.
Polonia	3	1 de cada 6 países tiene un acuerdo o convenio con Polonia.
Sudáfrica	3	1 de cada 6 países tiene un acuerdo o convenio con Sudáfrica.
Holanda	2	1 de cada 9 países tiene un acuerdo o convenio con Holanda.
Israel	2	1 de cada 9 países tiene un acuerdo o convenio con Israel.
Turquia	2	1 de cada 9 países tiene un acuerdo o convenio con Turquía.
Ucrania	2	1 de cada 9 países tiene un acuerdo o convenio con Ucrania.

Fonte: Donadio e Tibiletti (2010, p.80).

De forma mais específica, nos convém apresentar os principais acordos bilaterais realizados por Argentina e Brasil entre os anos de 2012-2014, visto serem países de grande peso para a presente dissertação. No que se refere ao primeiro, em 2012 e 2013 foram efetuados acordos com o Equador referentes à ciência, tecnologia e indústria para defesa e projetos, e pesquisas sobre a temática Antártica. Em 2013 com o Peru pautou-se em aspectos científico-tecnológico. No que verte a cibernética foram realizadas iniciativas com o Brasil, em 2013, e com o Chile, em 2014. Já no âmbito extrarregional foram acordados cooperação técnica militar com a Ucrânia, em 2013, e cooperação logística com a China, em 2012. De forma paralela, no caso brasileiro foram efetivados, no ano de 2012, acordos com Guiana, Guiana Francesa e Suriname em temas de defesa; em 2013 com a Espanha e Argentina sobre cibernética, e com a Rússia vertendo o mesmo tema, somado a cooperação aeroespacial e aquisição de equipamentos militares; e em 2014, acordou-se intercâmbio e educação militar com África do Sul, Antígua e Barbuda, e Sri Lanka; cooperação em defesa com os Emirados Árabes Unidos; e cooperação em sistema de proteção amazônica com a China (DONADIO; TIBILETTI, 2014, p. 136-152).

Outro elemento de relevante consideração são as medidas de transparência promovidas no âmbito nacional por meio dos documentos de defesa, essencialmente os Livros Brancos, que representam exercícios de transparência, tanto regionais como para suas sociedades civis, bem como a colaboração no fornecimento de informações para a ONU no que se refere ao

Instrumento Padronizado para Apresentação de Informes sobre Gastos Militares (de 1981)¹¹⁰ e ao Registro de Armas Convencionais (de 1991). As figuras abaixo apresentam os documentos normativos que os países latino-americanos possuem e a evolução das medidas de transparência pautadas pela OEA e pela ONU. Nesse sentido, destacamos que Guiana, Suriname e Venezuela ainda não possuem um documento normativo, e que, como já apresentado, os países sul-americanos, a exceção da Guina Francesa, por meio do CDS, desenvolveram, em 2012, um Registro de Gastos de Defesa, tendo como base a iniciativa das Nações Unidas.

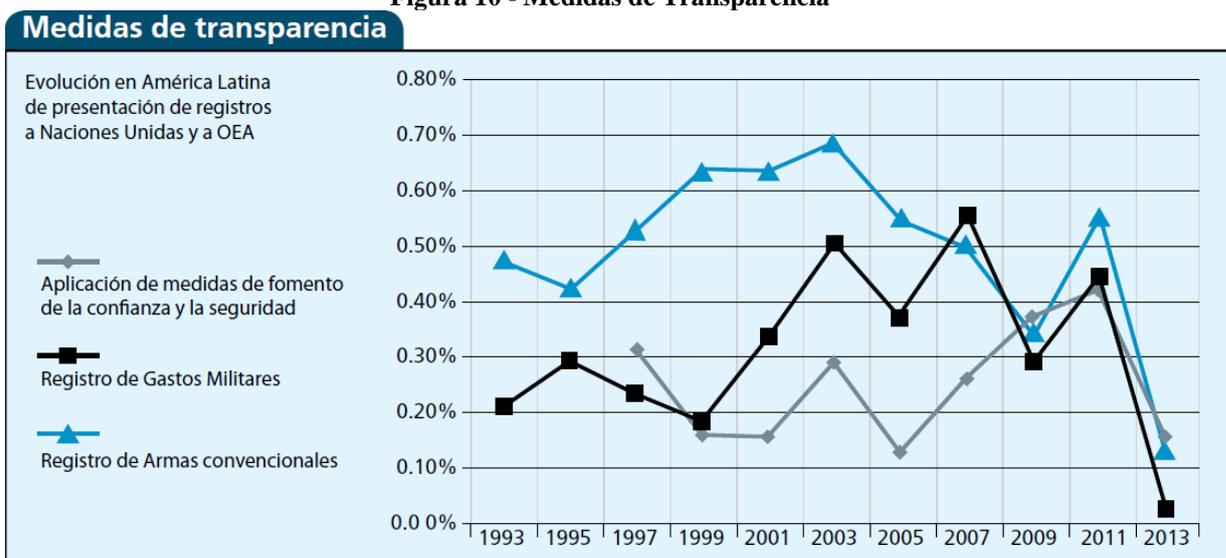
Figura 9 - Documentos de política

Documentos de política	
País	Documento
Argentina	Libro Blanco de la Defensa Nacional 1999. Revisión de la Defensa 2001. Directiva de Política de Defensa Nacional 2009. Libro Blanco de la Defensa 2010.
Bolivia	Libro Blanco de la Defensa 2004. Bases para la Discusión de la doctrina de Seguridad y Defensa del Estado Plurinacional de Bolivia 2010.
Brasil	Política de Defensa Nacional 1996 y 2005. Estrategia Nacional de Defensa 2008 y 2010. Libro Blanco de Defensa Nacional 2012.
Chile	Libro de la Defensa Nacional de Chile 1997, 2002 y 2010.
Colombia	Política de Defensa y Seguridad Democrática 2003. Política de Consolidación de la Seguridad Democrática 2007 y 2010. Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad 2011. Política Nacional de Defensa de la Libertad Personal 2011.
Ecuador	Política de la Defensa Nacional del Ecuador 2002 y 2006. Agenda Política de la Defensa Nacional 2008, 2011 y 2014.
El Salvador	Libro de la Defensa Nacional 2006.
Guatemala	Libro de la Defensa Nacional de la República de Guatemala 2003. Política de la Defensa Nacional 2005.
Honduras	Libro de la Defensa Nacional 2005.
México	Libro del Ejército y Fuerza Aérea Mexicanos 2005.
Nicaragua	Libro de la Defensa Nacional de Nicaragua 2005.
Paraguay	Política de Defensa Nacional de la República del Paraguay 1999. Libro Blanco de la Defensa Nacional 2013.
Perú	Libro Blanco de la Defensa Nacional del Perú 2005.
República Dominicana	Directiva de Seguridad y Defensa Nacional 2007.
Uruguay	Bases para una Política de Defensa Nacional 1999. Política de Defensa Nacional 2014.

Fonte: Donadio e Tibiletti (2014, p.44).

¹¹⁰ O objetivo deste instrumento cerceia a “redução do orçamento militar mundial e limitação dos armamentos. Para tanto, baliza que o termo gastos militares ‘refere-se a todos os recursos que o Estado despense nos usos e funções de suas forças militares.’” (SILVA, 2013).

Figura 10 - Medidas de Transparência



Registros y Aplicación: Promedio de presentaciones realizadas durante los años de cada periodo (se incluyen todos los países objeto de la presente publicación, exceptuando Cuba, para el cálculo de los informes presentados a la OEA).

Fonte: Donadio e Tibiletti (2014, p.43).

Com a perpetuação das iniciativas política e diplomáticas para cooperação bilateral no âmbito da defesa, especialmente para a geração de mecanismo de confiança mútua, verifica-se a construção de um alicerce para a formação de um processo cooperativo multilateral na região sul-americana, advindo com a criação do Conselho de Defesa da UNASUL (GUIMARÃES, 2012, p.46-47). Assim, têm-se as primeiras iniciativas de cunho multilateral na região, que abrangem a política nacional de defesa dos Estados e a busca pela concretização do âmbito de defesa. O CDS inicia seu processo de redução de assimetrias por meio da participação e de compromissos com suas atividades, reconhecendo, contudo, as dificuldades e divergências existentes entre seus países membros, como a vinculação estreita da Colômbia com os Estados Unidos, e a ausência do Brasil como líder do órgão em suas tarefas (SANAHUJA; ESCÁNEZ, 2014, p.518-519). A figura abaixo apresenta a evolução da região sul-americana em seus acordos de defesa e segurança.

Figura 11 - Evolução de mecanismo regional de segurança



Fonte: Donadio e Tibiletti (2012, p.62).

Com a criação do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa verificamos, no que tange aspectos de definições teóricas, a difícil consolidação de consensos, especialmente com os conceitos de defesa, segurança, ameaças, recursos estratégicos e atividades desempenhadas pelas Forças Armadas, sendo que ainda se encontram em fase embrionária de elaboração. Ademais, como já apresentado, criou-se o Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa, bem como o Formulário Sul-Americano de Inventários Militares (FOSIM), que ainda enfrentam dificuldades de consolidação, no que verte a disponibilização de informações e a sua divulgação a sociedade civil. No aspecto educacional, principalmente para capacitação técnica e científica, faz-se importante destacar a constante realização de seminários e cursos entre os países membros, além da criação da ESUDE. Contudo, nota-se que as medidas promovida para confiança mutua não efetivam “inovações metodológicas e ainda seguem os delineamentos da ONU, OEA e CEPAL [Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe]”, exibindo continuidades, como com os Livros Brancos e os informes sobre os gastos de defesa. Ademais, ainda não está concretizada a presença da sociedade civil neste meio, refletindo “em alguns casos, a persistência de ilhas de autonomia militar nos temas de Defesa e a ausência de acadêmicos do tema” (SAINT-PIERRE; PALACIOS JUNIOR, 2014, p.34). Nesse sentido, destaca-se a importância de medidas de educação em defesa para a inserção de civis e militares neste âmbito, para assim a gestão da defesa de cada Estado ser consolidada como política de Estado, baseada em consensos e na participação além da militar (GAITÁN, 2007, p.86).

Desta forma, abaixo apresentamos o quadro com os aspectos gerais da situação sul-americana no que tangem políticas de defesa e institucionalidade. Compreendemos que avanços expressivos foram conquistados com o advento do CDS, acreditando assim em uma evolução mediana no aspecto político, porém baixa no âmbito institucional. Visto a dificuldade de consenso entre doze países, os quais apresentam concepções e parâmetros de defesa e segurança divergentes, somado ao foco Estatal em sua autonomia e soberania sobre a cooperação em defesa. Com isso, fazem-se necessários maiores investimentos políticos, comprometimento dos Estados, e fortalecimento em sua estrutura institucional para a real concretização destes importantes elementos, base para uma cooperação em defesa efetiva.

Quadro 6 – Eixo Político-Institucional

	Antes do CDS	Com o CDS
Acordos e Institucionalização	Acordos Bilaterais: intra e extrarregional. Instituições intergovernamentais (regionais e hemisféricas). Países com foco nacional, para preservação da soberania, autonomia e a não intervenção em assuntos internos; e utilização de instituições para projeção internacional.	Acordos Bilaterais: intra e extrarregional. Instituições intergovernamentais (regionais e hemisféricas). Países com foco nacional, para preservação da soberania, autonomia e a não intervenção em assuntos internos; e utilização de instituições para projeção internacional.
Definições de conceitos (ameaças, defesa, segurança, recursos estratégicos, e emprego das Forças Armadas)	Nacional e Hemisférico (OEA).	Acréscimo da vertente regional, especialmente com a criação do CEED-CDS. Contudo, ainda persistem baixos consensos.
Medidas de Fomento a Confiança Mútua e Transparência	Medidas nacionais: criação dos Ministérios de Defesa e política normativas de defesa nacional (Livros Brancos). Medidas bilaterais, hemisféricas (OEA, TIAR, JID, ONU e Cúpulas Hemisféricas) e regionais (zona de paz e livre de armas nucleares).	Acréscimo no âmbito regional, com o CDS, por meio de Procedimentos de Aplicação para as Medidas de Fomento da Confiança e Segurança; Registro Sul-Americano de Gastos em Defesa; e Formulário Sul-Americano de Inventários Militares (FOSIM).
Educação	Nacional e Hemisférica (OEA e JID).	Ampliação para âmbito regional, com o CDS, através de seminários regionais; cursos (CAD-SUL, Capacitação técnica polar, Curso Sul-Americano de Formação de Civis em Defesa, Cursos Avançado de Defesa Sul-Americana para Altos Funcionários dos Ministérios de Defesa, Curso Sul-Americano de Defesa e Pensamento Estratégico, e Curso Sul-Americano de Direito Internacional e Direitos Humanos das Forças Armadas); ESUDE; e CEED-CDS.

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.2 Eixo Cooperação Militar e Forças Armadas

A cooperação em defesa através das Forças Armadas se faz presente na região sul-americana por meio de exercícios combinados e conjuntos, tanto de forma bilateral como multilateral, abrangendo o âmbito intra e extrarregional. Por meio de tais busca-se uma comunicação entre as Forças Armadas baseada na transparência e no fomento da confiança mútua (DONADIO; TIBILETTI, 2010, p.95). Nesse sentido, Amorim ressalta que,

[...] para que possamos defendermos das ameaças externas [...] temos que estar bem equipados e devemos, de uma vez por todas, eliminar a ideia de que isto representa uma carreira armamentista na região. Por isso é vital a contínua criação de confiança por meio de exercícios conjuntos. (AMORIM, 2013b, p.161, tradução nossa).¹¹¹

Com a instauração do sistema hemisférico e a realização de Conferências no âmbito da OEA e do TIAR, especialmente desde a década de 90, foram promovidos processos cooperativos para o fortalecimento da confiança mutua, como já apresentamos na seção 3.1.1. Para tanto, algumas medidas foram realizadas, como exercícios militares combinados, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. (GUIMARÃES, 2008, p.8-14) Como veremos no quadro e figuras abaixo, exercícios militares bilaterais entre Argentina e Brasil, bem como Argentina e Chile, se tornam frequentes, abrangendo uma cooperação entre suas Forças Armadas, especialmente no que tange o treinamento, intercâmbio de informações e procedimentos, e desdobramento das Forças.

Quadro 7 - Exercício Bilaterais

Países	Nome	Função
Argentina - Bolívia	Arbol (2012)	Tráfico de ilícito.
Argentina – Chile	Andes 09 - Força Aérea	Desdobramento das Forças e busca e salvamento.
	VIEKAREN – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito; Desastres naturais; OMP*; Busca e salvamento.
	Integração – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Simulação.
	<i>Cruz del Sur</i> BETA – Exército	Intercâmbio de informações e procedimentos; OMP*; Simulação.
	INALAF – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Aurora Austral III – Exército	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; OMP*.
	SAR Terrestre (PARACACH2012) – Exército	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Busca e salvamento.

¹¹¹ “para que podamos defendernos de las amenazas externas [...] tenemos que estar bien equipados y debemos, de una vez por todas, eliminar la idea de que esto representa una carrera armamentista en la región. Por eso es vital la continua creación de confianza por medio de ejercicios conjuntos.”

Países	Nome	Função
	Gamma (2011) - aspectos logísticos “Cruz del Sur”	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Cruz del Sur – Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; OMP*; Busca e salvamento.
Argentina – EUA	Gringo Gaucho (2010) – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Argentina – Paraguai	ARPA I (2011) – Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Argentina – Uruguai	RIO - Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	SAR SUB 09 – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	SAREX – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Busca e salvamento
	Tanque – Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Ceibo – Exército	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Bolívia – Brasil	BOLBRA I e II - Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
	BRASBOL (2012) – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	VENBRA VI (2012)	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Bolívia – Chile	Hermandad – Exército	Simulação e desastres naturais
Bolívia – Peru	Exercício de Busca e Salvamento – Marinha	Busca e salvamento; Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Brasil - Argentina	ARAEX 09 – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Anfíbio Combinado – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	SAR SUB 09 – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Plata VI - Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Fraterno – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Duende – Exército	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	SACI – Exército	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Guaraní (2012-13) – Exército	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	Passex (2013) – Marinha	Treinamento; Desdobramento das Forças.
Brasil – Canadá	Passex (2013) – Marinha	Treinamento; Desdobramento das Forças.
Brasil – Paraguai	PARBRA - Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
	Ninfa XXIV (2012) – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
	Platina (2013) – Marinha	Ação Cívica e Social.
Brasil – Peru	PEBRA IV (2010) – Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
	Braper (2013) – Marinha	Treinamento; Simulação.
Brasil – Uruguai	Atlantis I e II – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
	URUBRA I (2011) – Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos;

Países	Nome	Função
		Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
Brasil - Venezuela	VENBRAS 09	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Canadá - Colômbia	Exercício Combinado (2012) – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
	Exercício Combinado (2013) - Força Aérea	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Chile – EUA	CHILEMAR – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Chile – Peru	Neptuno (2013) – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Desastres naturais.
China – Venezuela	Exercícios militares conjuntos para fortalecer a defesa – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
Colômbia – EUA	Exercício Combinado (2012) – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
Colombia – Peru	COLPER 09 – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Tráfico ilícito.
Equador – Peru	Exercícios Marítimo Combinado (2014) – Marinha	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças; Simulação; Desastres naturais.
	Exercícios de Busca e Resgate Marítimo – Marinha	Simulação; Treinamento; Desdobramento das Forças; Busca e salvamento.
	Passex 1 e 2 (2013)	Simulação; Treinamento; Desdobramento das Forças.
EUA – Peru	SIFOREX e SUBIDEX – Marinhas	Treinamento, Intercâmbio de informações e procedimentos; Desdobramento das Forças.
EUA – Uruguai	Exercício Conjunto Combinado (2011) – Força Aérea	Busca e Salvamento

Fonte: Elaborado pela autora com base em Donadio e Tibiletti (2010, p.95) e Donadio e Tibiletti (2012, p.78).

Nota: * OMP: Operação de Manutenção da Paz.

Figura 12 - Legenda Figuras 13 e 14

Referencias			
EJ: Ejército	 : Adiestramiento	 : Simulación	 : OMP
AR: Armada	 : Intercambio de información y procedimientos	 : Tráfico ilícito	 : Búsqueda y salvamento
FA: Fuerza Aérea	 : Despliegue de fuerzas	 : Desastres naturales	

Fonte: Donadio e Tibiletti (2010, p.93).

Figura 13 - Exercícios multilaterais 2009-2010

Ejercicios multilaterales			
Ejercicio	Tipo de Ejercicio	Fuerza	Integrantes
ACRUX 2009	  	Armada	Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, Uruguay.
PANAMAX 2009	  	Armada, Ejército	Argentina, Belice, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Francia, Guatemala, Holanda, Nicaragua, México, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay.
Operación Alianza Multinacional	  	Armada	Brasil, Chile, Colombia, Estados Unidos, Perú.
UNITAS 50 GOLD	  	Armada	Alemania, Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Ecuador, Estados Unidos, México, Perú, República Dominicana, Uruguay.
Salitre 2009	  	Fuerza Aérea	Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Francia.
Team Work South	  	Armada	Brasil, Chile, Estados Unidos, Francia, Reino Unido.
INTERCAMBIO SUR 2009	  	Armada	Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Estados Unidos, Perú, Uruguay.
INTEGRACIÓN	  	Ejército	Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela.
VII Ejercicio de Guerra Multilateral	   	Armada	Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Ecuador, Estados Unidos, Perú.
TRANSOCEANIC XXIV	  	Armada	Argentina, Brasil, Chile, Ecuador, Estados Unidos, México, Paraguay, Perú, Sudáfrica, Uruguay, Venezuela.
transamerica VIII	  	Armada	Argentina, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Estados Unidos, México, Paraguay, Perú, Sudáfrica, Uruguay, Venezuela.
Ejercicio militar	   	Armada	Colombia, Estados Unidos, Honduras.
AMERICAS 09	   	Armada, Ejército, Fuerza Aérea	Argentina, Brasil, Belice, Canadá, Chile, Colombia, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Paraguay, Perú, República Dominicana, Uruguay.
Estrella Austral	   	Ejército, Fuerza Aérea	Brasil, Chile, Estados Unidos, Paraguay, Uruguay.
Ejercicio de ayuda en caso de desastre	   	Ejército	Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú, Uruguay, Venezuela.
FAHUM	   	Armada	Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá, República Dominicana.
Competencia Internacional Patrullas Militares		Ejército	Argentina, Canadá, Chile, Ecuador, Estados Unidos, Paraguay, Reino Unido.
Fuerza Comando 2009		Ejército	Argentina (gendarmería), Barbados, Belice, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Guyana, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana, Trinidad y Tobago, Uruguay.

Fonte: Donadio e Tibiletti (2010, p. 95-96).

Figura 14 - Exercícios multilaterais 2012-2014

Ejercicios multilaterales			
Ejercicio	Tipo de Ejercicio	Fuerza	Integrantes
IBSAMAR III (2012)		Armada	Brasil, India y Sudáfrica.
ASPIRANTEX (2013)		Armada	Argentina, Brasil y Uruguay.
ACRUX VI (2013)		Armada	Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay y Uruguay.
Cooperación II (2013)		Fuerza Aérea	Argentina, Bolivia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Estados Unidos, Ecuador, Panamá, Perú, República Dominicana y Uruguay
Angel Thunder (2013)		Ejército, Armada, Fuerza Aérea	Brasil, Chile, Colombia, Estados Unidos y Singapur.
HONCOLGUA II (2013)		Fuerzas Aéreas	Colombia, Guatemala y Honduras
UNITAS LIV (2013)		Armada	Alemania, Belice, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Ecuador, Estados Unidos, Jamaica, México, Panamá, Perú, Reino Unido y República Dominicana.
Felino (2013)		Ejército, Armada, Fuerza Aérea	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guinea Bissau, Mozambique, Santo Tomé y Príncipe, Timor Oriental.
BRACOLPER (2013)		Armada	Brasil, Colombia y Perú.
PANAMAX (2013)		Armada y Ejército	Argentina, Belice, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador, El Salvador, Estados Unidos, Francia, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, y República Dominicana.
Maple Flag 46 (2013)		Fuerzas Aéreas	Alemania, Bélgica, Canadá, Colombia, Estados Unidos, Países Bajos, Reino Unido y Singapur.
RED FLAG (2013)		Fuerzas Aéreas	Alemania, Arabia Saudita, Australia, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Corea del Sur, Dinamarca, Egipto, Francia, Israel, Italia, Japón Noruega, Nueva Zelanda, Reino Unido, Suecia, Turquía y Venezuela.
Cruzex Flight VI (2013)		Fuerza Aérea	Brasil, Canadá, Colombia, Chile, Ecuador, Estados Unidos, Uruguay y Venezuela.
FAHUM (2014)		Ejército, Armada, Fuerza Aérea	Canadá, Chile, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haití, Honduras, Nicaragua, Panamá y República Dominicana.
Angel Thunder (2014)		Fuerza Aérea	Alemania, Australia, Brasil, Canadá, Chile, Colombia, Estados Unidos, Francia, México, Nueva Zelanda, Pakistán, Perú, Reino Unido, Singapur, Suecia y Uruguay.
RIMPAC (Rim to the Pacific) (2014)		Armada	Australia, Brunei, Canadá, Chile, China, Colombia, Corea del Sur, Estados Unidos, Gran Bretaña, Filipinas, Francia, Holanda, India, Indonesia, Japón, Malasia, México, Nueva Zelanda, Noruega, Perú, Singapur, Tailandia y Tonga.
CARIBEX (2014)		Armadas	Brasil, Guyana, Guyana Francesa, y Surinam.
IBSAMAR IV (2014)		Armada	Brasil, India y Sudáfrica.
Salitre (2014)		Fuerza Aérea	Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos y Uruguay.
Cooperación III (2014)		Fuerza Aérea	Argentina, Bolivia, Brasil, Canadá, Colombia, Chile, Ecuador, Estados Unidos, México, Panamá, Paraguay, Perú, República Dominicana y Uruguay.
Pamparex (2013)		Armadas	Argentina, Brasil y Uruguay.

Fonte: Donadio e Tibiletti (2014, p.65).

Alguns pontos do quadro e das figuras apresentadas acima merecem destaque, como em 2005, com a constituição de uma Força de Paz Combinada entre Argentina e Chile, denominada “*Cruz del Sur*”, voltada para atuação em missões de paz coordenadas pela ONU, estando formada por uma brigada única e doutrina comum, tendo realizado alguns exercícios, como o “*Cruz del Sur BETA*” entre Forças do Exército, o “*Gamma*” no que vertem aspectos logísticos, e o “*Cruz del Sur*” entre Forças Aéreas (DONADIO; TIBILETTI, 2012, p.79). Ademais, nota-se como importante exercício o “*Cooperación*”, criado em 2007, para a

integração das Forças Armadas frente possíveis desastres naturais, abrangendo países de todas as Américas (DONADIO; TIBILETTI, 2010, p.95). Em 2002 iniciaram-se os exercícios combinados “CRUZEX”, entre Forças Aéreas, apresentando um grande número de militares participantes, como em 2006, com cerca de dois mil, e em 2013 com 3000 militares e 92 aeronaves de oito países (CRUZEX, 2013). Ademais têm-se os exercícios voltados ao tráfico de ilícitos, visto sua presença crescente na região sul-americana, e às operações para atuação em situações de desastres naturais de forma combinada (GUIMARÃES, 2008, p.08-14).

Devemos mencionar ainda o papel das instituições nesse contexto de cooperação militar, especialmente no que se refere, primeiramente, ao controle das fronteiras e acordos conjuntos sobre essa temática, apresentado do quadro 4 e na seção 3.1.1, onde podemos verificar o papel da CAN, OTCA e MERCOSUL. Concomitante a isso, tem-se a UNASUL, e mais especificamente o CDS, exercendo atividades como emprego de sistema de comunicação prévia de desdobramento, movimentos e manobras; exercícios militares nacionais, intra e extrarregionais em zonas de fronteira; e o desenvolvimento de mapa de risco de desastres. Bem como, exercícios combinados e conjuntos iniciados com o UNASUL I, que envolvem todos os países membros da organização. Contudo, mesmo nesse cenário cooperativo, devemos reconhecer a ainda presença da hipótese de conflito, tanto no âmbito regional, apesar de sua amenização, como extrarregional, e como consequência, a presença e o emprego das Forças Armadas nas faixas de fronteira, como será apresentado, mais especificamente, na próxima seção. De forma ainda embrionária o CDS não obteve logro na completa mudança desta percepção de insegurança por parte dos vizinhos.

Como elemento de relevância, verifica-se a Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti. A missão abrange de forma única a primeira intervenção coordenada por países sul-americanos, especialmente Argentina, Brasil e Chile (SAMPÓ, 2009, p.18). De forma bilateral Chile e Equador empregaram sua “Companhia Combinada de Engenheiros de Construção Horizontal” para a construção de infraestrutura no Haiti. Em 2008, Argentina e Peru complementaram esta ação por meio de sua “Companhia de Engenheiros Binacional ‘Libertador Don José de San Martín’” (DONADIO; TIBILETTI, 2012, p.79). De forma similar, como apresentado anteriormente, a UNASUL efetivou auxílio a missão a partir de 2010, com o estabelecimento de uma Secretaria Técnica UNASUL-Haiti e com envio de ajuda monetária e de efetivos. Destaca-se que até 2010, encontravam-se 709 efetivos militares da Argentina, 208 da Bolívia, 2308 do Brasil, 503 do Chile, 67 do Equador, 31 do Paraguai, 372 do Peru e 1128 do Uruguai (DONADIO; TIBILETTI, 2010, p.102), porém com a política de redução de componente militar, se focando no desenvolvimento econômico e na

capacitação das instituições do Haiti, iniciada ao fim de 2011, teve-se assim, com dados de 2014, pela Argentina 567 efetivos, 209 da Bolívia, 1386 do Brasil, 410 do Chile, 53 do Equador, 116 do Paraguai, 373 do Peru, e 615 do Uruguai (DONADIO; TIBILETTI, 2014, p.71).

Com isso, verificamos a atuação combinada e conjunta das Forças Armadas dos países da América do Sul, tanto de forma bilateral como regional, sendo o Haiti um relevante exemplo. Todavia, não podemos alegar a concretização de avanços expressivo neste âmbito, visto a continuidade dos acordos e exercícios já existentes antes do advento do CDS, e mesmo com tal, sua ampliação limitou-se ao âmbito multilateral sem elevação da frequência de treinamento e operações, ou inovações frente ameaças e proteção das fronteiras. Assim, podemos classificar a situação sul-americana atual, neste âmbito, de baixo avanço.

Quadro 8 – Eixo Cooperação Militar e Forças Armadas

	Antes do CDS	Com o CDS
Controle da Fronteira e Ações frente desastres naturais	Acordos Bilaterais: intra e extrarregional. Instituições: CAN, OTCA e MERCOSUL. Nacional: Presença e emprego das Forças Armadas. Possibilidade de conflito intra e extrarregional.	Acréscimo institucional da UNASUL, por meio de seus CDS, emprega sistema de comunicação prévia de desdobramento, movimentos e manobras; exercícios militares nacionais, intra e extrarregionais em zonas de fronteira; e desenvolvimento de mapa de risco de desastres. Nacional: Presença e emprego das Forças Armadas. Processo em transição para a mudança de pensamento sobre a possibilidade de conflito intrarregional. Possibilidade de conflito extrarregional.
Exercícios Conjuntos	Bilaterais e Multilaterais com baixa frequência.	Bilaterais e Multilaterais com baixa frequência.
Missões de Paz	Iniciativas Nacionais e Bilaterais.	Ampliação para iniciativas regionais, com enfoque na Minustah.

Fonte: Elaborado pela autora

4.2.3 Eixo Indústria e Tecnologia de Defesa

A indústria de defesa tem uma importância estratégica para a consolidação de políticas de defesa, visto que, auxilia na redução da “dependência externa” durante uma aquisição e permite a construção de uma autonomia em seu “desenho estratégico”. Contudo, ressalta-se sua limitação em relação à capacidade tecnológica dos países¹¹² (SAINT-PIERRE; ZAGUE,

¹¹² Para a consolidação da indústria de defesa, tem-se a necessidade de uma ação efetiva do Estado, especialmente em quatro aspectos: financiamento ou participação direta em desenvolvimento tecnológico e aquisição de tecnologias; “compra da producción de la industria de la defensa”; “utilización de la burocracia gubernamental para fortalecer las ventas al exterior;” e mecanismos para “adecuar los costos de producción al precio de la concurrencia, así como la aplicación de recursos públicos para financiar a los compradores externos.” (SAINT-PIERRE; ZAGUE, 2014, p.182).

2014, p.182). No que tange o âmbito nacional dos países sul-americanos, Argentina, Brasil e Chile foram os principais Estados que conseguiram desenvolver, mesmo de forma incipiente, uma indústria de defesa nacional. O Brasil pode ser considerado como o “maior produtor sul-americano”, devido, principalmente, a base industrial criada durante a ditadura militar. Porém, com o fim da Guerra Fria, o cenário favorável para tais países foi alterado, com a elevação da competição entre indústrias de defesa no campo internacional e a redução da demanda de produtos militares, que somada ao decréscimo “das tarifas alfandegárias resultante das pressões neoliberais e à falta de incentivo dos governos, levou muitas indústrias de defesa sul-americanas à falência ou a diversificarem suas produções.” (VILELA, 2009, p.157).¹¹³

O âmbito tecnológico é essencial para a consolidação de uma indústria de defesa forte, bem como para a formação de uma estratégia e capacidade operacional, visto sua influência sobre as Forças Armadas para a determinação do “perfil de seus armamentos”, quantidade de efetivos, e de sua doutrina. A modernização dos aparatos militares deve estar em consonância com o monitoramento e controle de informações, devido o advento das tecnologias de informação e comunicação, e com a integração entre as três Forças Armadas, efetuando-se a “capacitação dos combatentes” e o investimento “em pesquisa e desenvolvimento (P&D) científico-tecnológico”. Na região sul-americana, o Brasil é um dos maiores controladores de

¹¹³ Nota-se que, no que se refere à veículos blindados, três empresas se destacaram na América do Sul, o grupo brasileiro Engenheiros Especializados S.A. (ENGESA), que foi um grande fabricante mundial; a *Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado* (TAMSE); sendo que houve a falência de ambas na década de 90; e as *Fábricas y Maestranzas del Ejército* (FAMAE) do Chile, únicas em atividades, mas que atualmente voltam-se a manutenção dos veículos. Já no que tange artilharia de campanha, destacaram-se as empresas AVIBRÁS, brasileira, com a produção de sistema de artilharia de foguetes *Astros Hawk*; e a FAMAE, com um sistema denominado *Rayo*. Em termos de indústria naval teve-se a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), vinculada à Marinha do Brasil, com “capacidade para desenvolver e gerenciar projetos de construção e modernização de embarcações militares, inclusive de submarinos convencionais” e de propulsão nuclear, sendo parceira “dos estaleiros da Armada da República Argentina – ARA, tendo já realizado o reparo de meia-vida do submarino *ARA Santa Cruz*”. Na Argentina destacam-se o estaleiro *Domecq García*, para a “modernização de meia-vida dos submarinos da ARA”, estando “gerenciado pelo estaleiro *Talleres Navales Dársena Norte*” (TANDANOR); e o estaleiro *Astilleros Rio Santiago* que efetua “construção, modernização e reparação de navios de guerra da ARA”. No Chile, tem-se o estaleiro estatal *Astilleros y Maestranzas de la Armada* (ASMAR), único “que constrói e repara embarcações militares”. E no Peru, a empresa estatal *Servicios Industriales de la Marina* (SIMA), “presta serviços de construção e reparação naval tanto para a Armada do Peru, quanto para armadores”. Por fim, no que se refere às aeronaves militares, no Brasil verificam-se a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER), beneficiada por “políticas governamentais de financiamento e de investimentos em pesquisa”, que permitiram a produção nacional do “Bandeirante, Xingu e Tucano”, e a Helicópteros do Brasil S/A (HELIBRAS), empresa com capital estrangeiro que fabrica helicópteros e efetua assistência técnica; a *Empresa Nacional de Aeronáutica* (ENAER) do Chile, com “alta capacitação tecnológica” e “serviços de manutenção e modernização dos sistemas de aeronaves da Força Aérea do Chile”; e a *Lockheed Martin Aircraft Argentina S/A* (LMAASA), que “mantém com a Força Aérea Argentina [...] contratos de construção e modernização das aeronaves de treinamento e ataque leve [...] ademais, presta serviços manutenção e modernização de aeronaves.” (VILELA, 2009, p.158-163).

P&D militar, apesar de ainda não ter estabelecido um complexo industrial-militar¹¹⁴ (ABDUL-HAK, 2013, p.230).

Na América do Sul a dependência extrarregional ainda é intensa para a obtenção de armamento e equipamentos de defesa, isto porque, em geral, existe uma defasagem entre a produção industrial militar da região e a demanda de suas Forças Armadas. Assim, produção conjunta de armamento e de tecnologia militar possibilita a construção de recursos econômicos e produtos para exportação, como também a efetivação de uma confiança mútua (TEIXEIRA, 2013, p.175-177). Para Celso Amorim, “o fortalecimento da indústria e da tecnologia bélica na América do Sul” pode ser uma forma de evitar conflitos na região (CELSO..., 2012). Contudo, a produção militar conjunta é embrionária, como exemplos de iniciativas têm-se a construção conjunta entre Argentina e Brasil do veículo leve Gaúcho e blindado Guarani, bem como a modernização de mísseis argentinos com tecnologia do Brasil (SANAHUJA; ESCÁNEZ, 2014, p.515-516); a iniciativa de Argentina, Brasil e Chile na construção do avião militar de carga KC390; e o acordo entre Brasil e Peru para compra de equipamentos militares e transferência de tecnologia (JIMÉNEZ, 2013, p.10).¹¹⁵

Para o fortalecimento desses processos cooperativos, como também das iniciativas realizadas pelo CDS, apresentadas anteriormente (seção 4.1.4), deve-se considerar a necessidade de “incorporação de objetivos regionais sobre objetivos nacionais sem, no entanto, significar a perda de controle ou independência por parte dos países concordantes” (TEIXEIRA, 2013, p.179-180). Segundo Abdul-Hak (2013, p.234-237), as iniciativas desenvolvidas no eixo Indústria e Tecnologia da Defesa permeiam a “criação de um mercado consumidor para exportações sul-americanas e a cooperação em matéria de pesquisa e desenvolvimento militar”. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento da capacidade dos países da região para a “gerência” e “assimilação” das tecnologias, por meio de desenvolvimento experimental, estudos técnicos e viabilidade econômica, exigindo assim um conhecimento e preparo anterior a transferência tecnológica; bem como a inserção brasileira em compromissos de investimentos em longo prazo. Assim, “o aprofundamento de P&D militar no CDS exigirá, portanto, a consolidação de um ambiente de confiança e de forte

¹¹⁴ O programa brasileiro de P&D militar reuni características como, “1) o domínio de tecnologias avançadas, a nacionalização de componentes e a capacitação tecnológica, gerencial e industrial; 2) a articulação com o setor produtivo (inclusive induzindo um aumento relativo de competitividade de empresas nacionais no mercado internacional); e 3) a continuidade dos programas sem interrupções prolongadas, não obstante as mudanças na conjuntura econômica nacional ao longo dessas três décadas, bem como das restrições internacionais existentes” (ABDUL-HAK, 2013, p.230).

¹¹⁵ Destaca-se a impossibilidade de levantamento de todos os acordos referentes à produção militar industrial na América do Sul e desta com países extrarregionais, bem como o fato de não ser foco desta dissertação.

compromisso político dos Estados, inclusive para assegurar o repasse regular de recursos, o cumprimento de prazos e o respeito a padrões técnicos internacionais”.

O Conselho, nesse sentido, exerce o papel de delimitador de “parâmetros de uma indústria de defesa regional”, sendo uma alternativa aos baixos orçamentos militares da região, especialmente no que tange seus focos em desenvolvimento de tecnologia e indústria militar, visto estes estarem voltados, em sua grande maioria, ao pagamento de pessoal (como apresentado na seção 3.1.2), e a dependência tecnológica, como nos Estados Unidos, em países europeus e na Rússia (GUIMARÃES, 2012, p.75-80). Dentre os projetos iniciados pelo CDS, destacamos a produção de um avião de treinamento básico - UNASUR I, e de aviões não tripulados. Assim, no que verte a situação cooperativa sul-americana em defesa antes e após a instauração do Conselho, nota-se, segundo um entrevistado, que

[...] os acordos deixaram, na sua maioria, de serem bilaterais para serem regionais. Então sempre que um país tem uma ideia de fazer um tipo de acordo, é levado para todos os países da América do Sul, inclusive da indústria de defesa, como nós estamos desenvolvendo um avião de treinamento UNASUL I [...] de maneira que não fique mais somente dois a dois, você abre essa possibilidade em um foro maior. Acho que é relevante porque mesmo que o país não participe ele sabe o que os outros países estão fazendo e acontecendo, que não são acordos secretos, que não deixa de ser uma medida de confiança.

De forma complementar, para outro entrevistado,

Outro impacto muito positivo que tem feito o Conselho de Defesa é que em nossos países tradicionalmente, no passado, nossas políticas de defesa se planificavam em base ao conceito de hipótese de conflitos com países vizinhos, a partir do estabelecimento do Conselho de Defesa a tendência y a mudança é que nossos países, membro todos da UNASUL, passamos a planificar a política de defesa em função de novas hipóteses de confiança, de cooperação e aproximação para chegar a um futuro de hipótese de integração, como no âmbito dos objetivos da UNASUL.

Contudo, os autores Saint-Pierre e Zague (2014, p.189-190) destacam que existe uma incoerência entre as declarações políticas dos países sul-americanos, voltadas a transparência e consolidação da confiança regional, e as estratégias frente ameaças, visto que tal posicionamento exigiria uma dissuasão voltada ao âmbito extrarregional, e não também aos países que compõem a região, como ocorre. Com isso, as aquisições e produções para a defesa voltam-se ao entorno regional e mundial, o que leva a “gastos desnecessários”. A “Sul-america ganharia em recursos e capacidade estratégica se apoiasse sua reflexão em uma

doutrina de cooperação sub-regional e de aquisição e produção cooperativa de meios para a defesa” (tradução nossa).¹¹⁶

Desta forma, o quadro abaixo resume a situação sul-americana, em que consideramos que, mesmo com o advento do Conselho, os avanços cooperativos em relação ao desenvolvimento industrial e tecnológico em defesa, em nível regional, ainda são baixos e incipientes, e exigem, assim, um maior incentivo dos Estados membros para sua consolidação, bem como para o fortalecimento da confiança entre tais.

Quadro 9 – Eixo Indústria e Tecnologia de Defesa

	Anterior ao CDS	Com o CDS
Acordos	Acordos bilaterais mais frequentes, abrangendo especialmente o âmbito extrarregional. Porém destaca-se a construção de alguns acordos regionais.	Manutenção dos acordos anteriores à constituição do Conselho, e o fomento de acordos multilaterais intrarregionais, como com o desenvolvimento de um avião de treinamento básico e VANTs.
Nacional e Orçamentário	Hipótese de conflito regional e extrarregional, somado a insegurança sobre possível corrida armamentista. Orçamento de Defesa com maiores gastos em pessoal.	Processo de desconstrução de hipótese de conflito regional e de insegurança sobre corrida armamentista, porém ainda inacabado. Retomada do reaparelhamento das Forças Armadas. Orçamento de Defesa com maiores gastos em pessoal.

Fonte: Elaborado pela autora

¹¹⁶ “Sudamérica ganaría en recursos y capacidad estratégica si apoyase su reflexión en una doctrina de cooperación subregional y de adquisición y producción cooperativa de medios para la defensa.”

5 CONCLUSÃO

Nosso objetivo ao longo desta dissertação foi de analisar a importância do Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL, para a cooperação em defesa na América do Sul, tendo como hipótese a concepção de que o Conselho apenas efetuou avanço mediano no que se refere a vertente política, sendo assim, seus âmbitos institucionais, de cooperação militar e Forças Armadas, e de indústria e tecnologia de defesa, perpassam um cenário de baixo progresso e necessidade de grande aprimoramento e comprometimento dos Estados. Para tanto, nos utilizamos de três grandes focos de análise que nos levaram a compreender a situação sul-americana atual, no que se refere à cooperação em defesa.

No primeiro capítulo pudemos verificar o papel do regionalismo, especialmente com o pós Guerra Fria, e sua influência sobre as questões de defesa e segurança, onde as regiões passaram a ter uma expressiva autonomia para a resolução de seus conflitos e constituíram instituições capazes de regular seus acordos e normas, abrangendo desde aspectos econômicos a sociais. Tal situação concretizou-se devido ao fim da era bipolar e a diminuição da interferência das potências sobre as regiões do mundo, tornando-se assim menos influenciadas pelos padrões de segurança internacional.

Nesse cenário, desenvolvemos análises referentes aos complexos regionais de segurança, que no caso sul-americano destacamos uma maior homogeneidade da região, a qual se apresenta constituída de ameaças tanto regionais como extrarregionais, bem como problemas internos referentes ao âmbito dos Estados. Faz-se importante inserir, neste contexto, as instituições de segurança internacional, que permitem, quando constituídas, a instauração de uma maior proximidade entre seus Estados membros, criando bases para consensos e iniciativas conjuntas que são refletidas desde o nível nacional ao internacional. Contudo, de forma dispare, a América do Sul não havia constituído, até 2008, mecanismos capazes de manejar as ameaças e inseguranças regionais, de forma a impedir conflitos ou solucioná-los de forma conjunta.

Buscando relacionar a seção teórica com uma análise mais aprofundada sobre a região sul-americana desenvolvemos o segundo capítulo, onde notamos que as dificuldades cooperativas da América do Sul abrangem seu viés de primazia da soberania e da autonomia de seus Estados, excluindo qualquer interferência em outras nações. Apesar disso, foram desenvolvidas medidas bilaterais de confiança mútua, proporcionando uma maior transparência e comunicação entre os atores envolvidos. Todavia, mesmo com a existência de

organizações que perpassam suas abordagens desde o âmbito econômico ao de defesa e segurança, notamos uma defasagem no que se refere à instauração de um organismo capaz de unir, de forma a abranger a grande maioria dos Estados sul-americanos, no âmbito da defesa, isto pois, a região ainda passava por uma situação de descoberta de processos cooperativos em defesa e segurança, já que tais questões sempre se referiram apenas ao contexto nacional dos Estados.

Analisando a conjuntura dos gastos em defesa dos países da região observamos que, apesar de um valor considerável despendido por alguns Estados, grande parte das despesas volta-se à manutenção de seu pessoal, representando praticamente 50% dos investimentos. Ademais, verificamos que mesmo quando uma parte dos gastos é destinada ao reaparelhamento das Forças Armadas, persiste a hipótese de conflito intra e extrarregional, fazendo com que ocorra uma dispersão em relação às reais necessidades dos Estados. Contudo, destacamos a atenuação de tal hipótese, no que se refere ao âmbito regional, especialmente com a criação do Conselho e de seus Planos de Ação.

As inseguranças da região centram-se, de acordo com nossa análise, em aspectos fronteiriços, com resolução principal pelo viés diplomático, e de interferência com potências regionais, especialmente a estadunidense. Ademais, as instabilidades internas e atividades ilícitas constituem fontes expressivas de ameaças, somadas as inseguranças cibernéticas e de recursos naturais e energéticos. Destacamos o papel das iniciativas cooperativas como forma de atenuar e prevenir tais ameaças, perpassando o âmbito nacional, bi e multilateral.

Com isso, nesta conjuntura apresentada, inserimos o terceiro capítulo sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano, em que notamos uma modificação nesse cenário, com a inserção de um órgão capaz de promover à confiança mútua e à transparência em defesa de forma multilateral, concomitante a resolução de conflitos e prevenção de ameaças, enquadrando-se em um processo de cooperação em defesa entre os doze países sul-americanos.

Por meio de quatro fatores pudemos analisar o CDS, compreendendo que, no seu âmbito sistêmico, o mesmo ainda não possui um reconhecimento internacional, estando centrado apenas ao âmbito regional, refletindo a organização que está inserido, a UNASUL, que ainda não constitui uma instituição de presença internacional e de inserção, neste âmbito, de seus países membros. Ainda nesse contexto, faz-se importante destacar a ausência de uma voz sul-americana única, que possa ser levada ao âmbito internacional e organizações. Ademais, apesar de considerarem a importância do Conselho, seus Estados membros não se privam de manter relações bilaterais de defesa com países extrarregionais, dentre eles Estados

Unidos, Rússia, China e países europeus, visto acreditarem na complementaridade entre a linha de cooperação em defesa sul-americana e a extrarregional.

No que se refere ao fator institucional, a estrutura organizacional do Conselho ainda está em formação, como a da UNASUL, exigindo ainda mudanças e aprimoramentos, como sugeridos por nossos entrevistados, visto a necessidade de comissões permanentes que permitam a continuidade do diálogo e das iniciativas. Já no relativo ao comprometimento dos membros, nota-se que, mesmo se fazendo presentes, dificuldades ainda persistem, abrangendo o campo do consenso e da transparência. O Estado argentino caracteriza-se por seu relativo comprometimento e otimismo de concretização das medidas do CDS, mesmo estando inserido em um cenário de crise nacional. O Brasil, em contrapartida, perdeu seu fôlego e agora reflete um comprometimento sem assumir a liderança ou dedicar-se inteiramente ao Conselho.

O elemento orçamentário é o mais crítico, visto os países sul-americanos terem seu foco nacional, colocando a cooperação em segundo plano, especialmente agora com o cenário de crise interna que os perpassa, desde econômica a social. O CDS atualmente não apresenta uma liderança capaz de efetivamente consolidar suas propostas e manejar seus custos para obter êxito em todas as suas tarefas planejadas.

Por fim, o viés operacional reflete os Planos de Ação e a criação do CEED-CDS, como instância permanente. Por meio dos mesmos foram conquistados avanços, como a construção de medidas de confiança e transparência, o Registro de gastos em defesa, o FOSIM, os treinamentos conjuntos, a ESUDE, e a construção de consensos relativos a alguns conceitos, como de recursos estratégicos, além de planejamentos referentes à indústria e tecnologia de defesa, com o avião de treinamento básico UNASUL I e VANT.

Assim, quando iniciamos a avaliação da relevância do CDS para a cooperação em defesa na região notamos que, no âmbito político, seus avanços foram expressivos, especialmente com a união das doze nações sul-americanas, a conquista de consensos, e a resolução de crises regionais. Apesar disso, em nossos parâmetros, classificamos como um avanço mediano, visto a persistência de discordâncias entre seus Estados e a necessidade de maior comprometimento dos membros, o que dificulta a conquista de seus planos. No que se refere ao viés institucional, ainda tem-se a necessidade de consolidação da instituição para que tal não fique a mercê das iniciativas políticas dos Estados e de uma liderança, enquadrando-se no cenário já existe das organizações regionais, composta de baixa institucionalidade, desta forma, este eixo encontra-se em um nível baixo de progresso.

Já no que se refere ao âmbito de cooperação militar e as Forças Armadas não pudemos notar uma grande diferenciação da situação anterior à criação do CDS, apenas em relação aos

treinamentos multilaterais. De forma similar, no campo indústria e tecnologia de defesa verificamos a criação de planos entre os doze países para a construção de equipamentos militares, porém, até o momento, nada foi realmente efetivado. Além disso, nota-se um processo de modificação, ainda em transição, da hipótese de conflito intrarregional, porém cercada de incertezas.

Com isso, concluímos que, de modo geral, o Conselho de Defesa contribuiu de forma relativamente baixa para a cooperação em defesa na região, notando que ainda existe um longo caminho a ser percorrido, que exigirá uma maior articulação entre as políticas dos seus Estados membros, como de seus Ministérios de Defesa e das Forças Armadas. Devemos ressaltar que o CDS ainda encontra-se em seu sexto ano, porém, apesar de sua recém-criação, houve uma perda de fôlego de seus Estados, os quais apresentam situações de instabilidades internas e baixa institucionalidade em defesa e segurança. Assim, faz-se necessário uma pesquisa que busque compreender o real motivo que tem impedido a consolidação da cooperação em defesa na América do Sul, e de forma paralela, como superar tal dificuldade; analisando, de forma mais aprofundada e particular, a situação de cada um dos doze países no que se refere à defesa, bem como de seus eixos que cerceiam a cooperação em defesa.

REFERÊNCIAS

ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves Tanaka. **O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS): objetivos e interesses do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

ACHARYA, Amitav. regional military-security cooperation in the third world: a conceptual analysis of the relevance and limitations of ASEAN (Association of Southeast Asian Nations). **Journal of Peace Research**, Oslo, v.29, n1, p.07-21, 1992.

AGUILAR, Sérgio L. C. Segurança na América Latina: cenários e perspectivas. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2, n.3, p.13-37, jan./jun. 2013.

ALIANZA DEL PACÍFICO. **La Alianza del Pacifico y sus objetivos**. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/la-alianza-del-pacifico-y-sus-objetivos/>. Acesso em 02 nov. 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 112-136, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008>. Acesso em: 11 mar. 2013.

ALMEIDA, Carlos W. Leite. Transparencia presupuestaria en materia de Defensa. In: UNASUR. **Memorias del seminario: modernización de ministerios de defensa**. Quito: Imprefepp, 2009. p.101-111.

AMORIM, Celso. **Cabe aos sul-americanos cuidarem da defesa da América do Sul**: aula inaugural do Ministro da Defesa, no Curso Avançado de Defesa Sul-Americano. Brasília: Ministério da Defesa, 05 set. 2013a. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2013/pronunciamentos/discurso_ministro/setembro/curso_avancado_defesa_sul_americano.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. **Estratégia de defesa do Brasil e da América do Sul**: aula magna do Ministro de Estado da Defesa, na Escola Militar do Chile. Brasília: Ministério da Defesa, 23 mar. 2012. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes03/aula_magna_escola_militar_chile_marco_2012.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

_____. Los desafíos geopolíticos para la Suramérica del Siglo XXI. **Densidades**, Buenos Aires, n.14, p.153-162, dic. 2013b.

_____. **Reunião de ministros do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS/UNASUL)**. Brasília: Ministério da Defesa, 15 ago. 2014. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/pronunciamentos/ministro/agosto/reuniao_ministro_s_do_conselho_defesa_sul_americano.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

AYOOB, Mohammed. Inequality and Theorizing in International Relations: The Case for Subaltern Realism. **International Studies Review**, Tucson, v.4, n.3, p.27-48, 2002.

AYUSO, Anna. Integración con equidad: instrumentos para el tratamiento de las asimetrías en América del Sur. In: CIENFUEGOS, Manuel; SANAHUJA, José Antonio. (Org.) **Una región**

en construcción: UNASUR y la integración en América del Sur. Barcelona: Fundación CIDOB, 2010. p.137-178.

ARAVENA, Francisco Rojas. América Latina defensa y seguridad en el siglo XXI. In: UNASUR. **Memorias del seminario:** modernización de ministerios de defensa. Quito: Imprefepp, 2009. p.11-15.

_____. Seguridad internacional, el espacio y posición de América Latina. In: ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Los desafíos de la seguridad en Iberoamérica.** Madrid, 2012. p.20-82. (Cuadernos de Estrategia, 158).

ARGENTINA. **Libro blanco de la defensa.** Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

AXELROD, Robert. **The evolution of cooperation.** [S.l.], 1984. Disponível em: <<http://www-ee.stanford.edu/~hellman/Breakthrough/book/pdfs/axelrod.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____; HAMILTON, William D. The evolution of cooperation. **New Science Series,** Warsaw, v. 211, n. 4489, p.1390-1396, Mar. 1981.

BAILEY, John. **Public security in the Americas:** new challenges in the south-north dialog. Washington, 2003. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Pubsecurity/Intro.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

BARTOLOMÉ, Mariano. Seguridad y defensa en América Latina: una visión retrospectiva. **Relaciones Internacionales,** Madrid, n.36, p.39-60, 2009.

BATALLA, Isabel C. **Entre la construcción de una alternativa regional y el diálogo global:** el papel de Unasur. Montevideo, 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/678a12b1-0f7a-4f82-b224-0536c18fbafe.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.19, n.53, p.71-86, 2005.

BETTS, Alexander; EAGLETON-PIERCE, Matthew. Editorial introduction: the future of international cooperation. **Stair 1,** [S.l.], n.1, p.05-09, 2005.

BIZZOZERO, Lincoln. América Latina a inicios de la segunda década del siglo XXI: entre el regionalismo estratégico y la regionalización fragmentada. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Rio de Janeiro, v.54, n.1, p. 29-43, 2011.

BORDA, Sandra. **Desafíos y oportunidades de la Unión de Naciones Suramericanas:** NASUR. Buenos Aires: CRIES, 2012.

BORJA, Arturo; GONZÁLEZ, Guadalupe; STEVENSON, Brian. El regionalismo en la posguerra fría en el continente americano: ¿Más allá de los estados nacionales? In: BORJA,

Arturo; GONZÁLEZ, Guadalupe; STEVENSON, Brian. **Regionalismo y poder en América: los límites del neorrealismo**. Ciudad de México: CIDE, 1996. p.56-76.

BRASIL–Equador: preocupação com a aproximação da Colômbia à OTAN. **Defesanet**, [S.l.], 07 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/11105/Brasil---Equador---Preocupacao-com-aproximacao-da-Colombia-a-OTAN>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Gespublica. **Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-07.7837648486/Apresentacao%20IIRSA%2018.08.2009.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Ministério da Defesa. **Sistema on line vai permitir apoio mútuo entre países sul-americanos em casos de desastres naturais**. Brasília, 17 set. 2014a. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/13733-sistema-on-line-vai-permitir-apoio-mutuo-entre-paises-sul-americanos-em-casos-de-desastres-naturais>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____. Ministério das Comunicações. **Satélites geoestacionários**. Brasília, 20 fev. 2014b. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/infraestrutura/satelites-geoestacionarios>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRICEÑO-RUIZ, José. O regionalismo latino-americano depois do regionalismo aberto: novos eixos, novas estratégias, modelos diversos. CARMO, Corival et al. (Org.) **Relações internacionais: olhares cruzados**. Brasília: FUNAG, 2013. p.193-238.

BURFISHER, Mary E.; ROBINSON, Sherman; THIERFELDER, Karen. Regionalism: old and new, theory and practice. **Markets, Trade and Institutions Division**, Washington, n.65, p.01-58, Feb. 2004.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and powers**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CARO, Isaac. Medidas de Confianza Mutua en Sudamerica. **FASOC**, Santiago de Chile, v. 9, n.2, p.01-08, 1994.

CENTRO DE ESTUDIOS ESTRATÉGICOS DE DEFENSA - CEED. Gráfico 8: gasto de defensa en la región por objeto del gasto (Promedio 2006-2010). In: _____. **Registro Suramericano de gastos de defensa: avance preliminar: resumen ejecutivo**. Buenos Aires, 2012a. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/520ea114a42dd196326e02c61e275c1f.PDF>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. Gráfico 10: porcentajes del gasto acumulado por organismo en la región 2006-2010. In: _____. **Registro Suramericano de gastos de defensa: avance preliminar: resumen ejecutivo**. Buenos Aires, 2012b. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/520ea114a42dd196326e02c61e275c1f.PDF>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. **Registro Suramericano de gastos de defensa: avance preliminar: resumen ejecutivo.** Buenos Aires, 2012c. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/520ea114a42dd196326e02c61e275c1f.PDF>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. **Unasur y la cooperación en la lucha contra el crimen organizado transnacional y los delitos transfronterizos.** Buenos Aires, 2012d. Disponível em: <http://www.ceedcds.org.ar/Espanol/09-Downloads/CRIMEN_ORGANIZADO.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CELI, Pablo. Medidas de confianza y prevención de conflictos en el actual contexto regional. In: UNASUR. **Confianza y seguridad en América del Sur.** Quito: Abya-Yala, 2010. (Cuadernos de Defensa, 2). p. 51-58.

CELSO Amorim defende indústria bélica na América do Sul. **Terra**, São Paulo, 23 mar. 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/celso-amorim-defende-industria-belica-na-america-do-sul,e0fad840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 out. 2014.

CENTENO, Miguel Angel. **Blood and debt: war and the nation-state in Latin America.** Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2002.

CEPIK, Marco. A política da cooperação espacial chinesa: contexto estratégico e alcance internacional. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v.19, p.81-104, nov. 2011.

_____. Segurança na América do Sul: traços estruturais e dinâmica conjuntural. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 01-11, ago. 2005.

_____; ARTHURI, Carlos Schmidt. Tecnologias de informação e integração regional: desafios institucionais para a cooperação sul-americana na área de segurança. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.54, n.4, p.651-691, 2011.

_____; BORBA, Pedro. Crime organizado, Estado e segurança internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.375-405, jul./dez. 2011.

_____; BRANCHER, Pedro; GRANDA, Sebastián. A Colômbia e os desafios para a integração sul-americana. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.3, n.14, out./nov. 2012.

CHALA, Ânia. Há que viver como vive a maioria. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, n.174, p.05, out. 2014.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY - CIA. **The World Factbook: Gyana.** Washington, 2014. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gy.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **The World Factbook: Suriname.** Washington, 2014. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ns.html>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CINTRA, Maria Rita Vital Paganini. **A presença da China na América Latina no século XXI: suas estratégias e o impacto dessa relação para países e setores específicos.** 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. O comércio de drogas hoje. **Olho da História Revista de História Contemporânea**, Salvador, n. 4, [1997?]. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/04coggio.html>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

COHEN, Richard. Cooperative security: from individual security to international stability. In: _____; MIHALKA, Michael. (Org.) Cooperative security: new horizons for international order. **The Marshall Center Papers**, Pennsylvania, n. 3, p. 01-27, Apr. 2001.

COLOMBIA firmará en Bruselas un acuerdo de colaboración con la OTAN. **Defensa**, [S.l.], 24 jun. 2013. Disponível em: <http://defensa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=9401:colombia-firmara-en-bruselas-un-acuerdo-de-colaboracion-con-la-otan&catid=55:latinoamerica&Itemid=163>. Acesso em: 10 jul. 2013.

COMINI, Nicolás. El rol del Consejo de Defensa de la Unasur en los últimos conflictos regionales. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n.230, p.14-22, nov./dic. 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, São Paulo, n.7, p.01-23, 2009.

COSTA, Rogério Santos. **A América do Sul do Brasil: a integração e suas instituições na estratégia brasileira no Governo Lula.** 2010. 251 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. Estratégias da política externa brasileira para integração regional: comparações institucionais a partir do Governo Lula. **Densidades**, Buenos Aires, p.27-40, mayo 2014.

CRUZEX: exercício termina com recorde de aeronaves participantes. Brasília: Força Aérea Brasileira, 2013. Disponível em: <<http://www.cruzex.aer.mil.br/index.php/noticias/441-cruzex-exercicio-termina-com-recorde-de-aeronaves-participantes>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

DESIDERÁ, Walter A. Neto. Diagnóstico da segurança regional sul-americana: classificações teóricas preliminares. In: IPEA. **Boletim de economia e política internacional**. Brasília: IPEA, 2010. p.05-16.

DEUTSCH, Karl. **Análise das relações internacionais.** Brasília: Editora UNB, 1978.

DEWITT, David. Common, comprehensive, and cooperative security. In: BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. (Org.) **International Security, v. 2: the transition to the Post-Cold War security agenda.** London: SAGE, 2007. p.408-429.

_____. **Security: common, cooperative and comprehensive Asia-Pacific security concepts in the Post-Cold War Era.** [S.l.], [2014]. Disponível em: <<http://www.amitavacharya.com/sites/>>

default/files/Common,%20Comprehensive%20and%20Cooperative%20Security.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

DIAMINT, Rut. Regionalismo y posicionamiento suramericano: UNASUR y ALBA. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, n.101, p.55-79, abr. 2013.

DÍAZ, Emilio S. R. Seguridad, geopolítica y geoestrategia ¿Ha cambiado la geopolítica de Estados Unidos en América Latina? In: ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **El futuro de las relaciones latinoamericana-Estados Unidos**. Madrid, 2011. (Monografías del CESEDEN, 121). p.103-142.

DOMINGUEZ, J. et al. Disputas fronterizas en América Latina. **Foro Internacional**, Ciudad de México, v. 44, n.3, p.357-391, 2004.

DONADIO, Marcela; TIBILETTI, María de la Paz. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2010. Buenos Aires: RESDAL, 2010.

_____. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2012. Buenos Aires: RESDAL, 2012.

_____. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe**: edición 2014. Buenos Aires: RESDAL, 2014.

DREGER, Fabrício Brugali. **Integração na América do Sul**: a Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano. 2009. 102 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DUFFIELD, John S. International Security Institutions: rules, tools, schools, or fools? In: RHODES, R.; BINDER, Sarah; ROCKMAN, Bert. (Org.) **The oxford handbook of Political Institutions**. New York: Oxford University Press, 2006. p.633-653.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS DO EXÉRCITO - EPEX. **Sisfron**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/sisfron.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

ETHIER, Wilfred J. Regionalism in a multilateral world. **Journal of Political Economy**, Chicago, v.106, n.6, p.1214-1245, 1998.

FAJARDO, María E. M. Un repaso a la regionalización y el regionalismo: los primeros procesos de integración regional en América Latina. **CONfines**, Monterrey, n.3, p.65-80, ago./dic. 2007.

FAWCETT, Louise. Exploring regional domains: a comparative history of regionalism. **International Affairs**, Columbia, v.80, n.03, p.429-46, 2004.

FERNÁNDEZ, Enrique V. El conflicto colombiano y sus repercusiones en la integración regional. In: ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **La evolución de la seguridad y defensa en la comunidad iberoamericana**. Madrid, 2008. (Monografías del CESEDEN, 101). p.151-190.

FLEMES, Daniel. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, n.24, p.217-231, 2005.

_____. Rumo à comunidade de segurança no Sul da América Latina: uma corrida de obstáculos. **Rev. Iberoamericana**, São Paulo, n.14, p.182-186, 2004.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas P. Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n.1, p.77-104, jan./jun. 2013.

GAITÁN, Guillermo Pacheco. Los Ministerios de Defensa en la agenda de la modernización del Estado. In: DONADIO, Marcela; TIBILETTI, Maria de la Paz. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**: edición 2007. Buenos Aires: RESDAL, 2007.

GALERANI, Kleber Antonio. **Conselho Sul-Americano de Defesa: gênese, desenvolvimento inicial e desafios (2008-2010)**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GAMA, Carlos F. da S. P. Fault lines after the cold war: the vertical expansion of the concept of security, securitization and human security. **Monções Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2, n.3, p.12-45, jul./dez. 2013.

GARDINI, Gian Luca. Proyectos de integración regional sudamericana: hacia una teoría de convergencia regional. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n.15, p. 11-31, oct.2010.

GARCÍA, Carlos A. C. La inserción internacional de Sudamérica: la apuesta por la Unasur. **Revista de Ciencias Sociales**, San José, n.38, p.29-40, sept. 2010.

GARRÉ, Nilda. La Cumbre de Bariloche y su impacto en la consolidación de la paz y seguridad en Sudamérica. In: UNASUR. **Confianza y seguridad en América del Sur**. Quito: Abya-Yala, 2010. (Cuadernos de Defensa, 2). p.12-14.

GUARNIZO, Catalina Niño. La seguridad de América Latina: respuestas fragmentadas a desafíos transnacionales. MATHIEU, Hans; GUARNIZO, Catalina. (Org.) **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**. Bogotá: Fescol, 2011. p. XVII-XXXI.

GUIMARÃES, Márcio Azevedo. **A política de defesa do Brasil e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. 2012. 364 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

_____. **O Conselho Regional de Defesa da América do Sul e a conformação de um sistema de segurança regional**. Trabalho apresentado no 3. Seminário Internacional Organizações e Sociedade: Inovações e Transformações Contemporâneas, Porto Alegre, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/sios/download/gt4/oi-guimaraes.pdf>> Acesso em: 15 dez. 2014.

GUIMARÃES, Marina. Unasul termina com compromisso pela segurança na região. **Estadão**, São Paulo, 28 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,unasul-termina-com-compromisso-pela-seguranca-na-regiao,426314,0.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

HERTZ, John H. Idealist internationalism and the security dilemma. **World Politics**, [S.l.], v.2, n.2, p.157-180, Jan. 1950.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOGENSEN, Gunhild. Bottoms Up! A Toast to Regional Security? **International Studies Review**, Tucson, v. 07, p.269–274, 2005.

HURRELL, Andrew. Comparación entre Europa y América: ¿qué clase de problemas?, ¿qué clase de teorías? In: BORJA, Arturo; GONZÁLEZ, Guadalupe; STEVENSON, Brian. **Regionalismo y poder en América: los límites del neorrealismo**. Ciudad de México: CIDE, 1996. p. 114-134.

_____. O ressurgimento do regionalismo na política mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.1, n.17, p.23-44, 1995.

_____. One world? Many worlds? The place of regions in the study of international society. **International Affairs**, Columbia, v.83, n.1, p.127–146, 2007.

_____. Hegemony and regional governance in the americas. In: FAWCETT, Louise; SERRANO, Monica. (Org.) **Regionalism and governance in the Americas: continental drift**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p.185-207.

INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL - IDN. **Estratégia da informação e segurança no ciberespaço**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2013.

INSTITUTO SUL-AMERICANO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA - ISAPE. **Unasul aprova criação da Escola Sul-americana de Defesa**. Porto Alegre, 21 fev. 2014. Disponível em: <<http://isape.wordpress.com/2014/02/21/unasul-aprova-criacao-da-escola-sul-americana-de-defesa/>>. Acesso em: 01 set. 2014.

JERVIS, Robert. Cooperation under the security dilemma. **World Politics**, Princeton, v.30, n. 2, p.167-214, Jan. 1978.

_____. From balance to concert: a study of international security cooperation. **World Politics**, Princeton, v.38, n.1, p.58-79, Oct. 1985.

JIMÉNEZ, Ana V. S. **La industria de la defensa y seguridad en América Latina 2012–2013**. Madrid, 2013. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/wp-content/uploads/INFORME-AMERICA-LATINA-2012-2013.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2014.

KATZENSTEIN, Peter J. Regionalism in comparative perspective. **ARENA Working Papers**, Oslo, n.96, p.01-34, 1996.

KELLY, R. Security theory in the “New Regionalism”. **International Studies Review**, Tucson, v.9, p.197-229, 2007.

KEOHANE, Robert. **After hegemony**: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph S. Power and interdependence. **International Organization**, [S.l.], v.41, n.4, p.725-753, 1987.

KOHLI, Atul. Coping with globalization: Asian versus Latin American strategies of development, 1980-2010. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.32, n.04, p.531-556, 2012.

KOŁODZIEJ, Edward A. A segurança internacional depois da Guerra Fria: da globalização a regionalização. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.17, n. 2, p.313-349, jul./dez. 1995.

LAKE, David; MORGAN, Patrick. **Regional orders**: building security in a new world. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1997.

LAMASHEVA, Yulia. **International cooperation and competitiveness on a regional level: theoretical overview**. [S.l.], 2004. Disponível em: <http://dspace.lib.niigata-u.ac.jp:8080/dspace/bitstream/10191/975/1/18_0139.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

LEÃO, André; MORINI, Cristiano. O Conselho de defesa sul-americano da Unasul e a política externa brasileira: há espaço para “hegemonia consensual” do Brasil? **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v.2, n.3, p.212-236, jul./dez. 2013.

LEMKE, Douglas. **Regions of war and peace**. New York: Cambridge University Press, 2002.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. Globalização, regionalização e América do Sul. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n.6, p.01-10, maio 2005.

_____. Integração moderna. **Análise de Conjuntura OPSA**, Rio de Janeiro, n.1, p.01-15, jan. 2006.

LOPEZ, Ernesto Justo. Nova problemática de segurança e novas ameaças. In: MATHIAS, Suzeley Kalil; SOARES, Samuel Alves (Org.). **Novas ameaças**: dimensões e perspectivas. São Paulo: Sicurezza, 2003.

LORENZO, José A. S. Relaciones interamericanas: una nueva agenda de seguridad ante escenario y amenazas hemisféricas In: ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **El futuro de las relaciones latinoamerica-Estados Unidos**. Madrid, 2011. p.143-192. (Monografías del CESEDEN, 121).

LYONS, John. Combate à coca na Colômbia muda o mapa do tráfico. **The Wall Street Journal**, New York, 16 Jan. 2012. Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/>

SB10001424052970204468004577165303089152744.html?dsk=y>. Acesso em: 18 mar. 2014.

MACHADO, Roberto Loiola. **O século XXI e as novas percepções de ameaças à segurança**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.gedes.org.br/downloads/d1bfbc9a71a9a17327943cc5a76ddc37.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

MANSFIELD, Edward D.; MILNER, Helen V. The new wave of regionalism. **International Organization**, [S.l.], v.53, p.589-627, Aug. 2003.

MARANGOS, John. What happened to the Washington Consensus? The evolution of international development policy. **Journal of Socio-Economics**, [S.l.], v.38, p.197-208, 2009.

MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller; GIANNINI, Renata Avelar. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.51, n.1, p.70-86, 2008.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. 2010. 240 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELLO, Valérie de C. Globalização, regionalismo e ordem internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p.157-181, 1999.

MIHALKA, Michael. Cooperative security: from theory to practice. In: COHEN, Richard; MIHALKA, Michael (Org.) Cooperative security: new horizons for international order. **The Marshall Center Papers**, Pennsylvania, n.3, p.29-67, Apr. 2001.

MOON, Bruce E. Regionalism is back! Now what? **Mershon International Studies Review**, [S.l.], n.42, p.338-342, 1998.

MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **A cooperação Brasil-Argentina na área militar: da autonomia das forças armadas às relações estratégicas (1978-2009)**. 2010. 237 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MOREIRA, Angela. Consejo Sudamericano de Defensa: hacia una integración regional en defensa. **Boletín RESDAL**, Buenos Aires, p.02-20, 2009.

NASCIMENTO, Aldo Batista. **A defesa nacional e a segurança pública no Brasil: uma simetria necessária em função dos desafios do século XXI**. 2011. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

NAVARRETE-FRÍAS, Carolina; THOUMI, Francisco E. **Drogas ilegales y derechos humanos de campesinos y comunidades indígenas: el caso de Bolivia**. Paris: UNESCO, 2005. (Políticas Sociales, 14). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001402/140243s.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

NYE, Joseph S. Jr. Neorealism and neoliberalism. **World Politics**, Princeton, v.40, n.2, p.235-251, Jan. 1988.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, Cambridge, n.36, p.881-901, 2010.

_____. **Latin America's new regional architecture**: segmented regionalism or cooperative regional governance? XXXI International Congress of the Latin American Studies Association, Washington, May 29-June 01, 2013.

OLIVEIRA, Ana Paula. **Os caminhos da integração em segurança e defesa para o continente**: um olhar sobre as conferencias ministeriais de defesa das Américas. 2009. 52 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2009.

OMAN, Charles. The policy challenges of globalisation and regionalisation. **OECD Development Centre Policy Brief**, Paris, n.11, p.01-49, 1996.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS - OEA. **Quem somos**. Washington, 2014. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em: 02 nov. 2014.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança hemisférica e política externa brasileira**: temas, prioridades e mecanismos institucionais. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **Segurança regional e política externa brasileira**: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006. 2009. 281 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PAIVA, Marcelo de. **A atividade de inteligência em ambiente interagências no combate aos delitos transnacionais na fronteira Brasil-Colômbia**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.

PATRICK, Stewart. The unruly world: the case for good enough global governance. **Foreign Affairs**, New York, p.58-73, Jan./Feb. 2014.

PEDERSEN, Thomas. Cooperative hegemony: power, ideas and institutions in regional integration. **Review of International Studies**, Cambridge, v.28, p.677-696, 2002.

PEÑA, Félix. Integración regional y estabilidad sistémica en Suramérica. In: CIENFUEGOS, Manuel; SANAHUJA, José Antonio (Org.). **Una región en construcción**: UNASUR y la integración en América del Sur. Barcelona: Fundación CIDOB, 2010. p.23-43.

PERLO-FREEMAN, Sam; SOLMIRANO, Carina. Table 3 - Military expenditure in the Americas. In: _____. Trend in world military expenditure, 2013. **SIPRI Fact Sheet**, Stockholm, p.04, Apr. 2014.

_____. Trend in world military expenditure, 2013. **SIPRI Fact Sheet**, Stockholm, p.01-08, Apr. 2014.

PHILLIPS, Nicola. **The southern cone model: the political economy of regional capitalist development in Latin America**. London: Routledge, 2004.

PINTO, Hugo Eduardo Meza; BRAGA, Márcio Bobik. **A lógica do regionalismo na América Latina e a Comunidade Andina das Nações**. [São Paulo], [2006?]. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/downloads/versao3.doc>>. Acesso em: 10 out. 2014.

PINZÓN, Viviano García. **En los confines del Estado: una mirada comparada a la seguridad en las zonas fronterizas de Suramérica**. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferences/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/beec4999-8940-4fca-91ab-91b787aeb3c2.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PION-BERLIN, David. Sub-regional cooperation, hemispheric threat: security in the southern cone In: FAWCETT, Louise; SERRANO, Monica. **Regionalism and governance in the Americas**. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p.209-227.

PITTS, Natasha. Ministros de defesa de Unasur van a idear plan para retiro de militares de Haití. **Adital**, Fortaleza, 06 jun. 2012. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?lang=ES&img=S&cod=67661>. Acesso em: 10 nov. 2014.

PLAVETZ, Ivan. Avança a criação da Escola Sul-americana de Defesa. **Tecnologia e Defesa**, [S.l.], 24 set. 2013. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/autor/tecnodefesa/page/23/>>. Acesso em: 01 set. 2014.

POGGIO, Guilherme; SILVA, José da. A Quarta Frota e a estrutura militar unificada dos EUA. **Poder Naval**, [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/destaque/estrategia/a-quarta-frota-e-a-estrutura-militar-unificada-dos-eua/>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

PROJETO DIÁLOGO ENTRE POVOS. **Relatório sobre integração regional na América do Sul: história e perspectivas**. [S.l.], (2006). Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/relat%C3%B3rio-final-int.-am%C3%A9rica-do-sul.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

PROJETO SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA - PROJETO SIVAM. **Ambiente Brasil**, [S.l.], 2014. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/florestal/programas_e_projetos/projeto_sivam_%E2%80%93_sistema_de_vigilancia_da_amazonia.html>. Acesso em: 10 nov. 2014.

RANKING do poder militar na América do Sul - 2011/2012. **Military Power Review**, [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.militarypower.com.br/ranking.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

RAVENHILL, John. The study of global political economy. In: _____. (Ed.). **Global Political Economy**. Oxford: Oxford University Press, 2008. p.03-28.

RESUMEN del Balance Militar de América del Sur 2013. **Nueva Mayoría.com**, Buenos Aires, 2013. Disponível em: <http://www.nuevamayoria.com/index.php?option=com_content&task=view&id=4156&Itemid=30>. Acesso em: 01 nov. 2014.

REZA, Germán Adolfo de la. El regionalismo abierto en el hemisferio occidental. **Análisis Económico**, Santiago de Chile, v. 18, n. 37, p. 297-312, primer semestre 2003.

REZENDE, Lucas Pereira. **Sobe e desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva**. 2013. 258 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RIBEIRO, Jeancezar D. S. **Princípios norteadores das políticas de defesa comum do Conselho de Defesa da UNASUL**. [S.l.], [2014]. Disponível em: <<http://web.isanet.org/Web/Conferencias/FLACSO-ISA%20BuenosAires%202014/Archive/cebcbf568-9835-49e9-be18-42b7bd67e854.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2014.

RODRIGUEZ, Júlio C. C. **Os efeitos de limitas capacidades materiais na política externa de potências intermediárias do sistema internacional: o caso do Brasil**. 2013. 195 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Direito, Faculdade de Letras, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

SAINT-PIERRE, Héctor. **As “novas ameaças” às democracias latino americanas: uma abordagem teórico conceitual**. [S.l.], 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/8476365/AS_NOVAS_AMEA%C3%87AS_%C3%80S_DEMOCRACIAS_LATINOAMERICANAS_UMA_ABORDAGEM_TEORICO_CONCEITUAL>. Acesso em: 01 nov. 2014.

_____. “Defesa” ou “segurança”? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p.407-433, jul./dez. 2011.

_____. La emergencia del Brasil como actor global y la seguridad. In: ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Los desafíos de la seguridad en Iberoamérica**. Madrid, 2012. p.233-271. (Cuadernos de Estrategia, 158).

_____. **La defensa en la política exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa**. Madrid: Real Instituto Elcano, 2009.

_____. La naturaleza política de la Defensa. In: UNASUR. **Memorias del seminario: modernización de Ministerios de Defensa**. Quito: Imprefepp, 2009. p.49-53.

_____. Las definiciones políticas: defensa y seguridad. In: RESDAL. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**. Buenos Aires: RESDAL, 2008. p.59-62.

_____. **Reflexiones sobre los Estudios de Defensa: perspectivas filosófica e histórica**. [S.l.], [2014]. Disponível em: <https://www.academia.edu/6753482/REFLEXIONES_SOBRE_LOS_ESTUDIOS_DE_DEFENSA_PERSPECTIVA_FILOSOFICA_E_HISTORICA>. Acesso em: 18 jul. 2014.

_____. The Armed Forces: an analysis of the role of the forces and the distinction between “defence” and “security”. **Calgary Papers in Military and Strategic Studies**, Calgary, n.9, p.133-146, 2013.

_____; CASTRO, Gustavo Fabian. El Consejo Sudamericano de Defensa. **Boletín RESDAL**, Buenos Aires, n.29, 2008.

_____; PALACIOS JUNIOR, Alberto Jr. As medidas de confiança do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009–2012). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v.57, n.1, p.22-39, 2014.

_____; SILVA, Diego L. **A torre de Babel sul-americana: a importância da convergência conceitual para a cooperação em defesa**. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/7595033/A_Torre_de_Babel_Sul-Americana_A_Importancia_da_Convergencia_Conceitual_para_a_Cooperacao_em_Defesa>. Acesso em: 27 jul. 2014.

_____; _____. **Percepções de segurança regional no âmbito da UNASUL: o Conselho de Defesa Sul-Americano**. [S.l.], [2014]. Disponível em: <https://www.academia.edu/9610682/PERCEP%C3%87%C3%95ES_DE_SEGURAN%C3%87A_REGIONAL_NO_%C3%82MBITO_DA_UNASUL_O_CONSELHO_DE_DEFESA_SUL-AMERICANO>. Acesso em: 21 dez. 2014.

_____; ZAGUE, José Augusto. **La Industria de La Defensa y La Autonomia Estratégica: El Caso de Brasil**. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/7193347/LA_INDUSTRIA_DE_LA_DEFENSA_Y_LA_AUTONOMIA_ESTRAT%C3%89GICA_EL_CASO_DE_BRASIL>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SAMPÓ, Carolina. (2009) **Intereses nacionales: una aproximación distinta a la cooperación de los países del Cono Sur en la MINUSTAH**. Conferencia Sub Regional Retos a la Seguridad y Defensa en un Ambiente Político Complejo: Perspectivas para Cooperación y Divergencia en Suramérica, Cartagena de Indias, jul. 2009. Disponível em: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4989-001_g.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SANAHUJA, José Antonio. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. In: ALFONSO, Laneydi; PEÑA, Lázaro; VAZQUEZ, Mariana. (Org.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2009. p.11-54.

_____. La construcción de una región: Suramérica y el regionalismo posliberal. In: CIENFUEGOS, Manuel; SANAHUJA, José Antonio. (Org.) **Una región en construcción:**

UNASUR y la integración en América del Sur. Barcelona: Fundación CIDOB, 2010. p. 87-134.

_____. UNASUR: logros y dilemas. In: ORTIZ, María. (Org.). **La Diplomacia de las Cumbres: retos y oportunidades de los nuevos regionalismos**. San José: FLACSO, 2013. p.55-60.

_____; ESCÁÑEZ, Francisco J. Verdes-Montenegro. Seguridad y defensa en Suramérica: regionalismo, cooperación y autonomía en el marco de UNASUR. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI, Haroldo (Org.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Caribe: ¿Atlántico vs. Pacífico?: América Latina y el Caribe, los cambios regionales y los desafíos globales**. Managua: CRIES, 2014. p. 487-529.

SENHORAS, Elói Martins. **Novas ameaças, instituições e tensões geopolíticas nos complexos regionais de segurança da América Central e Caribe e da América do Sul**. Memorias de la Conferencia Subregional en Mesoamérica, enero 2010. Disponível em: <<http://works.bepress.com/eloi/165/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

_____; VITTE, Claudete de C. S. **Mercosul, comunidade andina e o regionalismo sob integração física: controvérsias da iniciativa de integração da infra-estrutura regional na América do Sul**. [Campinas], 2006. Disponível em: <<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1038&context=eloi>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SEBBEN, Fernando Dall'Onder. América do Sul: comunidade de segurança ou paz violenta? **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, v.2, n.14, p.88, 2011.

SERBIN, Andrés. Regionalismo y soberanía nacional en América Latina: los nuevos desafíos. **Nueva Sociedad** - Defensa 1111, Buenos Aires, p.01-27, ago. 2010.

SERRANO, Lorena Oyarzún; GALARRETA, Federico Rojas. La Alianza del Pacífico en América Latina ¿Contrapeso regional? **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, Mérida, v.8, n.16, p.09-30, jul./dic. 2013.

SIBILLA, Gustavo. Registro suramericano de gastos de Defensa. Confianza, materia prima de la integración. In: UNASUR. **Memorias del seminario: Modernización de Ministerios de Defensa**. Quito: Imprefepp, 2009. p.117-126.

SILVA, Diego. **Por uma outra dissuasão: o conselho de defesa sul americano e a transparência em análise**. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://www.encontronacional2013.abri.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2463>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SILVA, Natasha Pergher. O complexo regional de segurança da América do Sul: um estudo de Barry Buzan e Ole Waever. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, p.125-142, 2011.

SILVA, Saint-Clair Lima da. **Conselho de Defesa Sul-Americano: possibilidade de integração militar efetiva na América do Sul?** 2012. 28 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA FILHO, Edison Benedito; MORAES, Rodrigo Fracalossi. Dos “dividendos da paz” à guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da Guerra Fria – 1991-2009. In: _____; _____. (Org.). **Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. p.83-129.

SIMÕES, Antonio José Ferreira. **Eu sou da América do Sul**. Brasília: FUNAG, 2012.

SOARES, Samuel Alves. Segurança e defesa no Cone Sul: transições com transformações? **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p.160-180, jun. 2008.

SOETERS, Joseph; SHIELDS, Patricia; RIETJENS, Sebastiaan (Org.). **Routledge handbook of research methods in military studies**. New York: Routledge, 2014.

SOLINGEN, Etel. **Regional orders at Century’s Dawn: global and domestic influences on grand strategy**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

STEIN, Arthur A.; LOBELL, Steven E. Geostructuralism and international politics: the end of the Cold War and the regionalization of international security. In: LAKE, David; MORGAN, Patrick (Ed.). **Regional orders: building security in a new world**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1997. p. 101–122.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE - SIPRI. **Arms trade**. Solna, 2014a. Disponível em: <<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/values.php>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____. **SIPRI Arms Transfers Database: methodology**. Solna, 2014b. Disponível em: <http://www.sipri.org/databases/yy_armstransfers/background>. Acesso em 02 nov. 2014.

_____. **SIPRI Yearbook 2013: armaments, disarmament and international security: summary**. Stockholme: SIPRI, 2013. p.06.

STRANGE, Susan. International economics and international relations: a case of mutual neglect. **International Affairs**, Columbia, v.46, n.2, p.304-315, 1970.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF. **Tratado de Assunção**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

TAKAHASHI, Sugio. Redefinition of cooperative security and “regional” security in the Asia-Pacific. **NIDS Security Reports**, Tokyo, n.1, p.101-115, Mar. 2000.

TAKUSHI, Robiérim. **Plano Colômbia: implicações imediatas da ingerência norte-americana no conflito armado colombiano**. 2012. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TEIXEIRA, Vinicius Modolo. **A cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. 2013. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

THE WORLD BANK. **GDP (current US\$)**. Washington, 2015a. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. **Population, total**. Washington, 2015b. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

THIES, C. G. War, Rivalry and State-Building in Latin America. **American Journal of Political Science**, Houston, v.49, n.3, p.451–65, 2005.

TIZÓN, Allan Wagner. Comunidade Andina: integração para o desenvolvimento na globalização. **Revista Diplomacia, Estratégia e Política**, Brasília, v.1, n.2, p.157-175, jan. 2005.

TORRE, Pablo Celi de. El anclaje suramericano de integración y seguridad regional. In: ESPAÑA. Ministerio de Defensa. **Los desafíos de la seguridad en Iberoamérica**. Madrid, 2012. p. 274-303. (Cuadernos de Estrategia, 158).

TUBINO, Carlos. Las Medidas de confianza mutua en el campo militar como herramientas para la paz. In: TAMAYO, Ana María. **Conocer la guerra, construir la seguridad: aproximaciones desde la sociedad civil**. Lima: Democracia y Fuerza Armada, 2008. p.175-182.

UGARTE, José Manuel. Integración subregional en seguridad pública y defensa: del MERCOSUL a UNASUR. In: ALFONSO, Laneydi; PEÑA, Lázaro; VAZQUEZ, Mariana. (Org.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2009. p. 141-161.

UN. **A more secure world: our shared responsibility: Report of the high-level panel on threats, challenges and change**. New York: United Nations Publications, 2004.

UNASUR aprueba plan para producir aviones de entrenamiento básico. **Telesur**, Caracas, 29 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/articulos/2012/11/29/unasur-aprueba-plan-para-producir-aviones-de-entrenamiento-basico-304.html>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

UNIÃO sul-americana mexe com 'tabuleiro do poder', diz Lula. **Estadão**, São Paulo, 23 maio 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,uniao-sul-americana-mexe-com-tabuleiro-do-poder-diz-lula,177031,0.htm?p=1>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

UNIÓN DE NACIONES SURAMERICANAS - UNASUR. Consejo de Defensa Suramericano - CDA. **Acta: I Foro Suramericano Políticas y estrategias de defensa de la región y IV Seminario Suramericano de Enfoque conceptuales, riesgos y amenazas a la región**. Quito, 2013a. Disponível em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/719575de-184e-440e-a1aa-d24fe577d6cc/UNASUR-CS-DFS-ACT-13-0006.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. **Acta: IV reunión de trabajo para consolidar la propuesta de creación de la Escuela Suramericana de Defensa (ESUDE) en el marco del CDS/UNASUR**. Quito, 2013b. Disponível em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/9ecad7fb-37f6-4400-add6-55c4a009a7b3/UNASUR-CS-DFS-ACT-13-0004.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

_____. **Acta:** V reunión ordinaria de la instancia ejecutiva del consejo de defensa suramericano. Quito, 2011a. Disponible em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/e19c209a-d667-4765-9df5-b63dd703a4fe/UNASUR-CS-DFS-ACT-11-0003.pdf>>. Acceso em: 20 ago. 2014.

_____. **Acta:** elaboracion del atlas de mapas de riesgo de desastres naturales en Suramerica. Quito, 2014a. Disponible em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/c1209ec9-7361-4508-be8f-13fa96f48b69/UNASUR-CS-DFS-ACT-14-0005.pdf>>. Acceso em: 01 dez. 2014.

_____. **Avances del plan de acción 2014 Consejo de Defensa Suramericano.** Quito, 2014b. Disponible em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/4038171d-c238-4bfe-9f75-f2a3397004a7/UNASUR-CS-DFS-INF-14-0001.pdf>>. Acceso em: 01 dez. 2014.

_____. **Comunicado de los viceministro y jefes de delegacion de los ministerios de defensa del Consejo de Defensa Suramericano- UNASUR.** Quito, 2014c. Disponible em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/faces/jsp/browse/browse.jsp>>. Acceso em: 20 ago. 2014.

_____. **Conclusiones del Taller para realizar un estudio sobre la disponibilidad y potencialidades de los recursos naturales estratégicos de la región.** Quito, 2014d. Disponible em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/b579318b-0172-42ae-8581-62eb7da20007/UNASUR-CS-DFS-INF-14-0002.pdf>>. Acceso em: 01 dez. 2014.

_____. **Confianza y seguridad en América del Sur.** Quito: Abya-Yala, 2010. (Cuadernos de Defensa, 2).

_____. **Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano.** Quito, 2008a. Disponible em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=77&Itemid=187&lang=pt>. Acceso em: 02 jul. 2011.

_____. **Estatuto del Centro de Estudios Estratégicos de Defensa del Consejo de Defensa Suramericano.** Quito, 2009a. Disponible em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=256%3Aestatuto-del-centro-de-estudios-estrategicos-de-defensa-del-consejo-de-defensa-suramericano&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=pt>. Acceso em: 02 jul. 2011.

_____. **Estatuto del Consejo de Defensa Suramericano de la UNASUR.** Quito, 2008b. Disponible em: <http://www.cdsunasur.org/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=188&lang=pt>. Acceso em: 30 jun. 2011.

_____. **Historia.** Quito, 2008c. Disponible em: <<http://www.unasursg.org/inicio/organizacion/historia>>. Acceso em: 30 out. 2014.

_____. **Iniciativa 3B del Plan de Acción 2014:** acta de la tercera reunión del grupo de trabajo sistema regional de aeronaves no tripuladas. Quito, 2014e. Disponible em: <<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/1e745507-0cee-4ee2-a17f-9edd23f7fe28/UNASUR-CS-DFS-ACT-14-0012.pdf>>. Acceso em: 01 dez. 2014.

_____. **Memorias del seminario:** modernización de ministerios de defensa. Quito: Imprefepp, 2009b.

_____. **Órganos.** Quito, 2008d. Disponível em:
<<http://www.unasursg.org/inicio/organizacion/organos>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Primera reunión presencial del Comité Consultivo y Comité Técnico Asesor 2014 del Programa UNASUR I.** Acta acuerdo. Quito, 2014f. Disponível em:
<<http://docs.unasursg.org/alfresco/d/d/workspace/SpacesStore/59f787d6-80eb-4f82-ab4c-b02c9bd30513/UNASUR-CS-DFS-ACT-14-0010.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

_____. **Realización de la IV Reunión Ordinaria del Consejo de Defensa Suramericano con el objetivo de que Suramérica se proyecte como zona de Paz y Cooperación Mutua.** Quito, 28 nov. 2012a. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=566%3Arealizacion-de-la-iv-reunion-ordinaria-del-consejo-de-defensa-suramericano-con-el-objetivo-de-que-suramerica-se-proyecte-como-zona-de-paz-y-cooperacion-mutua&catid=65%3Anoticias-generales&Itemid=257&lang=es>. Acesso em: 23 dez 2012.

_____. **Registro de gastos en defensa es un paso fundamental en la consolidación de la confianza regional.** Quito, 10 mayo 2012b. Disponível em:
<http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&id=639:registro-de-gastos-en-defensa-es-un-paso-fundamental-en-la-consolidacion-de-la-confianza-regional&catid=66:noticias-unasur>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. **Relatoria de la mesa n° 2:** caracterización de la realidad en materia de seguridad y defensa regional: amenazas y riesgos. Quito, 2011b. Disponível em:
<<http://docs.unasursg.org/alfresco/faces/jsp/browse/browse.jsp>>. Acesso em: 05 set. 2014.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v.19, p.57-79, nov. 2011.

VÄYRYNEN, Raimo. Regionalism: old and new. **International Studies Review**, Tucson, v.5, p.01-30, 2003.

VETSCHERA, Heinz. Cooperative security: the concept and its application in South Eastern Europe. In: FELBERBAUER, Ernst; JUREKOVIC, Predrag; LABARRE, Frederic (Ed.). **Approaching or Avoiding Cooperative Security? The Western Balkans in the Aftermath of the Kosovo Settlement Proposal and the Riga Summit.** 14th Workshop of the Study Group Regional Stability in South East Europe. Vienna: Study Group Information, 2007. p.33-56.

VIDELA, David A. H. La seguridad cooperativa: un modelo de seguridad estratégica en evolución. **Revista de Marina**, Valparaíso, 2003. Disponível em:
<<http://revistamarina.cl/revistas/2003/6/hardy.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2014.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo Jr.; FAVARON, Gustavo de Mauro. Dificuldades e potencialidades da integração regional na perspectiva da política exterior do Brasil. In: ALFONSO, Laneydi; PEÑA, Lázaro; VAZQUEZ, Mariana. (Org.). **Anuario de la**

Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe. Buenos Aires: CRIES, 2009. p.163-178.

VILELA, Fernando de Sousa. Integração das indústrias de defesa na América Do Sul. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n.14, p.155-172, 2009.

XAVIER, Erwin Padua; FERREIRA, M. M. A. Os estudos de segurança internacional como subcampo da área de relações internacionais: as principais abordagens no pós-Guerra Fria. In: ALVES, Vágner; MOREIRA, William; ARIAS NETO, José (Org.). **A defesa e a segurança na América do Sul: IV Encontro da ABED.** Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 263-276.

WALTZ, Kenneth. **Theory of international politics.** New York: McGraw-Hill, 1979.

WIESEBRON. Blue Amazon: thinking the defense of brazilian maritime territory. **Austral**, Porto Alegre, v.2, n.3, p.101-124, 2013.

WUNDERLICH, Jeans-Uwe. **Regionalism, globalisation and international order:** Europe and Southeast Asia. Hampshire: Ashgate Publishing Company, 2007.

APÊNDICE A – LISTA DE AUTORIDADES ENTREVISTADAS

Rodada de Entrevistas	
21/07/2014	Delegado do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL Delegado do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL
22/07/2014	Diretor do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa do Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL Vice-Ministro de Defesa da República Argentina Assessor da Secretaria de Estratégia e Assuntos Militares - Ministério da Defesa da República Argentina
09/09/2014	Chefe Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Brasil

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Questões
1. Como o Sr(a). compreende o conceito de cooperação em defesa e o aplicaria à região sul-americana?
2. Como o Sr(a). analisa o Conselho de Defesa Sul-Americano, da UNASUL, levando em conta seus fatores institucionais (estrutura organizacional e comprometimento dos Estados membros), operacionais (Planos de Ação e o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa), e orçamentários?
3. Como o Sr(a). avalia o poder de ação do Conselho de Defesa Sul-Americano na região e nos Estados membros, especialmente nos casos da República Argentina e da República Federativa do Brasil?
4. Em sua opinião, o que deveria ser aprimorado no Conselho de Defesa Sul-Americano?
5. De que forma o Sr(a). acredita que o Conselho de Defesa Sul-Americano tem interferido no processo de cooperação em defesa na América do Sul?

ANEXO A - ACORDOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL



Fonte: ARGENTINA. Libro Blanco de la Defensa. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2010.

*CARICOM (*Comunidad del Caribe*) foi criado em 1973 com o intuito de formação de um mercado comum na região caribenha e a coordenação da política externa de seus membros.

SICA (*Sistema de la Integración Centroamericana*), instituída em 1991 para a integração pelas vias da paz, liberdade, democracia e desenvolvimento.

ANEXO B - DESENVOLVIMENTO DA UNASUL

I Reunión de Presidentes de América del Sur / Brasilia	2000	
	2001	
II Reunión de Presidentes de América del Sur / Guayaquil	2002	Consenso de Guayaquil
	2003	
	2004	Declaración de Ayacucho Nace la Comunidad Sudamericana de Naciones
III Reunión de Presidentes de América del Sur / Cusco		
	2005	Hacia la Comunidad Sudamericana de Naciones Extraordinaria de Jefes de Estados - CSN / Montevideo
I Reunión de Jefes de Estados CSN- Brasilia		
	2006	Hacia la UNASUR
II Cumbre de Jefes de Estados CSN - Cochabamba		
	2007	I Cumbre Energética Sudamericana - Isla Margarita
Tratado Constitutivo de UNASUR / Brasilia		
	2008	R. Extraordinaria UNASUR / Crisis de Bolivia
III Reunión Ordinaria de Jefes y Jefes de Estados UNASUR - Quito	2009	I Reunión del Consejo de Defensa Suramericano Nace el Consejo de Defensa Suramericano de UNASUR [CDS] R. Extraordinaria UNASUR - Bariloche / Bases Militares EUA

Fonte: VALDÉS, Rodrigo Álvarez. UNASUR: desde la perspectiva subregional a la regional. **Flacso Chile**, Seria Documentos Electrónicos, n.6, p. 05, octubre 2009.

ANEXO C - FLUXOS DE COMÉRCIO INTRARREGIONAL DURANTE A ERA PÓS- II GUERRA

A. Comércio intrarregional dividido pelo comércio total de cada região

Região	1965	1970	1975	1980	1985	1990
Leste da Ásia	0.199	0.198	0.213	0.229	0.256	0.293
Hemisfério Ocidental	0.315	0.311	0.309	0.272	0.310	0.285
Comunidade Europeia	0.358	0.397	0.402	0.416	0.423	0.471
Associação Europeia de Livre Comércio	0.080	0.099	0.104	0.080	0.080	0.076
MERCOSUL	0.061	0.050	0.040	0.056	0.043	0.061
Pacto Andino	0.008	0.012	0.020	0.023	0,034	0,026
NAFTA	0.237	0.258	0.246	0.214	0.274	0.246

B. Exportações de mercadorias intrarregional divididas pelas exportações totais de mercadorias de cada região

Região	1948	1958	1968	1979	1990
Europa Ocidental	0.430	0.530	0.630	0.660	0.720
Europa Oriental	0.470	0.610	0.640	0.540	0.460
América do Norte	0.290	0.320	0.370	0.300	0.310
América do Sul	0.200	0.170	0.190	0.200	0.140
Ásia	0.390	0.410	0.370	0.410	0.480
África	0.080	0.080	0.090	0.060	0.060
Oriente Médio	0.210	0.120	0.080	0.070	0.060
Mundo	0.300	0.400	0.470	0.460	0.520

C. Exportações intrarregionais divididas pelas exportações totais de cada região

Região	1960	1970	1975	1980	1985	1990
Comunidade Europeia	0.345	0.510	0.500	0.540	0.545	0.604
Associação Europeia de Livre Comércio	0.211	0.280	0.352	0.326	0.312	0.282
ASEAN	0.44	0.207	0.159	0.169	0.184	0.186
Pacto Andino	0.007	0.020	0.037	0.038	0.034	0.046
Área de Livre Comércio Canadá-EUA	0.265	0.328	0.306	0.265	0.380	0.340
Mercado Comum Centro-Americano	0.070	0.257	0.233	0.241	0.147	0.148
Associação Latino-Americana de Integração	0.079	0.099	0.136	0.137	0.083	0.106
Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	-	0.030	0.042	0.035	0.053	0.060
PTA for Eastern and Southern Africa	-	0.084	0.094	0.089	0.070	0.085
Australia–New Zealand Closer Economic Relations Trade Agreement	0.057	0.061	0.062	0.064	0.070	0.076

Fonte: MANSFIELD; MILNER, 2003, p. 599.